

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Débora Clasen de Paula

**FAMÍLIA, GUERRA, POLÍTICA, NEGÓCIOS E FRONTEIRA: OS ANTUNES
MACIEL DESDE O SÉCULO XVIII AOS INÍCIOS DO SÉCULO XX**

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

Porto Alegre, 2019

Débora Clasen de Paula

**FAMÍLIA, GUERRA, POLÍTICA, NEGÓCIOS E FRONTEIRA: OS ANTUNES
MACIEL DESDE O SÉCULO XVIII AOS INÍCIOS DO SÉCULO XX**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial par a obtenção do grau de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

Porto Alegre – RS

Março de 2019

CIP - Catalogação na Publicação

Paula, Débora Clasen de
FAMÍLIA, GUERRA, POLÍTICA, NEGÓCIOS E FRONTEIRA: OS
ANTUNES MACIEL DESDE O SÉCULO XVIII AOS INÍCIOS DO
SÉCULO XX / Débora Clasen de Paula. -- 2019.
212 f.
Orientador: Luiz Alberto Grijó.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2019.

1. família. 2. política. 3. fronteira. 4. guerra.
5. patrimônio. I. Grijó, Luiz Alberto, orient. II.
Título.

Débora Clasen de Paula

**FAMÍLIA, GUERRA, POLÍTICA, NEGÓCIOS E FRONTEIRA: OS
ANTUNES MACIEL DESDE O SÉCULO XVIII AOS INÍCIOS DO
SÉCULO XX**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial par a obtenção do grau de Doutora em História.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó (orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Luís Augusto Ebling Farinatti
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas
Universidade Federal de Pelotas (UFPeI)

Prof. Dr. Fábio Kühn
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

À vó Irena a quem devo tanto e que,
em abril passado, naquele seu
último dia de vida, já partindo, me
perguntou: “terminou teus
escritos?”

Agradecimentos

E chega o momento dos agradecimentos... É uma parte difícil já que são alguns longos e intensos anos... Mas é nos agradecimentos que se descobre as outras tantas pessoas da tese. Como começar? Acho que pela primeira leitora do projeto! Tive o privilégio de conhecer, aprender e conviver com a Beatriz Loner. A Bia fez a primeira leitura do projeto e me disse: “Acho que dá uma tese sim, essa família é de partido!” A ela minha gratidão e saudade.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS que aceitou o projeto de pesquisa e ao meu orientador Luiz Alberto Grijó. Obrigada professor pelas conversas, pelo aprendizado, por sua disponibilidade em atender as “demandas burocráticas” e sempre “de última hora”, pela paciência, sobretudo neste último ano. Da mesma forma meu agradecimento aos demais professores do Programa que tive a oportunidade de conviver academicamente, e que contribuem para que esta instituição pública seja uma das melhores do país. Resistimos e resistiremos!

Aos professores de minhas bancas de qualificação e defesa: Fábio Kühn, Jonas Vargas e Luís Augusto Farinatti que contribuíram imensamente com esta tese. Grata pelo compartilhamento de ideias, fontes, referências bibliográficas e de questões que me colocaram para realizar trabalhos futuros, bem como as suas análises deste trabalho. Muito obrigada!

Agradeço a Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim, pelo afastamento de um ano e meio e ao colegiado do Curso de História pela parceria e todo o apoio manifestado de diferentes formas. Aproveito para agradecer aos colegas docentes de diferentes cursos e também aos técnicos que fazem do nosso campus um bom lugar para se trabalhar. Aos meus alunos e ex-alunos pelo carinho e incentivo em incontáveis momentos! Gratidão.

Aos locais onde pesquisei que aparecem listados nesta tese, e nos quais encontrei funcionários e voluntários sempre dispostos a ajudar. Em especial meu carinho a Annelise Montone, Neide e Helena.

À senhora Maria Elisabeth Maciel Lafayette Stockler agradeço por disponibilizar o Álbum de recortes da família carinhosamente guardado. Muito obrigada.

Há alguns amigos historiadores com os quais tenho a honra de compartilhar a vida faz tempo e que me ajudaram nesta tese com indicações, material de suas próprias pesquisas, reprodução de documentos, bibliografia, leitura da introdução, dúvidas das mais diversas enfim... Cada um de vocês vai lembrar... Caiuá Al-Alam, Aristeu Lopes, Carla Menegat, Geza Guedes, Mauro Dillmann e Cláudia Tomaschewski. Dentro deste grupo um obrigada especial a Fernanda Silva e ao Alisson Droppa pela ajuda nos arquivos Nacional e da USP.

À Patrícia Bosenbecker, Pati... Pati, muito grata flor, por tudo!!! Os longos áudios no *whats* me animaram muitas vezes, me deram ideias... sem palavras pra te agradecer!!!

Agradeço ao professor Tiago Gil pelo material cedido para o primeiro capítulo. Ao Willian Leal e Karina Gomes pela compilação das notícias e ao acadêmico Maurício Trovó que, com paciência, transformou meus rabiscos em árvores genealógicas.

À querida Carolina Pauli que gentilmente fez o abstract para mim! Muito grata!

Ao amigo Gérson Fraga por ser esta parceria desde que cheguei na UFFS e que parece ser “desde sempre”. Ao Fábio Feltrin, Cássio Soares, Éverton Kozenieski, Daniela Reche e Natália Pereira pelas conversas, lamentos e desabafos...

Às amigas Dalila Hallal, Dalila Müller, Renata Ferreira e Viviani Tavares que de Pelotas ou do Tocantins estão sempre perto do coração.

Aos meus amigos, familiares e, especial meus afilhados Eduardo e a pequena Sofia.

À Isabel Gritti e ao Martins por todos os inúmeros convites nos finais de semana (aceitos e recusados) e que me obrigavam a pausar a tese! Gratidão pelo carinho!

À família Gritti e Pauli que chegou na minha vida como um grande presente. Obrigada pela generosidade mais preciosa – a cotidiana – e por compartilhar a vida!

Aos meus pais, Juarez e Eliana de Paula, e minha vó Irena Clasen que faleceu há pouco tempo, por todo o apoio e incentivo de sempre! Pela paciência diante de tantas ausências... À Sablina de Paula, melhor irmã do mundo, pelo simples fato de achar um jeito de estar todo dia junto!!

Ao Cris... o que vou te dizer? Cumpri a promessa eu acho, e agora vou falar menos neles... Ao longo deste tempo tu fizestes tudo ser menos difícil. Obrigada por me suportar quando eu já não conseguia.

Enfim, a todos vocês que já não aguentam mais ouvir falar da tese, muito obrigada!!!

A tese, acabou!

Resumo

Este trabalho analisa, por meio da trajetória familiar e pessoal do Conselheiro Francisco Antunes Maciel, as estratégias e recursos empregados pela família na construção de seu patrimônio e expansão de suas alianças políticas e sociais. Ao focar a análise nesta família em diferentes contextos sócio-políticos e econômicos, a pesquisa tem início com o deslocamento das irmãs Antunes Maciel de Sorocaba para o sul observando a forma como estas se moveram num contexto de disputas fronteiriças e se estende até a morte do Conselheiro Francisco no Rio de Janeiro em 1917. A família, as relações de compadrio e a engenharia matrimonial, bem como a participação em conflitos fronteiriços e internos aliados a uma cuidadosa transmissão do patrimônio material são alguns dos elementos que auxiliaram na compreensão dos Antunes Maciel. Militantes das fileiras liberais e, posteriormente, federalistas, estes agentes atuaram de forma integrada de maneira a conservar ou mesmo fortalecer seu status e pertencimento a uma elite. Neste sentido, o sobrenome está longe de ser mera repetição, tratando-se de um legado, um patrimônio imaterial inscrito em cada indivíduo.

Palavras-chave: família, política, trajetória, fronteira.

Abstract

This work analyzes, by means of the familiar and personal trajectory of Conselheiro Francisco Antunes Maciel, the strategies and resources employed by the Family in the construction of their wealth and expansion of their social and political alliances. Focusing the analysis on this family in different socio-politics and economic contexts, the research starts with the Antunes Maciel sisters move from Sorocaba to South observing the way they moved in a context of border disputes and goes until the death of Conselheiro Francisco in 1917 in Rio de Janeiro. The Family, the crony relations and the matrimonial engineering, as well as the participation in intern and border conflicts allies a careful transmission of material heritage are some of the elements that helped to understand the Antunes Maciel. Militants of liberal ranks and, afterward, federalists, these agents acted in a integrated form in order to preserve or even to strengthen their status and belonging to an elite. In this sense, the last name is far from being a mere repetition, considering it a legacy, an immaterial heritage inscribed in each individual.

Keywords: family, policy, trajectory, border.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Genealogia e relações de compadrio.....	25
Figura 2- Genealogia e relações de compadrio.....	48
Figura 3- Genealogia dos irmãos Aníbal, Maria Francisca e Eliseu.....	56
Figura 4- Genealogia de José Antônio Moreira.....	73
Figura 5- Quadro pintado pela Sinhá Aníbal.....	82
Figura 6- Recorte de jornal.....	87
Figura 7- Imagem dos palacetes da família Antunes Maciel.....	109
Figura 8 – Fotografia do Conselheiro Maciel.....	149

LISTA DE ABREVIACOES

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

AN – Arquivo Nacional

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

BN – Biblioteca Nacional

BPP – Biblioteca Pública Pelotense

MMPB – Museu Municipal Parque da Baronesa

MDP – Mitra Diocesana de Pelotas

AGN - Archivo General de la Nación

FGV - Fundação Getúlio Vargas

NDH – Núcleo de Documentação Histórica Beatriz Ana Loner

MUSP – Museu da Universidade de São Paulo

Sumário

LISTA DE FIGURAS.....	9
LISTA DE ABREVIACÕES.....	10
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	3
CAPÍTULO I – No extremo meridional da América: a migração, a fronteira, as guerras e a família Antunes Maciel na formação do patrimônio	20
1.1 As irmãs Maciel migram para a fronteira sul da América portuguesa	20
1.2 Ao lado do bravo chefe da fronteira: Bernardo Antunes Maciel e o “bando”	28
1.3 Mais ao sul: Francisco na freguesia de São Francisco de Paula	37
CAPÍTULO II – Os filhos de Francisco: patrimônio, fronteira e família	44
2.1 O primogênito Aníbal e a fortuna familiar.....	44
2.2 Tenente coronel Eliseu Antunes Maciel.....	61
CAPÍTULO III – Uma família de muitos barões: os Antunes Maciel no final do século XIX e início do século XX.....	77
3.1 Aníbal Antunes Maciel Júnior e Amélia Hartley de Brito.....	79
3.2 Francisco Antunes Gomes da Costa e Flora Felisbina Antunes da Costa	92
3.3 Arthur Antunes Maciel e Leonídia Gonçalves Moreira	98
3.4 Leopoldo Antunes Maciel e Cândida Gonçalves Moreira	103
3.5 Alfredo Gonçalves Moreira e Flora Mercedes Antunes Maciel.....	115
CAPÍTULO IV - Francisco Antunes Maciel: Um Conselheiro do Império.....	125
4.1 A formação acadêmica e o início da carreira política	125
4.2 Conselheiro Maciel: o ministro dos negócios do Império	142
4.2.1 A Escola Maciel	157
CAPÍTULO V – Francisco e as cartas familiares	167
5.1 As cartas na Revolução Federalista e o Conselheiro nas Notas de um Repórter.....	167
5.2 As cartas do cotidiano familiar	175
5.3 A família e o “herdeiro e continuador da política”	187
CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	198
FONTES.....	206

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ilustre político rio-grandense ontem falecido no Grande Hotel da Lapa, não era uma figura vulgar e ao contrário trazia um nome laureado na política do segundo império, nome que soube conservar e ilustrar ainda mais no partido que fundou e muitos anos dirigiu na República, no seu Estado natal.

O conselheiro Francisco Antunes Maciel formava com o conselheiro Silveira Martins a força poderosa que sempre elevou o Rio Grande, dentro do partido liberal, ao mais alto grau de importância política na vigência do antigo regime.¹

Esta notícia que ocupa lugar de destaque no jornal *A Opinião Pública* de Pelotas quinze dias após a morte de Francisco era uma reprodução da publicação feita pelo jornal *O Paiz* do Rio de Janeiro. Tratava-se de uma série de matérias veiculadas na primeira página do periódico e que incluíam até mesmo trechos dos telegramas recebidos pela família e também os nomes de maior destaque que haviam prestado solidariedade naquele momento de luto.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar, por meio da trajetória familiar e pessoal do Conselheiro Francisco Antunes Maciel, as estratégias e os recursos empregados pela família na construção de seu patrimônio e expansão de suas alianças políticas e sociais.

Meu interesse em pesquisar esta família iniciou ainda na graduação quando atuava como bolsista no Museu Municipal Parque da Baronesa em Pelotas (MMPB)². Este museu tem como objetivo narrar os hábitos e costumes da elite pelotense no período em que a cidade viveu sua opulência econômica advinda da indústria charqueadora. A casa, transformada em museu e inaugurada em 1982 era a antiga residência de Aníbal Antunes Maciel, Barão de Três Serros (primo de Francisco). Posteriormente, no mestrado, investiguei o riquíssimo acervo epistolar da Baronesa de Três Serros constituído, em sua maioria, entre os anos de 1899 e 1918³. Entre os inúmeros assuntos escolhidos para tratar com a filha, com frequência aparecia a política e a menção a chegada do Conselheiro

¹ *A Opinião Pública*. Pelotas, 28 de agosto de 1917, n. 192, p.01.

² Site: www.museudabaronesa.com.br

³ PAULA, Débora Clasen de. “**Da mãe e amiga Amélia**”: cartas de uma baronesa para sua filha (Rio de Janeiro – Pelotas, na virada do século XX). São Leopoldo: UNISINOS, 2008. Dissertação de Mestrado em História.

Maciel ao Rio de Janeiro, local onde a Baronesa se estabeleceu após a viuvez. O Conselheiro por sua vez era primo de seu falecido marido e irmão de seu genro Lourival⁴. O “Conselheiro Maciel”, como era chamado, não despontava somente entre a família, mas também fora dela pela trajetória política e posição que ocupava no Partido Liberal e, posteriormente, no Partido Federalista.

Ao observar mais atentamente os Antunes Maciel se verifica que não só o Conselheiro estava envolvido com a política, por mais que somente ele tenha adentrado o chamado “núcleo duro da política nacional”⁵. A forma como se construiu essa trajetória familiar ao sul do Império e as estratégias e recursos empregados nos diferentes contextos sócio-políticos e econômicos são objeto de análise deste trabalho. Esta reflexão tomou como ponto de partida o prefácio feito por João Fragoso à obra de Luís Augusto Farinatti em que o autor expõe serem poucos os trabalhos que analisam como se deu a transmissão de patrimônio material e imaterial de uma geração a outra, elemento importante para se entender a lógica das sociedades no tempo⁶. As famílias de elite, como os Antunes Maciel, para construir e preservarem sua legitimidade social e domínio político e/ou econômico tinham que se utilizar de estratégias que muitas vezes não são visíveis por meio dos trabalhos que privilegiam um enfoque mais amplo.

A adoção da perspectiva da família encontra respaldo nos estudos de Faria que chama a atenção para a importância desta no período escravista brasileiro. A autora destaca que a família assumia papel central na montagem e funcionamento das atividades econômicas e nas relações sociais e políticas. Segundo ela,

Foi da ou para a família, não necessariamente a consanguínea, que todos os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada, se originavam ou convergiam. A família conferia aos homens estabilidade ou movimento, além de influir no status e na classificação social. Pouco se referia ao indivíduo enquanto figura isolada – sua identificação era sempre com um grupo mais amplo. O termo ‘família’ apareceu sempre ligado a elementos que extrapolavam os limites da consanguinidade – entremeava-se à coabitação e à parentela, incluindo relações rituais e de aliança política.⁷

Em balanço sobre a produção historiográfica acerca da história da família Ana Silvia Scott aponta que nos últimos quarenta anos o estudo na área tem crescido muito,

⁴ Lourival Antunes Maciel, como veremos posteriormente, casou com a filha mais velha do Barão de Três Serros, seu primo em primeiro grau, e passou a auxiliar na administração das estâncias.

⁵ FARINATTI, Luiz Augusto Ebling. **Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil (1825-1865)**. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010, p.283.

⁶ *Ibid.*, p.10.

⁷ FARIA, Sheila de Castro. História da Família e Demografia Histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p.243.

tanto no Brasil quanto fora do país⁸. Parte deste crescimento a autora atribui à aproximação da história com as ciências sociais, às contribuições teórico-metodológicas advindas da micro-história e a proposta de redução da escala de abordagem. Ao destacar a ação dos atores, a observação possibilita através do jogo de escala avançar na discussão de estratégias familiares e redes sociais. Desde os clássicos como Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, a temática continuou a receber atenção de estudiosos na década de 1950 e 1960 até que, com o avanço da história social em 1970, passou por uma intensa diversificação temática. Os estudos de famílias escravas em 1980, por exemplo, receberam crítica na década seguinte e continuaram em pauta nas contribuições de Florentino e Slenes entre outros⁹. Após destacar que os debates em torno do conceitos de família e patriarcalismo permanecem em voga, Scott expõe que as discussões relativas à família não podem ter como limite a componente demográfica ou a variável relativa à coresidência, uma vez que elas “não dão conta da complexidade do universo da família que tece teias que vão além dos limites dos vínculos biológicos primários e da convivência sob o mesmo teto”¹⁰.

Assim, por mais que parte deste trabalho se dedique a trajetória do Conselheiro Francisco Antunes Maciel, não é possível apreendê-lo de forma isolada. A família é compreendida levando-se em conta os laços de reciprocidade, solidariedade e convivência, sobretudo a longevidade das relações de reciprocidade entre os mesmos. Além disso, o “ilustre político” como referia o jornal, herdou de sua família recursos que, se não foram basilares, ao menos permitiram sua inserção na política. Desta forma, o Conselheiro Maciel precisa ser analisado levando-se em conta sua família e suas heranças que perpassavam gerações com o sobrenome,

O princípio de todas as suas riquezas é sem nenhuma dúvida o imenso capital social que ele recebeu de sua família e que ele não cessou de cultivar e de fazê-lo valer sabendo a ocasião de reconvertê-lo. Centro de uma rede de relações de uma extensão e de uma densidade excepcionais, relações de parentesco, relações de escola, relações de negócios, relações de vizinhança, relações de clubes, etc., que se acumulam e se complementam, ele adquiriu desde a infância a arte e o gosto de cultivar relações herdadas e de as estender. Pode-se ler assim as memórias do duque de Brissac como a história de um empreendimento de acumulação e de gestão do capital social¹¹

⁸ SCOTT, Ana Silvia Volpi. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. **História: Questões & Debates**. Curitiba: Editora UFPR. N.51, p.13-29, jul./dez.2009.

⁹ Ibid.

¹⁰ Ibid, p.24.

¹¹ “Le principe de toutes ses richesses est sans nul doute l’immense capital social qu’il a reçu de sa famille et qu’il n’a cessé d’entretenir et de faire valoir tout en sachant à l’occasion le reconvertir. Centre d’un réseau de relations d’une étendue et d’une densité exceptionnelles, relations de parenté, relations d’école, relations

Também no caso do Conselheiro Maciel, uma série de questões se colocam tais como o capital social e econômico herdado e gerido por ele, de que forma seus ascendentes paulistas se moveram na fronteira entre os domínios luso e espanhol e que estratégias esses utilizaram no contexto bélico latente do século XVIII, além de como se constrói sua fortuna.

Estamos atentos ao fato de que a pesquisa de uma família como os Antunes Maciel nos conduz a uma sobrerrepresentação da sociedade uma vez que, famílias pertencentes à elite, sobretudo a política, deixaram maior quantidade de rastros sobre sua trajetória. O recebimento de títulos de nobreza em uma dada geração fez com que se gerasse ainda mais documentos. Além disso, no caso dos Antunes Maciel, a memória relativa ao Conselheiro foi organizada e guardada por seus descendentes por meio da preservação de diferentes documentos e a sistematização de notícias da imprensa, cuidadosamente recortadas e cronologicamente dispostas em um Álbum¹². Francisco Antunes Maciel Júnior, que deu sequência à participação política de sua família, também passou por este processo tendo os seus mais diversos documentos colocados sob a guarda da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no Rio de Janeiro. Embora a proposta desta tese de doutorado não se ocupe de Francisco Júnior, torna-se relevante pensar na guarda de documentos relativos a um dos filhos do Conselheiro, evidenciando a continuidade da família no âmbito da política nacional por meio da participação na “Revolução de 30” ao lado de Getúlio Vargas.

A etapa de construção da memória, sempre repleta de seleções e organizações na tentativa de conferir estabilidade e coerência à vida dos indivíduos e também às suas famílias, nos alerta para os descartes feitos, assim como para a relevância, e os critérios

d'affaires, relations de voisinage, relations de clubs, etc., qui se cumulent et se complètent, il a acquis dès l'enfance l'art et le goût de cultiver les relations héritées et de les étendre. On peut ainsi lire les mémoires du duc de Brissac comme l'histoire d'une entreprise d'accumulation et de gestion du capital social, équivalent dans son ordre des biographies des grands chefs d'entreprise que nous ont données les historiens sociaux” SAINT MARTIN, Monique de. Une grande famille. In: **Actes de la recherche en sciences sociales**. Vol. 31, janvier 1980. Le capital social. p.4-21. Tradução Luiz Alberto Grijó, a quem agradeço o repasse do artigo.

¹² Trata-se de um livro em formato retangular com capa verde e adornos dourados onde se lê “Álbum” e que tem no seu interior folhas brancas onde foram recortadas e coladas, em ordem cronológica, 88 reportagens dos mais variados jornais e revistas sobre o Conselheiro Maciel. Esta ‘clipagem’ tem, em cada página anotada a bico de pena, o nome do jornal e data da publicação, além de alguns poucos parágrafos explicativos visando dar coerência a trajetória dele. Este Álbum pertence a sua descendente, senhora Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler, e está em sua residência no Rio de Janeiro.

utilizados sobre o que preservar¹³. Desta forma, a seleção de cartas, fotografias, manuscritos como no caso do Conselheiro parece ter sido feito por suas filhas e depois netas. Este processo de organização e reconstrução da memória familiar teve sequência com a publicação do livro “Chiquinha & Eu - Reinventando o Passado” em 2012 na ocasião em que o “Casarão 8”, antiga residência do Conselheiro Maciel, bisavô da autora do livro, e que havia sido adquirido pela Universidade Federal de Pelotas, passava por restauração para se tornar Museu do Doce e Museu de Antropologia e Arqueologia em Pelotas¹⁴.

No que tange as fontes consultadas para este trabalho, os inventários *post-mortem*, testamentos, registros de casamento e batismo, registros acadêmicos, genealogias, correspondências, imprensa e fotografias nos fornecem pistas acerca da trajetória da família. Esta documentação encontra-se dispersa em diferentes arquivos, tanto no Brasil como no Uruguai.

Os inventários contém, além da relação de bens, o testamento da pessoa falecida - caso o tivesse realizado - todos os litígios entre herdeiros, a lista de débitos do espólio, as reivindicações de credores, os curadores dos herdeiros menores de idade e a partilha final dos bens entre os mesmos, assinalando para existência de estratégias familiares. A existência ou não de adiantamento de herança entre os filhos e filhas, como o dote, por exemplo, pode nos ajudar a entender as escolhas realizadas pela família. O valor dos inventários como fonte é inestimável para se verificar a transmissão do patrimônio, ainda que se precise considerar que é uma fonte produzida em uma etapa específica da vida do indivíduo, ou seja, na velhice, quando seu patrimônio já se constituiu.

Após a morte de um dos cônjuges, se procede a nomeação e qualificação dos filhos herdeiros, bem como a verificação da existência ou não de testamento deixado pelo falecido. Em seguida são listados todos os bens do casal, e esta listagem é dividida em itens que poderiam apresentar alguma variação quanto a sua ordem. Nos inventários aqui analisados esta lista é organizada da seguinte forma: dinheiro, ouro e prata, móveis, escravos, bens de raiz, dívidas passivas e dívidas ativas. Em seguida são declarados os bens novamente com seus valores em mil réis. O *monte-mor* representava o valor final de

¹³ GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: _____ (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.07-24.

¹⁴ Disponível em: <https://casaraooito.wordpress.com/about/>. Acessado em: 13 de outubro de 2016. STOCKLER, Beth. **Chiquinha & Eu: Reinventando o passado**. Barbacena: Gráfica e Editora Cidade de Barbacena, 2012.

onde era subtraída a meação que pertencia ao cônjuge sobrevivente. Da parte que cabia aos herdeiros retirava-se o valor correspondente a terça ou, como referido em um inventário, a “Tercinha” que, neste caso, era de cem mil réis para sufrágio de sua alma¹⁵. Cabe observar que, como exposto por Costa, a terça nunca saía da meação, “deixando o cônjuge sobrevivente em posição fortalecida”¹⁶. O restante formava então as “legítimas” que cabiam a cada herdeiro e que, em geral, eram iguais. Quando havia um herdeiro favorecido pelo recebimento da terça esta era somada ao valor da sua legítima e, quando não havia cônjuge vivo a herança era dividida igualmente entre os filhos, netos, demais familiares, afilhados ou obras de caridade. Foram localizados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) dez inventários em que inventariados ou inventariantes eram da família Antunes Maciel¹⁷.

Um dos limites desta pesquisa se refere aos inventários realizados pela família Antunes Maciel no Uruguai. A consulta ao Archivo General de la Nación (AGN) revelou alguns obstáculos no que se refere a forma como estes processos estão organizados, uma vez que não se encontram catalogados em Montevideu. Até onde pude verificar, seria necessário percorrer o interior uruguaio em busca de tais documentos que, provavelmente, se encontram em arquivos nos departamentos.

Outra fonte que foi bastante utilizada neste trabalho, sobretudo na sua primeira parte, suscita algumas reflexões. Trata-se das genealogias, consultadas afim de fornecerem pistas de outras fontes, bem como auxiliar na construção de árvores genealógicas que nos permitam observar as estruturas familiares ao longo do tempo. Além disso, chama a atenção em alguns momentos, os recursos utilizados pelos autores a fim de driblar a escassez de dados e até mesmo as estratégias narrativas visando valorizar o indivíduo que está sendo pesquisado. O estudo dos “truncos seculares” como apontou Kühn não diz respeito somente ao estudo da ancestralidade, mas está atrelado a uma tentativa de comprovação de lusitanidade dos habitantes sulistas. Assim, a primeira genealogia aqui utilizada tinha um papel a cumprir no contexto de sua produção,

¹⁵ Inventário de Francisco Antunes Maciel, n. 159, m.12. 1832, Pelotas, 1º e 2º Cartório de Órfãos. (APERS)

¹⁶ COSTA, Dora Isabel Paiva da. Formação de famílias proprietárias e redistribuição de riqueza em área de fronteira: Campinas, São Paulo, 1795-1850. In: **História Econômica & História de Empresas**. [S.l.], v.7, n.2, jul. 2012. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page=article7op=view&path%5B%5D=173>. Acesso em: 20 nov. 2016.

¹⁷ Além destes, outros três inventários pertencentes a família Moreira, os Barões de Butuí, foram levantados. A intensidade do vínculo estabelecido com esta família tornou necessário aprofundar a pesquisa acerca dos mesmos.

(...) já durante o Estado Novo, este processo de elaboração historiográfica seria precisado de forma mais clara, numa empreitada conjunta de historiadores e genealogistas. O primeiro indicador desta nova época seria a publicação do *Nobiliário Sul-riograndense* no ano de 1937 por Mário Teixeira de Carvalho, um dos mais fundamentados genealogistas da época.¹⁸

O *Nobiliário*, como outras obras de historiadores e políticos escritas neste período, intentava a construção de uma identidade nacional e brasileira para o Rio Grande do Sul, salvaguardando suas particularidades, mas mostrando o Estado como similar aos demais. Entretanto, se partimos das genealogias que nos fornecem uma riqueza de detalhes sobre as famílias e suas descendências, torna-se necessário observar que, ao buscar os dados, o autor o faz com maior minúcia sempre que o indivíduo a ser listado pertence a outra família “conhecida”. Até mesmo a atuação dos descritos ganha nova significação à medida em que é realizada em companhia de nomes consagrados como “heróis” na defesa do território português.

A genealogia, ao pesquisar a formação dos grupos de parentesco ao longo do tempo, permite observar as estratégias que frutificaram e as que minguaram. A aproximação com a antropologia social e a genealogia foi fundamental para entender o parentesco, suas redes de solidariedade e as estratégias familiares adotadas. Assim, se busca evidenciar a importância das relações de parentesco para própria reprodução da elite e como esta faz parte da dimensão das estratégias familiares e também atuação política conjunta. Conforme Kühn, “O grupo de parentesco considerado básico na transmissão do patrimônio familiar e na utilização de certas estratégias de sobrevivência, tem sido o ponto de partida dos estudos antropológicos”¹⁹. Neste sentido, iniciar a pesquisa pelos “trancos familiares” nos permite visualizar o patrimônio material e também o imaterial se constituindo ao longo do tempo.

Além do livro *Nobiliário Sul-riograndense*, mencionado anteriormente, há *Uma linhagem sul rio-grandense: Os Antunes Maciel* de José de Assumpção Santos. As duas obras pertencem ao acervo documental do Museu Municipal Parque da Baronesa em Pelotas (MMPB), sendo que, o *Nobiliário*, pertencia a uma neta do Barão de Três Serros

¹⁸ KÜHN, Fábio. A prática do Dom: família, dote e sucessão na fronteira da América Portuguesa. In: **Anais da V Jornada Setecentista**. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/A-pr%C3%AAtica-do-Dom-fam%C3%ADlia-dote-e-sucess%C3%A3o-na-fronteira-da-Am%C3%A9rica-Portuguesa-F%C3%AAlbio-K%C3%BChn.pdf>. Acessado em: 05 de setembro de 2016.

¹⁹ KÜHN, Fábio. **Gente da fronteira: família e poder no continente do Rio Grande** (Campos de Viamão, 1720-1800). São Leopoldo: Oikos, 2014, p.12.

que fez anotações no livro na parte referente a sua ascendência direta²⁰. Também pertencem a este Museu o acervo epistolar de mais de 200 cartas escritas entre os anos de 1899 e 1918. Cerca de 150 cartas tiveram como remetente a Baronesa de Três Serros e outras 50 seu neto Rubens Antunes Maciel. Estas correspondências nos revelam a relação intrafamiliar, o reforço dos vínculos entre a parentela mais extensa, a percepção acerca da política e a atuação do Conselheiro Maciel, as sociabilidades e vínculos criados pela família ao longo do tempo. As cartas da Baronesa e de Rubens trazem a um só tempo o cotidiano carioca e pelotense informando a leitura que ambos faziam da conjuntura política.

Também foram consultadas as ordens do dia produzidas durante a campanha do Paraguai, a fim de verificar a participação dos Antunes Maciel nesta guerra, dando sequência a trajetória de participação da família em conflitos militares. Esta documentação encontra-se sob a guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS). No Arquivo Nacional (AN) buscou-se as requisições de títulos de nobreza, do Habito da Ordem de Cristo e também comendas como as da Ordem da Rosa.

A pesquisa no acervo da Mitra Diocesana de Pelotas (MDP) nos livros de registro de casamento e de batismo, sobretudo das duas últimas gerações da família, nos possibilita verificar quem eram as pessoas escolhidas como testemunhas nos matrimônios envolvendo a família, bem como quem os escolhia como padrinhos. Foram pesquisados os livros de registro de casamento da Catedral São Francisco de Paula, do número 1, de novembro de 1812, ao livro de número 7 que compreende até o mês de abril de 1883. No que se refere aos registros de batismo foi possível pesquisar desde o primeiro livro que data de 26 de outubro de 1812 até o livro de número 9 que encerra em 27 de outubro de 1859²¹.

Outra fonte bastante consultada para este trabalho é a imprensa. A partir da segunda metade do século XIX, Pelotas, cidade na qual boa parte dos Antunes Maciel vai se estabelecer, contava com uma vasta publicação de periódicos que chegou, em

²⁰ As anotações no Nobiliário, em sua primeira edição, foram feitas por dona Zilda Antunes Maciel, filha do casal Amélia e Lourival. Quanto ao livro Uma linhagem sul rio-grandense que data de 1958, há um cópia do original no acervo do Museu.

²¹ A pesquisa neste acervo foi bastante problemática uma vez que uma das funcionárias foi demitida e a documentação mudou de local duas vezes durante o tempo em que pesquisei. O acondicionamento do acervo não é o adequado e facilita a deterioração dos livros, além disso, as páginas não possuem cópias digitalizadas. Desta forma, ao longo da pesquisa, nem sempre o acervo esteve aberto para consulta ou mesmo era autorizado o acesso, o que impediu o levantamento dos livros até a segunda década do século XX.

determinada época, a quase uma dezena de jornais em circulação simultânea. Entre noticiosos, humorísticos e ilustrados, a imprensa pelotense também contava com jornais partidários²². Tanto o partido conservador quanto o partido liberal mantinham os seus e travavam batalhas por meio de suas páginas disputando a versão dos fatos e informando seus leitores e correligionários. Foram pesquisados, de acordo com a disponibilidade de exemplares – existentes e abertos para consulta – na Biblioteca Pública Pelotense (BPP): *O Nacional*, *A Discussão*, *O Rio-Grandense*, *Onze de Junho*, *A Nação*, *A Ventarola*, *A Opinião Pública* e o *Diário de Pelotas*²³. Além destes jornais, também foi consultado parte do acervo digital disponível na Hemeroteca Digital Brasileira no site da Biblioteca Nacional (BN).

A família que havia partido de São Paulo em direção ao sul, nos confins da América, em um território que passava por acirradas disputas já nos assinala para as estratégias adotadas neste contexto de guerra e como estas guerras também se tornavam lucrativas para determinados potentados que se estabeleciam e iam aos poucos galgando espaço entre os distintos “defensores do território luso”. Desta forma, o recorte cronológico deste trabalho inicia com a chegada das irmãs Maciel ao território sulino, naquele momento em litígio entre as duas coroas ibéricas. Tratava-se do conturbado século XVIII, numa região de fronteira em que a participação em campanhas militares em defesa de terras para a coroa portuguesa poderia conferir bens e prestígio. O contexto bélico fronteiriço exigia estratégias de sobrevivência, mas também foi responsável por auxiliar na constituição do patrimônio. Os Antunes Maciel migraram território adentro, atravessaram a fronteira, e se mantiveram por gerações como leais súditos do Império, ao mesmo tempo em que construíram laços matrimoniais e de compadrio importantes não só para a sua sobrevivência enquanto família, como para construção e ampliação de seu status social transmitido por gerações. A pesquisa se encerra com a morte do conselheiro Francisco Antunes Maciel em 1917 no Rio de Janeiro, ainda que a participação política familiar tenha continuado. Estabelecemos este ponto de corte na pesquisa uma vez que

²² LONER, Beatriz Ana. Jornais diários na República Velha. **Ecos Revista**. Pelotas: Ed. da Universidade/UCPel, v.2, n.1, abril/1998, p.5-34. Sobre o acervo da Biblioteca Pública Pelotense consultar GARCIA, Sonia Tavares; LONER, Beatriz Ana. Relação de jornais existentes na Biblioteca Pública Pelotense. **História em Revista**. Pelotas: NDH/UFPel/ Ed. da Universidade/UFPel, v.06, dezembro de 2000, p.134-164.

²³ A hemeroteca desta instituição se encontra em estado bastante precário, pois cada vez mais se fecham jornais à pesquisa por não apresentarem condições de uso. Alguns jornais como *O Nacional*, por exemplo, que estava em bom estado de conservação e que havia sido pesquisado em 2015, este ano já se encontrava fechado.

com ele já é possível demonstrar as estratégias e recursos utilizados para a inserção da família na política em âmbito nacional, como também por ser um momento em que, devido a morte do Conselheiro, elementos de sua trajetória pessoal e familiar são retomados e reforçados.

Grynszpan aponta que o estudo das trajetórias nos

permite avaliar as estratégias e ações de atores em diferentes situações e posições sociais, seus movimentos, seus recursos, as formas como os utilizam ou procuram maximizá-los, suas redes de relações, como se estruturam, como as acionam, nelas se locomovem ou as abandonam.²⁴

Ao tratar do Conselheiro observando sua família e seu entorno, seguimos a indicação de Ginzburg quando diz que o nome está cercado de linhas que convergem para ele e dele partem formando a imagem de um tecido social em que o indivíduo está inserido²⁵. Assim, inicialmente elegemos o sobrenome Antunes Maciel para rastrear a família no período colonial, buscando visualizar esta imagem e, a partir daí, ao longo das gerações, os indivíduos que se mantiveram mais próximos dos ascendentes do Conselheiro Maciel. O uso do nome como fio condutor já largamente difundido na historiografia brasileira como ferramenta metodológica segue os passos da micro-história italiana e, sem dúvida, é profícuo para a realização de muitos trabalhos. Entretanto, o nome não é apenas um fio ou uma bússola e, neste sentido concordamos com a crítica feita por Weimer em seu trabalho sobre como o passado escravista e o período subsequente à abolição da escravidão vêm sendo lembrados ao longo do século XX, na região do litoral norte do Rio Grande do Sul. De acordo com ele, ao abordar a família dos “Inácios” e as práticas de nomeação e memória da escravidão, os micro-historiadores, com frequência, desprezaram o papel simbólico da nomeação esvaziando o poder classificatório dos nomes e suas camadas de significação²⁶. Apoiado em revisão

²⁴ GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. **Revista brasileira de ciências sociais**, n. 14, out. 1990, p. 74-5.

²⁵ GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo (Org.) **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1989, p.5.

²⁶ WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente da Felisberta**. Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c.1847-tempo presente). Tese (Doutorado em História) UFF, 2013, p.321. No capítulo 5 o autor propõe uma análise da inter-relação entre nomeação, identidade social e memória entre os descendentes de Felisberta e Manoel Inácio, por meio do estudo dos sobrenomes, *tecnonímicos* e prenomes utilizados por eles. Tecnonímico seria, conforme Woortmann citado pelo autor, a prática de atribuir ao filho como segundo termo de um prenome composto, o prenome do pai – ou avós – se legítimo, ou da mãe se natural. Weimer ainda aponta que Woortmann provavelmente se apropriou da noção de *tecnônimo* empregada por Lévi-Strauss, ou seja, “formas de nomeação que situam os indivíduos em relação a um determinado familiar.

bibliográfica, sobretudo oriunda da antropologia onde as práticas de nomeação são tema clássico, o autor expõe que os nomes não são neutros, traduzindo relações de poder e hierarquias. Assim, “nomes trazem impressos tradições, memórias e experiências vividas. Evidenciam formas de se relacionar com o passado. A ele rendem homenagem e também projetam o que se espera do devir.”²⁷. Conforme Weimer:

Por práticas de nomeação entende-se as maneiras pelas quais os homens, em sociedade, atribuem, para si e para outrem, formas de denominação pessoal; as maneiras pelas quais manipulam, ocultam ou evidenciam em diversos contextos sociais tais denominações; as formas pelas quais, através de nomes, prenomes e apelidos, os indivíduos relacionam-se com a história e com tradições herdadas; as formas pelas quais os nomes são operados no sentido de reiterar hierarquias sociais, afirmar estatutos, ou mesmo contestá-los.²⁸

Aprofundando a discussão Weimer cita Zonabend que demonstrou como o sobrenome “suporta memórias familiares e a filiação a uma linhagem (...). Da mesma maneira, os prenomes desempenhavam esse papel na medida em que eram herdados de geração em geração.”²⁹ Ainda conforme Weimer o nome recebido de pais, avós e padrinhos era a herança do passado a ser carregada, sendo construções histórico-culturais, os atores sociais que são submetidos a estas heranças e invenções também se apropriam e nelas se constroem³⁰. Desta maneira, a sucessão dos nomes Francisco e Aníbal de forma isolada ou combinada ao longo de gerações, bem como a manutenção do sobrenome Antunes Maciel nos remete para a construção de uma herança, um patrimônio imaterial tecido no tempo e inscrito em cada indivíduo.

Como parte deste trabalho tratará da atuação política da família Antunes Maciel, estamos atentos a algumas das observações tecidas por Grijó ao analisar as trajetórias da chamada “Geração de 1907”³¹. Afirma o autor que, para se explicar as práticas políticas em sua economia própria, no Brasil, é necessário buscar conceitos que remetem às relações de reciprocidade e também a importância das redes sociais. De acordo com ele,

No caso do Rio Grande do Sul é perceptível a presença das relações de reciprocidade, a importância dos grupos familiares, da tradição militar, o peso do diploma de bacharel em Direito, as relações de patronagem e clientela; tais pesos além ou aquém de instâncias ou instituições formais, como o Estado constitucional, os partidos políticos ou as burocracias públicas. O mundo no qual os agentes (...) se moviam era entrecortado por

²⁷ WEIMER, op.cit., p.330.

²⁸ Ibid, p.323.

²⁹ Ibid, p. 328.

³⁰ Ibid, p. 331.

³¹ GRIJÓ, Luiz Alberto. **Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “Geração de 1907”**. Porto Alegre: UFRGS, 1998. Dissertação de mestrado.

estas lógicas específicas as quais eles, inclusive por terem sido mais ou menos bem sucedidos em suas carreiras políticas, sabiam manejar.³²

Em que pese a capacidade de manejo dessas lógicas, estes indivíduos agiam a partir da tecitura de estratégias. Como exposto por Revel, no prefácio da obra de Levi, as estratégias não são livres, estão ligadas a valores e cercadas por limitações. Entende-se assim que as estratégias

encontram pontos de apoio que autorizam uma ação, na maior parte das vezes coletiva, cujos caminhos podem ser sinuosos mas cuja finalidade é clara: a sobrevivência biológica do grupo, a conservação do status social de uma geração para outra (e, se possível, seu fortalecimento), um melhor controle do meio natural e social.³³

Assim, busco entender as estratégias de reprodução social dessa família de elite e o uso do conceito de estratégia, sendo esta apreendida na acepção de Levi, quando expõe que “durante a vida de cada um aparecem, ciclicamente, problemas, incertezas, escolhas, enfim, uma política da vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica das normas sociais”³⁴. A racionalidade que norteia as escolhas e decisões dos indivíduos é limitada e, neste sentido, nos aproximamos, da perspectiva adotada por Kühn ao expor que “os indivíduos agem dentro de uma sociedade em que os recursos materiais, culturais e cognitivos disponíveis são distribuídos de modo desigual”³⁵. Desta forma, para o autor,

A dinâmica familiar era caracterizada, portanto, pelo emprego de estratégias complexas que não obedeciam a uma racionalidade abstrata, mas sim buscavam uma melhor adaptação a um mundo de alto risco (sobre esse aspecto, a fronteira meridional apresentava-se como cenário perfeito)³⁶

As análises tecidas por este autor ao estudar a família, no período colonial, nos Campos de Viamão, privilegiando suas estratégias familiares e políticas foram de grande valia para esta tese, uma vez que nos forneceram uma espécie de lastro para compreender a migração dos Antunes Maciel para o extremo sul da América, espaço de constante disputa entre as coroas ibéricas.

O território atual do Rio Grande do Sul perpassou os séculos XVII, XVIII e primeira metade do século XIX com seus limites políticos indefinidos. As guerras de independência dos países hispano-americanos, a partir de 1810, repercutiram,

³² GRIJÓ, 1998, p.22.

³³ LEVI, Giovanni. **A herança imaterial:** trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.28.

³⁴ Ibid., p.45.

³⁵ KÜHN, 2014, p.14.

³⁶ Ibid., p.15.

especialmente, ao sul da colônia portuguesa. A Banda Oriental - parte das Províncias do Rio da Prata - foi anexada ao Império Brasileiro com a constituição da Província Cisplatina, que posteriormente se tornaria um país. Em 1828, este país teve sua formalização, mas não houve a fixação dos limites. Assim, por volta da segunda metade do século XIX houve a fixação dos limites do Rio Grande do Sul com o Uruguai e a Argentina, respectivamente em 1851 e 1856. Porém, este tratado de 1851 foi reformado em 1909 quando novo acordo foi firmado garantindo ao Uruguai o acesso ao Rio Jaguarão e a Lagoa Mirim por meio do Tratado das Águas³⁷. Até fins do século XIX, não haviam fronteiras especificamente nacionais, mas fronteiras “provinciais”³⁸ nas quais estes indivíduos se moviam.

No que tange as discussões sobre fronteira, estamos tratando desta enquanto um espaço impreciso acerca de quem exercia a soberania, mas com um trânsito constante de homens e mercadorias, que circulavam nas mais variadas direções. Além disso “em termos administrativos, o espaço fronteiriço era diferenciado, especialmente pelo fato de haver uma menor presença (porém não inexistência) do aparato estatal”³⁹.

Thompson Flores propõe a utilização do conceito de “fronteira manejada” para pensar as especificidades do espaço sulino. Carregando a ambiguidade de ser a um só tempo início e fim, separação e contato, habitar a fronteira implicava ter presente a noção do ser estrangeiro ou do outro estrangeiro. Sem ser um dado fixo, “está sujeita à constante alteração de organização e significados e que isso incide na variação das relações constituídas nesse espaço”⁴⁰. Além disso, outro elemento listado pela autora enquanto componente do conceito de fronteira manejada é que “se o espaço fronteiriço se altera constantemente, em consequência, podem se alterar os significados que os indivíduos atribuem ao espaço. Neste sentido, relações estabelecidas em um determinado contexto podem tornar-se incoerentes em outro momento”⁴¹. A fronteira é, assim, um conceito importante para se pensar na medida em que a família Antunes Maciel tinha propriedades

³⁷ DEMUTTI, Clayton do Nascimento. **Jaguarão, suas águas e o tratado de 1909**: uma reflexão a partir das charges da revista Careta. Trabalho de Conclusão de Curso. Jaguarão: Unipampa, 2015.

³⁸ THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. **Crimes de fronteira**: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889). Porto Alegre: PUC, 2012. Tese de Doutorado. P.56. Retomando a historiografia platina e também a brasileira da década de 1990 a autora expõe acerca da ideia de “integração fronteiriça” presente nessa produção, ou seja, o cotidiano fronteiriço, algo que nos interessa aqui, promove contatos não se tratando de “fronteiras-barreiras”.

³⁹ KÜHN, 2014, p.16.

⁴⁰ THOMPSON FLORES, op. cit., p.71.

⁴¹ Ibid.

no “Estado Cisplatino” - posteriormente Uruguai - e as manteve por gerações. Se defender a fronteira foi uma das atividades as quais se dedicaram mais de uma geração, manejá-la em momentos de conflito como a Revolução Federalista de 1893 foi uma das alternativas encontradas pela família.

Outro termo que será empregado para tratar dos objetivos desta tese é o termo elite e por isso convém que se esclareça seu uso. Para além de se referir a um grupo que ocupa o “topo”, Martins apontará como um identificador das elites o fato de terem como objetivo assim se manter, ou seja, permanecer controlando ao máximo o capital quer seja ele político, econômico, ou social. Para isso, precisam desenvolver estratégias e estarem atentas para fazer as alianças mais convenientes a esse fim⁴². Em trabalho sobre elites regionais brasileiras a partir da análise dos charqueadores de Pelotas, Vargas aprofundou a definição,

grupos formados por indivíduos e famílias que concentravam os recursos materiais e imateriais mais valorizados no contexto histórico em que viviam e que, na maioria das sociedades, envolviam critérios de riqueza, poder e status. Neste sentido, as elites reuniam as melhores condições para negociar e impor os seus projetos, influenciando, desta forma, decisivamente nos rumos da sociedade na qual ocupavam o topo da hierarquia. Estes mesmos grupos eram legitimamente reconhecidos como as elites tanto pelos habitantes de seus territórios, quanto pelas elites dos territórios vizinhos e grandes centros políticos nos quais estavam inseridos. Por fim, as elites deviam apresentar uma ‘consciência de elite’, refletida nos seus estilos de vida, nas políticas de sucessão familiar e nas engenharias matrimoniais. Quanto mais um grupo concentrava estes fatores e quanto mais pessoas eles eram capazes de incluir no direcionamento dos seus projetos, mais no topo da hierarquia social os indivíduos e famílias deveriam se encontrar.⁴³

A concentração dos recursos valorizados no contexto em que viveu, levou Francisco Antunes Maciel a uma posição entre a elite dirigente do Império num momento em que o Rio Grande do Sul deixava de ser uma província sem representantes. Como destacou Vargas em importante trabalho sobre os mediadores políticos, nos onze anos que antecedem a queda do Império, o Rio Grande do Sul teve mais do que o dobro de ministros que em todas as décadas anteriores somadas⁴⁴. Mas conseguir transitar “*entre a paróquia e a Corte*” demandava dominar códigos de conduta desses sistemas. Assim,

⁴² MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar: o Conselho de Estado no Brasil Imperial. **Topói**, v.7, n.12, jan-jun. 2006. p. 213.

⁴³ VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre as elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)**. Tese (Doutorado em História), Rio de Janeiro, PPGHIS/UFRJ, 2013. p.37.

⁴⁴ VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010, p.19.

adotaremos aqui a perspectiva já esboçada por Vargas ao estudar a elite política do Rio Grande do Sul. A noção de mediador político será importante a fim de perceber as características diferenciadas de Francisco, que foram responsáveis por alçá-lo ao mundo exterior à província⁴⁵.

Levi aborda que o nascimento do Estado Absolutista se deu em meio a conflitos entre o Centro e as periferias e que a estrutura com a qual as novas formações estatais se organizaram foi amplamente determinada pelo modo através do qual cada realidade camponesa reagiu. Estes embates foram contidos ou amenizados pela atuação de mediadores que pertenciam aos “grupos locais de importância”⁴⁶. Conforme Silverman o mediador é uma espécie de intermediário que faz a conexão entre o sistema local e o nacional, reunindo em si a habilidade de interagir com os dois sistemas. Seu poder na comunidade local se sustenta exatamente na sua capacidade de alcançar o mundo exterior e dele trazer recursos e informações necessárias a segurança e desenvolvimento do sistema local⁴⁷.

Trabalhos que analisem de que maneira mediadores políticos, sobretudo vinculados ao partido liberal, permaneceram na política nacional após a queda do império ainda são poucos, embora exista inúmeros trabalhos acerca da política provincial, muitos destes ficam restritos aos programas partidários e a imprensa. No caso do Partido Liberal, a referência à Silveira Martins acaba por submergir a participação e importância de outros políticos.

Neste sentido, estudar a atuação da família Antunes Maciel e sua projeção política nos permitirá entender melhor a trama do tecido que envolve a sua participação nos diferentes níveis. Além disso, a ascensão e consolidação do Partido Republicano Rio-grandense no Estado após a Proclamação da República acarretou uma crise traduzida na redefinição do prestígio das lideranças políticas no Rio Grande do Sul, tal como do próprio Silveira Martins.

No que diz respeito a revisão bibliográfica, esta será retomada no decorrer dos capítulos, uma vez que dada a amplitude temporal várias pesquisas serão trazidas para dialogar com esta tese. Cabe destacar que, embora haja outros trabalhos que tangenciam

⁴⁵ Sobre o conceito de mediador ver GRIJÓ, Luiz Alberto. **Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “Geração de 1907”**. Porto Alegre: UFRGS, 1998. Dissertação de mestrado.

⁴⁶ LEVI, 2000, p.51.

⁴⁷ SILVERMAN, Sydel. El padronazgo como mito. In: GELLNER, Ernest et al. **Patronos y clientes en las sociedades mediterráneas**. Madri, Jucar, 1986. p.17-33.

a família Antunes Maciel, nenhum deles tem como foco investigar a trajetória familiar, suas estratégias e atuação política⁴⁸. Por outro lado, torna-se relevante apontar a quantidade de pesquisas que de alguma forma mencionam esta família e, em alguns momentos, a dificuldade com a identificação de seus membros, haja vista a repetição sucessiva dos nomes tanto de homens quanto de mulheres entre a parentela⁴⁹.

Para tanto, o primeiro capítulo desta tese, dividido em subcapítulos, versará sobre a constituição do patrimônio material da família que migra de São Paulo para o extremo sul da América portuguesa e como ela se articula nesta conjuntura bélica de disputas territoriais entre as duas coroas ibéricas. Neste contexto, com a ajuda das genealogias, é possível encontrar indícios de suas estratégias familiares sendo postas em ação, bem como observar de que maneira o contexto beligerante foi favorável para a constituição de seu patrimônio material e imaterial.

No avançar do século XIX, pelo menos um dos Maciel se dedica a atividade charqueadora e desponta como uma das maiores fortunas inventariadas em Pelotas. Entre charqueadas e estâncias, a posse de terras e gados no Uruguai levava a uma intensa circulação da família em ambos os lados da fronteira. Além disso, observamos a reatualização de laços familiares que entrelaçaram compadrio, negócios e heranças. Neste capítulo 2 também ganha ênfase a atuação de Eliseu Antunes Maciel e a vinculação dos filhos de Eliseu com a família do Barão de Butuí.

No capítulo 3 apresentaremos uma espécie de panorama das diferentes “funções” desempenhadas pelos membros da família, quer sejam elas políticas, econômicas e/ou garantidoras de status e prestígio, como a Guarda Nacional. Na “promissora” década de 1880, os Antunes Maciel que integravam o Partido Liberal, ocupavam vereança em Pelotas, presidências da Câmara Municipal, presidência da província, títulos de nobreza

⁴⁸ Como exemplo podemos citar OGNIBENI, Denise. **Charqueadas pelotenses no século XIX: cotidiano, estabilidade e movimento.** Tese (doutorado em História), Porto Alegre, PUC-RS, 2005; PINTO, Natália Garcia. A família de Luís e Maria, escravos do coronel Aníbal Antunes Maciel: hierarquia social, parentesco e liberdade nas últimas décadas da escravidão em Pelotas/ RS, século XIX. In: XII Encontro Estadual de História Anpuh/RS. Disponível em: http://www.eeh2014.anpuhrs.org.br/resources/anais/30/1405455160_ARQUIVO_AFAMILIADELUISE MARIA.pdf. VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a corte...** VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas margens do Atlântico...**

⁴⁹ Ognibeni ao tratar do coronel Aníbal Antunes Maciel diz que este era “pai de Francisco Aníbal Maciel, Capitão e Conselheiro do Império”. Francisco Antunes Maciel que chegará a ser Conselheiro do Império não é filho, mas sobrinho do Coronel Aníbal sendo um dos filhos de Eliseu Antunes Maciel. Francisco Aníbal filho do Coronel foi capitão e faleceu em 1877, portanto muito antes de seu primo chegar ao cargo de Conselheiro. OGNIBENI, Denise. Op. cit, p.182.

e o pertencimento à elite dentro da Assembleia Provincial culminando com o cargo de Ministro do Império.

O capítulo 4 enfocará a trajetória de Francisco, o início de seus estudos, sua particular formação acadêmica, seus colegas de faculdade e de outros espaços de sociabilidade em São Paulo, sua atuação profissional como advogado e como político, o matrimônio e os filhos. Francisco acumulou e geriu diferentes recursos válidos em seu contexto, bem como utilizou a estratégia familiar de se vincular mediante matrimônio com outra família importante de Pelotas e uma das mais antigas a receber título de nobreza, os Moreira. A atuação do Conselheiro Maciel enquanto mediador será abordada neste capítulo. Durante o período em que ocupou o cargo de Ministro, Maciel teve suas propostas e decisões divulgadas e discutidas na imprensa pelotense tornando-se interessante analisar como estas eram defendidas ou criticadas por seus opositores na cidade. Uma das questões mais polêmicas envolvia o projeto de fundação da Escola de Agronomia e Veterinária Eliseu Maciel.

O último capítulo aborda a trajetória política de Maciel após o cargo de Conselheiro. A sua atuação no Partido Liberal e depois no Partido Federalista e a posterior conflagração da Revolução Federalista em que vários Antunes Maciel tomaram parte. Com a morte de Silveira Martins, Francisco assume chefia do Partido Federalista, permanecendo até 1917 quando falece no Rio de Janeiro. Neste período, seu filho Francisco era preparado junto aos correligionários para assumir o espaço político do pai herdando um patrimônio material e imaterial. Francisco Antunes Maciel Júnior não só deu continuidade à trajetória da família como também o superou no que se refere ao tempo em que esteve envolvido na política.

CAPÍTULO I – No extremo meridional da América: a migração, a fronteira, as guerras e a família Antunes Maciel na formação do patrimônio

1.1 As irmãs Maciel migram para a fronteira sul da América portuguesa

Quem foi que mais ajudou a expulsar os castelhanos? Foi Pinto Bandeira. É um oficial de tropa? Não. É um estancieiro. E assim outros e outros... (...) Maneco ouvira muitas histórias. Pelo que contavam, todo o Continente ia sendo aos poucos dividido em sesmarias. Isso seria muito bom se houvesse justiça e decência. Mas não havia. Em vez de muitos homens ganharem sesmarias pequenas, poucos homens ganhavam campos demais, tanta terra que a vista nem alcançava. Tinham lhe explicado que o governo fazia tudo que os grandes estancieiros pediam porque precisava deles. Como não podia manter no Continente guarnições muito grandes de soldados profissionais, precisava contar com esses fazendeiros, aos quais apelava em caso de guerra. (...) E como recompensa de seus serviços, esses senhores de grandes sesmarias ganhavam às vezes títulos de nobreza, privilégios, terras, terras e mais terras. Erico Veríssimo, O Continente, vol 1, 1949, p.126.

A província de Rio Grande de São Pedro forjou-se no contexto das disputas envolvendo indígenas e os súditos das coroas ibéricas. Sua história, como escreveu Veríssimo na obra “*O Tempo e o Vento*” é fortemente marcada pelas disputas de fronteira, pelos longos confrontos armados que se desenrolaram por territórios já ocupados por diversos grupos indígenas e com os quais portugueses e espanhóis tiveram que estabelecer algum tipo de relação, quer fosse ela de negociação ou de conflito. Entre lusos, hispânicos e seus descendentes já nascidos em solo americano, tempos de paz e de guerra margearam suas escolhas e condicionaram suas vidas. A situação fronteiriça é um elemento que torna este espaço peculiar, mas não a fronteira concebida como acabada, dada de antemão, mas envolvendo um processo que compreende outras determinantes para além dos conflitos externos e internos.

Ao atentar para o espaço físico disputado, serras, campos, vastas planícies, extenso litoral com território repleto de lagoas e rios observamos os sujeitos se movimentarem – em fuga ou migração – mas também fixarem suas moradas. É nesta região, ao sul “do sul” marcada e demarcada por linhas imaginárias e tratados que, pelo menos, parte dos Antunes Maciel vem se fixar. As irmãs paulistas – Ana, Joana, Rita e Maria Maciel - migram para o sul chegando até a Capela do Viamão, “de início, ficaram

todas nas terras ocupadas pelos esposos em segundas núpcias de duas delas [Maria e Joana], ou seja, naquelas que pertenceram aos de nome João de Magalhães, pai e filho, pessoas de influência na região.”⁵⁰. As irmãs Maciel eram filhas do coronel Antônio Antunes Maciel, um dos descobridores das minas de Cuiabá e que havia comandado uma companhia de ordenanças de Sorocaba⁵¹.

A hipótese de Santos é de que o início da relação entre as famílias Antunes Maciel e Magalhães teria ocorrido quando o lagunista João de Magalhães (o moço) conduzia tropas até Sorocaba. Lá se casa, em 1741, com Joana Garcia Maciel e após algum tempo de permanência - pois seu primeiro filho Ignácio Magalhães é sorocabano - retorna a Laguna. Apesar do interesse em destacar a trajetória da descendência de Ana, convém tecer algumas considerações sobre sua irmã Maria a fim de apontar informações sobre a condição da família que migrava. Conforme Kühn, as habilitações matrimoniais dos filhos de Maria são claras e trazem informações importantes, ainda que se tenha que considerar a possibilidade de testemunhos falsos visando alcançar as dispensas necessárias, os filhos do casal Maria Moreira Maciel e o capitão Manuel dos Santos Robalo – seu primeiro marido já falecido – informam que se tratava de uma família empobrecida de Sorocaba⁵². Portanto, a decisão de Maria de migrar com as irmãs e os filhos em direção à fronteira sul tratava-se de uma possibilidade nova para uma viúva cujo marido não havia sido destacado membro da elite local⁵³. Não foi possível precisar o ano em que ocorre a migração, ou mesmo se viajaram todas as irmãs ao mesmo tempo,

⁵⁰ SANTOS, José. F. de Assumpção. **Uma linhagem Sul Rio-Grandense**: os “Antunes Maciel”. Instituto Genealógico Brasileiro, 1958, p.137. Este autor ainda complementa que “Ambos foram sesmeiros, após as concessões oficiais dos meados do século, porém ‘o Povoador’ retinha terras nas cercanias da Capela desde 1735, mais tarde requeridas”. KÜHN nos informa que João de Magalhães, provavelmente “o velho”, havia sido genro do capitão-mor de Laguna Francisco de Brito Peixoto falecido em 1735. Nesta mesma data (1735) falece sua filha Ana de Brito deixando João de Magalhães viúvo. KÜHN, 2014, p.27. Hameister que também abordará este caso em sua tese expõe que por volta de 1715 João de Magalhães já havia adentrado a região que viria a se chamar Continente do Rio Grande de São Pedro em uma expedição para busca de gados e reconhecimento. HAMEISTER, Martha D. **Para dar calor à nova povoação**: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763). Tese de Doutorado. PPGHIS/UFRJ, 2006.

⁵¹ SANTOS, 1958, p.146. Setúbal em sua obra refere que, “Com Antônio Antunes Maciel, que trouxera a São Paulo as primeiras amostras de ouro, viera, estridente, a fama das minas.”. SETÚBAL, Paulo. **O ouro de Cuiabá**. Crônicas. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1950, p.43.

⁵² De acordo com o genealogista Maria e Manoel haviam casado em 1727. SANTOS, 1958, p.137.

⁵³ KÜHN, 2014, p.57. De acordo com o autor, no processo de casamento do filho de Maria, Antônio de Santos Robalo, uma das testemunhas afirma que o noivo era “muito pobre” e que sua família “não o poderá tratar e para haver de fazer alguma roupa com que cubra as carnes é necessário andar trabalhando de jornal”.

contudo Ana, mãe de Bernardo, do qual trataremos posteriormente, havia dado a luz em São Paulo em 1748, ou seja, a migração provavelmente foi posterior a esta data.

Maria Moreira Maciel, conforme depoimento de sua filha no processo de seu segundo casamento, devia ter permanecido por cerca de seis meses em Laguna e em seguida o núcleo familiar se mudou para Viamão⁵⁴. João de Magalhães, seu segundo marido, era minhoto e encarnava o “protótipo do desbravador ou conquistador à perfeição”, foi juiz ordinário e genro do capitão-mor da vila de Laguna, porém preterido na herança deste⁵⁵. Na migração para a nova freguesia foram todos os filhos de Maria Moreira Maciel com seu primeiro marido, além de suas irmãs Joana e Ana⁵⁶. Completando a “massa migratória” estava a maioria dos filhos do primeiro matrimônio de João de Magalhães. Com relação ao primeiro matrimônio de João, Hameister informa que os familiares dele e de sua primeira esposa haviam vendido gado para a praça da Colônia do Sacramento, em 1735, “socorrendo com alimentos os contingentes lusos sitiados pelos soldados e índios dos espanhóis”. Eram, ainda de acordo com a autora, “detentores de prestígio. As qualidades angariadas na formação do povoado estavam agregadas ao seu nome. (...) João de Magalhães **era um nome**, construído e fortalecido **em e com** a sua trajetória”⁵⁷.

Assim, transferiram-se para Viamão nas décadas de 1740 e 1750 “mais de vinte pessoas adultas (muitas já casadas), todas aparentadas entre si, sem contar os filhos menores desses casais, os netos descendentes de Maria Moreira Maciel e João de Magalhães⁵⁸. Os Campos de Viamão constituíam-se em uma nova fronteira do império português e abrangiam “uma área de considerável extensão no nordeste do atual Rio Grande do Sul. Os tais campos corresponderiam às terras situadas ao sul a baliza fluvial do Guaíba e da Lagoa dos Patos”⁵⁹.

Conforme Osório, “territórios sob domínios (e disputa) espanhol e português compartilhavam uma estrutura produtiva similar, compondo uma mesma paisagem agrária, que se estendeu em um *continuum* desde Buenos Aires e seu *hinterland* à Banda

⁵⁴ KÜHN, 2014, p.63.

⁵⁵ Ibid., p.61.

⁵⁶ Com relação a Rita, a genealogia nos informa apenas que ela havia casado em 1749 com Antônio Fernandes Siqueira que havia deixado descendência no Estado. SANTOS, 1958, p.150.

⁵⁷ HAMEISTER, op.cit., p. 121. Grifo da autora.

⁵⁸ KÜHN, 2014, p.63.

⁵⁹ Ibid. p.69.

Oriental do rio Uruguai (atual Uruguai) até o atual Rio Grande do Sul⁶⁰. Assim, a fronteira é parte deste *continuum*, não possuindo demarcação definitiva e configurando-se “enquanto uma zona na qual circulavam homens e bens de ambos os impérios”⁶¹. É nesta paisagem que os Antunes Maciel se estabelecerão com campos para criação de animais. A criação de gado nas vastas planícies originou uma mercadoria apreciada e que permaneceu sendo comercializada ao longo do tempo em que foram se estabelecendo os primeiros povoados, o couro. Juntamente com o trigo e o charque, estas mercadorias experimentaram um crescimento significativo alavancando suas exportações. Fragoso e Florentino mostraram como o Rio de Janeiro era abastecido por uma ampla rede intracolonial que abarcava o Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. Desta maneira, o Rio Grande do sul estava fortemente interligado às demais capitanias, num intenso comércio de mercadorias.

O território do atual Rio Grande do Sul, para onde as Antunes Maciel migraram, lidava com a incerteza enquanto componente da vida social. A fundação do presídio militar de Rio Grande, em 1737, não estabeleceu um domínio português de fato e a assinatura do tratado de Madri (1750), com a troca dos Sete Povos das Missões, cedido aos portugueses em troca da Colônia do Sacramento, por sua vez cedida aos espanhóis, levaria a demarcação iniciada em 1752 e as investidas luso-espanholas sobre a população indígena missioneira que resistiu. Posteriormente, com o Tratado de El Pardo (1761-1762) há uma retomada da região das Missões pelos espanhóis e só em 1776 os portugueses assumem o controle sobre o território do Rio Grande de São Pedro. Assim a migração das Macieis, entre as décadas de 1740 e 1750, e também as migrações posteriores dentro do Continente, estão imersas neste clima de instabilidade.

Francisco Rodrigues Machado que havia casado em 1736 em Sorocaba com Ana Barbosa Maciel integrará, após a migração para o sul, juntamente com o filho Bernardo Antunes Maciel, a Cavalaria Ligeira do Continente de São Pedro, atuando na defesa do território luso⁶². Faria, em obra basilar sobre a família no período colonial, apontou que migrar era uma característica dos homens e mulheres coloniais, tratando-se, segundo a autora de uma “colônia em movimento”⁶³. A migração foi pensada por Kühn como um

⁶⁰ OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América**: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p.39.

⁶¹ OSÓRIO, 2007 p.40.

⁶² SANTOS, 1958. Santos informa que parte da família Antunes Maciel havia sido pesquisada por Luiz Gonzaga da Silva Leme, porém, apenas na vertente que permaneceu em São Paulo.

⁶³ FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

mecanismo de sobrevivência das elites em que migrar “significava poder tentar reproduzir as práticas sociais dos antepassados em outras regiões”⁶⁴. Esse, conforme o autor, era um “padrão característico da elite paulista, que seria replicado na fronteira meridional, em maior ou menor medida”⁶⁵. Como se pode perceber, pelos processos de casamento, as irmãs Maciel embora pudessem descender de família importante, naquele momento tratava-se de “um ramo empobrecido da elite sorocabana que se enlaçou com diversas famílias residentes em Laguna”⁶⁶.

Os Campos de Viamão, por esta época apresentavam, segundo Kühn, um crescimento populacional acelerado, contando com cerca de cinquenta famílias, com mais de duzentas pessoas, sendo que alguns eram fazendeiros. Sediavam uma capela desde 1741 e, ao final de 1747, era transformada em freguesia⁶⁷. Ainda em sua “fase lagunense”, segundo o autor, a capela e depois freguesia de Viamão saltou de 282 para cerca de 800 o número de fregueses sendo que, no final da década de 1740 e início de 1750 – período em que as Maciel chegam –, o número de fogos mais do que duplicou⁶⁸. Entre os fatores que podem ter contribuído para este crescimento estão:

o relativo esvaziamento econômico de Laguna, que provocou a migração de alguns de seus moradores para Viamão; a fundação da vila de Rio Grande em 1737, ponto de referência para a população portuguesa residente em Viamão, que para lá se deslocava para batizar seus filhos, por exemplo; ou ainda a própria dinâmica econômica da região, cada vez mais integrada aos mercados consumidores de gado do sudeste brasileiro.⁶⁹

A maior integração econômica da região, evidenciando a rede intracolônial da qual falamos anteriormente, foi provavelmente um atrativo muito importante para as famílias que buscavam se estabelecer. Fazia parte também das estratégias das famílias que pretendiam se fixar por estas paragens a escolha dos padrinhos de seus filhos. Francisco e Ana Maciel, em 1751, tiveram uma filha para a qual escolheram como padrinho Jerônimo de Ornelas, um dos membros da “primeira elite colonial”⁷⁰. Embora Jerônimo tivesse sido padrinho poucas vezes, seus filhos apadrinharam várias crianças, especialmente as cunhadas, que eram escolhidas como madrinhas de seus sobrinhos, um padrão detectado por Kühn. A única criança amadrinhada pela esposa de Jerônimo, D.

⁶⁴ KÜHN, 2014, p.15.

⁶⁵ Ibid.

⁶⁶ Ibid., p.62.

⁶⁷ Ibid., p.28.

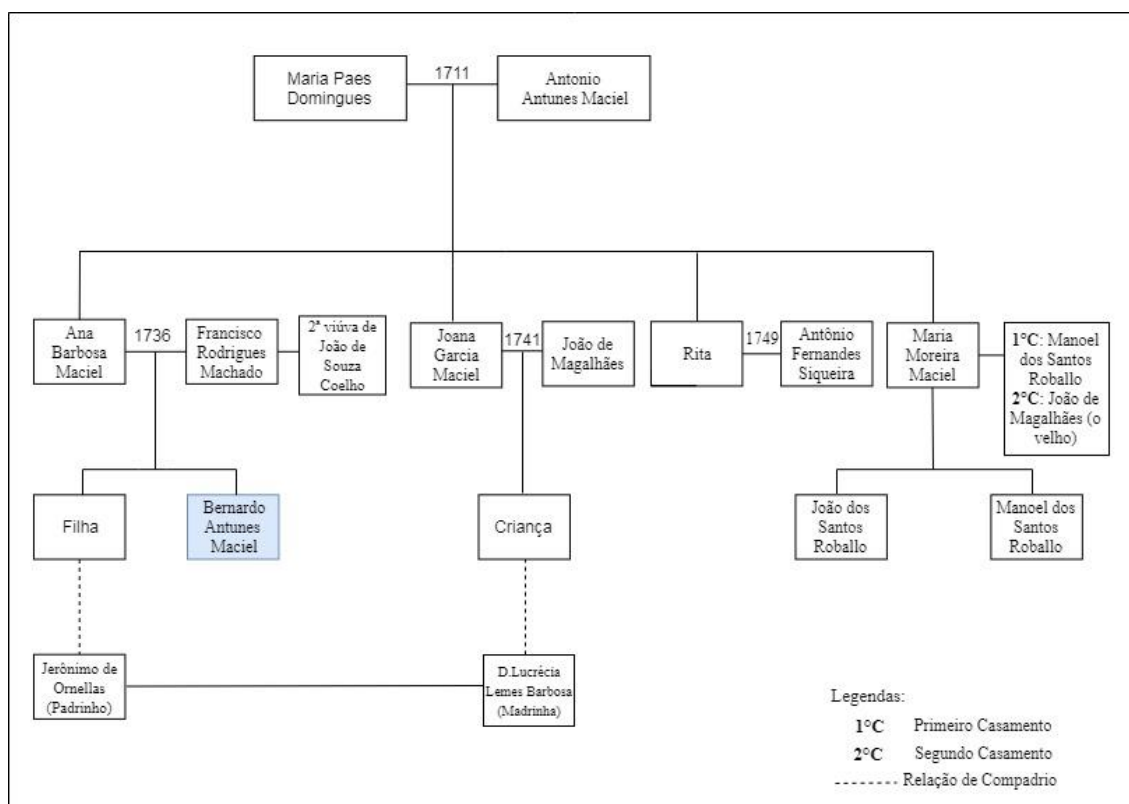
⁶⁸ Ibid., p.70.

⁶⁹ Ibid., p.71.

⁷⁰ Ibid., p.177.

Lucrécia Lemes Barbosa, era também Maciel, uma filha de João de Magalhães, o moço, casado com Joana Maciel, como é possível visualizar abaixo⁷¹.

Figura 1- Genealogia e relações de compadrio



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados.

A discussão acerca das relações de compadrio dão conta de que estas relações eram responsáveis por reforçar ou criar laços novos. Estabelecendo vínculos, as relações de compadrio entre a elite serviriam tanto para reforçar as alianças existentes, enfatizando a solidariedade interna, quanto para assinalar a exclusão de outros grupos sociais. Assim,

a especificidade do compadrio talvez residisse exatamente no fato de apresentar uma grande possibilidade de extensão – uma pessoa poderia apadrinhar um número infinito de afilhados, incorporando à sua parentela inúmeras unidades familiares – e, ao mesmo tempo, permitir que se criassem sólidos vínculos entre pessoas das mais diferentes condições sociais, que passavam a se reconhecer como parentes.(...) O filhado, embora pudesse ser beneficiado pelo padrinho, não era seu herdeiro necessário. Por isso, a rigor, ninguém em princípio teria motivos para recusar um apadrinhamento. Pelo contrário, ter afilhados era um “capital” político importante.⁷²

Desta forma, ainda que não tenhamos alcançado outros dados acerca dos “compadres” escolhidos pelas irmãs Maciel, especialmente Ana, já podemos perceber que suas

⁷¹ KÜHN, 2014, p.177.

⁷² BRÜGGER, Silvia. **Minas Patriarcal: família e sociedade** (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX) São Paulo: Annablume, 2007, p.325 *Apud* PINTO, Natália Garcia. **A Benção Compadre: experiências de parentesco, escravidão e liberdade em Pelotas, 1830/1850**. São Leopoldo/RS: UNISINOS, 2012, p.21.

escolhas recaíram, ao menos duas vezes, na eleição de uma reconhecida família, um dos primeiros sesmeiros dos Campos de Viamão⁷³.

O estudo genealógico realizado por Santos da conta de que Francisco, pai de Bernardo, tinha o posto de Alferes Auxiliar e, ficando viúvo, havia contraído novo matrimônio, com a viúva de João de Souza Coelho. Ao se fixar em Rio Pardo, como aliás ocorrerá com boa parte dos Antunes Maciel que migrará novamente de Viamão para este local, ele se tornou proprietário de três campos no distrito de Cachoeira, sendo os dois primeiros adquiridos, provavelmente, da meação de sua segunda esposa e um por concessão datada de 27 de março de 1780. Nestes campos, haviam 1000 reses, 670 cavalos, 12 mulas e 13 burros⁷⁴. Além destas terras, conforme Aurélio Porto, ele teria recebido, em 1797, por concessão do Conde de Resende, matos de meia légua de frente por duas léguas de fundo, situados nas proximidades do Serro do Botucarahy e dos campos denominados “Faxinal”, na costa da Serra Geral⁷⁵. Desta forma, ainda que sem maiores dados acerca do patrimônio do Alferes Francisco, fica evidente, por meio da apresentação de semoventes, que sua atividade estava vinculada à criação e que, ao migrar para o sul e tomar parte nas batalhas, essas haviam lhe assegurado sesmarias além do posto de alferes, outro símbolo de diferenciação social.

Entretanto, porque as famílias de Ana e de Joana haviam se mudado para Rio Pardo? A resposta para esta pergunta poderia iniciar pela chegada de milhares de indígenas missioneiros, cerca de setecentas famílias que, após a tentativa de execução do Tratado de Madri (1750), são instaladas em Viamão e a possibilidade de uma revolta⁷⁶. Houve, ainda, uma onda de mortalidade com uma epidemia de bexigas (provavelmente varíola) com maior incidência em 1769, mas que se fez sentir nos anos seguintes, levando a óbito centenas de pessoas da freguesia e proximidades⁷⁷. Fora isso, havia uma conjuntura bélica e ocorreu a mudança da capital para Porto Alegre, dando início a um declínio de Viamão, que se viu sem máquina administrativa e com seus “principais moradores” se transferindo para a nova capital do Continente.

⁷³ Cabe destacar que dona Lucrecia, esposa de Jerônimo, era Leme, família aparentada com os Antunes Maciel em São Paulo.

⁷⁴ SANTOS, 1958, p.137. A concessão de terras teria sido dada após a morte de sua primeira esposa Anna Barbosa Maciel.

⁷⁵ PORTO, Aurélio, *apud* SANTOS, José. Op. cit., p.138.

⁷⁶ KÜHN, Fábio. 2014, p.85.

⁷⁷ *Ibid.*

Mas uma outra resposta, não expressa na pesquisa realizada pelo genealogista Santos, está no levantamento realizado por Kühn ao perscrutar as famílias dos primeiros povoadores. Ao analisar a trajetória da família de João Magalhães, o autor apresenta que houve um incidente envolvendo o filho mais velho de João – aquele que havia casado em Sorocaba com a viúva Joana Garcia Maciel, em 1741. Consta que, instalados em Viamão esse casal – João (o moço) e Joana - havia protagonizado um escândalo que devia ter provocado alvoroço no arraial. O fato ocorrido em 1757, enquanto o marido estava ausente – provavelmente continuava conduzindo tropas – levou o Reverendo Vigário a fazer um “auto de denúncia” contra Joana, no qual constava que ela

Seria ‘mulher de má língua e infamadora’; Seria ‘mulher de mau procedimento’ (vive com escândalo e concubinada); Teria enviado seu filho do primeiro casamento, Manuel grosso, juntamente com um comparsa, para violentar a mulher de Salvador Pinto (sua cunhada); Havia mandado ‘forçar e desonestar’ as suas cunhadas, a mulher de João de Azevedo e a mulher de Antônio José Viegas; Tratava mal de uma índia “administrada” de sua propriedade, que obrigava a “usar mal de si” para lhe trazer dinheiro e aguardentes; Teria mantido cópula ilícita com seu filho Manuel Pires, ‘o grosso, por alcunha’; Seria suspeita de feitiçaria.⁷⁸

Além disso, apontava sua vida pregressa na vila de Sorocaba informando que lá “fora sempre escandalosa e de mau procedimento”. Hameister tece algumas considerações acerca do registro deste incidente que nos parece pertinente expor, uma vez que a repetição de nomes também ocorre com a família Antunes Maciel. Mais do que apontar o nome como uma bússula, como abordamos na introdução, o nome está repleto de camadas de significação trazendo uma herança a ser carregada. No Auto de denúncia, Joana é dita “esposa de João de Magalhães, o moço” registro feito possivelmente, como expôs Hameister, para alertar leitores de locais distantes ou em tempos futuros⁷⁹. Assim, “O elo, a fusão de pai e filho fora rompido. Não podendo retomar o direito de uso do nome do filho, o pai, ou ainda, a sociedade com seus costumes, tratou de quebrar a identidade única que este nome lhes conferia.”⁸⁰.

⁷⁸ KÜHN, op.cit., p.67. Segundo Hameister “Além de compelir suas índias à prostituição, Joana imputava-lhes severos castigos físicos, sendo recorrentes os espancamentos e outras agressões. O *Auto de Denúncia* se detém sobre o caso da infeliz índia Suzana, espancada e queimada com brasa nos recantos mais recônditos de seu corpo. HAMEISTER, op. cit., p. 123. Grifo da autora.

⁷⁹ Hameister faz uma importante observação acerca dos nomes de pai e filho. Refere ela que “João é o único caso encontrado até o presente, de homônimos cuja identidade entre os portadores de mesmo nome é claramente separada nos róis de confessados consultados (AHCMPA – Róis dos Confessados de Viamão 1751, 1776, 1778 e Trelado do Rol dos Confessados de Triunfo 1758). Somente os João de Magalhães são assinalados no Rol dos Confessados de 1751 como ‘o moço’ e ‘o velho’.” HAMEISTER, op. cit., p. 122.

⁸⁰ HAMEISTER, op. cit., p.124.

Certamente que este incidente deve ter repercutido pelo arraial e impactado a parentela, colaborando para decisão de uma nova migração em direção a Rio Pardo. Para Kühn o movimento deve ter partido de Joana, que foi condenada pelo padre José Carlos da Silva à expulsão da freguesia sem poder retornar, o que realmente ocorreu, uma vez que ela morreu em 1766, no presídio de Rio Pardo⁸¹. Desta forma, pode-se pensar que a migração de parte da família - a de Joana - foi, de alguma maneira forçada, enquanto que a de Ana e de alguns sobrinhos, filhos de Maria, não é possível precisar. De acordo com Santos essa parentela se fixou no distrito de Cachoeira, em Rio Pardo⁸². Além de Bernardo Antunes Maciel, seus primos: João dos Santos Roballo - Tenente das Companhias de Cavalaria Ligeira, em 1784 - havia ocupado e requerido dois campos na região e o Capitão Manoel dos Santos Roballo – Alferes Auxiliar, que participou do combate em Santa Bárbara, e era nomeado prático da comissão de demarcação de limites - que recebeu por concessão um campo de duas léguas⁸³.

Conforme Santos, em 1774, Francisco tomava parte no combate de Santa Bárbara, ao lado do filho Bernardo e também de alguns sobrinhos⁸⁴. Esta batalha, ocorrida no rio Santa Bárbara, no dia 02 de janeiro daquele ano, foi comandada por Rafael Pinto Bandeira, que recebeu reforços sob o comando do paulista Cipriano Cardoso de Barros Leme e partiu em busca das tropas de Don Antonio Gómez, composta por cerca de 300 índios missioneiros e duas companhias de milicianos correntinos. Atacados de surpresa, as forças lideradas por Rafael, obtiveram êxito no confronto por meio do emprego da denominada “estratégia fabiana”⁸⁵. Tratava-se de mais um confronto travado entre forças lusas e espanholas pelo domínio do território.

1.2 Ao lado do bravo chefe da fronteira: Bernardo Antunes Maciel e o “bando”

Bernardo Antunes Maciel, em 1771, sentou praça com 23 anos presumíveis nas Companhias de Cavalaria Ligeira do Continente e, em 1779, tornou-se Cabo de Esquadra da 2ª Companhia com quartel em Rio Pardo, graduado em sargento⁸⁶. Ainda conforme

⁸¹ KÜHN, op. cit., p.67.

⁸² SANTOS, op. cit., p.138.

⁸³ Ibid.

⁸⁴ Ibid., p.137.

⁸⁵ KÜHN, Fábio. Rivalidades ibéricas no sul da América Portuguesa (1762-1801). In: NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto (Orgs.). **Continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p.57.

⁸⁶ SANTOS, op. cit., p.149.

Santos, que se utiliza de dois outros autores que apresentam a mesma informação, sabe-se também que Bernardo fazia parte das Comissões de Demarcações de Limites, quando atingiu o posto de capitão⁸⁷. Provavelmente foi no quartel que conheceu Antônio Lopes Duro, também cabo, que viria a se tornar seu sogro.

No que se refere aos confrontos com os espanhóis, de acordo com Osório, as deserções entre os soldados originários do Rio Grande ou que já estivessem estabelecidos há muito tempo nesta região era comum, sendo menos habitual entre os recém-chegados de outras regiões da América portuguesa. Assim, a argumentação do governador Marcelino de Figueiredo, em 1776, é interessante para pensar o estereótipo acerca dos paulistas. Dizia este ao general João Henrique Böhm que “eles paulistas não costumam fugir para os castelhanos”⁸⁸. Neste sentido, os filhos das irmãs Antunes Maciel, nascidos ainda em São Paulo e, lutando lado a lado contra os espanhóis, certamente poderiam ser utilizados como exemplos para ilustrar este argumento.

Durante este processo de disputa de territórios pelas coroas ibéricas, Bernardo Antunes Maciel se torna companheiro de Rafael Pinto Bandeira. Esse, além de ser bem-sucedido líder de corridas de gado, também se credenciava diante das autoridades como um eficiente combatente nas guerrilhas com os espanhóis⁸⁹. Conforme Gil, Rafael poderia ser encarado como líder de um poderoso “bando”⁹⁰. O termo bando é empregado no sentido de “organização de pessoas de diferentes estratos sociais, associados através de diversos vínculos, especialmente parentais e de reciprocidade”⁹¹. Assim, a formação do bando inclui o recrutamento de homens desde escravos até homens importantes do governo e do Império Português. As formas de cooptação se davam por meio de alianças matrimoniais, coerções extra-econômicas e laços de reciprocidade, sendo esta última

⁸⁷ Santos expõe que Teixeira de Carvalho reproduz Aurélio Porto nesta informação. SANTOS, op. cit., p.155.

⁸⁸ Governador Marcelino de Figueiredo *apud* OSÓRIO, Helen **O império português no sul...** p.60. Entre os motivos que levavam às deserções, que ocorria tanto em tempos de guerra quanto de paz, estavam os atrasos nos pagamentos dos soldados que chegavam a demorar dois anos, a falta uniformes e a disciplina militar. *Ibid.*, p.59

⁸⁹ KÜHN, 2010, p.45-68.

⁹⁰ GIL, Tiago Luís. O contrabando na fronteira: uma produção social de mercadorias. In: **Anais do V Congresso Nacional de História Econômica**. Caxambu: ABPHE, 2003. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_tiago_gil_o-contrabando-na-fronteira-uma-producao-social-de-mercadorias.pdf. Acessado em: 29.08.2016.

⁹¹ GIL, 2003, p.02.

dividida em: contrapartidas de guerra, concessões de terras e a proteção que os Pinto Bandeira poderiam garantir a alguns indivíduos⁹².

Em 1772, Francisco José da Rocha, enviado do Vice-rei nos campos de Viamão, informava que Pinto Bandeira se valia de seu posto militar enquanto comandante da fronteira para privilegiar partidários e dificultar a ação de outros arreadores concorrentes. Ainda que não o chamasse de contrabandista, posteriormente, outra devassa, desta vez em 1787, expõe uma tensão nos ânimos na fronteira. Uma das testemunhas ouvidas, o comerciante José Vieira da Cunha, que havia confessado contrabando, não acusa Pinto Bandeira, mas expõe, segundo Gil, que “havia alugado a canoa ao alferes da Cavalaria Ligeira Bernardo Antunes e um sócio, e que ouvira dizer que estes haviam feito contrabando com sua canoa”⁹³. O autor, em seu texto, também chega à conclusão de que Bernardo Antunes pelo nome, e posto ocupado na Cavalaria Ligeira, se tratava de Bernardo Antunes Maciel, e apresenta outra fonte que expõe os laços entre Pinto Bandeira e Bernardo. Segundo ele, o demarcador espanhol Andrés de Oyarvide dissera, em seu Diário, que Bernardo era um antigo aliado de Rafael⁹⁴. Assim, era “provavelmente Bernardo Antunes Maciel, que comandava, a mando de Rafael, algumas arreadas de gado em Montevideo, em 1777, além de ser do mesmo corpo militar, ou seja, um perfeito membro do bando”⁹⁵.

O comércio e as arreadas, como exposto por Osório, eram praticados e incentivados durante as guerras e se tornavam ‘contrabando’ e ‘roubo’ em tempos de paz, atividades consideradas delitivas e perseguidas pelas duas Coroas, a maior parte das vezes sem sucesso⁹⁶. Além disso, como assinalou Thompson Flores, a prática do contrabando constituiu-se num elemento essencial do desenvolvimento econômico da província, como componente do espaço platino e também no efeito que produziu no projeto de construção nacional⁹⁷. Assim, foi com a prática do comércio ou do contrabando, entre peleias e com a proteção de Pinto Bandeira que Francisco Rodrigues Machado - e depois Bernardo -

⁹² Ibid.

⁹³ Depoimento de José Vieira da Cunha. Devassa de 1787. Cód. 104. Vol. 09. pg. 336v. *Apud* GIL, Tiago. op. cit., p.22.

⁹⁴ OYARVIDE, Vol VII, p.341 *Apud* GIL, Tiago. Op. cit., p.22.

⁹⁵ GIL, op. cit., p.22.

⁹⁶ OSÓRIO, Hélen. **O império português no sul...** p.61.

⁹⁷ THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. Entre sedas, farinhas e couros: o contrabando na fronteira do Rio Grande do Sul. In: NEUMANN, Eduardo S.; GRIJÓ, Luiz Alberto. (Orgs.). **O Império e a Fronteira: a Província de São Pedro no oitocentos**. São Leopoldo: Oikos, 2014. p.120-140.

logrou colocar a si e aos filhos em condições de ascender⁹⁸. O genealogista expunha, provavelmente carregando nas tintas que, “Bernardo Antunes Maciel foi companheiro de infância do grande Rafael. Antes de ser um de seus homens de absoluta confiança, pois Francisco Pinto Bandeira pertenceu à frota de João de Magalhães e integrava, então, o seu grupo”⁹⁹. João de Magalhães (o velho) era, como dito anteriormente, o povoador da região da Viamão, que havia casado com Maria Moreira Maciel, irmã de Ana e, portanto, tios de Bernardo. Desta forma, os Antunes Maciel, ao que tudo indica, por meio dos Magalhães, haviam se tornado próximos dos Pinto Bandeira o que poderia qualificar esta relação entre família, para além dos momentos de conflito. Bernardo Antunes Maciel tem sua vida narrada pelos genealogistas de forma sempre atrelada a trajetória do “grande” Rafael Pinto Bandeira, chegando em alguns momentos a ceder espaço para a construção da árvore genealógica do mesmo¹⁰⁰.

Assim sabemos que o “assalto de Santa Bárbara” estava comandado pelo “*capitão* Rafael Pinto Bandeira”, e que no ano seguinte, em 29 de outubro de 1775, sua Companhia de Cavalaria Ligeira juntou-se à Companhia de Granadeiros Dragões, comandada pelo Tenente João da Costa Severino. Reunidas, as duas Companhias surpreenderam os espanhóis no entrenchamento de São Martinho “sob o comando geral de Pinto Bandeira, agora *Sargento-mor*”¹⁰¹. A referência constante nos documentos oficiais explicitando a patente do indivíduo, inclusive nos inventários *post mortem*, trata-se de algo interessante de ser pensado. Como apontou Farinatti, estas eram expressões que traziam de forma implícita o reconhecimento por parte dos superiores na hierarquia militar, “quanto ao valor e às qualidades da pessoa, e também traziam a suposição quanto às possibilidades que tais senhores tinham de proteger aliados. (...) eram formas de expressar hierarquização social, construído a partir dos cabedais militares de cada um”¹⁰².

⁹⁸ De acordo com Santos em 1779 Bernardo tinha 31 anos. SANTOS, 1958, p.148.

⁹⁹ Ibid., p. 149. A diferença de idade entre Rafael e Bernardo era de oito anos, uma vez que Rafael havia nascido em 1740 e Bernardo 1748.

¹⁰⁰ José Santos chega a dedicar cerca de uma página de seu livro sobre os Antunes Maciel para falar especificamente dos Pinto Bandeira, além de indicar Aurélio Porto e sua obra “Os Pinto Bandeira” para quem se interessasse em aprofundar o assunto. SANTOS, 1958, p.138-139. Tal referência e esforço em inserir Pinto Bandeira na genealogia dos Antunes Maciel visa não só “situar” o leitor sobre participação de Bernardo nos confrontos fronteiriços, mas também dar peso a sua participação, uma vez que o sobrenome Pinto Bandeira se inscreve na história destes embates. Trata-se da construção da memória familiar de maneira articulada com a defesa dos interesses da Coroa Portuguesa.

¹⁰¹ Ibid., p.151. Grifo meu.

¹⁰² FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil (1825-1865). Santa Maria: Ed. UFSM, 2010, p. 221.

No plano de assalto de Santa Tecla, de 12 de março de 1776, Santos descreve os detalhes relativos ao Cabo Bernardo, dizendo que coube a ele “a missão de sacrifício, pois deveria cobrir com o seu fogo o avanço do primeiro contingente de escalada das muralhas”¹⁰³. Foi ele e “o Cabo Alexandre com a gente, que se lhe destinou // o sinal dos Tambores tocarem a Generala avançará sobre o mesmo Portão com a sua gente, e fará fogo continuamente sobre a direita, e a esquerda, deixando as pressas sobre a sua recta guarda; para guiar Pedro José Lopes”¹⁰⁴.

Finalmente, em abril de 1776, os castelhanos abandonavam a barra do Rio Grande. Entretanto, logo em seguida tomaram Santa Catarina e a ameaça castelhana ao Rio Grande de São Pedro agora se dava pelo norte. Desta forma, o general Böhm, entre outras medidas, ordenou que Rafael Pinto Bandeira levasse a tropa de Rio Pardo até Serro Pelado, para saber notícias dos espanhóis e também trazer gado. É nesta ocasião que ocorre a reunião no Serro Pelado lembrada por Alcides Cruz. Santos informa que entre as instruções recebidas por Rafael Pinto Bandeira figurava a de convidar para a reunião,

aqueles campanistas que tem feito outras arriadas (...) Convocou (...) os seus mais afeitos e desabusados camaradas, assim os sem graduação de oficial – os cabos de esquadra Bernardo Antunes Maciel, Agostinho Borba, Fernando Duro, e o seu capaz Romão Vareira (vulgo Romão Pequeno) e o sargento Soares, como os oficiais – os tenentes Jerônimo Xavier de Azambuja e João dos Santos, e deu-lhes carta branca para que inquietassem, assaltassem e depredassem estabelecimentos castelhanos de Montevideú e Maldonado. As correspondências oficiais denominam essas diversões de ‘arriadas’. O cabo Bernardo Antunes ganhou a palma, porque na primeira sortida arrebanhou 1700 cavalos, e da segunda, passante de 2000 só em estâncias espanholas ¹⁰⁵.

Assim, comprovava-se o forte vínculo entre Rafael Pinto Bandeira e Bernardo, de forma que, não só as vitórias atingidas pelo primeiro, mas também seus problemas atingiriam o segundo, tal como o processo contra Rafael. Embora sem fornecer os pormenores, Santos comenta: “O processo movido por José Marcelino, contra Rafael Pinto Bandeira, não só levou este último a um Conselho de Guerra como também prejudicou, de certa forma, os camaradas do famoso campanista”¹⁰⁶. Com a absolvição de Pinto Bandeira, Bernardo também lucrou, pois em 1782 o Brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara, que substituíra José Marcelino por indicação de Rafael, promovia Bernardo a condição de alferes. A razão para este interesse de Veiga Cabral por Bernardo estaria no profundo conhecimento deste de toda a região entre o Jacuí e o Prata.

¹⁰³ SANTOS, op. cit., p.152.

¹⁰⁴ Ibid. Foi mantida a grafia original.

¹⁰⁵ SANTOS, op. cit p.154. Fernando Duro talvez fosse cunhado de Bernardo.

¹⁰⁶ SANTOS, op. cit., p. 156.

Com a promoção, veio a designação para o lugar de “prático da Comissão de Demarcação de Limites”, acrescentando aos vencimentos “276\$000 por ano”¹⁰⁷. Posteriormente se torna técnico em demarcações judiciais.

A comissão demarcadora compunha-se de:

um primeiro comissário, um segundo comissário coronel-engenheiro, acompanhado de um capitão-engenheiro e seu ajudante, um comissário de transportes, dois astrónomos e demais auxiliares. Dois esquadrões, o primeiro de Cavalaria Ligeira e o segundo de Dragões, acompanhavam os demarcadores¹⁰⁸.

Mas o apoio a Rafael e o pertencimento ao seu bando se torna ainda mais visível. Aurélio Porto afirmava que, visando cumprir a ordem do Vice-Rei, de 5 de novembro de 1779, que ordenava que se ocupasse por aqueles que quisessem se dedicar a criação, desde que cumprissem os requisitos, o território cedido à Portugal pelo último tratado,

o Governador José Marcelino de Figueiredo mandou publicar editais em data de 1º de janeiro de 1780, chamando todos os pretendentes à aquisição de terras por sesmarias, na região predelimitada (sic). Todos os oficiais, inferiores e mesmo alguns soldados de Dragões e Aventureiros Escolhidos, requerem, expondo o direito que lhes assiste por serviços assinalados na guerra, sesmarias de terras que lhes são concedidas¹⁰⁹

O coronel José Marcelino de Figueiredo governou o Continente entre abril de 1769 e início de 1780¹¹⁰. Tratava-se, portanto, dos últimos editais lançados por José Marcelino. Entretanto, Borges Fortes afirma que:

A revelia do Governador do Rio Grande, Rafael Pinto Bandeira, autoridade militar na zona conquistada, é quem faz a partilha das terras e aí se vão instalando os homens poderosos do Continente, oficiais de Dragões e de ordenanças, funcionários do Estado, simples praças das tropas milicianas – os amigos e os colaboradores do bravo chefe da fronteira.¹¹¹

As necessidades militares de defesa e expansão do território, e a importância que os comandantes locais tinham nesse assunto, permitiu uma posição forte destes na condução do processo de apropriação de terras conquistadas. Eram os Comandantes Militares de Fronteira que emitiam parecer sobre os requerentes de terra. Sendo assim, essa organização propiciou o estabelecimento e também o reforço de redes clientelares, e reproduziu o poder dos Comandantes¹¹².

¹⁰⁷ Ibid.

¹⁰⁸ Ibid., p. 155.

¹⁰⁹ PORTO, Aurélio *apud* SANTOS, op. cit., p. 156.

¹¹⁰ KÜHN, Fábio. Um governador em apuros. A trajetória administrativa de José Marcelino de Figueiredo (Rio Grande de São Pedro, 1769-1780). Disponível em: www.humanas.ufpr.br/.../Um-governador-em-apuros-F%25C3%25A1bio-K%25C3%20... Acessado em: 01 de novembro de 2016.

¹¹¹ FORTES, Borges *apud* SANTOS, José. Op. cit., p. 156.

¹¹² FARINATTI, 2010, p.168.

O cabedal militar de Rafael, capaz de conseguir homens, cavalos e suprimentos, era responsável por lhe conferir um prestígio, que também dependia de seu desempenho, ou seja, seu sucesso e eficiência nos campos de batalha. O fluxo de negociação de favores fazia com que as relações pessoais permeassem as forças militares.

Como abordado anteriormente, recaiam sobre o líder do bando justamente as acusações de beneficiar seus amigos e, entre estes, certamente estava o paulista Bernardo, “Começou (sic) então, não só oficiais de Dragões, como os inferiores e soldados, em grande parte, a povoar essa região ao sul e a oeste do Jacuhy. Vemos aí se estabelecerem com estancias de criação o alferes Bernardo Antunes...”¹¹³.

A data da concessão das sesmarias não foi precisada pelo genealogista de sua linhagem. Refere ele que Bernardo não havia recebido sesmaria antes de 1782, quando foi promovido, e que a primeira sesmaria havia sido passada ainda na década de 1780, na ocasião em que foi elevado a 2º tenente. Consta que “possuía um campo de 3:1 léguas na margem setentrional do Piratini Grande, sendo aí vizinho dele o tenente Fortunato Barbosa da Costa; e de outro no distrito de Cachoeira, com 400 reses e 210 cavalos.”¹¹⁴. Esta sesmaria, pelas indicações deveria se situar no atual município de Piratini. Gil encontra ainda outras referências a Bernardo sendo duas delas de 1804. A primeira trata-se de um abaixo-assinado ao qual ele adere e aparece como “vivendo da criação de muares” enquanto que a segunda diz respeito ao registro de um requerimento feito ao Tribunal da Junta da real Fazenda da capitania para se registrar uma sesmaria na “Serra de Santa Maria”¹¹⁵.

A guerra originava a concessão de sesmarias, garantia de posse, saques e soldos, mas ela também

permitia o reconhecimento por façanhas militares e capacidade de liderança legitimadas por promoções, pontuadas por ações calcadas na honra, na coragem, na valentia, no desprendimento e na palavra mobilizadora. Sob o aspecto econômico, a guerra era um bom ‘negócio’, mas o era também sob o aspecto de permitir reconhecimento e interreconhecimento entre os ‘companheiros de armas’ horizontal e verticalmente na própria hierarquia militar.¹¹⁶

Sendo assim, Bernardo e seu pai, pelo menos desde que migraram para o sul ajudaram a construir o sobrenome Antunes Maciel atrelado às disputas fronteiriças em

¹¹³ PORTO, Aurélio *apud* SANTOS, 1958, p. 156.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 157.

¹¹⁵ Estas informações pertencentes ao pesquisador Tiago Gil foram gentilmente enviadas por ele, ao qual agradeço a generosidade no compartilhamento de seus dados já sistematizados. Agradeço ainda a Jonas Vargas por intermediar o contato.

¹¹⁶ GRIJÓ, 1998, p.37.

defesa do território luso. A genealogia da família se inscreve no discurso historiográfico de “fundação” do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que Bernardo aparece também como um “fundador” de sua linhagem, na medida em que é sempre retomado quando se busca apontar uma “origem” para os Antunes Maciel.

Bernardo casou com Dona Maria Francisca Duro, filha de Antônio Lopes Duro, seu companheiro de tropa e residente na “Encruzilhada do Duro”¹¹⁷. O genealogista, ao investigar o ramo “Lopes Duro” expõe, baseado em Jorge Felizardo, que Antônio era natural do arcebispado de Lisboa e Gertrudes de Almeida havia nascido em Parnaíba, bispado de São Paulo. José de Araújo Fabrício em artigo da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul também corrobora esta informação e expõe que “Tinha Antônio Lopes Duro sua fazenda sobre o rio Camaquam, junto a Lagoa dos Patos”¹¹⁸. Além disso, também informa que Maria Francisca – que aparece com o sobrenome “do Nascimento” -, esposa de Bernardo havia nascido em Parnaíba, São Paulo, e que eles haviam casado em 15 de abril de 1771, na freguesia de Triunfo. Baseado em Heloisa Assumpção, já Santos afirma que Bernardo havia se casado em Laguna com Maria Francisca e que o pai dela “possuía no distrito de Triunfo uma estância de 3:1 léguas em que morava e, como herdeiro dos falecidos filhos Antônio e José, outra ‘fora de Camaquã; tinha 3000 reses e 250 cavalos”¹¹⁹.

O fato é que, ao iniciar o tópico referente a esta família, o genealogista opta por tecer considerações acerca dos critérios adotados por outros “linhagistas” sobre o pertencimento à casas titulares europeias ou à “limpeza” de sangue. Expõe ele que, os “preconceitos aludidos [...] achavam-se amparados na legislação portuguesa, notadamente no que dispunham as Ordenações”¹²⁰. Assim, ao encaminhar uma petição, devia-se esclarecer a autoridade superior dos detalhes atinentes a origem do peticionário, sobretudo quando se tratava de provimento de cargos. Esta breve introdução feita por Santos vem a ser esclarecida logo em seguida, quando ele diz que haviam poucos documentos sobre a família Lopes Duro, e apresenta como fonte o parecer emitido pelo

¹¹⁷ CARVALHO, Mario Teixeira de. **Nobiliário Sul-Riograndense**. Porto Alegre: Of. Graf. da Livraria do Globo, 1937, p.336. Porém, de acordo com Claudio Moreira Bento Encruzilhada do Duro hoje chama-se Coxilha do Fogo, distrito de Canguçu, região que estava a “cargo” de Rafael Pinto Bandeira. Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/cangucu.htm>. Acessado em: 10 de outubro de 2016.

¹¹⁸ FABRÍCIO, José de Araújo. A freguesia de N. S. Bom Jesus do Triunfo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1947, p.246. Antônio e Gertrudes tiveram os filhos: Maria Francisca, Elesbão, Francisco, Francisco Duro, Manuel Rodrigues e Ana Maria do Espírito Santo. Agradeço ao professor Fábio Kühn que gentilmente disponibilizou este material.

¹¹⁹ Ibid., p.151.

¹²⁰ Ibid., p. 159.

Marechal Alexandre Eloy Portelli sobre Elesbão Lopes Duro, datado de novembro de 1817. Tratava-se de um “personagem à procura de biógrafo, o guasca de Viamão” era um “filho de antigo fazendeiro da Capitania, nela teve praça como miliciano.”. Sendo um nativo de Viamão, de “limpa família, mas muito conhecida por ter produzido homens destemidos, intrépidos, muitas vezes turbulentos” se fazia “conhecido e temido entre os espanhóis da campanha de Montevideú”¹²¹. Era um “hércules de Viamão”, porém, embora trate de suas façanhas e até mesmo de sua descendência, o autor não faz a ligação ou esclarece os vínculos com os sogros de Bernardo – Antonio e Gertrudes. Apenas quando consultamos a genealogia de Araújo Fabrício é que se verifica que Elesbão, provavelmente, era um dos irmãos de Maria Francisca.

O casal Bernardo e Maria Francisca constitui família com nove filhos, condizente com os padrões da época, e destes, pelo menos dois - Vasco e Francisco - participaram das guerras cisplatinas¹²². Vasco foi companheiro de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, conquistou os galões de coronel das forças imperiais e, na guerra contra Artigas, teria tomado Colônia do Sacramento, em maio de 1818¹²³. Entre as quatro irmãs de Vasco, Flora Gertrudes de Almeida é destacada pelo genealogista, uma vez que ela casa com o capitão - depois coronel - Manuel Xavier de Paiva Magalhães, bisneto de João de Magalhães (o velho), ou seja, os laços entre as duas famílias são reatualizados na geração seguinte a chegada ao sul.

Entre os filhos de Bernardo, além de Vasco nos interessa a trajetória de seu irmão Francisco Antunes Maciel, que nasceu em 28 de janeiro de 1790, em Rio Grande¹²⁴. Este, de acordo com Santos, atingiu o posto de capitão e se casou com Maria Vicência Henriques¹²⁵. Maria Vicência nasceu em 1791 e casou com Francisco na vila de Porto Alegre, em fevereiro de 1808. Conforme o registro do matrimônio¹²⁶, ela era natural e

¹²¹ SANTOS, 1958, p. 160.

¹²² Ibid., p.162. Apesar de listar os nove filhos o genealogista afirma que a prole poderia ter sido maior. Entretanto, localizamos, a partir do cruzamento de inventários e genealogias, cinco dos filhos deste casal. Bernardo, de acordo com Assumpção Santos, faleceu com testamento de 4 de fevereiro de 1815. Ibid., 157. Entretanto, em consulta ao site do APERS não localizei o testamento informado pelo autor.

¹²³ Ibid. Vasco casou em Montevideú com Sebastiana Sallão del Mêde.

¹²⁴ Conforme o registro de batismo, Francisco havia sido batizado em 6 de abril de 1790, na Igreja Matriz de São Pedro do Rio Grande. Foram padrinhos Francisco Correia Pinto, solteiro, e Dona **Rosa do Nascimento, casada. Neste registro consta que a mãe, Maria Francisca, era natural de São Paulo e Bernardo natural da vila de Laguna. Livro de Batismo n.6. de 1789 a 1795. p.28 verso.

¹²⁵ Ibid., p.163.

¹²⁶ Livro de Casamentos na Madre de Deus, n. 2. De 1806-1818, Porto Alegre. p.25. Disponível em: <http://familysearch.org>.

batizada também naquela vila, sendo filha de um fluminense casado em segundas núpcias com uma rio-grandina. Pelo lado paterno seu avô era de Viana, Portugal, e sua avó Vicência Maria Henriques era da Ilha da Madeira “Os Henriques, da Madeira, pertencem à velha nobreza local”¹²⁷.

1.3 Mais ao sul: Francisco na freguesia de São Francisco de Paula

Como se pode perceber o contexto bélico de “expulsão dos castelhanos”, sobre o qual o personagem de Érico Veríssimo – Maneco Terra – ouvira muitas histórias, já fazia parte da trajetória de pelo menos três gerações da família Antunes Maciel que, ao lado dos Pinto Bandeira, também iam ganhando sesmarias e participando dos butins de guerra. Esse trânsito constante pelo território, com escaramuças em diferentes locais, bem como a participação em campanhas de pais e filhos pode ajudar na compreensão de como se amarravam também familiarmente os laços de lealdade e coesão entre as tropas.

A partir de Francisco Antunes Maciel temos mais fontes para perceber como se estrutura o patrimônio da família e de como este é transmitido. De acordo com seu inventário, datado de junho de 1832, Francisco havia falecido em 19 de julho de 1828, sem testamento. A inventariante, sua esposa Maria Vicência, apresentava que eram herdeiros seus três filhos: Aníbal com 23 anos, Eliseu com 22 anos e Maria de 18 anos. O inventário ainda nos informa que, havendo herdeiros menores, havia sido nomeado como curador Dr. Matheus Gomes Viana. Entre o patrimônio a ser inventariado não havia dinheiro, ouro ou prata e eram listados alguns poucos móveis como 1 cama de armação, 12 cadeiras de pau, 6 cadeiras de palhinha, 1 sofá, 2 mesas de sala e 1 meia cômoda¹²⁸.

A família havia adquirido cinco escravos, sendo dois homens de 35 e 30 anos de “nação mina” e três mulheres com 42, 30 e 12, esta última poderia ser filha de alguma das duas cativas ou então um investimento da família, uma vez que para as duas primeiras aparecem a definição “nação” e “banguela”, enquanto que a menor não recebe referência. Além disso, na avaliação do grupo, que soma 1:350\$000, a menor é a que possui valor mais alto 350\$000. De acordo com Vargas, na Freguesia de São Francisco de Paula, entre 1800 e 1835 mais de 40% dos donos de escravos eram senhores de pequenos plantéis, cerca de 1 a 4 escravos o que insere a família do capitão entre a média encontrada¹²⁹.

¹²⁷ Ibid., p.192.

¹²⁸ Inventário de Francisco Antunes Maciel, n. 159, m.12. 1832, Pelotas, 1º e 2º Cartório de Órfãos. (APERS). Não há referência no inventário a dívidas ativas com terceiros e nem a existência de gado.

¹²⁹ VARGAS, 2013, p.122.

Como bens de raiz aparecem uma sorte de campo no Estado Cisplatino, uma morada de casas na vila de São Francisco de Paula, na rua da Igreja, com terreno contíguo, e uma parte no campo da estância do falecido Bernardo Antunes Maciel, no distrito de Piratini. Esta parte no campo, a inventariante não sabia precisar, devido ao fato de sua sogra não ter procedido com o inventário. O montante amealhado ao longo da vida era de 9:276\$800 réis. No que tange às dívidas, o inventário apresenta um dado interessante: o casal não deixava dívidas passivas e apresentava como dívidas ativas dois contos de réis, sendo um conto de réis emprestado a cada filho. Não é possível saber quando se deu o empréstimo¹³⁰, mas é possível que, dada a idade dos herdeiros, estes já haviam encaminhado algum negócio ou investimento partindo dos recursos do pai. Estes empréstimos representavam a posse efetiva dos bens de forma antecipada e, ao que tudo indica, antes mesmo da morte de um dos pais. Assim, os herdeiros usufruíam de parte de seus bens no período anterior à fase do inventário.

Ao proceder-se a avaliação dos bens surgem detalhes acerca da localização da sorte de campo existente no Estado Cisplatino. Esta, de extensão de cerca de uma légua e meia quadrada “de medição castelhana”, localizava-se na Serra de Asrrucã¹³¹ e foi avaliada em 3:200\$000.

Sabemos que, no momento em que se realizava o inventário, o filho mais velho, Anibal, estava na Província Cisplatina, motivo pelo qual teve que se nomear um curador para o mesmo, afim de dar prosseguimento ao inventário. Com a partilha, retirada a meação da viúva, descontou-se a dívida dos filhos e assegurou-se a filha a escrava Constância de 12 anos e de maior valor e uma parte na casa e terreno situado a rua da Igreja. Tratava-se já, portanto, da formação de um dote para atrair bom partido para a filha, algo que foi alcançado no ano seguinte como veremos posteriormente.

O inventário teve seu andamento no Cartório de Órfãos e Provedoria na Vila de São Francisco de Paula¹³² que, por esta época, já se tratava de um lugar interessante para

¹³⁰ O vocábulo empréstimo foi utilizado porque aparece desta forma na documentação, entretanto, concordamos com Costa quando diz que se trata de uma denominação incorreta do ponto de vista jurídico atual, pois se trata de uma antecipação de parte da fortuna. COSTA, Dora Isabel Paiva da. Formação de famílias proprietárias e redistribuição de riqueza em área de fronteira: Campinas, São Paulo, 1795-1850. In: **História Econômica & História de Empresas**. [S.1], v.7, n.2, jul. 2012. Disponível em: <http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&papath%5B%5D=173>. Acesso em 20 Nov. 2016.

¹³¹ A letra do avaliador da propriedade não me permite ter certeza da grafia correta da palavra.

¹³² São Francisco de Paula, hoje Pelotas, recebeu esta denominação em comemoração a reconquista do território pelos portugueses em 2 de abril de 1776, dia de São Francisco. Conforme Lopes Neto, o alvará de 07 de julho de 1812, determinava a criação de “uma nova freguesia colada no lugar denominado Pelotas”.

morar. A rua da Igreja – atual Anchieta - era uma das ruas mais centrais, datava do primeiro loteamento estabelecido na freguesia em 1815. Mas porque a família se dirigia ainda mais em direção à fronteira?

A formação de São Francisco de Paula, hoje Pelotas, dificilmente é pensada sem levar em conta a sua vinculação com a fabricação do charque. Sua localização propícia a este empreendimento em função das facilidades de escoamento da produção, sua proximidade com longas extensões de terra voltadas para a pastagem e criação de gado, fizeram com que o lugar conhecesse um desenvolvimento intenso advindo das oficinas de carne. Após a conquista militar do Rio Grande de São Pedro, em 1763, pelos espanhóis, famílias provenientes da Colônia do Sacramento e também da vila de Rio Grande buscaram refúgio em terras mais orientais do território. Assim, a Serra dos Tapes e os banhados do São Gonçalo serviram de proteção para a construção de habitações, que beiravam não só o arroio Pelotas, mas adentravam território simultaneamente por diversas áreas.

Como mencionado anteriormente, apenas em 1776 ocorre a expulsão dos espanhóis da vila de Rio Grande e com um período de relativa paz o lugarejo começa a crescer em número de habitantes. Em 1812, Dom João VI concedeu o título de freguesia de São Francisco de Paula atendendo aos argumentos de que aquela localidade contava com mais de 150 famílias “das mais abastadas da fronteira” e que tinham prejuízos pois “no tempo da Quaresma, que é a estação própria de fabricar as carnes salgadas” precisavam se deslocar até a Matriz de São Pedro. Há quilômetros dali estava Rio Grande, a cidade mais antiga e onde os moradores das redondezas iam cumprir com seus deveres religiosos. Foi no final do século XVIII e avançar do XIX que a província do Rio Grande de São Pedro também alcançou um desenvolvimento econômico sem precedentes. Como expõe a historiografia há algum tempo, as oficinas de carne seca no nordeste ainda não tinham entrado em crise em 1780, quando surgiram as primeiras charqueadas sulinas, logo, desconstruem a ideia ou o “mito” de que José Pinto Martins teria inaugurado a primeira charqueada após fugir da seca de 1777. De acordo com Vieira Júnior, em 1787, quando o Rio Grande do Sul já exportava grandes quantidades de charque para o Rio de

Assim, a denominação Pelotas não é somente posterior à criação da freguesia, como também já era assim chamado o lugar de instalação, provavelmente devido ao arroio Pelotas. LOPES NETO, João Simões. **Revista do 1º Centenário de Pelotas**, n.06, 30 de março de 1912, p.81. CD-Rom da Revista. Edição digital GPinto, 2012.

Janeiro, Pinto Martins ainda residia em Recife¹³³. Helen Osório demonstrou que as primeiras remessas de charque rio-grandense para o nordeste ocorreram entre 1789 e 1790¹³⁴. A conquista do mercado consumidor nordestino fez as exportações de charque gaúcho mais do que quadruplicarem entre 1787 e 1797. Provavelmente, por esta época, quando São Francisco de Paula ainda era freguesia, mas já se apresentava como um local promissor, é que Francisco tenha decidido se estabelecer com a família. Entretanto, o nascimento de seu filho, Aníbal, se deu em Rio Grande, ainda que em seu inventário não conste nenhuma casa naquela vila.

Em 1830, São Francisco de Paula atingia a condição de vila e é nesta que encontramos a filha do já falecido capitão Francisco Antunes Maciel, Maria Francisca Antunes casando com Matheus Gomes Viana, que havia sido curador na ocasião do inventário de seu pai, realizado um ano antes. Assim, em abril de 1833, o vigário Francisco Florêncio Rocha escreve que serviram como testemunha, o irmão Elizeu Antunes Maciel e Guilherme Rodrigo de Carvalho¹³⁵. Matheus era filho de português do Reino que havia se estabelecido em Rio Grande com casa comercial em 1808. Maria Francisca havia cumprido um dos papéis reservados as mulheres, ao menos as de elite, que era a de encontrar um “bom genro” para a família, ou seja, alguém que agregaria patrimônio, crédito ou mesmo aumentasse a esfera de influência dos Antunes Maciel¹³⁶.

Francisco Antunes Maciel, como referido anteriormente, atingiu o posto de capitão, antes de regressar dos conflitos, e estabeleceu-se na Freguesia, em uma das ruas iniciais do pequeno centro urbano, que se constituía distante das insalubres charqueadas. Entretanto, não podemos inferir de seu inventário que tivesse se dedicado, ao menos em algum momento de sua vida, a fabricação de carne salgada, antes sim, deveria ter fornecido gado para as mesmas. Na década de 1820, a freguesia contava com mais de 20 estabelecimentos charqueadores e relata Saint-Hilaire que,

(...) conta para mais de cem casas, construídas segundo um plano regular de edificação da aldeia. As ruas são largas e retas. A praça em que fica a igreja é

¹³³ VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. De Família, Charque e Inquisição se fez a trajetória dos Pinto Martins (1749-1824). In: **Revista Anos 90**. Porto Alegre, v.16. n. 30, dez 2009, p. 187.214.

¹³⁴ OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América**: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

¹³⁵ Livro 1 – Catedral São Francisco de Paula, de novembro de 1812 a maio de 1844. Livro 01-B. Acervo da Arquidiocese de Pelotas.

¹³⁶ SELISTER, Michelle Raupp. “A viuvez é um bilhete premiado!”: notas iniciais de pesquisa sobre as viúvas no Rio Grande de São Pedro na segunda metade do século XVIII. In: **XI Encontro Estadual de História**. Disponível em: www.eeh2012.anpuhrs.org.br/.../1336012939_ARQUIVO_trabalhoanpuhrsmichelles. Acessado em: 18 de outubro de 2016.

pequena porém muito bonita. A frente da maioria das casas é asseada. Não se vê em São Francisco de Paula uma palhoça sequer e tudo aqui anuncia abundância. Na verdade as casas são todas de um só pavimento, mas são bem construídas, cobertas de telhas e guarnecidas de janelas envidraçadas.¹³⁷

A freguesia que parecia encantar os viajantes, que a viam como muito promissora, talvez tenha cativado a Francisco e sua esposa, embora se saiba que haviam estabelecido residência em outros locais como Rio Grande, local onde nasceu e foi batizado Aníbal¹³⁸. Porém, ali é que aparentemente a viúva e os filhos permaneceram após a morte do capitão Francisco, em 1828.

Matheus Gomes Viana que havia casado com Maria Francisca era escritor e poeta, ocupou por duas vezes o cargo de Secretário do Governo da Província. Além de advogado, foi o primeiro promotor público e ficou conhecido como “Matheusinho das Leis”. Entretanto, faleceu em 1839, aos 30 anos de idade, deixando Maria Francisca viúva aos 25 anos e com um filho. Ela, por sua vez, consorciou-se novamente, desta vez com o português natural do Porto, Comendador Domingos Antônio Felix da Costa. O Comendador perfilhou e educou o filho do primeiro matrimônio de Maria Francisca e este adotou parte de seu sobrenome – Francisco Antunes Gomes da Costa¹³⁹.

Quanto aos dois outros filhos do capitão Francisco, que receberam o adiantamento de herança, estes parecem ter feito bom uso do valor recebido, pois será nesta geração que veremos a família ter seu patrimônio aumentado significativamente. Tal como referenciado pela historiografia para outras regiões do Brasil, a antecipação da herança representava uma vantagem, uma vez que permitia o acesso aos bens da família no momento de iniciar a construção de um patrimônio, que muitas vezes se dava bem antes do falecimento de um dos pais. Além disso, no momento em que se realiza o inventário, os filhos do capitão já passavam da faixa dos vinte anos levando-nos a pensar que, por aquela época os mesmos já tivessem encaminhado algum empreendimento.

Assim como na documentação levantada por Farinatti para a região de Alegrete, também aqui a família Antunes Maciel não fez nenhum cálculo de juro ou correção sobre o dinheiro doado anteriormente – desde a doação até a realização do inventário. Neste

¹³⁷ MAGALHÃES, Mario Osorio. **Pelotas**: toda a prosa – 1º volume (1809-1871). Pelotas: Armazém Literário, 2000, p.35.

¹³⁸ Testamento de Aníbal Antunes Maciel. Inventário de Aníbal Antunes Maciel. 1875, N. 815, M 48, E 06. Pelotas. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria. APERS.

¹³⁹ Santos chega a mencionar que seriam dois filhos, sendo a outra Maria Francisca. Entretanto, no testamento do Comendador, como se abordará posteriormente, ele refere apenas a existência de Francisco. SANTOS, 1958, p.163.

sentido, concordamos com o autor quando menciona que, mais do que o valor de um conto de réis repassado aos filhos, é interessante analisar esta prática enquanto constitutiva da trajetória familiar, “como uma das práticas pelas quais essas famílias buscavam melhorar suas condições naquele mundo”¹⁴⁰. Ainda de acordo com este autor, na análise de 96 inventários dos casais que poderiam dotar seus filhos, em 31 desses inventários, cerca de 1/3, há referência a bens doados a herdeiros em vida do inventariado e trazido à colação no momento da partilha. Esse percentual aumenta para 2/3 quando o autor considera os inventários com fortunas superiores a £ 5.000,00¹⁴¹. Como também alerta Farinatti, os adiantamentos que deviam vir à colação no momento da partilha não eram as únicas formas de cessão do uso de bens por parte dos pais e, neste sentido, é significativa a informação de que foi necessário nomear o curador Domingos Rodrigues Ribas para o herdeiro Aníbal que não se fazia presente no momento de realização do inventário por estar na Província Cisplatina. Provavelmente, Aníbal cuidava da propriedade da família, uma vez que o pai havia falecido há quatro anos. Assim,

A gestão conjunta facilitava a administração em terras longínquas como no Estado Oriental que eram terras de melhor qualidade. O pertencimento a família facilitava à informação, à oportunidade de negócios, relações comerciais e crédito. O mesmo devia ocorrer com outros bens que constavam no inventário e que eram utilizados em benefício de todos como escravos, madeiras, atafonas para a fabricação de farinha para alimentação escrava¹⁴².

Dona Maria Vicência teve ainda outros escravos pois a encontramos concedendo alforria ao escravo Mina Casimiro, de cerca de trinta anos, que já havia realizado o pagamento de 700\$000 réis para obter sua liberdade. A concessão da alforria havia se dado em 1838, em Rio Grande, mas o registro da carta ocorreu apenas em 1842¹⁴³.

Os Antunes Maciel haviam descido de Sorocaba em direção ao sul da América portuguesa e, pelo caminho, haviam lançado mão de engenharias matrimoniais e relações de compadrio com famílias importantes da terra, provavelmente replicando na fronteira práticas de seus antepassados paulistas. Participar das guerras e conflitos que eram tão constantes e lograr êxito, ao lado dos Pinto Bandeira, certamente geraram mais do que patentes militares e ganhos econômicos, auxiliaram na construção de um sobrenome e, mais do que isso, como identificou Levi, garantiram a sobrevivência biológica do grupo

¹⁴⁰ FARINATTI, 2010, p.300.

¹⁴¹ Ibid., p.302.

¹⁴² Ibid., p.316.

¹⁴³ Tabelionato do município de Rio Grande. Livro 14. HD 07, Pasta 078. P.49 V. APERS.

e seu status social transmito e fortalecido de uma geração a outra visando dar conta do meio natural e social¹⁴⁴.

¹⁴⁴ LEVI, op. cit., p.28.

CAPÍTULO II – Os filhos de Francisco: patrimônio, fronteira e família

2.1 O primogênito Aníbal e a fortuna familiar

O filho mais velho de Francisco Antunes Maciel e Maria Vicência Antunes, Aníbal aproveitou seu adiantamento de um conto de réis e, literalmente, multiplicou muitas vezes esse valor. Sabemos que alcançou a patente de coronel e se casou com Felisbina da Silva Antunes. Conforme Vargas, dona Felisbina era esposa de “um dos homens mais ricos e poderosos da Pelotas oitocentista”¹⁴⁵. Ao se abrir seu inventário em 1871, portanto, na fase monoparental da família¹⁴⁶, chegamos a impressionante cifra de 1.687:112\$920 réis¹⁴⁷. Parte desta fortuna, já havia se constituído antes de 1850 pois na relação de proprietários luso-brasileiros no Departamento de Paysandú, Aníbal aparecia como o segundo maior proprietário entre os 39 listados com “16” léguas de campo¹⁴⁸. Mas como Aníbal havia logrado se tornar proprietário de tantas terras?

A chamada Guerra Grande que começou com a disputa entre partidários de Oribe e Rivera e que, com a morte do primeiro em 1838, ganhou proporções internacionais, arruinou a antiga classe latifundiária uruguaia ao quase destruir sua pecuária e indústria. Além disso, a longa duração da guerra desvalorizou as terras que passaram a valer um terço de seu valor anterior tornando-se extremamente atrativas para os sul-rio-grandenses, uma vez que eram muito mais férteis¹⁴⁹. Aníbal e seu irmão Eliseu eram apenas dois dos muitos sul-rio-grandenses que junto com outros brasileiros abocanharam cerca de 30% do território uruguaio, conforme dados de 1850¹⁵⁰.

¹⁴⁵ VARGAS, 2013, p.154.

¹⁴⁶ Conforme Costa as famílias proprietárias ao reorganizarem suas unidades domésticas passavam pelas seguintes etapas: “a fase pré-parental quando um chefe de domicílio assumia a condução deste antes do matrimônio (...). A fase parental era vivenciada de forma dupla, isto é, através da titularidade dos dois cônjuges à frente do domicílio. A fase monoparental constituía-se naquela em que um dos cônjuges já tinha falecido. A última fase era a pós-parental, em que nenhum dos cônjuges formadores da família estava vivo.” COSTA, Dora Isabel Paiva da. **Formação de famílias proprietárias...** p.29. Grifo da autora.

¹⁴⁷ Inventário de Felisbina da Silva Antunes. 1871, N. 68, M.2, E.30. Pelotas. Cartório do Cível e Crime. (APERS)

¹⁴⁸ Relação de estâncias de luso-brasileiros no Uruguai 1850-1851, p. 72. Agradeço a disponibilização da fonte gentilmente cedida pelo pesquisador Jonas Vargas.

¹⁴⁹ ZABIELA, Eliane. **A presença brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de Comércio e Navegação, de Exatidão e de Limites.** Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, 2002, p.23.

¹⁵⁰ Conforme Zabiela haviam 428 estâncias ao longo da fronteira com a República Oriental do Uruguai das quais apenas para 191 se conhecia o número de cabeças de gado chegando-se a uma estimativa de que, os

Mas se a Guerra Grande impactou a constituição do patrimônio familiar possibilitando a anexação de mais léguas de terra, na Província de São Pedro, em decorrência de dez anos de guerra farroupilha, se poderia pensar que essa havia prejudicado sobremaneira o patrimônio dos Antunes Maciel. No contexto da revolução, as charqueadas ficaram praticamente inativas entre os anos 1836 e 1841, entretanto, isso não significa dizer que o gado não fosse comercializado. De acordo com Guazzelli, a manutenção da República Farroupilha dependia da preservação da atividade pecuária e a prática de vender gado em Montevidéu foi amplamente utilizada durante a guerra. Até pelo menos o ano de 1842, “os gados rio-grandenses, fossem republicanos ou legalistas [...] se dirigiam para a praça de Montevideo”¹⁵¹. Desta forma, ainda que não tenhamos maiores informações acerca dos ganhos e prejuízos durante este longo conflito, se pode aventar a hipótese de que ele tenha se valido de algumas propriedades no Uruguai para continuar os negócios.

Entre as questões que se precisa atentar e que ajudam a explicar o aumento do patrimônio de Aníbal está a valorização das terras que possuía no Brasil após 1850 com aprovação da Lei de Terras. Garcia, ao estudar Alegrete, tendo como foco o processo de apropriação e expropriação da terra e as transformações sofridas pela estrutura agrária, demonstra de forma comparada que, entre os anos de 1830 e 1870, as terras valorizaram-se muito mais que os demais bens ou fatores produtivos¹⁵². Ainda que Aníbal e Eliseu não tivessem propriedades em Alegrete e que o preço se alterasse dependendo da região, apenas para se ter uma ideia do valor,

Um hectare de terra em Alegrete, na década de 1830, podia ser adquirido por 739 réis, em média, um valor dez vezes menor do que o de uma cabeça de gado vacum. Era mais barato, inclusive, que um único ovino, o menos valorizado entre todos os rebanhos, que valia, em média, 956 réis.¹⁵³

Segundo a autora, as terras subiram quase 800% enquanto que o gado não chegou a 100%¹⁵⁴.

O patrimônio familiar de Aníbal e Eliseu crescia também com as heranças, pois foram lembrados no espólio de sua tia Flora Gertrudes Maciel de Faria como dois de seus

sul-riograndenses tivessem cerca de 2 milhões de bovinos, já admitida uma quebra significava de produtividade/ocupação efetiva das terras. *Ibid.*, p.25.

¹⁵¹ GUAZZELLI, César, 1997, p.227 *apud* GARCIA, Graciela. **O Domínio da terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense Oitocentista**. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre, PPGH/UFRGS, 2005.

¹⁵² *Ibid.*, p.25.

¹⁵³ *Ibid.*, p.22.

¹⁵⁴ *Ibid.*

herdeiros¹⁵⁵. De acordo com Carla Menegat, Flora possuía uma estância em Tacuarembó, próximo do Arroio Hospital no Estado Oriental¹⁵⁶. Segundo Dúnia Nunes, Flora era casada com Francisco Xavier de Faria, que havia ocupado a vereança em Pelotas entre 1832 e 1836¹⁵⁷. Estas referências à Flora Gertrudes serviram como ponto de partida para ajudar a pensar na dinâmica familiar empregada na ocasião da partilha. Ao investigar os documentos produzidos no início da década de 1850, observa-se que Francisco Xavier de Faria, que era Comendador, era também o segundo marido de Flora e o que o casal declarava não ter ascendentes ou descendentes para deixar sua herança. Diante disso, Flora ao fazer seu testamento em 26 de maio de 1851 havia tratado de alforriar uma família escrava, deixar pela metade do preço outros cativos, solicitar um enterro decente e algumas missas para encomendar sua alma e, também, deixar amparados alguns de seus parentes consanguíneos¹⁵⁸. Distribuiu sua herança entre sete herdeiros seguindo uma ordem cuidadosamente estabelecida, e que contemplava três gerações distintas: de seu irmão, passando por seus sobrinhos, e chegando nos sobrinhos netos menores de idade. Escolheu primeiramente seu irmão José Antunes Maciel, residente em Piratini, e, na sequência, os sobrinhos Tenente Eliseu e Maria Francisca, ambos filhos do Capitão Francisco Antunes Maciel. Os quatro demais haviam tido seus laços consanguíneos reforçados mediante vínculo de compadrio. Em seguida era lembrada a sobrinha e afilhada Belmira, residente em Jaguarão, casada com Antônio Francisco de Salles e, na sequência, os sobrinhos-netos e afilhados: Flora, de onze anos, que residia em Piratini, Leopoldo, de três anos, e Aníbal, de 14 anos, ambos em Pelotas. Os dois últimos eram

¹⁵⁵ Flora Gertrudes, como mencionado no capítulo anterior, havia casado em primeiras núpcias com Manuel Xavier de Paiva Magalhães, bisneto de João de Magalhães (o velho). Conforme seu testamento, em segundas núpcias havia casado com o Comendador Francisco Xavier de Faria, seu testamenteiro. Testamento de Flora Gertrudes Maciel de Faria, n. 360, m.25. 1853, Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria. (APERS)

¹⁵⁶ De acordo com Menegat, nesta propriedade viviam dois escravos, um de nome Serafim, de 36 anos, e outro chamado Manoel, de 48 anos, ambos crioulos e campeiros. Manoel teria permanecido na propriedade de Eliseu em Paisandú em escravidão ilegal. MENEGAT, Carla. **“Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha”**: atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai (1845-1865). Tese de Doutorado. Programa de pós-graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015, p.116. Agradeço a pesquisadora a referência deste processo no Arquivo. Inventário de Flora Gertrudes Maciel de Faria, n. 360, m.25. 1853, Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria. (APERS)

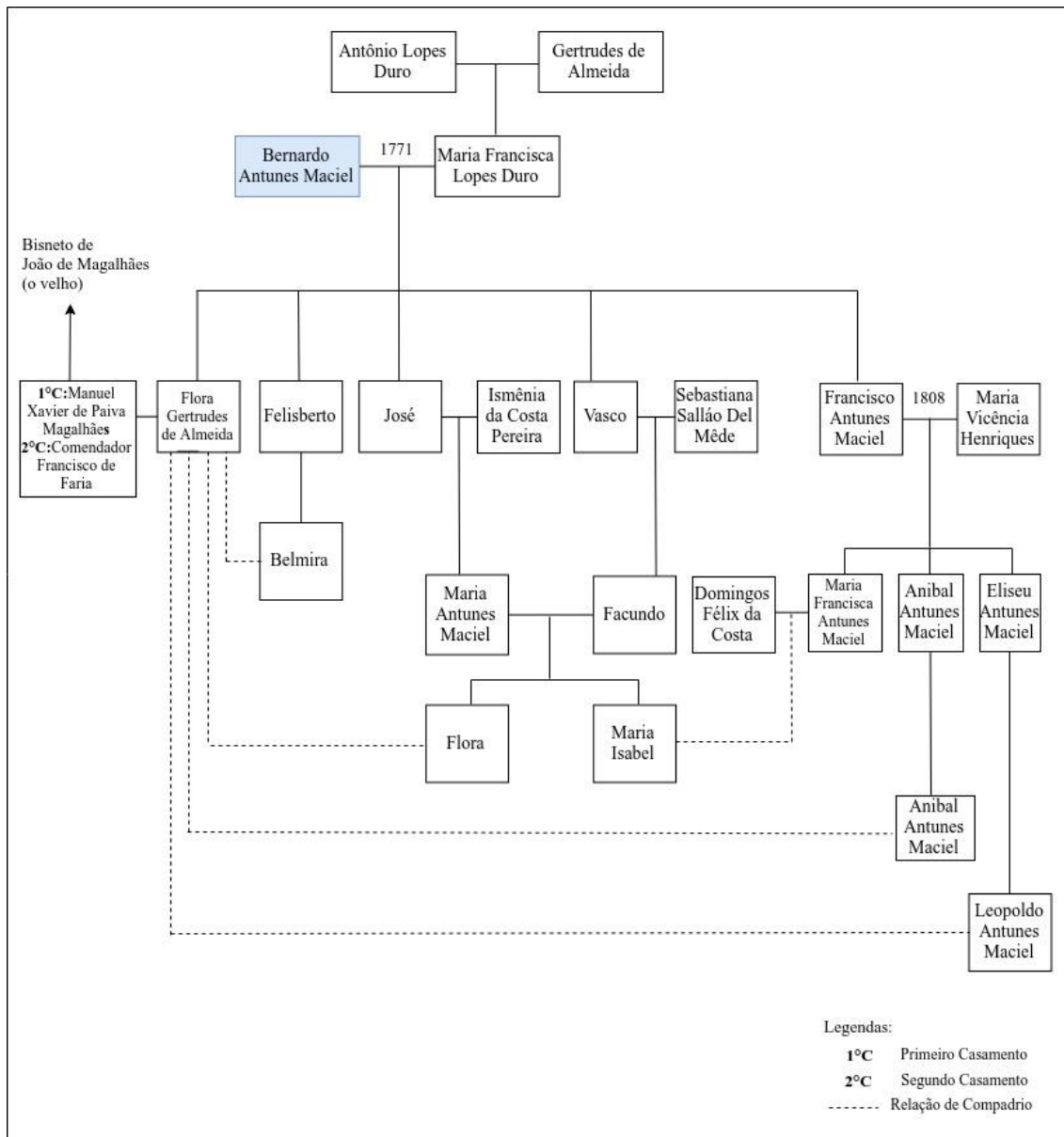
¹⁵⁷ NUNES, Dúnia dos Santos. **A Câmara Municipal de Pelotas e seus vereadores**: exercício do poder local e estratégias sociais (1832-1836). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013, p.114.

¹⁵⁸ Testamento de Flora Gertrudes Maciel de Faria, n. 1634, m.85, 1852, Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria. (APERS)

filhos de Eliseu e do Coronel Aníbal, respectivamente. Este, o Coronel, que era também afilhado de Flora, embora não fosse lembrado como seu herdeiro, aparecia como seu segundo testamenteiro e, Eliseu, como terceiro. Desta forma, evidenciamos aqui que, para além de um sobrenome comum – algumas vezes o próprio nome -, é possível analisar a existência de vínculos mais fortes dentro de uma mesma parentela. O inventário de Flora é extremamente rico neste aspecto e deixa ver como se processou a distribuição dos bens em 1853, bem como os negócios existentes desde 1851, mas deste nos ocuparemos posteriormente. A fortuna amealhada por ela até sua morte no final do ano de 1852 era de 191:790\$240 réis e tinha como seu bem mais valioso a estância denominada Hospital, no Estado Oriental do Uruguai¹⁵⁹. Recaiam sobre esta propriedade algumas dúvidas do inventariante Comendador Francisco, sobre o pagamento de décimas e demais tributos na província de São Pedro, as quais ele recorria alegando que já deveria fazer o pagamento no Estado Oriental. Para melhor visualizar as relações de compadrio estabelecidas dentro da parentela a partir de Flora temos a árvore genealógica que segue:

¹⁵⁹ A declaração deste bem em uma Comarca do Império, embora se tratasse de uma propriedade situada no Estado Oriental e, portanto, sob outra jurisdição, é pensada por Menegat quando expõe que esta atitude representava tanto a forma como aqueles indivíduos percebiam a legalidade naquele país quanto a legislação imperial que lhes parecia mais favorável fosse por permitir o reconhecimento da propriedade, fosse por outras condições. MENEGAT, op.cit., p. 95. Além disso, conforme bibliografia empregada pela autora, nas disputas judiciais no espaço platino era um procedimento bastante utilizado a busca de legitimidade de tribunais e cartórios de um outro país para garantir a propriedade e este expediente era empregado tanto diante de conflitos quanto em períodos de paz. MENEGAT, op. cit., p.115.

Figura 2- Genealogia e relações de compadrio.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados.

Estabelecida a meação e cumpridas as demais disposições testamentárias, cada herdeiro receberia 8:079\$297 réis. A distribuição desta herança, pode-se afirmar, concentrou-se com os filhos e netos do Capitão Francisco – nada menos do que 4 dos 7 herdeiros -, uma vez que para a única herdeira não casada, a sobrinha neta Flora, de onze anos, foram legados além de um escravo, dinheiro, joias, móveis e também a propriedade de casas térreas de 3 portas e um portão na rua Santa Bárbara, em Pelotas, no valor de 2:500\$000 réis. Possivelmente havia a expectativa de formação do dote da mesma já que era a única herdeira solteira. Ao serem distribuídos desta forma, estes bens legados a ela reduziram ao valor de uma légua o que lhe coube na partilha da Estância Hospital, 5:000\$000 de réis. Cada légua desta propriedade havia sido avaliada em 5 contos de réis,

perfazendo um total de 95:000\$000 réis, e existiam lá ainda mais de duas mil cabeças de gado. Mas como mencionado anteriormente, no desenrolar do inventário e, após cumpridas as disposições do testamento, houve uma movimentação entre os herdeiros. Francisco Aníbal Antunes Maciel, filho do Coronel Aníbal, em fevereiro de 1855, aparecia como comprador dos bens herdados por seu tio-avô José Antunes Maciel, inclusive os escravos Adão e Maria Rosa Cabinda. Esta transação havia se dado em outubro do ano anterior. Por sua vez, o coronel Aníbal, também comprou os bens que couberam a Belmira e Antônio Francisco de Salles, inclui-se nestes bens, dois escravos Antônio Mina e José Benguela. Provavelmente pai e filho não haviam comprado a parte de Flora - filha de Facundo - naquele momento devido ao fato de esta ser menor de idade e tratar-se de apenas uma légua de terra. Entretanto, certamente o fizeram depois, pois esta propriedade aparece entre os bens do Coronel Aníbal na ocasião do inventário de sua esposa Felisbina.

Além das terras, entre o patrimônio do casal Aníbal e Felisbina, constavam 159 escravos, uma charqueada, casas na cidade, 5 estâncias no Uruguai – dentre estas a do Hospital -, 3 embarcações de grande porte e mais de 13 mil cabeças de gado, entre outros bens. No que se refere a formação da fortuna, deve-se levar em conta também que a média de preço da escravaria masculina em idade produtiva quase triplicou entre 1850 e 1865. A queda no valor se deu anos depois em 1880 e 1885, quando a onda abolicionista já havia libertado boa parte dos escravos.

De acordo com Pessi,

Dois terços da população inventariada de Pelotas na segunda metade do século XIX eram proprietários de escravos, o que demonstra uma significativa disseminação da instituição escravista na cidade no período marcado pela crise de mão-de-obra causada pelo fim do tráfico transatlântico de escravos, o acirramento do comércio interprovincial e o progressivo encarecimento do braço cativo.¹⁶⁰

Aníbal, com sua extensa escravaria, pertencia ao topo da elite charqueadora. Em 1859, ele e sua esposa registravam que “em atenção aos bons serviços recebidos de seu casal de escravos pretos Camilo e Engrácia lhes damos de hoje em diante e para sempre suas liberdades”, porém “sujeitos a condição de continuarem a viver em suas companhias durante a existência de ambos ganhando todo esse tempo não só o sustento diário como vinte e quatro mil réis mensais (24\$000) pagos no fim de cada mês que desta data em

¹⁶⁰ PESSI, Bruno Stelmach. **Entre o fim do tráfico e a abolição:** a manutenção da escravidão em Pelotas, RS, na segunda metade do século XIX (1850 a 1884). São Paulo: USP, 2012, p.55.

diante decorrerem (...)”¹⁶¹. Na mesma página do livro de registros, consta que Aníbal e Felisbina registraram a “carta de liberdade” do pardo Luiz, carpinteiro, e da preta Maria. Novamente, aparece a justificativa de concessão devido aos bons serviços prestados pelo casal e com a condição de “continuarem a viver em suas companhias durante a existência de ambos ganhando todo esse tempo não só o sustento diário como 32\$000 trinta e dois mil réis pagos ao fim de cada mês”¹⁶².

A análise tecida por Natália Pinto dos alforriados pelo coronel Aníbal, tendo como fio condutor o nome dos escravos na tentativa de perceber os laços de parentesco entre a comunidade senzalesca, e este como um vetor para alcançar a liberdade, traz dados interessantes acerca do plantel de escravos¹⁶³. De acordo com a autora, o núcleo familiar mais bem sucedido na passagem do cativo para a liberdade foi o constituído por Luiz e Maria, casal de forros já citados, uma vez que, no testamento do coronel, parentes deste casal eram alforriados ou sujeitos “a metade de seu valor no respectivo inventário”. Além disso, ainda conforme a autora, chama a atenção a presença significativa de famílias escravas, as quais foram beneficiadas com a carta de liberdade. Entretanto, nenhuma alforria legada foi paga pelos cativos ao mesmo tempo que, também foram poucas as ofertadas gratuitamente aos escravos. A maioria das manumissões foi condicionada a um determinado tempo de trabalho ou que continuassem servindo a Aníbal e Felisbina até a morte destes. Assim, dentro de certos limites, Aníbal estimulou a formação de laços de parentesco. Também é preciso considerar o período, pré-abolição, em que o sistema escravista está perdendo legitimidade desde a proibição do tráfico para compreender o investimento do coronel em trabalho, laços e, sobretudo, a tentativa de não perder seus trabalhadores cativos legando alforrias condicionais. Bem diferente foi o caso do preto Antônio Farias, que havia iniciado o processo para obtenção de sua carta de liberdade em outubro de 1864, quando entregava a Francisco Aníbal e Aníbal Antunes Maciel a quantia de 900 mil réis, para a compra de sua alforria. Esta só seria concluída seis meses depois,

¹⁶¹ Tabelionato do município de Pelotas. Livro 5, p.53V. HD 07, Pasta 078. APERS

¹⁶² Tabelionato do município de Pelotas. Livro 5, p.53V. HD 07, Pasta 078. APERS. Os dois registros foram feitos na mesma data, 30/03/1859. Inventário de Aníbal Antunes Maciel. 1875, N. 815, M 48, E 06. Pelotas. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria. APERS. PINTO, Natália Garcia. A família de Luís e Maria, escravos do coronel Aníbal Antunes Maciel: hierarquia social, parentesco e liberdade nas últimas décadas da escravidão em Pelotas/ RS, século XIX. In: **XII Encontro Estadual de História Anpuh/RS**. Disponível em:

http://www.eeh2014.anpuhrs.org.br/resources/anais/30/1405455160_ARQUIVO_AFAMILIADELUISE MARIA.pdf. Acesso em 05 Jan 2017.

¹⁶³ PINTO, A família de Luís e Maria... op. cit.

em 1865, com a entrega de mais 200 mil réis, quando era considerado livre por “todas as pessoas da [...] família gozando de plena liberdade”¹⁶⁴. Entretanto, devido à ausência de maiores informações, não sabemos se o Aníbal mencionado era o pai ou o irmão de Francisco Aníbal.

O coronel Aníbal não tinha apenas um vasto plantel, conforme Vargas, dos 12 charqueadores inventariados com fortunas acima de 50 mil libras, 9 eram proprietários de grandes rebanhos,

Joaquim J. de Assumpção possuía 3.000 reses de criar, Felisberto I. da Cunha 4.330, José R. Barcelos tinha mais de 4.600, João S. Lopes mais de 7.000, João S. Lopes Filho, mais de 8.500, José I. da Cunha era dono de 11.400 reses, Joaquim da S. Tavares tinha mais de 8.700 e José A. Moreira possuía 13.000 reses em seus campos. Mas o maior criador do grupo foi o coronel Aníbal Antunes Maciel, que tinha mais de 34.000 cabeças de gado pastando em suas estâncias no Uruguai¹⁶⁵

Ainda de acordo com este autor, Aníbal era também o dono do maior número de escravos qualificados como campeiros, vinte escravos estavam elencados com este ofício. A mesma relação poderia ser estabelecida para o número de marinheiros e de embarcações.

Farinatti, ao pesquisar Alegrete - município com maior rebanho de gado vacum de acordo com a estatística de 1858 -, evidencia que o grupo de criadores que alcançava o vulto produtivo, que satisfazia a imagem tradicional de “grandes estancieiros”, eram aqueles com rebanhos superiores as 2000 cabeças de gado, que perfaziam cerca de 18% dos produtores da amostra e concentravam 53% do rebanho. Entretanto, se apanharmos de seu levantamento apenas os cinco inventários dos maiores criadores – classificados com mais de 10.000 reses - e dividirmos o número de reses pelo número de proprietários chegaremos a aproximadamente 17.262 cabeças de gado por criador, ou seja, número relativo a quantidade de reses que devia pastar em algumas das 5 estâncias que Aníbal tinha no Uruguai¹⁶⁶. Consta entre suas propriedades, a fazenda São Pedro, as margens do Rio Uruguai, no município de Uruguaiana, a fazenda Santa Rita, arrendada a Thomaz Lourenço Carvalho de Campos em sociedade com Marcolino José Martins, a fazenda Santa Clara, em sociedade com Francisco Moreira da Fontoura e a fazenda do Guarapareí, que era arrendada, pertencente a José Thomáz Farinha. As fazendas localizadas no Estado

¹⁶⁴ Tabelionato do município de Pelotas, Livro 06, p.88. HD 07, Pasta 078, APERS. Documento disponível no site.

¹⁶⁵ VARGAS. 2013, p.304.

¹⁶⁶ FARINATTI, 2010, p.149-150. Conforme o autor os 5 inventários dos maiores criadores perfaziam 2,8% dos 181 inventários levantados e somavam juntos 86.308 reses ou 23,3% das 369.887 reses declaradas.

Oriental eram: as fazendas Três Cruzes, Salsipuedes, Arroio Malo e Hospital, no departamento de Taquarembó, e a fazenda Arroio Grande, no departamento de Paysandú¹⁶⁷.

Conforme Farinatti, a qualidade das pastagens tendia a ser tanto mais própria à pecuária, quanto mais ao sul, o que ajuda a explicar a permanência de propriedades de brasileiros no norte do Uruguai durante os oitocentos apesar da instabilidade política¹⁶⁸. Não há dúvida de que Aníbal, assim como anteriormente seu pai que tinha terras no antigo Estado Cisplatino, estava atento ao que acontecia de ambos os lados da fronteira. Conforme Menegat, Coronel Aníbal havia sido acusado de contrabando de gado para sua charqueada no ano de 1848, “sob o disfarce de tropas que teria comprado para levar às charqueadas de San Servando”¹⁶⁹.

A pacificação do Uruguai e os tratados favorecendo o trânsito de gado através da linha de fronteira, em 1851, possibilitavam trazer com mais tranquilidade os animais para o abate nas charqueadas pelotenses. De acordo com Vargas, o Presidente da Província Esperidião Eloy de Barros, no ano de 1864, declarava que o Rio Grande do Sul havia absorvido mais de 130 mil reses do país vizinho. Logo,

tendo em vista estes números, fica evidente que o gado uruguaio foi indispensável na manutenção dos altos índices de abate das charqueadas pelotenses. É provável que sem as tropas vindas de Cerro Largo e Taquarembó a economia charqueadora teria se estagnado.¹⁷⁰

A importância das propriedades destes estancieiros no país vizinho para o abastecimento de gado nas charqueadas é algo que ainda carece de maiores estudos, uma vez que, como mencionado por Vargas, a dependência da entrada de gado uruguaio era estrutural na economia regional¹⁷¹.

Assim, os irmãos Antunes Maciel possuíam terras nos departamentos rurais que mais concentravam estrangeiros, sobretudo fronteiriços como Salto, Tacuarembó, Cerro Largo e Paysandú¹⁷². Em Tacuarembó, “povoado por 19.600 pessoas, havia 11.760

¹⁶⁷ Inventário de Felisbina da Silva Antunes, n. 68, m.2. 1871, Pelotas, 1º e 2º Cartório Cível e Crime. (APERS)

¹⁶⁸ FARINATTI, 2010, p.46.

¹⁶⁹ MENEGAT, op. cit., p. 220.

¹⁷⁰ VARGAS, 2013, p.285.

¹⁷¹ Ibid., p.287.

¹⁷² Até 1830, o Uruguai dividia-se territorial e administrativamente em 9 departamentos (Montevideu, Canelones, Maldonado, San José, Colonia, Soriano, Entre Rios Yí y Negro, Cerro Largo e Paysandú) e, em 1837, surgem Salto e Tacuarembó, a partir da divisão de Paysandú, e Minas, que se forma a partir de Cerro Largo e Maldonado. ZABIELA, Eliane. **A presença brasileira no Uruguai...** p.28.

brasileiros com 145 estâncias, de um total de 915, e eles possuíam 600.000 animais, o que representava 50% dos vacuns daquele departamento¹⁷³. Outra questão que precisa de mais aprofundamento é a hipótese esboçada Menegat, acerca da quantidade e localização das propriedades. Informa a autora que a existência destas em regiões distintas poderia facilitar para os estancieiros e charqueadores em uma questão bastante importante de sua economia: a aquisição de rebanhos, ou seja, um facilitador na reunião de tropas compradas na vizinhança e “um espaço para criar e organizar relações que solidificassem os laços de confiança tão importantes na compra do gado”¹⁷⁴. Como estes eram grandes comerciantes de gado e, no caso de Aníbal, além de atuar no mercado de gado, também atuava no mercado atlântico, esta revelava-se uma estratégia interessante. Aqui, um aspecto é importante de ser ressaltado: a família Antunes Maciel, no momento que realizava seus inventários, invariavelmente tinha algum ou alguns de seus membros residindo no Uruguai, o que nos faz pensar numa estratégia, numa ação em grupo, de forma articulada, para administrar os negócios. Trata-se de uma das evidências que, longe de considerar uma “naturalização” da família, enquanto grupo que age sempre de forma coesa, em conjunto, demonstra que, estes efetivamente agiam ou mantinham algum grau de articulação. Esta questão é proposta também por Menegat quando expõe que:

(...) mas creio que, grosso modo, os proprietários que tinham bens dos dois lados da fronteira precisassem se manter próximos destes, para melhor administrá-los e possivelmente residiriam e constituiriam suas vidas nas cidades fronteiriças. Essa suposição é corroborada por outros dados da pesquisa, inclusive por informações do Relatório.¹⁷⁵

Mas Aníbal não era apenas um poderoso estancieiro, entre os bens de raiz listados no inventário de sua esposa, em 1871, estavam inúmeros terrenos no centro de Pelotas, datas de matos na Serra dos Tapes, chácaras nos arredores do centro de Pelotas e um de seus bens mais caros:

Um estabelecimento de charqueada completamente montado, pronto [para] trabalhar com todos os seus acessórios, casa de moradia, chácara, poteiros, um terreno junto à Liberato na estrada que vai para Boa Vista, e outro deste lugar até encontrar terrenos do Major Antonio Pereira, com os quais se divide, que avaliamos por cem contos de réis¹⁷⁶

¹⁷³ Ibid., p.31.

¹⁷⁴ MENEGAT, op. cit., p.221.

¹⁷⁵ MENEGAT, op. cit., p.95.

¹⁷⁶ Inventário de Felisbina da Silva Antunes, n. 68, m.2. 1871, Pelotas, 1º e 2º Cartório Cível e Crime. (APERS). Foi atualizada a grafia. O inventário de dona Felisbina é o processo mais longo dentre todos os inventários analisados. Contendo 130 páginas, o inventariante, seu marido Coronel Aníbal Antunes Maciel, demorou cerca de um ano para iniciar o processo, o que levou seu genro Francisco Antunes Gomes da Costa a pressionar pela realização do mesmo, quando na abertura do processo o Coronel declarou que, por problemas de saúde solicitava proceder ao juramento em sua residência. Concedido o prazo de oito dias

Além da charqueada, o Coronel também possuía embarcações, ou seja, conseguia articular produção e comércio, um diferencial que o fez progredir nos negócios, especialmente do charque, ampliando exponencialmente suas possibilidades, enquanto que charqueadores de menor porte tinham que arcar com mais custos para transportar seus produtos.

O item “Navios” no inventário fazia referência a:

Um brigue denominado Arroio Mallo
Patacho Salsipuedes
Patacho Arroio Grande, de duzentas e seis toneladas
Hiate Aníbal
Hiate Nova Inveja de vinte e seis toneladas¹⁷⁷

Desta maneira, Aníbal assumia, juntamente com outros charqueadores, como os Barões de Jarau e Butuí, o topo da hierarquia intra-elite e ia drenando lentamente os recursos, tal como escravos, de outros charqueadores. Vargas demonstra que prestigiosas famílias donas de charqueadas na primeira metade dos oitocentos não resistiram aos ventos da segunda metade do século¹⁷⁸. Neste sentido, a assertiva de Bell de que “os mais bem-sucedidos estancieiros da região da Campanha eram aqueles que diversificavam seus investimentos e não os que se restringiam apenas à criação de gado” nos parece válida para analisar os investimentos de Aníbal, que também era coronel¹⁷⁹!

A patente de coronel que precederá seu nome em todas as genealogias e inventários – e que usaremos até para diferenciar de seu filho homônimo – dá continuidade à trajetória militar da família Antunes Maciel, no que será acompanhado pelo seu irmão Eliseu, que se tornou tenente coronel, como veremos em seguida. O posto

para a descrição dos bens é feito um primeiro levantamento, porém sem a avaliação dos mesmos, resultando na descrição de todos os bens por duas vezes antes de se proceder a meação e a devida partilha entre os herdeiros. Desta forma, a primeira descrição acerca da charqueada é mais detalhada: “Um estabelecimento de charqueada, compreendendo casa de moradia, estabelecimento propriamente dito, a saber: galpão de charquear – barracão de couros – armazém de depósitos – tafona – graxeira com cilindro e três tinas com capacidade para conter ossamentas de duzentas reses mais ou menos cada uma, tina para sebo, prensa etc – varal para mil reses mais ou menos – uma ferraria – uma tanoaria tudo com pertences, chácara – poteiros junto ao estabelecimento, um terreno junto a Liberato na estrada que vai para a Boa Vista, e outro deste lugar até encontrar terrenos do Major Antonio Pereira com os quais se divide, e mais objetos que lhe correspondem a saber (...)” na sequência elenca carroças, carrinhos de mão, enxadas, pás, barricas vazias, pipas, caldeiras de ferro, taxos, tinas, alqueires de sal, balanças dentre inúmeros outros itens.

¹⁷⁷ Inventário de Felisbina da Silva Antunes, n. 68, m.2. 1871, Pelotas, 1º e 2º Cartório Cível e Crime. (APERS). Entre a escravaria que pertencia ao casal estavam listados cerca de 15 escravos que apareciam como “marinheiros do hiate” e “marinheiros de barra fora”.

¹⁷⁸ VARGAS, 2013, p. 417.

¹⁷⁹ BELL, Stephen *apud* FARINATTI, 2010, p.62.

de coronel Aníbal poderia ter sido alcançado durante a Revolução Farroupilha, uma vez que Santos afirma que ele havia sido “valente chefe legalista em 1835”¹⁸⁰. Assim, a guerra que fazia parte do “cotidiano” daquela sociedade - sendo fundamental para manutenção da ordem e da hierarquia social - permanecia nos oitocentos e,

o poder de manejar recursos e recrutamentos, que tais comandantes assumiam nos momentos de guerra aberta, o poder que tinham nas patrulhas do limite nacional, tudo isso permitiu que a ocupação de altos postos das forças, de primeira e segunda linha, seguisse sendo, século XIX adentro, um elemento importante de reiteração daquela hierarquia social.¹⁸¹

O fato de Aníbal pertencer as tropas legalistas durante a Revolução Farroupilha, talvez nos ajude a compreender a ausência de participação no processo de institucionalização da República Rio-Grandense dos três municípios mais importantes da Província: “Porto Alegre (capital ‘legalista’ e centro comercial com uma acentuada presença de portugueses), Pelotas (centro da atividade produtiva mais escravista no Rio Grande do Sul) e Rio Grande (único porto marítimo da Província, com uma expressiva comunidade integrada por portugueses)”¹⁸². A atribuição de “chefe legalista” ao mesmo tempo que é valiosa para expressar o posicionamento dele no conflito e, provavelmente compartilhado com a família, ainda assim é um tanto vaga, pois não fornece maiores detalhes acerca de como teria sido sua participação.

É provável que Aníbal, por esta época, já detivesse boa parte de seu patrimônio inventariado na década de 1870, por ocasião da morte de sua esposa. Vale lembrar que em 1850, quando do levantamento dos proprietários brasileiros no Uruguai, ele já contava com significativa quantia de campos se comparado aos demais proprietários. Além disso, ao analisar a Matrícula dos Guardas Nacionais alistados para o serviço ativo pelo Conselho de Qualificação da paróquia de São Francisco de Paula do ano de 1854, verificamos que ele constava no número 391 da lista. Aos 45 anos, “casado e com filhos”, aparecia com a profissão de fazendeiro, com a expressiva renda líquida de 4:000\$ e com a seguinte observação “Tenente Coronel da Guarda Nacional (sem exercio) (sic)”¹⁸³. Entre os 426 nomes listados pelo Conselho, Aníbal, ao lado de seu irmão Eliseu e de João

¹⁸⁰ SANTOS, 1958, p. 163.

¹⁸¹ FARINATTI, 2010, p.248.

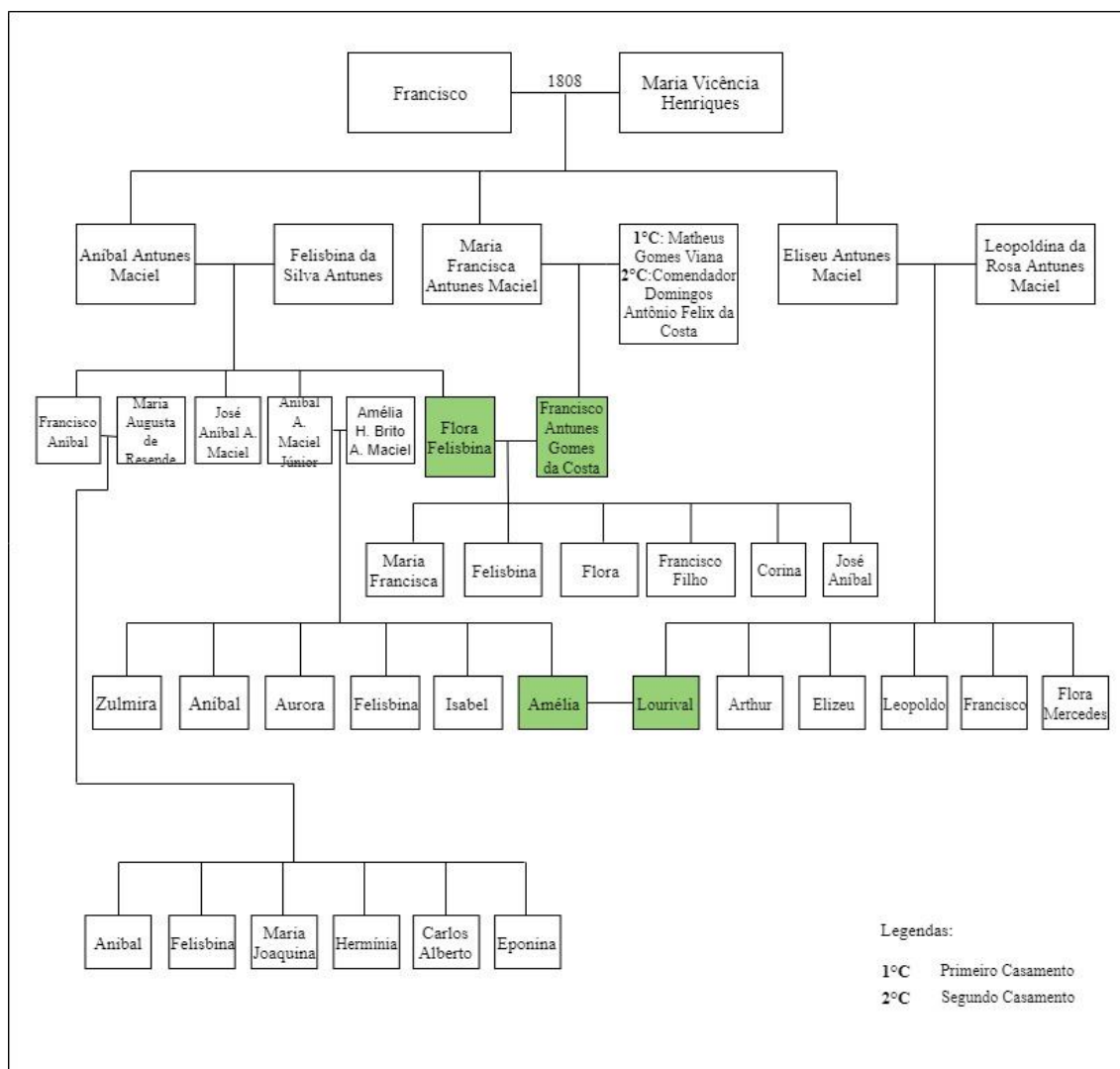
¹⁸² PICCOLO, Helga I. L. A questão do federalismo no Rio Grande do Sul. In: HENZ, Flávio M.; HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo (Orgs.). **Histórias regionais do Cone Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p.29-43.

¹⁸³ Guarda Nacional, Caixa 31, Maço 76. Conselhos de Qualificação e Revisão de Pelotas e São Lourenço. 1854. AHRS

Rodrigues Ribas - 58 anos, proprietário e Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional -, são os três nomes com maior renda líquida, 4:000\$000¹⁸⁴.

O inventário do coronel Aníbal, que havia falecido em janeiro de 1874, foi encaminhado em 1875 e perfazia a impressionante cifra de 1060:298\$042 réis¹⁸⁵. Em seu testamento, redigido em 1870, nomeava como testamentários seus filhos: em primeiro lugar Capitão Francisco Aníbal, em segundo lugar Doutor Aníbal Júnior e em terceiro lugar José Aníbal. Além destes três, havia ainda a filha Flora Felisbina, casada com o capitão Francisco Antunes Gomes da Costa.

Figura 3- Genealogia dos irmãos Aníbal, Maria Francisca e Eliseu.



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados¹⁸⁶.

¹⁸⁴ Apenas 16 nomes possuíam renda líquida igual ou superior a 1:000\$000 réis.

¹⁸⁵ Inventário do Aníbal Antunes Maciel. 1875, N.815, M. 48. Pelotas. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria. (APERS)

¹⁸⁶ A grafia e mesmo o nome dos filhos do Capitão Francisco Aníbal Antunes Maciel apresentam diferenças. Dentre as fontes consultadas inventários, testamentos e Nobiliário Sul-Riograndense Ermínia aparece

Como podemos perceber, o coronel Aníbal havia homenageado seu pai ao dar nome ao seu primogênito e acrescentava seu nome e o da esposa ao nome dos filhos, bem como o nome de sua madrinha à filha. Também as designações de “Capitão” e “Doutor” que apareciam precedendo os nomes dos filhos e do genro nos alerta para as posições dos mesmos, ou seja, para as estratégias tecidas pela família no encaminhamento de seus descendentes. Como veremos no próximo capítulo, novos investimentos eram feitos pela família.

Do montante exposto era retirada a terça que somava 353:432\$660 réis, ficando 706:865\$382 réis para ser dividido entre os quatro filhos, tocando a cada um 176:716\$345 réis, exceto a Francisco e José Aníbal que receberiam mais 58:328\$830 réis referente ao excedente da terça legado por seu pai por “serem os que muito me tem ajudado para adquirir os bens que possuo”. Este argumento do coronel em seu testamento pode ser relacionado com o que abordamos anteriormente, sobre o momento da partilha da herança de Flora Gertrudes, quando o coronel e filho Francisco agiram conjuntamente comprando parte da Estância Hospital.

No testamento aberto na presença do seu sobrinho Leopoldo Antunes Maciel, o coronel Aníbal solicitava um enterramento simples e deixava algumas dezenas de contos de réis para seus afilhados, à duas crianças que o tratavam por avô, além de dois contos de réis para duas instituições. Recebiam a doação o Asilo de Órfãs Nossa Senhora da Conceição e a Santa Casa de Misericórdia sendo que, nesta, era tesoureiro o Barão de Butuí, do qual falaremos em seguida. Entre suas disposições estava também a alforria de alguns escravos, como mencionado anteriormente, e a redução do valor de outros, lembrando-se ainda de alguns em especial “Deixo livres os escravos seguintes: o pardo Firmino, Antônio Porto Alegre, Serafim, Matias, preta Maria e filhas existentes na Fazenda de São Pedro, em razão da muita constância que tiveram em acompanhar-me mesmo no Estado Oriental”. Esta disposição do testamento redigido em 1870 pelo coronel nos remete a duas observações. A primeira delas acerca da circulação dele no Estado Oriental acompanhado de seus escravos, provavelmente na administração de suas

também como Hermínia e Carlos Alberto como Alberto. Maria Joaquina aparece nos inventários do Coronel Aníbal e do seu filho Francisco Aníbal ora como Maria Joaquina (o que poderia ser uma referência a avó materna) ora como Maria Francisca (mesmo nome da sua tia avó paterna). Ao acompanhar o longo processo de inventário de Francisco Aníbal consegui verificar que se trata da mesma pessoa havendo uma das referências no item “Título de Herdeiros”: “Maria Joaquina, digo, Maria Francisca, 12 ditos”. Inventário de Maria Augusta de Resende Antunes e Francisco Aníbal Antunes Maciel. N.306385, m.108. Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Ausentes. 1877. APERS.

propriedades para além da fronteira. A segunda, se refere a “constância” ou lealdade dos mesmos, algo que era valorado por ele, uma vez que a escravidão no Uruguai havia sido abolida no início da década de 1840¹⁸⁷, ou seja, o coronel era um exemplo de estancieiro que mantinha a prática de inserir escravos nas fazendas orientais após o fim da escravidão naquele país, possivelmente sob a alegação de serem peões contratados. Como refere Graham, ao estudar a sociedade oitocentista, obediência e lealdade eram importantes para a manutenção da estrutura social e eram premiadas com a alforria evidenciando que, “(...) a liberdade era um presente do superior para o inferior, e não resultado de um acordo entre iguais, ela bem exemplifica a troca ou barganha desigual que caracterizava a maioria das relações fossem sociais ou (...) políticas”¹⁸⁸.

O que também se destaca no testamento do coronel é a sua atenção para com os netos, que não foram esquecidos em suas últimas vontades. Como avô preocupado com o futuro dos quatorze netos, ele legava a cada um 10:000\$000 réis: Aos filhos de Francisco Aníbal (Aníbal, Felisbina, Maria Joaquina, Ermínia, Carlos Alberto e Eponina), aos filhos de Aníbal (Amélia, Isabel, Felisbina Aurora, Aníbal e Zulmira¹⁸⁹), as filhas de Flora Felisbina (Maria Francisca, Felisbina e Flora) e aos filhos de José Aníbal, caso este viesse a ter. O Coronel Aníbal assegurava desta forma, a continuidade de sua linhagem um patrimônio nada desprezível, pois com este valor era possível comprar, por exemplo, um iate como o “Aníbal primeiro”, avaliado na época por dez contos de réis, ou investir em alguns terrenos com casas de moradia e escravos.

Em janeiro de 1874 o coronel faleceu com cerca de 66 anos e seu inventário foi aberto apenas no ano seguinte. Os acordos finais entre os herdeiros envolviam despesas com as fazendas e escravos fugidos e, uma das cláusulas, chama a atenção. Esta tinha como objetivo evitar dívidas futuras advindas do estabelecimento de charqueada, o que demonstra a centralidade deste patrimônio que havia sido dividido igualmente entre os filhos. No ano seguinte, Aníbal Júnior inventariava o patrimônio de seu irmão José Aníbal, falecido sem testamento, em maio de 1875, na Estância Salsipuedes, no

¹⁸⁷ Ver GRINBERG, Keila. Escravidão e relações diplomáticas Brasil e Uruguai, século 19. **4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. De 13 a 15 de maio de 2009. Curitiba. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/keilagrinberg.pdf>. Acessado em: 15 de janeiro de 2018.

¹⁸⁸ GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p.46.

¹⁸⁹ Zulmira havia falecido antes da abertura do testamento e o valor de seu legado foi revertido em favor da mãe.

Departamento de Taquarembó, na República Oriental do Uruguai¹⁹⁰. Como não haviam herdeiros ascendentes ou descendentes seu patrimônio “neste Império”, que era formado pela quarta parte dos iates “Aníbal primeiro” e “Nova inveja”, ancorados no porto da charqueada da qual também detinha uma quarta parte, casas com terrenos na estrada da Boa Vista e também em Terras Altas, terreno denominado “China”, no município de Mostardas, e um terreno na rua Jataí, em Pelotas, perfaziam o montante de 32:920\$000 era dividido entre os três irmãos¹⁹¹. A morte de José Aníbal no Uruguai revela, mais uma vez, as estratégias adotadas pela família na manutenção e reprodução de seu patrimônio, uma vez que seu irmão Francisco Aníbal aparece como seu procurador em alguns documentos, pode-se pensar na possível residência de José no Uruguai. E José não era o único Antunes Maciel no norte uruguaio, seu tio Eliseu também andava por lá.

Entrementes, o final dos anos 1870 reservava mais uma perda significativa para a família Antunes Maciel que descendia do Coronel Aníbal. Em fevereiro de 1877 Maria Augusta Resende Antunes, filha do Barão de São José, esposa do capitão Francisco Aníbal falece deixando seis filhos menores. Seu marido chega a dar início ao inventário, mas também falece meses depois, no mesmo ano, em Bagé¹⁹². Diferente da esposa, o capitão Francisco Aníbal chega a fazer seu testamento meses antes de falecer. Constavam como herdeiros do casal os filhos Aníbal, Felisbina, Maria Joaquina, Ermínia, Carlos Alberto e Eponina que tinham, respectivamente 15, 14, 12, 11, 10 e 8 anos¹⁹³. Em maio de 1877, ao fazer seu testamento, em Pelotas, Francisco Aníbal havia escolhido como tutores em primeiro lugar o sogro, Barão de São José, em segundo lugar Aníbal Antunes Maciel, seu irmão, e em terceiro lugar Antônio Raimundo de Assumpção. Aníbal, que era o inventariante do bens do irmão, ficou como tutor dos sobrinhos e, em fevereiro de 1878, ele aparecia informando ao juiz que o sobrinho Aníbal Augusto de Resende Antunes se

¹⁹⁰ Inventário de José Aníbal Antunes Maciel. N.85, m.03. Pelotas, 1º Cartório Cível e Crime. 1875. APERS.

¹⁹¹ O inventariante não menciona a realização do inventário dos bens existentes no Uruguai, onde devia se localizar a maior parte da fortuna.

¹⁹² Inventário de Maria Augusta de Resende Antunes e Francisco Aníbal Antunes Maciel. N.306385, m.108. Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Ausentes. 1877. APERS.

¹⁹³ No processo de inventário e no traslado do testamento há duas denominações para Maria. A primeira é Maria Francisca e a segunda Maria Joaquina. Já o Nobiliário Sul Rio-Grandense traz apenas “Francisca”. No decorrer do processo de inventário, em 1886, Maria Francisca solicita o seu comprovante de batismo e, conforme a transcrição do documento, ela havia nascido em 21 de outubro de 1865 e seus pais haviam escolhido como padrinhos o tio paterno José Aníbal e a tia materna Teresa Augusta. Conforme o Nobiliário, José Vitorino de Resende, Barão de São José, havia nascido em 1810 na Ilha da Madeira, local onde possuía “avultados bens”. De seu primeiro casamento com D. Maria Joaquina de Assunção haviam duas filhas Maria Augusta e Teresa Augusta. CARVALHO, op. cit., p.239.

encontrava no Estado Oriental em local “não sabido”, motivo pelo qual solicitava um “curador *ad hoc*”. O juiz designou para tal função, também um familiar, o capitão Francisco Antunes Gomes da Costa.

Francisco Aníbal resguardava, mediante cláusulas expressas no testamento, o seu patrimônio, uma vez que, somente as suas filhas caberia a administração dos bens, não permitindo a seus maridos disporem destes de modo algum. Entre os imóveis existentes no Brasil encontravam-se: uma chácara e inúmeras casas e terrenos em Pelotas, Rio Grande, Alegrete e na Freguesia de Mostardas. Escravos, móveis, ações, joias e dívidas ativas e passivas completavam o patrimônio da família. Mas sem dúvida era no Estado Oriental que estava concentrada a maior parte da fortuna e o primeiro bem avaliado era “Onze sortes e mil oitocentos e noventa quadras quadradas, de campo em Salsipuedes, Departamento de Taquarembó a vinte contos de reis a sorte, duzentos e trinta e três contos e quatrocentos mil réis” (233:400\$00). Além desta propriedade, a mais cara de todos os bens inventariados, havia: a casa nesta dita fazenda; uma e meia sorte de campo no mesmo Departamento, no Arroio Malo; quatro sortes e mil e oitocentos “quadros quadrados” de campo na Fazenda do Hospital no mesmo Departamento (avaliados em 112:000\$00); a casa na dita fazenda; quatro sorte e seiscentos e trinta “quadras quadradas” de campo na Fazenda do Quaraí no Departamento de Salto (avaliado em 93:140\$00). Nestas propriedades pastavam, junto com mulas e bois mansos, cerca de 12.125 reses de criar, 346 cavalos, 556 éguas e potros e 3090 ovelhas¹⁹⁴. Além destes constava o gado na internada do Liscano nesta província: 430 novilhos e 120 vacas¹⁹⁵. Este montante de mais de quinze mil animais fará com que a primeira providência do inventariante e tutor seja solicitar licença ao juiz para pagar as despesas com estâncias e fazendas de criação de gado situadas no Estado Oriental do Uruguai. Argumentava ele que neste Estado “onde o trabalho é livre e os salários diários ou mensais pagos apenas concluindo o dia ou mês, não poderão prosseguir um sua marcha de serviço se forem privados do pessoal preciso para costeio dela pela falta de pagamentos de soldadas e mais despesas inerentes a tão

¹⁹⁴ Conforme os avaliadores haviam em Salsipuedes: 4175 reses de criar, 146 cavalos, 120 éguas e potros e 2090 ovelhas. Na fazenda Quaraí: 4060 reses de criar, 80 cavalos, 300 éguas e potros, 600 ovelhas, 18 mulas e 14 bois mansos. Na fazenda do Hospital: 3850 reses de criar, 120 cavalos, 136 éguas e potros, 400 ovelhas e 12 bois mansos. O montante da herança perfazia 839:603\$618 réis e este era parte do patrimônio a ser herdado pelos filhos do capitão Francisco Aníbal pois, nesta época em que se procede o inventário, o Barão de São José estava vivo.

¹⁹⁵ O Liscano, provavelmente, tratava-se da localidade existente entre Pelotas e Arroio Grande, próximo ao Arroio Piratini e Santa Isabel do Sul. A região ainda tem esta denominação atualmente.

importantes Estabelecimentos”¹⁹⁶. Aníbal informava ainda que, estâncias como a de Salsipuedes, por sua extensão e gado, demandava muita gente para o serviço e portanto despesas altas das quais o tutor não poderia se eximir sem prejuízo para os órfãos. Assim, ele tratava de despesas presentes, futuras e também as passadas, autorizadas pelo seu finado irmão em suas estâncias “evitando que sejam assim os órfãos compelidos pelas leis da República Oriental do Uruguai (código rural) ao pagamento de salários e mais despesas feitas em ditas Estâncias”¹⁹⁷. A tutoria dos órfãos, ao longo dos anos, foi mudando, de forma que o tio materno Francisco de Sales Lopes, Carlos Ferreira Ramos - que casou com Ermínia – e Eliseu Antunes Maciel foram tutores de alguns dos menores. A morte do casal Maria Augusta e Francisco Aníbal no mesmo ano, e com uma prole de filhos com idades entre 15 e 8 anos, suscitou uma série de ações visando proteger o patrimônio da família.

2.2 Tenente coronel Eliseu Antunes Maciel

Eliseu havia nascido provavelmente no ano de 1810, uma vez que contava com vinte e dois anos na ocasião do inventário de seu pai. Casou-se com D. Leopoldina da Rosa, que provinha dos “pioneiros” da cidade, sendo filha de Antônio Joaquim da Rosa e de D. Firmiana de Freitas¹⁹⁸. Os apontamentos dos genealogistas sobre ele são bem mais sucintos e informam que Eliseu recebeu o Hábito de Cristo e era Oficial da Ordem da Rosa, atingindo o posto de tenente coronel, conforme aparece em seu inventário. Este posto poderia ter sido alcançado durante a farrapa, uma vez que, de acordo o jornal *Diário Popular* de São Paulo, Eliseu havia tomado “parte distinta na revolução rio-grandense de 1835 a 45”¹⁹⁹. É provável que, como o irmão, ele tenha pertencido às tropas legalistas que impuseram a resistência de Pelotas ao exército farrapo.

¹⁹⁶ Inventário de Maria Augusta de Resende Antunes e Francisco Aníbal Antunes Maciel. N.306385, m.108. Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Ausentes. 1877. APERS.

¹⁹⁷ Ibid.

¹⁹⁸ SANTOS, 1958, p.163. Os nomes dos pais de dona Leopoldina também constam no testamento desta.

¹⁹⁹ Álbum de recortes de jornais sobre a vida do Conselheiro Maciel. Acervo particular de Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler. O Álbum apresenta uma organização cronológica com inscrições a lápis ou a bico de pena sobre o jornal recortado, data e apontamentos relativos às matérias. Entretanto, nem sempre, como neste caso, foi anotada a data da publicação, mas provavelmente, como a matéria era uma homenagem ao Conselheiro por ocasião de sua morte, trata-se de uma publicação do final do ano de 1917.

Na relação de proprietários luso-brasileiros feita entre 1850 e 1851, no Departamento de Paysandú, ele aparecia como o primeiro proprietário, listado com “2 léguas de campo” e pode-se inferir que seus negócios andavam bem, pois em 1853 aparecia comprando gado do brigadeiro Olivério Ortiz “com quem tinha acertos de negócios de tropas”²⁰⁰. Eliseu, neste período, já tinha pelo menos quatro filhos²⁰¹ e, é possível afirmar com segurança, que administrava uma estância no Estado Oriental, pois de acordo com Comendador Francisco Xavier de Faria, inventariante de sua falecida esposa Flora Gertrudes Antunes Maciel, eles haviam feito sociedade. O contrato de seis anos firmado em dezembro de 1851 entre o casal e Eliseu informa que Francisco e Flora haviam entrado com todo o campo da estância denominada Hospital e mais a soma de quatorze contos de réis com as quais compraram animais. Antes de continuarmos a tratar dos negócios na fronteira cabe destacar que a sociedade se firmou um ano após o nascimento do terceiro filho de Eliseu, Leopoldo e que, para madrinha deste, havia sido escolhida a “tia-avó” Flora Gertrudes. Assim, o compadrio reforçado entre a parentela deve ter contribuído para o andamento também dos negócios entre eles. Scott expõe que,

No caso do compadrio, tais vínculos eram ainda mais intensos, pois geravam laços de parentesco para o resto da vida – tanto na relação padrinho-afilhado quanto na de compadre-compadre. Neste sentido, é possível afirmar que o compadrio consistia em um dos elementos de estruturação das redes sociais que organizavam a vida cotidiana.²⁰²

Por sua vez, nesta relação entre compadres, Eliseu, que também entrou na sociedade com a quantia de quatorze contos de réis, arcaria com os encargos da escritura e era o encarregado de fazer a administração da estância²⁰³. O negócio, que teria seus lucros divididos igualmente entre os sócios, já partia do investimento de vinte e oito contos de réis em animais, provavelmente parte do rebanho adquirido dos negócios mantidos com Olivério Ortiz²⁰⁴. O contrato, detalhava o Comendador, não poderia ser quebrado “sob pena de uma multa de oito contos de reis, que pagará aquele dos sócios, que deixar de cumprir esta disposição, e peço que nenhum dos herdeiros aquém tal campo

²⁰⁰ FARINATTI, 2010, p.106.

²⁰¹ Já haviam nascido em 1853: Eliseu (1846), Francisco (1847), Leopoldo (1850) e Flora Mercedes (1851).

²⁰² SCOTT, Ana Silvia Volpi. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. **História: Questões & Debates**. Curitiba: Editora UFPR. N.51, p.13-29, jul./dez.2009, p.27.

²⁰³ Inventário de Flora Gertrudes Maciel de Faria, n. 360, m.25. 1853, Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria. (APERS)

²⁰⁴ Apenas para se ter um valor aproximado, se dividíssemos os 28 contos de réis a razão de nove mil réis cada rês teríamos um rebanho de cerca de 3111 cabeças de gado.

e animais tocar pode entrar na posse deles sem que expirem os ditos seis anos (...)”²⁰⁵. Desta forma, sabemos que seus negócios demandavam maior permanência no Estado Oriental, como se constata nesta passagem do inventário processada em 22 de fevereiro de 1855, em que o escrivão expõe: “Informe a (...) que o Tenente Coronel Eliseu Antunes Maciel residindo hoje no Estado Oriental ainda não assinou por si e como tutor nato do menor seu filho Leopoldo o termo determinado na sentença final que julgou o presente inventário”²⁰⁶.

Em 1854, Eliseu e seu irmão Aníbal apareciam na Matrícula dos Guardas Nacionais alistados pelo Conselho de Qualificação, da Paróquia de São Francisco de Paula, como as maiores rendas líquidas presentes, 4:000\$000 réis cada um. Conforme Graham, criada como milícia em 1831 por proprietários de terra que queriam conter a influência desestabilizadora de um exército indisciplinado, para a Guarda eram convocados todos os cidadãos do sexo masculino entre 18 e 60 anos²⁰⁷. Havia ainda o requisito de 200 mil réis de renda anual - 100 mil para as províncias fronteiriças. A Guarda Nacional organizada em todo o território brasileiro sob a tutela dos municípios, tinha como objetivos estabelecer e resguardar a ordem e a tranquilidade pública, além de auxiliar o Exército na manutenção das costas e fronteiras²⁰⁸. Subordinada aos juízes de paz, juízes criminais, presidentes de província e ministro da Justiça, a Guarda obrigava a servir em suas filas boa parte da população masculina adulta. De acordo com Mugge, “ser” da Guarda conferia mais um instrumento de diferenciação social e correspondia a ser um cidadão ativo. Além disso, a corporação que denotava honra social ao cidadão tornava-se, a um só tempo via de conquista de clientelas e método de construção do Estado centralizado. Para o autor, os sujeitos que dela participavam não eram dotados de hiper-racionalidade, ou seja, atuando a favor do Estado ou tirando proveito dele, mas atuando no horizonte de possibilidades que as normas sociais e seus contextos propiciavam. Assim,

(...) o Estado delegou à Guarda símbolos e imagens coletivas, institucionalizou valores como boa conduta, decoro e, sobretudo, capacidade de uso da violência e liderança e comando. As necessidades de ser honrado, contar com prestígio

²⁰⁵ Inventário de Flora Gertrudes Maciel de Faria, n. 360, m.25. 1853, Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria. (APERS)

²⁰⁶ Inventário de Flora Gertrudes Maciel de Faria, n. 360, m.25. 1853, Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria. (APERS)

²⁰⁷ GRAHAM. 1997, p.50.

²⁰⁸ MUGGE, Miquéias Henrique. **Prontos a contribuir**: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania (Rio Grande do Sul – século XIX). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012, p.21.

social e ter um rol de serviços prestados ao Império unia oficiais e comandantes.²⁰⁹

Eliseu que, à época, tinha 44 anos, portanto já casado e com filhos, constava com a profissão de fazendeiro e com o título de “Tenente Coronel do 4º batalhão de Infantaria de Guardas Nacionais”, portanto, havia atingido um cargo dentro da hierarquia, o que corrobora as análises de Graham quando afirma que esta instituição distinguiu nitidamente as classes sociais e que, após 1850 – período em nos interessa particularmente – os oficiais nomeados (anteriormente eleitos) pertenciam às “classes abastadas”²¹⁰.

Da mesma forma, seu irmão Aníbal aparecia nas observações com a descrição de Tenente Coronel da Guarda Nacional, porém com a especificação “(sem execio (sic))”²¹¹. De acordo com Mugge, “ao galgar postos e chegar ao oficialato local, o sujeito se reservava certo *status* social que revelava hierarquias existentes e publicizadas tanto quanto fosse necessário.”²¹². Logo, os títulos de Eliseu e de Aníbal de Tenentes Coronéis para além de informar que estes proprietários prestavam serviços gratuitamente ao governo do país, tratando-se de indivíduos com maior margem de ação social, também deixavam claras suas posições na hierarquia. Assim, “O desempenho de cargos de oficial conferia privilégios, muitas vezes simbólicos, mas significativos, para aumentar, conseqüentemente, o prestígio de membros da elites”²¹³. Se tratava de um reconhecimento do Estado da supremacia social destes proprietários e, no sentido político, da cooptação destes por parte do governo central²¹⁴. No que se refere a atuação destes dentro da Guarda, Mugge salienta que “comandar um corpo de cavalaria ou uma secção de infantaria demandava serviços que poderiam atrapalhar o cotidiano profissional daqueles homens”²¹⁵. Embora este período em que se realizou a matrícula – junho de 1854 – o território desfrutasse de paz, este não era o contexto mais comum²¹⁶ e, diante da iminência de um conflito, estes homens tinham que deixar seus afazeres para marchar para a guerra, por vezes ao lado do Exército. Entretanto, como veremos posteriormente, essa tarefa não pesava de forma igual para todos.

²⁰⁹ MUGGE, op. cit. p.162.

²¹⁰ GRAHAM, 1997, p.51.

²¹¹ Fundo Guarda Nacional, Maço 76, Caixa 31, AHRS.

²¹² MUGGE. op. cit. p.22

²¹³ Ibid., p.22.

²¹⁴ Assim “su sentido político más profundo se encontraba, sin duda, en la cooptación de los propietarios por parte del gobierno central.” CARVALHO *apud* MUGGE, op. cit. p.22.

²¹⁵ MUGGE, op. cit. p.168.

²¹⁶ Aqui nos referimos aos conflitos sucessivos 1835-45, 1851-52, 1864-70.

Mugge ao se questionar sobre o que uniria estes oficiais para além do serviço litúrgico prestado ao Estado responde:

Acreditamos que a resposta pode ser encontrada nas questões relativas ao crédito, à dívida e à farda. Nossa hipótese, portanto, tem íntima relação com o fato de que as patentes militares provenientes da Guarda Nacional influenciavam no ato de tecer relações sociais durante a segunda metade do século XIX (...), especialmente aquelas cujo cerne eram os negócios e, assim, transformar-se-iam em indicadores sociais de confiança e fidelidade.²¹⁷

O autor ainda nos alerta para o fato de que a concessão de patentes era estatal

O processo começava com o comandante da companhia enviando propostas ao comandante superior, que dava seu aval (ou não) e as repassava ao presidente da província, que, por sua vez, confirmava ou declinava. Muitas vezes, especialmente para a ocupação de patentes mais altas (coronéis e tenente-coronéis), havia a necessidade de consultar o Ministro dos Negócios da Justiça, com a finalidade de que quaisquer oficiais fossem nomeados por decreto. Ou seja, o Estado imperial acabava, de um modo ou de outro, por regular a reprodução hierárquica corporativa dentro da própria sociedade.²¹⁸

Ainda no que se refere a reprodução da hierarquia regulada pelo Estado, mais algumas questões apontadas por este autor nos fazem refletir sobre a atuação dos Antunes Maciel e a conquista de suas patentes:

A ascensão social, ou seja, a conquista de patente se dava por: participar de guerras ou contextos de perigo que denotavam prerrogativas de mando; manter e entreter relações pessoais (tanto familiares quanto alianças) que garantiriam a indicação para o posto; participar de atividade comercial e mercantil; dar atenção às solicitações de clientes subordinados graças à farda, à posição social e seus recursos materiais; manter uma política doméstica de sucessão; ter habilidades e recursos pessoais para a função de chefe familiar, dono e conhecedor de seus negócios e alguma filiação política.²¹⁹

Porém, as informações presentes neste documento de 1854 são ainda mais interessantes, pois Eliseu também assinava como Presidente do Conselho, que havia se reunido na Sala de Sessões do Conselho de Qualificação, no dia 21 de junho daquele ano²²⁰. De acordo com Mugge, a Lei número 602, denominada “Nova Lei da Guarda Nacional”, de 19 de setembro de 1850, estabelecia que as reuniões a serem presididas pelos oficiais escolhidos pelo presidente da província deveriam realizar o alistamento de cidadãos aptos a servir na guarda, no serviço ativo ou reserva, conceder isenções, dispensas, licenças, transferências e outros assuntos de interesse da administração da

²¹⁷ MUGGE, op. cit. p.172.

²¹⁸ MUGGE, op. cit. p.173.

²¹⁹ MUGGE, op. cit. p.176.

²²⁰ Fundo Guarda Nacional, Maço 76, Caixa 31, AHRs.

milícia²²¹. Ou seja, Eliseu ocupava, neste momento, uma função ainda mais importante. Assim,

(...) imersos em redes de cooperação e conflitos locais, os guardas nacionais deviam solidariedade e lealdade política aos próprios agentes do recrutamento, o que, certamente, implicava em um alto grau de imprevisto e imprevisão dos resultados finais. Portanto, ser um guarda nacional se confundia igualmente a estar isento do recrutamento militar.²²²

Desta forma, quando se inaugura a segunda metade do século XIX temos a família Antunes Maciel reunindo não apenas recursos econômicos de grande monta, mas também grande prestígio social expresso por meio de sua continuidade na atividade militar, agora por meio de cargos importantes dentro da hierarquia da Guarda Nacional. Os tenentes-coronéis Antunes Maciel, mesmo que não saibamos quando adquiriram suas patentes, tinham uma influência que se exprimia em posições hierárquicas capazes de fornecer proteção ou não a outros indivíduos. Além disso, contavam com uma situação política favorável na província, uma vez que era presidente o liberal Visconde de Sinimbu (1852-1855). No que se refere ao posto ocupado por Eliseu, é provável que este tenha se empenhado por colocar o irmão na reserva, bem como favorecido aos seus protegidos, pois como expõe Graham:

Proteger alguns pobres da ameaça do recrutamento surgia como tema tão frequente nos documentos da época que se pode acreditar que a sua verdadeira finalidade era obrigar a todos a se identificarem com quem pudesse oferecer essa ajuda. A obediência merecia essa proteção, e os pobres trabalhavam desesperadamente para assegurar que um patrão os ajudasse a escapar à transferência da Guarda Nacional para o Exército, ou, o que era mais provável, o recrutamento forçado²²³

Neste momento, ao procurar compreender as implicações dos cargos ocupados pelos Antunes Maciel dentro da Guarda Nacional, sobretudo Eliseu, convém se retornar, como boa parte da historiografia o faz, ao indispensável trabalho de Richard Graham sobre o século XIX brasileiro. Para o autor, o clientelismo é palavra chave para se estudar a sociedade pois constituía “a trama de ligação política no Brasil do século XIX e

²²¹ A nova lei expressava que: “No tocante à qualificação para a guarda, (...), definia que três oficiais comporiam cada Conselho de Qualificação, e esses, por sua vez, seriam escolhidos diretamente pelo presidente da província. Também definia que as reuniões deveriam acontecer nas Igrejas ou Câmaras Municipais, e, não havendo estas disponíveis, qualquer outro prédio público; que os conselhos seriam realizados em distritos (ou paróquias) de cada companhia ou corpo, sob a responsabilidade de membros do oficialato.” MUGGE, op. cit. p.105. Além disso, como destaca Al-Alam, em 1850 “a Guarda Nacional passa a ter seus postos oficiais indicados pelo governo central, e não mais pelo modo das eleições, demonstrando esta tendência de centralização política e militar” AL-ALAM, Caiuá Cardoso. **Insultos e insubordinações:** o nascimento da polícia na cidade de Pelotas. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2017/02/12.13.-caiuu_al_alam.pdf. Capturado em 22 de janeiro de 2018.

²²² MUGGE, op. cit. p.105.

²²³ GRAHAM, op. cit. p.48.

sustentava virtualmente todo o ato político”²²⁴. De acordo com ele, o “clientelismo significava tanto o preenchimento de cargos governamentais quanto a proteção de pessoas humildes, mesmo os trabalhadores agrícolas sem terra”²²⁵.

Em 20 de agosto de 1869, entre os 891 nomes listados pelo Coronel Comandante Superior da Guarda João Simões Lopes como “Guardas Nacionais qualificados para a reserva pelo Conselho de qualificação”, cinco eram da família Antunes Maciel. Respectivamente apareciam: Anibal, 32 anos, casado, fazendeiro com renda líquida de 4:000\$; Eliseu, 56 anos, casado, criador, 2:000\$; Eliseu Filho, 23 anos, solteiro, criador, 800\$; José Felisbino, 29 anos, solteiro, comércio, 1:200\$²²⁶. Conforme Graham para alguém ser qualificado “na reserva” e “assim ser dispensado do serviço cansativo, exigiam-se vários documentos, de difícil obtenção para um trabalhador”²²⁷, mas este não pareceu ser um problema para os Antunes Maciel²²⁸.

Eliseu, ao falecer, por volta dos 71 anos, em 16 de junho de 1881, em Pelotas, deixou os herdeiros Francisco, Leopoldo, Flora Mercedes, Lourival, Eliseu e Arthur. O patrimônio de Eliseu havia permanecido indiviso por quatorze anos, até o falecimento de sua esposa no Uruguai, em 29 de outubro de 1895. O inventário dele, como foi dito, ocorreu apenas em 1896 e Dona Leopoldina, a viúva, havia feito testamento nomeando como testamenteiros na seguinte ordem os filhos: Leopoldo, Eliseu, Francisco, Arthur e, em quinto lugar, Lourival. Entretanto, no momento que em que se fazia o inventário os três primeiros se encontravam no Uruguai, de forma que serviu como inventariante seu filho Arthur Antunes Maciel.

²²⁴ GRAHAM, op. cit. p.15.

²²⁵ GRAHAM, op. cit. p. 16.

²²⁶ Fundo Guarda Nacional, Maço 76, Caixa 31, AHRS. Este ano de 1868 apresenta duas listas de qualificação sendo a primeira com os nomes dos qualificados como Guardas Nacionais ativos. Dentre estes aparece o nome de Gustavo Antunes Maciel, 36 anos, solteiro, “bolieiro” e com renda de 600\$. Entretanto, não foi possível precisar sua ascendência uma vez que não aparece como descendente de Francisco e Maria Vicência Antunes Maciel.

²²⁷ GRAHAM, op. cit. p.52. João Simões Lopes, entretanto, não era liberal como os Antunes Maciel tratando-se antes de um conservador, porém compartilhava com estes a luta legalista durante a Farroupilha. Conforme o Nobiliário Sul Rio Grandense, havia sido mantido a ferros pelos farrapos durante parte do conflito e após este, em 1846, havia recebido o Hábito da Imperial Ordem de Cristo. Desta forma, corroboramos o exposto CARVALHO, 1937, p.78.

²²⁸ A documentação relativa a qualificação para a Guarda Nacional em 1869 e a lista de votantes de 1865 apresentam discrepâncias com relação a idade de Eliseu. Enquanto na primeira este aparece com 56 anos, na segunda realizada cerca de quatro anos antes ele aparece com 58 anos. Lista de Qualificação da Guarda Nacional de 20 de agosto de 1869. Fundo Guarda Nacional, Maço 76, Caixa 31, AHRS. Correspondência, atas e listas de votantes de 1865. Fundo Eleições Maço 02, AHRS. Eliseu devia ter em 1865 – 55 anos e, obviamente, 59 anos em 1869.

A morte de dona Leopoldina no Uruguai, bem como a ausência de boa parte de seus filhos no momento em que se processava o inventário, poderia nos levar a pensar na maior permanência ou transferência da família para aquele país. Entretanto, ao redigir o seu testamento, quando se encontrava doente no inverno de 1884, o documento já nos aponta para uma das residências da testadora situada na Praça Pedro II, no centro de Pelotas.

Em 1896, na indicação dos herdeiros, chama a atenção que, para alguns deles já se tinha indícios de suas atividades, ou seja, das estratégias familiares não só no que diz respeito ao matrimônio, como abordaremos mais à frente, mas as funções ocupadas. Francisco tinha seu nome precedido por “Conselheiro”, Eliseu, “Major”, e Leopoldo com seu nome precedido por “Dr” e sucedido por “Barão de São Luiz”.

O testamento feito por dona Leopoldina visava amparar a única filha, Flora Mercedes, casada com Alfredo Gonçalves Moreira. Dona Leopoldina deixava para a filha 3000 reses de criar, 25 ações da Companhia Foz de São Gonçalo e todos os móveis, jóias, pratas, roupas de uso e cama, o usufruto da casa situada na rua da Igreja e o terreno e cocheira edificado junto a mesma casa, a chácara existente nas Três Vendas e as benfeitorias existentes junto a esta. Dizia ela ainda em sua última vontade que estes bens legados a Flora Mercedes em usufruto “passarão por sua morte às suas filhas minhas netas”²²⁹.

O monte mor deste inventário era de 33:280\$000, sendo destes 29:050\$000 em bens imóveis. Compreendia uma casa de cinco aberturas na rua General Vitorino com duas cocheiras, a chácara nas Três Vendas e um quinhão de campo de pastagens no segundo distrito de Piratini, no lugar denominado sugestivamente de “Passo dos Antunes” – esse quinhão era de aproximadamente mil setecentos e cinquenta hectares. Esse campo poderia ser ainda parte da herança deixada por Bernardo Antunes Maciel e que aparece indiviso em 1832 no inventário de Francisco Antunes Maciel. Na ocasião, vimos que dona Maria Vicência alegava não conseguir precisar a parte devido ao fato de sua sogra não ter procedido ao inventário.

Cumpridas as disposições testamentárias deixadas por dona Leopoldina, sobravam para ser divididos igualmente entre os seis filhos apenas 7:250\$000, de maneira que tocava a cada um 1:208\$333. Lourival e Eliseu renunciaram as suas legítimas em

²²⁹ Inventário de Eliseu Antunes Maciel e sua esposa Leopoldina da Rosa Antunes Maciel, n. 1349, m.73. 1896, Pelotas, 1º Cartório Órfãos e Provedoria. (APERS).

favor da irmã, no que foram seguidos um ano depois por Leopoldo. Francisco e Arthur recebiam suas cotas na forma de: 333\$333 na cocheira situada na rua General Vitorino avaliada em 2:000\$000 e 875\$000 no quinhão de campo situado no Passo dos Antunes avaliado em 5:250\$000 réis.

Entretanto, se este não era um patrimônio tão expressivo quanto o legado pelo irmão Aníbal, cabe destacar que não constavam aqui os bens inventariados no Uruguai. Declarava o inventariante que “os demais bens destas sucessões foram devidamente inventariados e partilhados na República Oriental do Uruguai em abril do corrente ano, onde faleceu a testadora.”²³⁰

Eliseu, que aparecia no Livro de Registros de Casamento da Catedral São Francisco de Paula de 1874 com o seu nome precedido por “Tenente Coronel” viu a maioria de sua prole empreender uma interessante engenharia matrimonial. Leopoldo, conforme os registros da Catedral, foi o primeiro filho a casar unindo-se em matrimônio com Cândida Gonçalves Moreira, filha do Barão de Butuí e de sua falecida mulher Leonídia Gonçalves Moreira, em março de 1874. Serviram como testemunhas na cerimônia, que teve lugar na residência do Barão de Butuí, os irmãos dos noivos Antônio José Moreira Júnior e Eliseu Antunes Maciel²³¹.

Mas quem eram os Barões de Butuí aos quais a família de Eliseu se uniu? José Antônio Moreira era um português nascido no Porto, em 1806, que havia migrado para o Brasil em 1817 e se naturalizado brasileiro por ocasião da Proclamação da Independência²³². Uniu-se em matrimônio com Maria Josefa, a filha de Francisca Alexandrina de Castro e do charqueador e comendador Antônio José de Oliveira Castro. De seu primeiro casamento com Maria Josefa de Castro haviam os filhos Francisca, Maria e José, com 15, 10 e 9 anos respectivamente²³³. O montante da herança avaliada em 1851

²³⁰ Menegat expõe que esta prática era comum a outros inventários e que, provavelmente estava ligada a maior estabilidade no Estado Oriental o que eliminava a necessidade de fazer o registro das posses também no Brasil afim de garantir os mesmos. MENEGAT, op. cit.

²³¹ Livro 6 – Catedral São Francisco de Paula, de junho de 1873 a fevereiro de 1878, p.23. Acervo da Mitra Diocesana de Pelotas. Casamento realizado em 07/03/1874.

²³² CARVALHO, Mario Teixeira de. **Nobiliário Sul-Riograndense...** Em seu testamento ele declara que era filho legítimo de Antônio José Moreira e de Maria da Apresentação Pereira e havia sido batizado na Freguesia da Sé.

²³³ Inventário de Maria Josefa de Castro Moreira, n. 331, m.23. 1851, Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria. (APERs). Maria Josefa havia falecido sem testamento em junho de 1844 deixando quatro filhos. Entretanto, na ocasião em que se realizava o inventário, uma das filhas, Cândida, já havia falecido.

era de 47:080\$000 réis, distribuída em dinheiro, joias, móveis, dois escravos e um terreno com fundos para o Arroio Santa Bárbara, avaliado em 1:600\$000 réis²³⁴.

Em 1858, José Moreira pede licença ao juiz para contratar o casamento de sua filha Francisca de Castro Moreira com o doutor José Maria Chaves, no que é atendido²³⁵. Posteriormente, José Antônio Moreira casa-se com Leonídia Angélica Gonçalves, que também falece antes dele. Deste segundo matrimônio resultam seis filhos: Maria Angélica, Cândida, Alfredo, Artur, Leonídia e Francisco, com idades entre 19 e 4 anos²³⁶.

José Antônio, na época do inventário de sua segunda esposa, era mais um dos grandes proprietários com terras nas margens esquerda e direita do arroio Pelotas e, conforme Ognibení, a sua “fidelidade ao Império, com suas obras benemerentes e ajudas financeiras lhe havia garantido o título de Barão de Butuí em 1873”²³⁷. O montante do inventário de sua segunda esposa nos mostra um extenso patrimônio composto por uma diversificação de investimentos. Entre estes, 191 ações divididas entre o Banco do Brasil, Campanhia Hidráulica de Porto Alegre, Seguros Fidelidade, Companhia Esperança, Companhia Evaristo e Belchior, Companhia do Vapor de São Pedro. Com mais de 36 contos de réis em dinheiro, José Antônio era proprietário de 87 escravos, uma barca, um patacho, dois iates, um estabelecimento de charqueada e de uma infinidade de terrenos, casas, armazéns e campos que se localizavam não só em Pelotas como em Rio Grande e Bagé²³⁸. A posse do patacho “Moreira” era significativa uma vez que, conforme Vargas, dos 12 charqueadores mais ricos de Pelotas, 9 apresentavam embarcações em seus inventários, mas somente 3 destes charqueadores possuíam navios de grande tonelagem sendo eles o Barão de Butuí, seu sogro Antônio José de Oliveira Castro e o coronel Aníbal

²³⁴ 42:000\$000 réis eram em dinheiro.

²³⁵ Inventário de Maria Josefa de Castro Moreira, n.331, m.23, 1851, Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria. (APERS).

²³⁶ Inventário de Leonídia Gonçalves Moreira, n.647, m.41, 1867, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria. (APERS).

²³⁷ OGNIBENI, Denise. **Charqueadas pelotenses no século XIX: cotidiano, estabilidade e movimento.** Tese (doutorado em História), Porto Alegre, PUC-RS, 2005, p.166. Vargas expõe que o título de nobreza advinha da sua contribuição financeira a campanha contra o Paraguai. VARGAS, Jonas Moreira. “Os barões do charque e suas fortunas”: Contração de riqueza e mobilidade social no topo da elite charqueadora de Pelotas (século XIX). In: NEUMANN, Eduardo S.; GRIJÓ, Luiz Alberto (Orgs.). **O Império e a Fronteira: a Província de São Pedro no oitocentos.** São Leopoldo: Oikos, 2014.p.95-119.

²³⁸ Inventário de Leonídia Gonçalves Moreira, n. 647, m.41. 1867, Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria. (APERS).

Antunes Maciel²³⁹. A avaliação dos bens nos quais se destaca um estabelecimento de charqueada “pronto a nele se trabalhar” no valor de 80:000\$000 réis, em Pelotas, e uma estância denominada “Ponche Verde”, em Bagé, avaliada em 125:000\$000 réis, eram apenas parte da cifra de 1.207:587\$011 réis alcançada por ele.

José Antônio ainda solicitava que se enviassem peritos para avaliar campos e gados existentes em Bagé e que ele havia adquirido há pouco de Heleodoro de Azevedo e Souza. O juiz nomeou como avaliadores o antigo proprietário Heleodoro de Azevedo e Souza, Domingos Roiz Ribas e Domingos Antônio Félix da Costa, segundo marido de Maria Francisca Antunes Maciel, como vimos anteriormente.

De acordo com Ognibeni, o Barão de Butuí foi um dos testadores mais generosos entre os seus pesquisados, deixando dotes para muitos afilhados com valores que variavam entre dois contos de réis - para os que possuíam laços de parentesco sanguíneo ou eram filhos de indivíduos importantes - a quinhentos mil réis para os outros filhos de seus compadres. Conforme a autora,

Os afilhados do Barão que não pertenciam ao primeiro grupo não foram citados pelo nome em seu testamento mas apenas como ‘(...) ao meu afilhado, filhos de (...)’. Provavelmente o Barão desconhecia o nome de todos os seus afilhados, principalmente os de famílias menos abastadas, sabendo apenas o nome de seus pais, indivíduos com quem mantinha laços de compadrio e que haviam servido à ele ou em suas propriedades.²⁴⁰

A existência de muitos afilhados e a “lembrança” destes no momento de legar os bens nos aponta para o prestígio angariado por ele ao longo da vida²⁴¹.

O perfil dos primeiros proprietários encontrado por Ognibeni era de homens vindos de Portugal, que se estabeleciam na região com negócio de charqueada. Moreira condiz com a primeira característica, mas não com a segunda, pois a quantidade de escravos a ser avaliada não satisfaz a necessidade de um empreendimento de charqueada. Vargas também expõe que é plausível pensar que Moreira tenha começado a formar sua fortuna como comerciante, com o que concordamos, porém a sua assertiva de que tenha se tornado charqueador antes da Guerra dos Farrapos (1835-1845) não pode ser concluída se tomarmos como base o inventário de sua primeira esposa como apresentamos acima²⁴².

²³⁹ VARGAS, 2013, p.366. O autor aponta que o charqueador com mais embarcações de grande porte registradas na Junta Comercial do Rio Grande foi o Barão de Butuí com pelo menos 4, e que provavelmente isso se devia ao fato de seu sogro Comendador Castro possuir um estaleiro onde construía embarcações.

²⁴⁰ OGNIBENI, op. cit., p. 181. Ao longo do processo, em pelo menos duas ocasiões há o esclarecimento acerca do nome correto dos pais dos afilhados para os quais o Barão deixava algum legado. Entre seus afilhados estavam filhos de capatazes, ex-caixeiros, administradores das propriedades do testador.

²⁴¹ Sobre o vínculo do compadrio ver: HAMEISTER, op. cit.

²⁴² VARGAS, 2013, p.96.

De acordo com este autor, Moreira, com o tempo, passa a também criar gado em Bagé e Jaguarão, onde somava mais de 13 mil reses, e o dinheiro acumulado e a precariedade do sistema bancário local havia possibilitado lucrar com o prestamismo, assim em 1865 “foi qualificado como ‘capitalista’ na lista de votantes de Pelotas”²⁴³. O Barão de Butuí, tal como o coronel Aníbal, fazia parte do seletivo grupo dos comerciantes-charqueadores que conectavam distintos espaços econômicos,

Estes *mediadores* dominavam os comportamentos e especificidades mercantis de ambos os espaços econômicos, conheciam pessoas diversas e os mercados atlânticos conectavam-se com os mercados locais a partir de sua atuação. Era como se os mesmos dominassem os distintos idiomas mercantis em ambos os espaços socioeconômicos de interação comercial, nutrindo, desta relação, ganhos econômicos notáveis, ajudando também a conectar ambas as sociedades com relação aos seus diferentes aspectos socioculturais.²⁴⁴

Na safra de 1874/75 o Barão era um dos maiores exportadores de charque com seis navios enviados para Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro²⁴⁵. Entre as estratégias tecidas por José Antônio podemos apontar que estava a de criar vínculos através de

casamentos e compadrio com outras famílias proprietárias e com trabalhadores livres. Para estes grupos mais abastados, donos das fábricas de salga, havia que manter a estrutura familiar que fomentasse e mantivesse a indústria funcionando. Para tanto fizeram uso dos casamentos, principalmente de suas filhas, associando-se com proprietários abastados, bem como controlando filhos e genros que porventura viessem a ameaçar a empresa familiar.²⁴⁶

Antes de falecer em outubro de 1876, o Barão de Butuí havia escolhido como primeiro testamenteiro seu genro “o Doutor Leopoldo Antunes Maciel; em segundo lugar a seu genro Francisco Alves Ribas, e em terceiro lugar a [...] filha Dona Francisca de Castro Moreira Chaves”²⁴⁷. Leopoldo, na qualidade de inventariante, foi ao juiz de órfãos declarar que se fazia necessária a “tutela declarada em lei, visto que o pai dos ditos menores não lhes nomeou tutor em testamento, e apenas por disposição verbal que ainda não foi reduzida a pública forma pelos motivos que constam em juízo, nomeava ao suplicante tutor do menor Francisco de Paula, nada dizendo quanto aos outros.” Para tutor dos órfãos Arthur e Leonídia o juiz nomeou o irmão deles, Alfredo Gonçalves Moreira.

²⁴³ VARGAS, Jonas Moreira. “Os barões do charque e suas fortunas”: Contração de riqueza e mobilidade social no topo da elite charqueadora de Pelotas (século XIX). In: NEUMANN, Eduardo S.; GRIJÓ, Luiz Alberto (Orgs.). **O Império e a Fronteira: a Província de São Pedro no oitocentos**. São Leopoldo: Oikos, 2014.p.95-119.

²⁴⁴ VARGAS, 2013, p. 366.

²⁴⁵ *Ibid.*, p.368.

²⁴⁶ OGNIBENI, op. cit. p.247.

²⁴⁷ Inventário de Leonídia Gonçalves Moreira, n. 647, m.41. 1867, Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria. (APERS).

Cada um dos herdeiros tutelados receberia “oitenta mil réis para casa, comida e criados e cento e vinte mil réis para vestuário e educação”. Logo, o arbitramento autorizava o gasto de duzentos mil réis mensais com cada um dos órfãos.

Ao processo se anexava a informação de que Leopoldo era advogado e residia em Pelotas, na Rua do Imperador, onde também passaria a residir seu cunhado por ele tutelado. Outro cunhado de Leopoldo, Alfredo Gonçalves Moreira, residia na mesma rua e tinha como profissão declarada “proprietário”. Com a tutoria encaminhada, Leopoldo pedia ao juiz para converter em apólices da dívida pública nacional o dinheiro de seu tutelado, bem como recebeu a autorização para fazer o mesmo com os valores que fosse recebendo. Ao se avançar na leitura do extenso processo de inventário²⁴⁸, descobre-se que após a realização do testamento, o Barão de Butuí voltou a fazer novas disposições por meio do “instrumento de redução de codicilo”. Como seu testamenteiro nomeado, coube a Leopoldo “justificar e reduzir a pública forma para valerem como disposições codicilares e de última vontade do mesmo testador”. Assim, após declarar-se afetado por uma enfermidade da qual não convalescia, mas estando em seu perfeito juízo e uso da voz, o Barão declarou por volta das sete horas da manhã do dia 17 de outubro de 1876, que havia feito testamento e que queria que fizesse parte deste a doação de um terreno para sua filha menor Leonídia. Mas é a segunda disposição, feita conforme as testemunhas as nove horas da manhã, a que mais chama a atenção. O Barão instituía como tutor para seu filho Francisco de Paula Gonçalves Moreira ao seu genro Leopoldo Maciel para que este se encarregasse de seu futuro “e o mandasse para a Europa, afim de estudar ou seguir uma carreira científica”. As cerca de nove pessoas presentes que testemunharam as últimas vontades do enfermo incluíam os filhos dele, médicos e comerciantes portugueses além de Francisco Antunes Maciel, já formado advogado na época. Procedeu-se o chamamento de cada uma das testemunhas afim de que dessem sua versão acerca das disposições e, não havendo contradições, o juiz acatou as últimas vontades do testador.

Mas esta era apenas uma prévia do quanto estas famílias se vinculariam ainda mais antes do final daquela década. Cabe destacar que, quando os filhos de Eliseu Antunes Maciel se vinculam a família Moreira, José Antônio não era só um dos mais ricos proprietários como já havia recebido seu título de nobreza. No ano de sua morte, o inventário nos informa que havia casado bem suas filhas, algo que foi reforçado por

²⁴⁸ O Inventário do Barão de Butuí encontra-se anexado ao de sua segunda esposa Leonídia Gonçalves Moreira.

Ognibeni, ou seja, das filhas do seu primeiro casamento: Francisca era viúva do Doutor José Maria Chaves e Maria Moreira era casada com o tenente coronel Domingos Soares de Paiva²⁴⁹. Do segundo casamento do Barão de Butuí: Maria Angélica havia casado com Francisco Alves Ribas e Cândida com o testamenteiro doutor Leopoldo Antunes Maciel. Desta forma, queremos apontar aqui que, quando a família Antunes Maciel se vincula de forma tão intensa com os Moreira, estes já tinham não só uma fortuna acumulada, o que os colocava inquestionavelmente como elite econômica, mas também que já tinham um título de nobreza e haviam constituído laços com famílias tradicionais como evidenciam os concunhados de Leopoldo.

No final do ano de 1877, foi a vez de Francisco Antunes Maciel casar-se com “D.” Francisca de Castro Moreira Chaves, viúva do doutor José Maria Chaves. Testemunharam a cerimônia nada menos que quatro pessoas: Leopoldo e Aníbal Antunes Maciel, João Maria Chaves e doutor Joaquim Vieira da Cunha²⁵⁰. O casamento que ocorreu as nove horas da noite foi realizado “nas casas de moradia de D. Francisca de Castro Moreira Chaves”.

Apenas alguns meses depois, em julho de 1878, Flora Mercedes Antunes Maciel contraía matrimônio com Alfredo Gonçalves Moreira, filho do já finado Barão de Butuí. Mais uma vez constavam como testemunhas Aníbal e Leopoldo Antunes Maciel – o primeiro a rogo de José Ferreira Netto, Joaquim Vieira da Cunha e Wenceslau Gomes, na cerimônia que ocorreu na casa do pai da noiva²⁵¹. Entretanto, o estreitamento de laços não encerra aí. Apenas um mês depois “Doutor Arthur Antunes Maciel” casava com Leonídia Gonçalves Moreira, desta vez a cerimônia noturna ocorreu na casa de Francisco Antunes Maciel e na presença do Juiz de Órfãos e das testemunhas Eliseu Antunes Maciel Júnior, Francisco Alves Ribas, Francisco Carlos de Araújo Brusque e João M. Chaves²⁵².

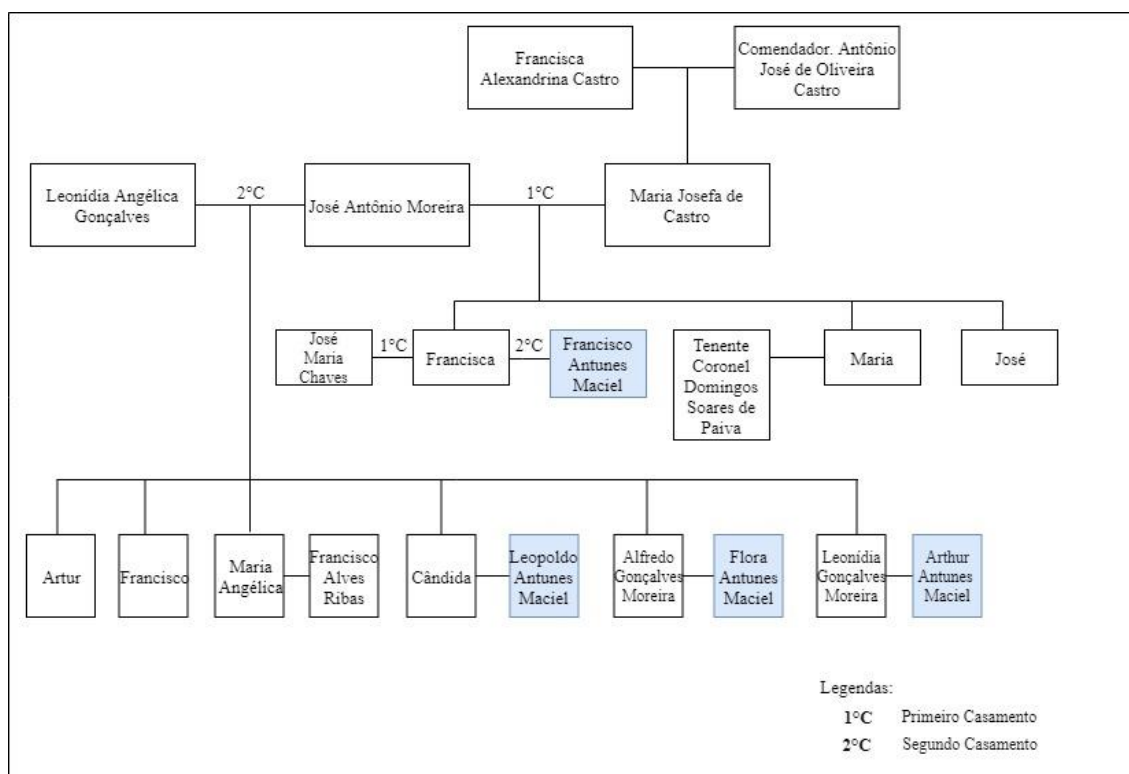
²⁴⁹ Domingos, era filho do coronel Antônio Soares de Paiva Filho e de Clara Joaquina de Castro Antiqueira. Esta por sua vez filha de Domingos de Castro Antiqueira, elevado a Visconde em 1846 por ter combatido os farrapos assim como o genro (coronel Antônio). Ver Barão e Visconde de Jaguarí em CARVALHO, 1937, p.128.

²⁵⁰ Livro 6 – Catedral São Francisco de Paula, de junho de 1873 a fevereiro de 1878, p.96. Acervo da Arquidiocese de Pelotas. Casamento realizado em 24/11/1877.

²⁵¹ Livro 7 – Catedral São Francisco de Paula, de março de 1878 a abril de 1883, p. 06. Acervo da Arquidiocese de Pelotas. Casamento realizado em 27/07/1878.

²⁵² Livro 7 – Catedral São Francisco de Paula, de março de 1878 a abril de 1883, p.07. Acervo da Arquidiocese de Pelotas. Casamento realizado em 03/08/1878.

Figura 4- Genealogia José Antônio Moreira



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados.

Levando-se em conta que Eliseu teve apenas seis filhos e que um destes permaneceu solteiro, pelo menos até a realização do inventário de sua mãe D. Leopoldina, e que o outro, Lourival, posteriormente casará com uma prima, em 1890, portanto, um casamento endogâmico, pode-se dizer que a família utilizou como estratégia se vincular de forma bastante estreita com os descendentes dos Barões de Butuí. Como demonstrou Farinatti,

A família era uma configuração de relações de grande importância na definição das atividades e relações sociais dos sujeitos, bem como era um vetor que influía na estratificação e reprodução social. (...) Além disso, e mais importante: pertencer a uma rede parental que concentrasse recursos era um diferencial relevante nas possibilidades de sucesso e fracasso dos sujeitos, bem como em sua autoimagem e na posição social que ocupavam.²⁵³

O português José Antônio, desde sua chegada ao Brasil em 1817, entre um casamento e outro, se tornou um dos homens mais ricos e essa concentração de recursos não dizia respeito somente a sua fortuna adquirida com a exportação do charque, mas também havia resultado em um título de nobreza, um dos primeiros a receber título na

²⁵³ FARINATTI, 2010, p.258.

cidade de Pelotas²⁵⁴. Os Antunes Maciel, por outro lado, como vimos, já estavam na fronteira sul da América Portuguesa desde os anos 1740. Ao construírem suas trajetórias em meio a um contexto de instabilidade, muitas guerras e conflitos nos quais tomaram parte, buscavam sobreviver, conservar e, se possível, ampliar seu status social ao longo das gerações. Sendo assim, é nesta geração, dos filhos de Francisco Antunes Maciel, que vemos a família ganhar uma projeção econômica que a colocava dentre as maiores fortunas arroladas. Heranças familiares, relações de compadrio, participação em conflitos como a farroupilha, integração da Guarda Nacional e propriedades no Estado Oriental são, como vimos, elementos chaves para entender os Antunes Maciel em meados do século XIX.

²⁵⁴ De acordo com Magalhães, antes de José Antônio Moreira haviam recebido título de nobreza apenas Domingos de Castro Antqueira (1829), João Francisco Vieira Braga (1854), Manuel Luís Osório (1866) João Simões Lopes (1872). MAGALHÃES, Mario Osório. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: EdUFPel/ Co-edição Livraria Mundial, 1993, p.118.

CAPÍTULO III – Uma família de muitos barões: os Antunes Maciel no final do século XIX e início do século XX

Da geração dos três irmãos Eliseu, Maria Francisca e Aníbal, Leopoldina, a esposa do primeiro foi a mais longeva ultrapassando a década de 1890, motivo pelo qual receberá menção na imprensa como a “respeitável e virtuosa matrona Exma. Sra. D. Leopoldina da Rosa Antunes Maciel”²⁵⁵. Destes três Antunes Maciel descenderam pelo menos 11 filhos, sendo 9 homens e 2 mulheres – as duas com o mesmo nome aliás. Certamente que o número de gestações de Leopoldina, Maria Francisca e Felisbina foi maior que o número de filhos que conseguimos acompanhar em fase adulta e dos quais nos ocuparemos em alguma medida neste capítulo.

Os nascimentos desta geração principiaram por volta de 1837 e se estenderam até 1857, ou seja, entre as décadas de 30 e 50. Os casamentos, por sua vez, iniciaram na década de 1860 – sobretudo para os filhos do Coronel Aníbal – e década de 1870 para os filhos de Eliseu. Os irmãos tiveram cada um, um filho que permaneceu solteiro – José Aníbal e Eliseu²⁵⁶. Foi possível perceber que os três irmãos adotaram a estratégia de casar pelo menos um dos filhos dentro da própria família, com primos de primeiro ou segundo graus configurando assim casamentos endogâmicos que objetivavam preservar o patrimônio familiar. Assim,

(...) o casamento no interior desse grupo pode ser considerado uma questão de propriedade, pois almejava a preservação da fortuna sem perder de vista a aquisição de prestígio. Ou seja, a política de casamentos era um artifício importante para garantir a permanência do grupo familiar no seio das *melhores famílias*.²⁵⁷

O casal Eliseu e Leopoldina foi o que teve maior número de rebentos: cinco filhos e uma filha. A maioria destes, quatro, estão casando na década de 1870 como foi exposto antes.

Mas a década de 1870, por outro lado, foi de perdas substantivas na família. No final do ano de 1871, dona Felisbina faleceu; em 1874, o Coronel Aníbal e no ano

²⁵⁵ Diário de Pelotas. Pelotas, 26 de julho de 1887, n.22, p.02.

²⁵⁶ Constatei a existência de um filho solteiro também entre os descendentes do Barão de Butuí. Entretanto, ainda que suspeite do papel destes enquanto membros da família que atuarão estrategicamente nos negócios familiares fora do Brasil – Uruguai no caso dos Antunes Maciel e Portugal no caso dos Moreira - não foi possível chegar a maiores conclusões sendo necessário mais informações acerca da trajetória destes.

²⁵⁷ MUAZE, Mariana. **As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008, p.32.

seguinte, 1875, falecia no Uruguai José Aníbal. O final daquela década seria derradeira também para o casal Francisco Anibal Antunes Maciel e Maria Augusta de Rezende Antunes, ambos falecidos em 1877²⁵⁸. Desta forma, dos descendentes diretos do Coronel Aníbal restavam apenas Flora e Aníbal Júnior.

Afim de que se compreenda a fase em que se encontra a família neste período, cabe destacar a atuação dos demais membros, mas não só isso, cabe verificar seu nível de entrosamento para que se possa observar como determinados passos são dados em conjunto. Para além do patrimônio econômico, há um investimento na política e em determinados espaços de poder, como instituições e imprensa. Realizaremos neste capítulo uma análise conjunta desta geração através da trajetória de cada um de seus membros, avaliando sua construção e enfocando, sobretudo, sua atuação política. Nossa intenção é demonstrar aqui como a família havia se movimentado, tentando perceber algum grau de engajamento interno para obter recursos ou potencializar seus projetos.

Conforme Muaze, a consolidação do patrimônio familiar procurou seguir algumas características: “diversificação de negócios, aquisição de bens de prestígio através de doações, mercês e compra de cargos e honrarias e, ainda, política de casamentos”²⁵⁹. Pretendemos verificar aqui como e se isso ocorreu com os irmãos e primos de Francisco neste período. Além disso, observando a trajetória dos filhos e do genro de Eliseu, que se agrega à família neste período, procuramos analisar se eles atuam em conjunto e quais funções ocuparam.

Iniciaremos pelo filho do Coronel Aníbal, que chegou aos anos 1880, uma vez que os outros dois faleceram antes deste período, e, trataremos de Flora Felisbina, sua irmã, ao abordar seu marido e primo Francisco Antunes Gomes da Costa na sequência²⁶⁰. Por último, observaremos a prole de Eliseu nos aproximando de Francisco.

²⁵⁸ A morte de Maria Augusta foi referida também no Rio de Janeiro. Em 13 de março, Luiz Alves Pereira e sua senhora mandavam rezar missa na Matriz de Nossa Senhora da Glória pelo 30º dia de morte da comadre Maria Augusta Rezende Antunes. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 12 de março de 1877. N. 71, p.04. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br>. Acessado em: 15 de maio de 2018.

²⁵⁹ MUAZE, op. cit. p.27.

²⁶⁰ O Coronel Aníbal e sua esposa Felisbina, como vimos na árvore genealógica do capítulo anterior, tiveram cinco filhos: Aníbal Júnior, José Aníbal, Francisco Aníbal e Flora Felisbina.

3.1 Aníbal Antunes Maciel Júnior e Amélia Hartley de Brito

Aníbal era quase dez anos mais velho que seu primo Francisco e, enquanto este estava em São Paulo no final dos anos 1860, Aníbal Júnior já havia se formado e regressado à Província. Nascido na cidade de Rio Grande, em meio a um contexto conturbado para a Província, uma vez que a Revolução Farroupilha havia começado havia três anos, ele participaria ativamente da campanha do Paraguai.

Encontramos Aníbal como estudante, aprovado em química na Escola Central, no final do ano de 1860²⁶¹. No mês seguinte, ele constava na notícia do Ministério da Guerra, na relação de oficiais subalternos transferidos de postos ou promovidos. Seu nome também aparecia na Companhia de artífices da fábrica da pólvora²⁶² e, em 1863, consta como plenamente aprovado pela Escola Central. Conforme Miranda e Santos, a Escola Central foi instituída em 1858 após longo debate acerca da formação de engenheiros civis e militares no Brasil²⁶³. A intensa discussão advinha das necessidades de formação tanto de engenheiros civis que dessem conta de obras de infraestrutura necessárias ao Império como também dos conflitos no Rio da Prata, que demandavam melhor formação de engenheiros militares. Sendo assim, a Escola Central permaneceu, mesmo com várias reformas, como escola militar, comandada por um general e subordinada ao Ministério da Guerra. Conforme o Decreto n. 2116, artigo 2º, a escola se destinava ao “ensino das matemáticas e ciências físicas e naturais, e também ao das doutrinas próprias da engenharia civil”²⁶⁴.

Bacharel em Matemáticas e Ciências Físicas e Naturais – título que deve ter contribuído no arranjo matrimonial - Aníbal casou em 11 de agosto 1864 com Amélia Hartley de Brito, filha de um comendador da praça do Rio de Janeiro²⁶⁵. O jovem casal estabeleceu residência em Pelotas e passou a administrar parte dos bens da família

²⁶¹ Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1860. N.315, p.01. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br>. Acessado em: 15 de maio de 2018.

²⁶² Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1860. N.349, p.01. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br>. Acessado em: 15 de maio de 2018.

²⁶³ MOREIRA, Heloi J. Fernandes; SANTOS, Nadja Paraense dos. **Formar bacharéis ou engenheiros: um dilema da Escola Central.** p.354-360. Disponível em: www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh4/.../Heloi%20Jos%20é%20Fernandes%20Moreira.pdf. Acessado em 20 de julho de 2018.

²⁶⁴ BRASIL, 1858 *apud* MOREIRA, Heloi J. Fernandes; SANTOS, Nadja Paraense dos. op. cit. p.356.

²⁶⁵ Aníbal havia nascido em 04 de setembro de 1838. De acordo com Assumpção Santos, a obra Nobiliário Sul-Riograndense apresenta um erro ao tratar que Aníbal foi bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. SANTOS, 1958.

Antunes Maciel. No ano seguinte ao casamento, em 31 de julho de 1865, Aníbal encaminhava ofício ao Visconde da Boa Vista, presidente da província, informando que havia sido enviado para Jaguarão para comandar o parque de artilharia daquela cidade, por ocasião da invasão da fronteira “pelas forças de [Basílio] Munhoz”²⁶⁶. Este ofício nos informa não só o estado em que se encontrava a guarnição, mas que ele havia desempenhado outras funções no Exército anteriormente:

Cumprindo a ordem de S. Ex. deixo de reunir-me ao Exército para onde por vezes tenho requerido seguir e segundo as instruções que verbalmente me foram transmitidas, levo ao conhecimento de V. Ex. não haverem nesta Guarnição praças suficientes para guarnecer as peças de artilharia aqui existentes²⁶⁷

Neste mesmo ano, na documentação relativa a Guerra do Paraguai, a “Ordem do dia n.39” datada do Quartel General da vila de São Borja de 24 de novembro de 1865 dizia que “De 23, que nessa data fazia seguir da cidade de Jaguarão, afim de se apresentar a S. Ex. para ser empregado neste exército, como for mais conveniente ao serviço público, o Sr. Tenente do Estado-maior de 1ª classe Anibal Antunes Maciel Junior”²⁶⁸. Poucos meses depois, em abril de 1866, Aníbal era ajudante de campo do Barão de Porto Alegre e aparecia pedindo licença para ir a Pelotas esperar deliberação do governo imperial acerca de “sua pretensão”. Nesta mesma ordem do dia no item relativo a “Inspeções de Saúde” constava: “O sr. Tentente do Estado maior de 1ª classe Anibal Antunes Maciel, moléstia, engorgitamento dos gangliões servicais, e reumatismo articular. – Incapaz do serviço ativo, curável; precisa de cinco meses para seu tratamento; na mesma data”²⁶⁹. Fechado o prazo concedido para recuperação ele novamente se apresentava em 20 de outubro²⁷⁰. E, ainda nesta Ordem contava que o “Tenente do Corpo de Estado-maior de 1ª Classe Anibal Antunes Maciel. Moléstia, reumatismo articular, curável: deve ser recolhido ao Hospital para ser convenientemente tratado, na mesma data”²⁷¹. Estas lesões, posteriormente foram apontadas como sendo a causa de sua morte prematura em 1887²⁷².

²⁶⁶ Aníbal refere-se aqui a invasão uruguaia de janeiro de 1865, quando 1.500 blancos invadiram e saquearam a cidade. Embora em menor número, cerca de 500 praças, as forças jaguarenses resistiram fazendo com que os blancos se retirassem. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/266>. Acessado em: 05 de março de 2018.

²⁶⁷ Fundo Autoridades Militares. Ordem do dia n.76, São Tomaz, 20/04/1866, p.185-187. Lata 185, Maço 1. AHRS

²⁶⁸ Fundo Autoridades Militares. Ordem do dia n.39, São Borja, 21/11/1865, p. 219-220. Maço 41. Ordens do Dia 1865/1867. AHRS

²⁶⁹ Fundo Autoridades Militares. Ordem do dia n.76, São Tomaz, 20/04/1866, p.185-187. Maço 1. AHRS

²⁷⁰ Fundo Autoridades Militares. Ordem do dia n.89, Curuzu, 30/10/1866 p.449-450. Maço 1. AHRS

²⁷¹ Fundo Autoridades Militares. Ordem do dia n.89, Curuzu, 30/10/1866, p.582. Maço 1. AHRS

²⁷² Aníbal faleceu aos 49 anos.

A referência ao nome de Aníbal desde a distante Província de São Pedro chegava até a Corte em dois outros momentos antes do recebimento do título: em 1874, quando noticiava que “Dr. Aníbal” havia concedido duas cartas de alforria em comemoração ao Sete de Setembro e, em 1877, quando juntamente com o segundo marido de sua tia Maria Francisca – Domingos Antônio Félix da Costa - participava com recursos para a Comissão de Socorros das vítimas de inundações em Portugal, para a qual, posteriormente ele aparecia doando 200\$000 réis²⁷³.

Mas a atuação de Aníbal não se restringiu a continuidade da participação da família em campanhas no território fronteiriço. Ele também chegou a vereança em Pelotas e a imprensa que representava a dissidência liberal noticiava que a “comissão *gasparista*” organizava a chapa para vereadores e acrescentava o nome de Aníbal²⁷⁴. Dias depois estava confirmada:

Chapa

Esta definitivamente organizada a chapa dos adeptos do Sr. Conselheiro Gaspar para os lugares de vereadores e juizes de paz d'esta parochia.

A chapa de vereadores, [...] Compõe-se dos seguintes Srs.: Jacintho Antonio Lopes, Vicente Caetano Machado Pinto, João Francisco Gonçalves, Dr. Annibal Antunes Maciel e Ismael da Silva Maia.

Para os juizes de paz são apresentados os Srs.: Capitães Luiz Maurell, Scipião José de Souza, João Theodosio Gonçalves e Eliseu Antunes Maciel.²⁷⁵

Desta maneira, é possível traçar a participação na política por parte da família Antunes Maciel, uma vez que nesta notícia já há a referência a pelo menos dois membros: Aníbal e seu primo Eliseu. Entretanto, somente dois anos depois, quando seu primo Francisco já era Conselheiro e que, portanto, os liberais estavam no poder, que ele alcança o seu título nobiliárquico. A imprensa da Corte informava que:

Ministério do Império – Por despacho de 26 do corrente mês foram condecorados: (...)

Fez-se mercê do título de Barão de Três Serros ao bacharel Annibal Antunes Maciel, em atenção aos relevantes serviços que tem prestado ao Estado e aos que prestou á humanidade concedendo liberdade a 58 escravos.²⁷⁶

O mês de julho de 1884 foi de “muitos barões” na família Antunes Maciel que, agora passava a ser chamada na imprensa pelotense pelos seus títulos de nobreza²⁷⁷.

²⁷³ Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1874, n. 262, p. 01; 10 de janeiro de 1877, n. 10, p. 01; e 06 de fevereiro de 1877. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br>. Acessado em: 15 de abril de 2018.

²⁷⁴ A Discussão. Pelotas, 20 de junho de 1882, n.138, p.02. Grifo do jornal.

²⁷⁵ A Discussão. Pelotas, 26 de junho de 1882, n.142, p.02.

²⁷⁶ Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 28 de julho de 1884, n.208, p.02.

²⁷⁷ Recebiam título além de Aníbal, seus primos: Leopoldo Antunes Maciel e Francisco Antunes Gomes da Costa.

A distinção destes homens dos demais passava por uma série de elementos. De acordo com Schwarcz, “Não só as habitações, mas todo o vestuário, as expressões, cores, hábitos e festas organizavam de maneira visível elementos que faziam parte de uma profunda concepção do mundo e de suas diferenças”²⁷⁸. O prestígio de ser notável, ilustre e conhecido seguia uma simbologia em nada aleatória revelando que, em uma sociedade iletrada, o brasão era um discurso importante. Aníbal investiu em um busto de mármore de Carrara, abotoaduras e uma gama variada de objetos com as iniciais “TS”, esculpidas em madeira ou trabalhadas em ouro²⁷⁹.

Dentre as funções que exerceu em instituições da cidade de Pelotas, Aníbal foi vice-presidente da prestigiosa Biblioteca Pública Pelotense em 1887, pouco antes de falecer²⁸⁰. Este cargo dividia com o presidente Alfredo Gonçalves Moreira, casado com sua prima Flora Mercedes Maciel. Neste mesmo ano era possível encontrar as mulheres da família enviando contribuições para a quermesse da Biblioteca como fizeram “A Exma. Sra. Mercedes Antunes Maciel (...) um lindíssimo banquinho estofado, bordado a fioco sobre cetim azul”, “Exma. Sra. D. Alzira Mercedes Hartley Maciel, um lindíssimo recosto de cetim escarlate bordado a lã” e “Zulmira Amélia H. Maciel, um riquíssimo estojo primorosamente bordado a seda”²⁸¹. A primeira, Mercedes, era a esposa do presidente e as duas últimas filhas do vice-presidente da instituição. Porém, de todas as contribuições enviadas à quermesse em benefício da Biblioteca a que recebeu maior destaque por parte da imprensa foi o quadro pintado por outra filha de Aníbal,

Entre os objetos enviados para a quermesse em favor da biblioteca está “uma grande tela representando uma alegoria alusiva á escola noturna da mesma Biblioteca (...)

O que resta agora é proclamar o nome da gentil autora dessa preciosa tela, cujo delicado pincel produziu tão mimoso trabalho: chama-se ela Sinhá Aníbal, filha do falecido barão de Três Serros, de saudosa memória.

Pelotas deve com razão ufanar-se de possuir em seu seio uma jovem que aos dotes de beleza reúne os da arte: Não a lisonjeamos; fazemos-lhe a devida justiça, estamos convencidos de que todos que contemplarem essa formosa tela hão de render sincera homenagem ao grande talento artístico da jovem Sinhá Aníbal.

Dentre os objetos que tem sido enviados a biblioteca pública desta cidade, e que tem de figurar nas quermesses em favor da mesma, depara-se um que está excitando uma tão justa quão merecida curiosidade.

²⁷⁸ SCHWACZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.163.

²⁷⁹ Parte destes objetos pode ser vista na exposição permanente do Museu Municipal Parque da Baronesa em Pelotas. A casa, que hoje abriga o museu de hábitos e costumes da elite pelotense, era sua antiga residência.

²⁸⁰ Diário de Pelotas. Pelotas, 08 de março de 1887, n.203, p.02.

²⁸¹ Respectivamente, Diário de Pelotas. Pelotas, 12 de agosto de 1887, n.36, p.02; 18 de agosto de 1887, n.40, p.02 e 02 de setembro de 1887, n.53, p.02.

É uma grande tela representando uma alegoria alusiva a escola noturna da mesma biblioteca, a qual tantos serviços tem já prestado ao analfabetismo desfavorecido dos meios de instruí-se.

Na parte superior dessa tela vê-se artisticamente personificado em vulto feminino a luz, não a solar, mas a luz que aclara a inteligência, a que difundem as páginas do livro.

Na parte superior, destaca-se um grupo de crianças de condição e cor diferentes, avidamente saudando e implorando um bafejo da irradiante estrela da instrução.

Uma das crianças segura um livro aberto no qual leem estes dois versos do malgrado poeta Xavier de Novaes:

“De dia a mão no trabalho,

De noite o livro na mão”

O conjunto das figuras acha-se esplendidamente disposto, e em todo ele bem distribuído o claro-escuro, cujo suavíssimo efeito é aí assas admirável.

Se o pensamento da alegoria foi feliz, não menos foi a execução quanto a correção do desenho, animado, colorido e sobretudo no que tem de mais difícil a arte de Raphael – a expressão.

O que resta agora é proclamar o nome da gentil autora dessa preciosa tela, cujo delicado pincel produziu tão mimoso trabalho: chama-se ela Sinhá Anibal, filha do falecido barão de Três Serros, de saudosa memória.

Pelotas deve com razão ufanar-se de possuir em seu seio uma jovem que aos dotes de beleza resume os da arte: não a lisonjeamos; fazemos-lhe a devida justiça estamos convencidos de que todos que contemplarem essa formosa tela hão de render sincera homenagem ao grande talento artístico da jovem Sinhá Anibal.²⁸²

Como abordou Peres, a Biblioteca Publica expressava, ao ser criada em 1875, a vida e as ideias presentes em Pelotas no final do século XIX²⁸³. Ao ser um local de encontro e deleite para as elites, era também o espaço que propiciava algum grau de instrução para os “desfavorecidos dos meios de instruir-se”.

“Sinha Anibal”, a que se refere este extenso texto no jornal, era Amélia Hartley Maciel, filha mais velha dos Barões de Três Serros. A matéria extremamente elogiosa à artista também remetia à memória de Anibal, recém falecido. Sinhá Anibal dois anos depois casaria com seu primo Lourival, portanto se tornaria além de prima, também cunhada do Conselheiro Francisco Antunes Maciel. A escolha pelo tema do quadro, que fazia referência as aulas noturnas da Biblioteca, está em consonância com as intenções da família de construir uma imagem fortemente atrelada à instrução.

²⁸² Diário de Pelotas. Pelotas, 06 de setembro de 1887. n.56, p.02.

²⁸³ PERES, Eliane. Educação. LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES. Mario Osório (Org.). **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010, p. 102-105.

Figura 5- Quadro pintado pela Sinhá Aníbal



Fonte: Acervo do Museu da Biblioteca Pública Pelotense.

As aulas noturnas, que haviam inspirado Sinhá Aníbal, tinham iniciado em 1878 e mantiveram-se até as décadas iniciais da República. Tratava-se de cursos de alfabetização voltados para as classes populares e nos quais estudaram trabalhadores nacionais e imigrantes²⁸⁴. Por esta época, a cidade com cerca de 30 mil habitantes apresentava uma proliferação de indústrias e fábricas que produziam os mais variados produtos, tais como chapéus, velas, fumo, sabão, cortiça, massas, cervejaria, remédios, etc, que acabaram por formar uma numerosa classe operária²⁸⁵.

Os cursos noturnos, conforme Peres, foram uma das experiências mais significativas que a cidade vivenciou no século XIX no que se refere à instrução primária. Por sua vez a biblioteca, os cursos noturnos, e a pintura feita por Sinhá Aníbal, perfaziam um discurso que visava moralizar o povo inculcando uma ótica de valorização do trabalho, algo disseminado em inúmeras cidades brasileiras, e que se relacionava com a luta abolicionista e as novas relações de trabalho que se estabeleceriam. Assim, o “analfabetismo, nesse período, era associado ao delito, à vagabundagem, ao crime, à

²⁸⁴ LONER, Beatriz. Bibliotheca Publica. In: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osório (Org.). **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010.

²⁸⁵ ANJOS, Marcos Hallal dos. **Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX**. Pelotas: Ed. Universitária, 2000. Sobre a formação da classe operária em Pelotas ver: LONER, Beatriz Ana. **Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. E. Universitária: Unitrabalho, 2001.

desordem, à degenerescência, etc. As ‘mazelas’ sociais eram tidas como resultado da falta de instrução do povo.”²⁸⁶.

De acordo com a imprensa, sobretudo o Diário de Pelotas, folha liberal que dava ampla repercussão aos assuntos envolvendo a família,

Quando se pronunciava o movimento emancipador da província, o Dr. Anibal foi dos primeiros, que por iniciativa própria, exilaram de seu lar a nefanda instituição. Pelo número avultado de seus libertos e mais serviços públicos, foi, no ministério do Sr. Conselheiro Dantas, galardoado com o título de Barão de Três Serros.²⁸⁷

Logo, fazia pouco tempo que os Barões de Três Serros haviam sido agraciados com o título de nobreza concedido por Dom Pedro II quando sua filha, Princesa Isabel, ao visitar Pelotas, foi passear na residência no dia 7 de fevereiro de 1885,

As 5 ½ foi S. A. fazer um passeio, em carro descoberto, á lindíssima chara do Barão do Três Serros, localizada na luz. S. A. ficou encantada da magnificência, elegância e bom gosto que se observa no estabelecimento. Percorreu a bela gruta artificial da chácara, os chalets, a casa de moradia do Sr. Barão dos Três Serros, sempre mostrando-se admirada pela originalidade da construção de todos esses compartimentos. Chamou especialmente a atenção de S. A. a magnifica coleção de pedras raras que lhe foram mostradas na gruta e nas porte-rusticas pelo administrador daquela importante propriedade, o Sr. David. A convite d’este cavalheiro dignou-se S. A. comer algumas fructas e beber uma taça de champagne. S. A. prometeu visitar de novo, hoje 1 hora da tarde, a chácara do Barão de Três Serros.²⁸⁸

A Princesa retornaria no dia seguinte à chácara com sua comitiva demorando-se menos desta vez. Entretanto, é possível imaginar que as visitas à residência dos Barões de Três Serros não só denotavam o prestígio que os Antunes Maciel tinham junto à Corte, como realimentavam o vínculo e chegavam até o noticiário do Rio de Janeiro, uma vez que o *Jornal do Comércio* informava os nomes dos “principais da terra”. Entretanto, nota-se a ausência de alguma referência aos Barões durante a visita, bem como nos demais dias em que a Princesa estava na cidade. Posteriormente, o *Correio Mercantil* informava que: “Da corte regressou hontem a esta cidade, o respeitável cavalheiro e distinto pelotense Exm. Sr. Barão dos Três Serros, que ali havia ido para tratar da saude, não

²⁸⁶ PERES, Eliane. Educação. LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES. Mario Osório (Org.). op. cit. p.104. Os cursos eram ofertados apenas para os homens, as mulheres puderam ingressar somente a partir de 1915.

²⁸⁷ Diário de Pelotas. Pelotas, 22 de março de 1887. n.217, p.02.

²⁸⁸ ABUCHAIM, Vera R.; BETEMPS, Leandro R. (Orgs.). A visita da Princesa 1885. **Cadernos do IGHPEL**. 2ª ed. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária da UFPel, 2011. O Caderno do IGHPEL tinha como objetivo transcrever as reportagens jornalísticas acerca da passagem da Princesa pela região de Pelotas. Esta matéria, de acordo com o Caderno, foi retirada do jornal *Correio Mercantil*.

conseguindo, infelizmente, restabelecer-se de todo. S. E. foi esperado ao desembarque por grande numero de amigos e afeiçoados (...) ²⁸⁹. O inventário e o testamento deixado pelo Barão dos Três Serros nos revela que ele administrava as estâncias que haviam passado de geração em geração à família. Além disso, havia sido confiado a ele a tutoria dos filhos de seu irmão e de sua cunhada, Francisco Anibal e Maria Augusta de Rezende Antunes, falecidos em 1877, em Bagé. Constavam como propriedades do Barão de Três Serros as estâncias: Pavão, Três Cruzes, no Brasil, e Arroio Malo e Salsipuedes, no Uruguai.

Nas notas relativas a sua morte em 1887, os jornais destacavam sua militância nas “fileiras liberais, ocupando por muitas vezes cargos de eleição popular” ²⁹⁰. Além do cargo de vereador na câmara municipal, Aníbal foi também presidente em 1883 e é provável que sua vida política tivesse continuado não fosse sua morte prematura aos 49 anos ²⁹¹.

Ao explorarmos acerca do relacionamento interno da família afim de não tomar a família enquanto unidade coesa, verificamos o reforço de seus vínculos e encontramos Aníbal como testemunha nos casórios dos Antunes Maciel. Ele aparecia testemunhando o casamento de seus primos Francisco e Francisca, em 1877, de Flora Mercedes e Alfredo, em 1878 e, dois anos depois, o de sua sobrinha Felisbina Amélia de Resende Antunes – filha do capitão Francisco Aníbal - com José Joaquim de Assumpção ²⁹². A escolha de seus testamenteiros também nos remete para os vínculos internos. Aníbal havia escolhido em primeiro lugar sua esposa, em segundo lugar o primo e cunhado Barão de Arroio Grande, em terceiro lugar o primo Barão de São Luiz e, em quarto lugar seu primo por afinidade Alfredo Gonçalves Moreira. Entretanto, o testamento do Barão é o documento que nos revela sua preocupação com os bens dos filhos a julgar pelo número de cláusulas a eles dedicadas. Ao redigir seu testamento, Aníbal tinha sete herdeiros, dentre estes apenas um era menino. Desta forma, Aníbal estabelece uma série de cláusulas para assegurar a proteção do patrimônio de suas filhas, visando garantir a permanência deste na família. A exemplo de seu irmão Francisco Aníbal ele determina:

Décimo segundo: que quando casadas minhas filhas não poderão seus maridos de nenhum modo dispor do usufruto que a cada uma couber, pertencendo a administração do dito usufruto as mesmas minhas filhas. Décimo terceiro: que

²⁸⁹ ABUCHAIM, op. cit. p.45. Notícia do dia 26 de fevereiro de 1885.

²⁹⁰ Diário de Pelotas. Pelotas, 22 de março de 1887, n.217. Como trataremos posteriormente, o ano de 1883, quando ele ocupa a presidência da Câmara foi o momento em que se decidiu acerca da instalação da Imperial Escola de Medicina Veterinária e Agricultura Prática.

²⁹¹ LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES. Mario Osório (Org.). **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010, p.40.

²⁹² Cabe lembrar que Aníbal foi tutor de Felisbina e seus irmãos.

os bens provenientes do usufruto, digo rendimentos, serão convertidos anualmente em apólices da Dívida Pública, enquanto forem minhas filhas menores, de cujos rendimentos serão elas também usufrutuárias, podendo minhas filhas quando maiores ou casadas constituírem por si só procurador para o recebimento dos rendimentos do usufruto que lhes deixo, independentemente da intervenção de seus maridos. Décimo quarto: que por morte de qualquer dos usufrutuários que falecerem sem filhos, passará a parte do usufruto que lhe tiver cabido, [...] a ser dividida igualmente pelos demais usufrutuários. Décimo quinto: que aos filhos dos usufrutuários que nomeio passarão em toda propriedade os bens que deixo em usufruto.²⁹³

O Barão, que havia assegurado a retirada dos dez contos de réis deixados pelo Coronel Aníbal aos netos, mandava inteirar os demais filhos da mesma quantia; esta, devia ser retirada de sua parte afim de igualar o valor. Ele também tratava de garantir a permanência do patrimônio por mais de uma geração na família. Em um contexto de transformações que envolviam sobretudo o fim da escravidão, o Barão pretendia resguardar o patrimônio familiar com base em sua experiência de vida, e buscava, sobretudo, entender o “rumo dos ventos” e a melhor forma de amparar suas filhas. Da mesma forma que seu pai, o Barão, embora sem nenhuma das filhas casadas, também se preocupava com os netos que viria a ter: “Décimo sexto: que se por morte de qualquer de meus herdeiros usufrutuários ficarem seus filhos sem meios de subsistência serão imediatamente os bens deixados em usufruto ao pai ou a mãe, repartidos igualmente por eles e aplicados a sua educação e manutenção”.

A preocupação com a entrada de nada menos que seis genros na família, também se mostra nas cláusulas seguintes, de forma que ele aconselha “escrituras” e obediência tanto das filhas, quanto dos tutores e juízes, que devem observar suas vontades:

Décimo sétimo: que se qualquer de minhas filhas quiser casar antes de completar sua maioridade não poderão fazer senão mediante escritura de *, de maneira a ficarem completamente garantidos os bens que lhe couberem em herança, esperando eu do tutor e juiz que conceder a licença para casamento façam cumprir fielmente esta minha vontade. Décimo oitavo: que peço e muito aconselho a minhas filhas que quando maiores contratarem casamento o façam também mediante escritura de *, único meio de possuírem * da fortuna e acautelarem seu futuro e dos filhos que possam vir a ter. Da obediência de minhas filhas e bons conselhos que neste nomeio espero o cumprimento desta minha última vontade. (...) ²⁹⁴

Por fim, antes de solicitar que se fizessem cópias do testamento e entregassem a cada um de seus filhos ao completar quinze anos, Aníbal recomenda a Baronesa:

²⁹³ Testamento de Aníbal Antunes Maciel 11 de agosto de 1885 anexado ao Inventário do Barão de Três Serros. Comarca de Pelotas. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria. Nº 1071, Maço 60, Estante 25, Ano 1887. APERS. Foram mantidas as palavras sublinhadas.

²⁹⁴ Testamento de Aníbal Antunes Maciel 11 de agosto de 1885 anexado ao Inventário do Barão de Três Serros. Comarca de Pelotas. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria. Nº 1071, Maço 60, Estante 25, Ano 1887. APERS. Algumas palavras estão ininteligíveis, motivo pelo qual optei por sinalizar com asterisco.

“Vigésimo primeiro: que espero do bom juízo de minha mulher e peço-lhe nunca torne a casar-se e se dedique inteiramente a boa educação e felicidade de nossos filhos ensinando-lhes os mesmos princípios que sempre me viu professar e que fazem-me legar-lhes um nome honrado”²⁹⁵. Esta cláusula foi seguida pela Baronesa que, mesmo jovem, não tornou a casar, e se converteu em uma referência para a família, não só para os filhos e filhas, como também para os netos, mediante o acompanhamento destes nos estudos no Rio de Janeiro²⁹⁶.

A nota publicada na imprensa relativa a morte do Barão de Três Serros é elucidativa da posição da família na cidade: “Esta hoje de luto uma das mais importantes e respeitáveis famílias desta terra e com ela, pode-se dizer, a sociedade pelotense”²⁹⁷. Entre as homenagens feitas constavam as “coroas depositadas sobre o caixão notavam-se: da Bibliotheca, Partido Liberal e de numerosos amigos”²⁹⁸.

Da mesma forma, o convite para a missa:


²⁹⁵ Testamento de Anibal Antunes Maciel 11 de agosto de 1885 anexado ao Inventário do Barão de Três Serros. Comarca de Pelotas. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria. Nº 1071, Maço 60, Estante 25, Ano 1887. APERS

²⁹⁶ Sobre a Baronesa de Três Serros ver: PAULA, Débora Clasen de. “**Da mãe e amiga Amélia**”: cartas de uma baronesa para sua filha (Rio de Janeiro – Pelotas, na virada do século XX). São Leopoldo: UNISINOS, 2008. Dissertação de Mestrado em História.

²⁹⁷ Diário de Pelotas. Pelotas, 22 de março de 1887, n.217, p.01. Grifo da autora. O mesmo jornal publica no dia 14 de março o sepultamento de um recém-nascido, filho dos Barões de Três Serros. No dia seguinte, 15, o obituário do jornal informa que o filho do casal se chamava Francisco de Paula e que, com sete dias, havia falecido em decorrência do tétano. Diário de Pelotas. Pelotas, 15 de março de 1887, n.211, p.02.

²⁹⁸ Diário de Pelotas. Pelotas, 23 de março de 1887, n.218, p.02.

Figura 6- Recorte de jornal



MISSA

A Baroneza de Tres Serros e seus filhos, Baroneza e Barão do Arroio Grande, D Leopoldina da Roza Antunes, major Elizeu Antunes Maciel, conselheiro Francisco Antunes Maciel, Barão de S. Luiz, Dr. Arthur Antunes Maciel, Lourival Antunes Maciel, conselheiro José Julio de Albuquerque Barros e sua Sra., Alfredo Gonçalves Moreira e sua Sra., major José Quirino Candiota e sua familia, convidam a todos os seus parentes e pessoas de amizade, para assistirem á missa que pelo eterno repouso da alma de seu finado esposo, pai, irmão, cunhado, sobrinho, tio e primo

BARÃO DE TRES SERROS

mandam resar, no dia 22 do corrente, ás 9 horas da manhã, na igreja matriz, antecipando seus agradecimentos por este caridoso obsequio.

N. 353

Diário de Pelotas. Pelotas, 16 de abril de 1887, n.236, p.01.

A ordem dos parentes citados no convite já nos apresenta a configuração e hierarquização da família naquele momento, e em relação à Aníbal. Primeiro seu núcleo mais próximo – a Baronesa e os filhos -, em seguida sua irmã e seu cunhado e primo – Barões de Arroio Grande -, na sequência a tia e os primos, e para finalizar seu compadre. Para além dos cargos e prestígio de cada um deles, o convite para a missa que se constrói a partir dos homens da família abre uma única exceção à denominação das mulheres. Leopoldina, que pertencia a geração anterior, portanto a mais velha, principia a referência a seus filhos. A menção ao Conselheiro José Júlio de Albuquerque Barros, genro do Barão de Arroio Grande e afilhado de casamento de Aníbal, também fazia ver que as estratégias

matrimoniais haviam atraído figuras importantes da política para dentro da parentela. Adolfo, filho do major José Quirino Candiota, era afilhado de Aníbal, demonstrando que também os laços de compadrio haviam sido tecidos dentro de uma hierarquia militar.

A notícia da morte do Barão de Três Serros foi publicada também na Corte:

Falecimentos – Telegrama recebido ontem de Pelotas noticia ter ali falecido repentinamente o Barão de Três Serros, Anibal Antunes Maciel, importante proprietário e charqueadore cidadão muito considerado na província. O Barão de Três Serros era comendador da Ordem de Cristo.²⁹⁹

Nas diversas notas publicadas na imprensa consta, inclusive, o resumo do testamento por ele deixado, seus testamenteiros, tutores, prazo para cumprimento das disposições, e os nomes das pessoas a quem deixava algumas centenas de réis,

Deixa a D. Clara Candiota 200\$000; a D. Senhorinha, Florinda, Maria José, Isolina, filhas de seu compadre José Quirino Candiota, 100\$000; a seu afilhado Adolfo, filho do mesmo, 200\$000; A parda livre Anastacia 200\$000; a Bibiana 100\$000; a Castorina 100\$000; Aos seus ex-escravos libertos em 1884, que estiverem a seu serviço independente do salário que recebem, 20\$000 a cada um. A seu copeiro Antônio 50\$000, a seu bolieiro João 50\$000; ao cozinheiro Ricardo 50\$000; a crioula livre Josefa dos Santos 100\$000. A 50 famílias ou viúvas pobres e honestas, 10\$000 a cada um; Ao Asilo de órfãos 100\$000. Aos enfermos da Santa Casa desta cidade, 100\$000. Aos presos da cadeia 50\$000. Ao Asilo de Mendigos, 100\$000. A Joaquim de Azevedo 500\$000. A Sebastião José Domingues 500\$000.³⁰⁰

Ao legar esmolas para diversas pessoas e entidades, ele satisfazia uma prática comum ao seu grupo social, a caridade. Eicholz ao analisar quem eram as elites pelotenses e seus espaços de atuação - os benfeitores do Asilo de Mendigos e do Asilo de Órfãos São Benedito - destaca que “Toda a caridade efetuada pela sociedade abastada de Pelotas visava o retorno, seja social, político ou simbólico.”³⁰¹. Conforme Araújo, citado por Eicholz, os ricos utilizavam-se da esmola para reforçar o poder que possuíam ao mesmo tempo em que mantinham os pobres sob controle materializando assim uma relação desigual³⁰². Essa prática, realizada em memória de Aníbal, foi estendida ao longo dos anos a cada aniversário de falecimento, reforçando a presença e o papel da família na sociedade pelotense.

A baronesa de Três Serros, agora viúva, assumia como tutora e testamenteira. Desde a escrita do testamento pelo Barão até a abertura do seu inventário, mais um filho já havia nascido. Aparecem como herdeiros:

²⁹⁹ Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 24 de março de 1887, n.83, p.01.

³⁰⁰ Diário de Pelotas. Pelotas, 22 de março de 1887, n.217, p.02.

³⁰¹ EICHOLZ, Josué. **Elites locais e caridade**: estudo sobre os benfeitores do Asilo de Mendigos e do Asilo de Órfãos São Benedito em Pelotas – RS (1880-1920). Dissertação de Mestrado. Pelotas, 2017, p.54.

³⁰² ARAÚJO, 2000 *apud* EICHOLZ, 2017, p.57.

Amélia, dezoito annos, solteira
Izabel, dezesseis annos, dita
Felisbina, quinze annos, dita
Annibal, quatorze annos, dito
Zulmira, doze annos, dita
Alzira, dez annos, dita
Dulce, sete annos, dita
Edmundo, um anno e dez meses.³⁰³

Amélia, havia ficado viúva com 38 anos, e a administração dos bens da família agora estavam sob sua responsabilidade, até que os filhos atingissem a maioridade para receber a parte que lhes cabia. Uma das estratégias das quais ela se utiliza para tocar os negócios foi a venda de animais e arrendamento das propriedades. Passado um ano do falecimento do marido, ela informava ao juiz de órfãos que na fazenda Salsipuedes, no Uruguai, pastavam mais de 12 mil cabeças de gado, quantidade superior à capacidade do campo trazendo prejuízo ao desenvolvimento da produção e à engorda. Ela pedia permissão para vender alguns animais existentes neste local, e também na fazenda do Pavão. Em 1890, solicita a permissão para arrendar a mesma fazenda e o gado lá existente³⁰⁴. Neste mesmo ano, a filha primogênita Amélia, Sinhá, casou com o primo de seu falecido pai, Lourival Antunes Maciel, irmão do Conselheiro Maciel. Posteriormente, eles residirão na casa que pertencia aos barões de Três Serros, e Lourival se tornará o administrador dos bens de sua sogra³⁰⁵. A inserção dos genros nos negócios foi constatada por Ognibeni ao estudar o núcleo charqueador, “Os negócios de família, em geral, incluíam a participação dos genros, tanto na administração como nas sociedades”³⁰⁶. No caso dos Antunes Maciel, a escolha do genro recaía pela segunda vez dentro da família.

³⁰³ Inventário do Barão de Três Serros. N° 1071, Maço 60, Estante 25, Ano 1887. Pelotas, 1° Cartório de Órfãos e Provedoria. p. 03. APERS. Há uma série de discordâncias com relação ao número exato de gestações que Amélia teria tido. As árvores genealógicas existentes no arquivo do Museu da Baronesa apresentam diferentes números de filhos.

³⁰⁴ Inventário do Barão de Três Serros. N° 1071, Maço 60, Estante 25, Ano 1887. Pelotas 1° Cartório de Orphãos e Provedoria. APERS

³⁰⁵ Denise Ognibeni expõe que, entre as estratégias para a manutenção do patrimônio dos charqueadores, as mulheres participavam mediante o casamento com indivíduos de sua própria família ou então de outras com as quais pudessem favorecer os interesses da família. OGNIBENI, op. cit., p. 230. Ainda que não se aprofunde aqui as estratégias adotadas pela Baronesa para o casamento de suas seis filhas, vamos expor apenas que, além de Amélia que casa com seu primo Lourival, Zulmira casa com Eduardo da Silva Tavares, filho de Joaquim da Silva Tavares, Barão de Santa Tecla. O Paiz. Rio de Janeiro, 13 de março de 1894. N.2437, p.04.

³⁰⁶ OGNIBENI, op. cit., p. 190.

O casamento de Sinhá com seu primo fará com que a Baronesa de Três Serros mantenha, ao longo da vida, uma relação muito estreita com o Conselheiro Maciel e Chiquinha, sua esposa. Essa proximidade permite analisar o Conselheiro desde uma documentação privada.

3.2 Francisco Antunes Gomes da Costa e Flora Felisbina Antunes da Costa

Francisco Antunes Gomes da Costa, como já foi referido anteriormente, era filho do primeiro casamento de Maria Francisca com Matheus Gomes Viana. Diante da viuvez prematura de Maria Francisca, aos 25 anos, ela se casou novamente, desta vez com o Comendador português Domingos Antônio Felix da Costa que perfilhou Francisco³⁰⁷. Desta forma, no testamento do Comendador, ele informou que

Declaro que fui casado com Maria Francisca Antunes da Costa viúva do major Matheus Gomes Vianna de cujo matrimônio não houveram filhos, mas tendo minha mulher um filho do primeiro matrimônio de nome Francisco Antunes Gomes da Costa, eu o perfilhei e é este o legítimo e único herdeiro das duas terças partes do que eu possuo”³⁰⁸.

Maria Francisca já havia falecido na ocasião em que o Comendador redige seu testamento em novembro de 1879. O Comendador, ao dispor da outra terça parte, deixava para sua neta e afilhada Maria Francisca Antunes da Costa todas pratas e louças do serviço que tinha sua firma, a mobília, espelhos e retratos que ornavam a sala de visitas e o alfinete de brilhantes que costumava usar. Deixava também ao neto e afilhado Francisco Antunes Gomes da Costa Júnior os três botões de brilhante e o relógio e corrente de ouro de uso próprio. Observa-se que Francisco, o filho testamentário, havia colocado seus dois filhos como afilhados do avô, intensificando ainda mais os laços com seu pai adotivo que agora lembrava dos netos no momento do testamento.

Francisco Antunes Gomes da Costa se casou com sua prima Flora Felisbina, filha do Coronel Aníbal e de Felisbina e, no desenrolar do inventário da mãe de Flora, em 1871, ele exigia que o Coronel procedesse a partilha dos bens. As alegações de conflitos

³⁰⁷ De acordo com o Nobiliário, Maria Francisca tinha um casal de filhos: Maria Francisca e Francisco. Porém, na documentação levantada não foi possível confirmar esta informação. CARVALHO, 1937, p.32.

³⁰⁸ Inventário de Domingos Antônio Felix da Costa, N° 944, Maço 54, Estante 25 Ano 1881. Pelotas, 1° Cartório de Orphãos e Provedoria. Neste sentido, cabe aqui referir que não encontrei evidências da existência de uma irmã de Francisco denominada, conforme Carvalho, de Francisca Antunes Gomes da Costa. CARVALHO, 1937, p.32.

no Uruguai e problemas de saúde do Coronel fizeram com que Francisco interpelasse constantemente o juiz acerca do andamento e morosidade do processo.

Francisco, conforme Carvalho, tinha participado da Guerra do Paraguai prestando “assinalados serviços ao Império” e também havia sido tenente-coronel na cidade de Rio Grande³⁰⁹. O genealogista informa ainda que Francisco havia sido Presidente da Província do Rio Grande do Sul nomeado em “15 de julho de 1879” e que também havia dirigido o Banco Pelotense³¹⁰. Porém, ao pesquisar os Relatórios dos presidentes de província neste ano de 1879 isso não se evidencia, pois encontrei a Fala do presidente Felisberto Pereira da Silva que havia recebido a administração da província em 26 de janeiro de 1879 de Américo de Moura Marcondes de Andrade e, posteriormente há o Relatório de Carlos Thompson Flores que havia começado a administração em 19 de julho de 1879³¹¹.

Conforme Magalhães, Francisco não havia obtido diploma de curso superior, mas havia sido um “intelectual”, pois escrevia poemas e chegou a ser redator da revista “*Araribá*”, que surgiu em 1857. Esta revista “teve o mérito cronológico de haver surgido só um ano depois da revista *O Guaíba*, editada em Porto Alegre e considerada a primeira revista literária do Rio Grande do Sul”³¹². Na segunda metade do século XIX, Francisco figurava entre os autores pelotenses que haviam tido sua produção teatral encenada por amadores no Teatro Sete de Abril³¹³.

Deputado provincial por cinco mandatos, Francisco havia ocupado o cargo de 1862 a 1864, 1879/1880, 1881/1882 e 1883/1884³¹⁴. No ano de 1868 concorria à vereança em Pelotas³¹⁵ e, em 1878, aparecia como “capitão” compondo a chapa dos

³⁰⁹ CARVALHO, 1937, p.33.

³¹⁰ Disponível em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul. Acessado em: 06 de maio de 2018.

³¹¹ Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras/252263>. Acessado em: 12 de janeiro de 2018.

³¹² Magalhães se apoia no obra de Guilhermino César “História da Literatura no Rio Grande do Sul” para fazer essa afirmação. MAGALHÃES, Mario Osório. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: EdUFPe/ Co-edição Livraria Mundial, 1993, p.246. Cabe destacar que o pai de Francisco, Mateus Gomes Vianna também havia sido redator do jornal Liberal Rio-Grandense que era publicado na cidade de Rio Grande durante os dois primeiros anos da Revolução Farroupilha. Mateus era considerado “escritor elegante e bom poeta”. OSORIO, Fernando *apud* MAGALHÃES, 1993, p.127.

³¹³ *Ibid*, p. 182.

³¹⁴ LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES. Mario Osório (Org.). **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010, p.94.

³¹⁵ Diário de Pelotas. Pelotas, 20 e 21 de julho de 1886. n.18, p.01.

candidatos do diretório liberal para membros da assembleia provincial, em sua ocupação constava como charqueador em Pelotas. Junto com ele estava seu primo Francisco, advogado em Pelotas³¹⁶.

Em 1877, ao tomar um vapor que partia do Rio de Janeiro em direção ao sul, sabemos que Francisco e Flora haviam viajado à Corte e também que o casal tinha, na época, três filhas³¹⁷. Uma dessas filhas – Maria Francisca da Costa, conhecida como Sinhá Costinha - o Barão de Arroio Grande logrou casar com o presidente da província naquele momento, José Júlio de Albuquerque Barros, em 1885³¹⁸.

Mas é no ano de 1884 que Francisco alcançou seu título de nobreza. Carvalho expõe que, pelo Decreto Imperial de 05 de julho de 1884, Francisco havia recebido o título de Barão por haver concedido a liberdade de 46 escravos³¹⁹. A iniciativa ou indicação de pessoas para receber títulos de nobreza e demais distinções, conforme Schwarcz, poderia partir dos “ministros de Estado, ou mesmo daqueles que eram próximos ao imperador, o qual teria sempre a palavra final (...)”³²⁰.

A imprensa do Rio de Janeiro publicava que:

Ministério do Império – Por despacho de 5 do corrente mês: (...)
Em atenção aos relevantes serviços prestados ao Estado e a humanidade, concedendo liberdades gratuitas, foram agraciados com os títulos de:
Barão de S. Luiz, o Dr. Leopoldo Antunes Maciel.
Barão do Arroio Grande, o tenente-coronel Francisco Antônio Gomes da Costa.³²¹

Cabe destacar que, em agosto de 1881, portanto antes da concessão do título a Francisco Antônio, havia sido fundado o Clube Abolicionista em Pelotas, tendo como organizadores da associação Fernando Luís Osório, Epaminondas Piratinino de Almeida, Cipriano França Mascarenhas, Pe. Augusto Joaquim da Siqueira Canabarro e Luis Carlos Massot. Embora Francisco não figurasse como sócio, sua filha Maria Francisca aparecia

³¹⁶ Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1878, n.242, p.01.

³¹⁷ Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 12 de junho de 1877, n. 162 p.01.

³¹⁸ Este casal que teve cinco filhos alcançou, em 1889, portanto no apagar das luzes do Império, o título de Barões de Sobral. MAGALHÃES, 1993, p.193. O casamento de Maria Francisca e José Júlio foi celebrado pelo bispo Sebastião Dias Laranjeira em Pelotas, tendo os Barões de Três Serros como testemunhas. Portanto, não se pode afirmar que Francisco Antunes Maciel, ao se tornar ministro do Império em 1883, tenha nomeado o “parente Barão de Sobral para a presidência do Rio Grande” pois o casamento ocorreu somente em 1885. VARGAS, Jonas M. “Os barões do charque e suas fortunas”... Op. cit. p.306. Porém, é possível que a partir das articulações políticas envolvendo estes liberais, tivesse ocorrido o arranjo matrimonial da filha do Barão de Arroio Grande.

³¹⁹ CARVALHO, 1937, p.33.

³²⁰ SCHWARCZ, Lilia. **As barbas do Imperador...** Op. Cit. p.170.

³²¹ Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 08 de julho de 1884, n.188, p.2.

fazendo parte da “comissão de moças da alta sociedade pelotense para auxiliar nos trabalhos”³²². Os “trabalhos” provavelmente se tratassem de quermesses e demais formas de arrecadar donativos, o que vinha ao encontro do que Zubaran expõe para Porto Alegre. Apoiada em análises acerca da abolição norte-americana, a autora coloca que as mulheres desempenhavam papel importante, e que este incluía a filantropia e as reformas sociais. Essa participação feminina na campanha abolicionista foi registrada na imprensa por meio de atributos socialmente reconhecidos como adequados às mulheres de elite, ao serem representadas como delicadas, generosas e doces³²³.

Mas, retornando ao pai de Maria Francisca, o Barão de Arroio Grande tinha entre seus negócios a instalação e implantação de colônias na região serrana da cidade de Pelotas. O *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro noticiava em 1885 que: “Ficou definitivamente organizada em Pelotas a companhia *Colonizadora Pelotense*, cuja diretoria é assim composta: Barão de Arroio Grande, Benito Maurell Filho, Francisco Alsina, Antônio Francisco da Rocha e José D. Brochado”³²⁴.

Pomatti, ao abordar a imigração italiana em Pelotas, trata que a política de colonização na Serra dos Tapes - local onde o sogro e tio do Barão de Arroio Grande, Coronel Aníbal tinha terras e legou aos herdeiros – atendeu aos interesses dos proprietários de investirem na questão imobiliária e, aliado a isso, a necessidade de substituição dos escravos no campo³²⁵. Além disso, Anjos aponta que o movimento colonizador em Pelotas inseriu-se no processo de especulação imobiliária que, baseado na venda de lotes aos imigrantes, as vendas de terras realizadas por particulares chegavam a custar 800% mais do que as vendidas pelo Governo para formação de colônias oficiais³²⁶. Conforme o Relatório de 1922 citado por Anjos, e no qual constavam dados de 1900, haviam 61 colônias na região serrana de Pelotas sendo que apenas quatro eram oficiais: “a Municipal criada em 1882 e as colônias Accioli, Afonso Pena e Maciel,

³²² MONTI, Verônica A. **O Abolicionismo**: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul – 1884. Porto Alegre: Martins Livr.E., 1985, p.109.

³²³ ZUBARAN, Maria Angélica. A invenção branca da liberdade negra: memória social da abolição em Porto Alegre. **Revista Fênix**. Vol.6, Ano VI, n.3. Jul/ago/set de 2009.

³²⁴ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1885, n.58, p.01. Grifo do Jornal. Benito Maurell era, provavelmente, o vice-cônsul espanhol. ANJOS, Marcos Hallal dos. **Estrangeiros e modernização**: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX. Pelotas: Ed. Universitária, 2000, p.76.

³²⁵ POMATTI, Angela Beatriz. A questão da colonização e da imigração em Pelotas: italianos na Colônia Maciel. Disponível: www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279484423_ARQUIVO_sas.pdf. Acessado em: 20 de julho de 2018.

³²⁶ ANJOS, op. cit., p.68.

criadas pelo Governo Imperial no ano de 1885”³²⁷. Estes dados nos ajudam a entender o direcionamento nos negócios do Barão de Arroio Grande e a constituição da Companhia.

O Barão, satisfazendo a prática da elite, também tem seu nome atrelado às instituições e, como seu sogro que escolheu a Santa Casa para fazer doações, se dedicou a esta instituição por vários anos. De acordo com o jornal *A Ventarola*, o Barão de Arroio Grande,

Na secretaria da Santa Casa de Misericórdia, tem S. S. prestado relevantes serviços aquela pia instituição, com aplauso de toda a população pelotense. Como a Santa Casa, tem igualmente recebido os seus favores em grande cópia o Asilo de Mendigos, diversas irmandades e algumas famílias desprotegidas da fortuna.³²⁸

O “aplausos” como vimos, tratava-se da retribuição aos benfeitores, na forma de visibilidade e prestígio social. Neste sentido, em junho de 1888, o *Onze de Junho* noticiava que o Barão de Arroio Grande “digno provedor da Santa Casa, a pedido da imprensa, cedeu graciosamente o carro fúnebre para a condução do cadáver”³²⁹. A nota fúnebre que gerava repercussão se referia a morte do poeta Lobo da Costa.

De acordo com Tomaschewski, em 1891, após o término de sua provedoria na Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (1887-1890), como era de costume, os irmãos que acompanharam a administração do Barão de Arroio Grande enviavam requerimento à nova Mesa solicitando o título de “irmão benfeitor” ao Barão em consideração aos “relevantes serviços por ele prestados a este Pio Estabelecimento, durante os 15 anos em que fez parte de sua administração oferecendo o retrato do mesmo para ser colocado no salão de honra ao lado dos outros irmãos benfeitores”³³⁰.

Em 1890, a folha liberal *O Nacional* noticiava que o “**Barão de Arroio Grande**- Este nosso distinto amigo e correligionário acaba de ser reformado no posto de coronel da guarda nacional³³¹. Já no ano seguinte, este mesmo jornal dava conta de que seria realizada na cidade uma homenagem à memória de D. Pedro II na igreja matriz. Tratava-

³²⁷ Ibid, p.67. No momento não consegui apurar mais dados acerca da denominação da Colônia Maciel.

³²⁸ *A Ventarola*. Pelotas, 08 de maio de 1887, ano I, n.5, p.01.

³²⁹ *Onze de Junho*. Pelotas, 20 de junho de 1888, n.66, p.02. Para análise da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas consultar TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Caridade e filantropia na distribuição da assistência**: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas -RS (1847-1922). 2007. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Dissertação de Mestrado em História.

³³⁰ TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva**: a distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, Brasil, c.1847-c.1891. Tese de Doutorado em História. Porto Alegre: PUCRS, 2014, p.170. Conforme esta autora o Barão aparecia como provedor da instituição nos anos de 1887, 1888, 1889, 1890.

³³¹ *O Nacional*. Pelotas, 06 de junho de 1890, n.230, p.02.

se de um convite à população para assistir as “exéquias solenes”. Para tanto, assinavam a publicação, dentre os primeiros da lista: o Visconde da Graça, Barão de Jarau, Barão de São Luiz, Barão de Santa Tecla e o Barão de Arroio Grande³³² ou seja, boa parte da nobreza pelotense titulada pelo Imperador.

A Baronesa de Arroio Grande também aparecia nas páginas da imprensa, e *O Rio-grandense*, órgão do Partido Conservador, noticiava que a Baronesa havia feito doação a “irmandade da Virgem da Conceição da cidade vizinha [...] importante donativo de 100\$000”³³³. Mas será quando o Barão de Arroio Grande retorna a Provedoria da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (1909-1910) que ela, contribuindo para a construção do pavilhão de tuberculosos, vai ganhar maior destaque após pomposa doação. Tomaschewski informa que o montante doado por ela chegou a 80 contos de réis para a obra. Estas doações, feitas ao longo dos anos, demoraram a ser empregadas em obras, de forma que, em 1915, após a doação de 20 contos de réis, “a baronesa sugeriu que fosse colocada a pedra fundamental do edifício, que foi inaugurado somente em 1925 como “Pavilhão Baronesa de Arroio Grande”³³⁴. De acordo com a autora, consta nos relatórios da instituição que a inauguração da pedra fundamental do Pavilhão que levou o nome dela foi lançado em sessão solene e pública no dia 17 de outubro de 1915 e contou com a presença da baronesa e “de quase todos os membros de sua ilustre família”, além do Bispo e corpo médico da Santa Casa³³⁵.

Além da participação em instituições, por vezes de maneira conjunta, a imprensa também nos permite observar que, internamente, a família continuava reforçando os laços, pois em 1902 havia o batizado de Gilberto:

Batizado – Em regozijo ao aniversário da Exma. Sra. Baronesa de Arroio Grande, foi hoje batizado o galante Gilberto, seu sobrinho e filho do Sr. Dr. Tancredo de Sá.
Foram padrinhos a referida senhora e seu esposo, o Sr. Barão de Arroio Grande.³³⁶

³³² O Nacional. Pelotas, 10 de dezembro de 1891, n.279, p.01.

³³³ Rio-Grandense. Pelotas, 19 de janeiro de 1888, n.630, p.02.

³³⁴ TOMASCHEWSKI, 2007, p.143.

³³⁵ Relatório da provedoria... 1915-1915 apud TOMASCHEWSKI, 2007, p.143. Conforme Gill, o pavilhão “Baronesa de Arroio Grande” foi construído com capacidade para internar cerca de 60 pacientes acometidos de tuberculose. GILL, Lorena Almeida. Uma doença que não perdoa: a tuberculose e sua terapêutica no sul do Brasil e na Itália, em fins do século XIX e inícios do XX. *História* (São Paulo). V.31, n.1, p.266-287, jan/jun 2012, p.281.

³³⁶ A Opinião Pública. Pelotas, 17 de março de 1902, n.62, p.02.

Gilberto era neto dos Barões de Três Serros, portanto, sobrinho neto de Flora Felisbina, e assim mais um vínculo de compadrio reforçava laços intergeracionais entre a parentela.

3.3 Arthur Antunes Maciel e Leonídia Gonçalves Moreira

Arthur Antunes Maciel era um dos filhos mais novos do tenente coronel Eliseu, nascido em 1854. Em 1869 o *Jornal do Comércio* noticiava a chegada dos irmãos Francisco, Leopoldo e Arthur no Rio de Janeiro³³⁷. Arthur era aprovado em inglês e francês naquele ano e, em 1871, era aprovado na Escola Central³³⁸ que, como abordamos anteriormente, era a mesma Escola onde havia estudado seu primo Aníbal Antunes Maciel. As notícias do porto do Rio de Janeiro de maio de 1874 informam que ele chegava ao Rio de Janeiro no mesmo vapor que Silveira Martins³³⁹.

No ano de 1878, casou aos 24 anos com Leonídia Gonçalves Moreira, em cerimônia na casa do irmão Francisco Antunes Maciel e da cunhada Francisca de Castro Moreira Maciel. Uma das testemunhas escolhidas era seu irmão mais velho Eliseu Antunes Maciel Júnior³⁴⁰.

Ao acompanhar a trajetória de Arthur pela imprensa é possível perceber que viajava com frequência, quer seja com o irmão Lourival, chegando ao Rio de Janeiro³⁴¹, ou com o outro irmão, Francisco, ao tomar o vapor S. Pedro rumo a Santa Isabel para “dali se transportarem à margem oposta, onde está situada a estância que possuem”³⁴². Desta forma, temos que os irmãos possuíam estância na localidade que, muito provavelmente, se tratava de Santa Isabel do Sul, distrito que havia se emancipado de Arroio Grande entre os anos de 1882 e 1893.

Conforme alguns autores, “as potencialidades e movimentos liberais” fizeram com que a localidade que tinha sua economia voltada para a produção de gado para as charqueadas, além de estar situada em um ponto estratégico à beira do canal São Gonçalo - portal de entrada e saída da Lagoa Mirim – desenvolvesse, em 1835, um contingente

³³⁷ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 13 de março de 1869. N.71, p.03.

³³⁸ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1871. N.348, p.03.

³³⁹ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 26 de maio de 1874. N.144, p.01.

³⁴⁰ Livro 7 – Catedral São Francisco de Paula, de março de 1878 a abril de 1883, p.07. Acervo da Arquidiocese de Pelotas. Casamento realizado em 03/08/1878.

³⁴¹ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1882. N. 230, p.06.

³⁴² *Diário de Pelotas*. Pelotas, 29 de setembro de 1886, n.75, p.02.

semiurbano com a Revolução Farroupilha³⁴³. Agrupamentos de militares, de escravos, de peões de estância e as tropas contrabandeadas do Uruguai, o “porto passava a ser o contato, as idas e vindas, o comércio e as esperanças das oligarquias rurais e seus projetos políticos”³⁴⁴. Mas, se a cidade havia ganhado autonomia durante os anos finais do Império, deu um passo atrás no começo da República e,

(...) em 1889, novos e fortes rumores circulavam e atormentavam a Junta Municipal. Depois das rixas ao longo dos anos, agora os liberais saíram de cena da vida política e uma nova batalha se avizinhava [...]. Arrastou-se até 1893, quando o Ato nº11 de 16 de janeiro, com a rubrica já pré-estabelecida de Julio de Castilhos, Presidente do Estado, suprimiu o município isabelense, que lhe fora infiel politicamente [...]. Novos tempos começaram. Santa Isabel voltou a ser distrito e os antigos prédios públicos ficaram vazios. Viriam, ao mesmo tempo, a Revolução Federalista e os caminhos flancos aos revolucionários de Gaspar Martins e Gumercindo Saraiva.³⁴⁵

Neste sentido, parece que, além dos liberais Francisco e Arthur Antunes Maciel, a localidade reunia muitos outros correligionários do partido.

A função política mais importante assumida por Arthur foi a presidência da Câmara Municipal de Pelotas entre 1887 e 1889. Cabe lembrar que ele foi o terceiro Antunes Maciel na função, uma vez que, em 1878, Leopoldo Antunes Maciel, seu irmão, era o presidente e, em 1883, seu primo Aníbal Antunes Maciel ocupou o mesmo cargo. Conforme Eicholz, anos depois, ele mantinha o cargo na família, uma vez que também havia assumido o Conselho Municipal entre 1891 e 1896³⁴⁶.

Arthur também estava vinculado de forma muito forte a imprensa, pois, conforme Loner, ele havia sido redator e colaborador do Diário de Pelotas, um dos principais jornais do período imperial na cidade. O jornal, órgão do Partido Liberal, foi o que teve maior longevidade - desde 1866 a 1889 – e consagrava total apoio a Silveira Martins³⁴⁷.

³⁴³ SALABERRY, Jeferson Dutra; MENDONÇA, Cledenir Vergara; LÚCIO, Eliana Carvalho. Registro e inventário do patrimônio arquitetônico, histórico e natural em Santa Isabel do Sul – Arroio Grande-RS. **Revista Memória em Rede**. Pelotas, v.4, n.10, jan./jun.2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/viewFile/9428/6148>. Acessado em: 23 de junho de 2018.

³⁴⁴ Ibid.

³⁴⁵ Ibid, p.04.

³⁴⁶ EICHOLZ, 2017, p.38. O Conselho Municipal, durante a República Velha, equivalia a Câmara de Vereadores.

³⁴⁷ Loner expõe que, a partir de 1886, seu fundador e principal redator Ernesto Gerngross com a saúde abalada, se afastou da redação e o jornal. Este começou a apresentar oscilações entre o partido que oficialmente apoiava e uma postura mais neutra. Em 1888, o periódico se denominava Órgão do Partido Liberal da Província e a redação ficou a cargo do Clube Liberal. Depois de 1889 o jornal do Partido Liberal passou a ser O Nacional. LONER, Beatriz Ana. Diário de Pelotas. In: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osório (Org.). **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010, p.95.

O *Onze de Junho* de junho de 1888 noticiava que:

Orgão liberal. [...] Consta-nos que foi resolvido fazer aquisição do *Diário de Pelotas* para órgão do partido, sendo nomeada uma comissão composta dos Srs. capitão Pedro Camara, Miguel Ribas e Dr. Antonio S. da Silva, para tratar da passagem de ações.

Consta-nos mais que será redator-chefe do novo órgão, o distinto cavalheiro Sr. Dr. Arthur Maciel.³⁴⁸

Sendo assim, as chegadas e partidas do “Sr. Dr. Arthur A. Maciel” em direção à estância eram constantes no jornal *Diário de Pelotas*, bem como os relatos de suas atividades enquanto presidente da Câmara, juntamente com outros Antunes Maciel. Exemplo disso foi a cerimônia de colocação do retrato do Imperador na sala de honra da Santa Casa de Misericórdia, retrato este doado pelo Conde de Piratini. Consta que, na ocasião, puxaram os cordões do dossel os “Srs. Drs. Pessoa de Mello, juiz de direito, e Arthur Maciel, presidente da câmara (...)” e que a ata foi lida pelo escrivão “Exm. Sr. barão de Arroio Grande (...)”³⁴⁹.

Da mesma forma, sua atuação na Câmara contribuía para manter os interesses da família no que se referia aos destinos dados a Escola Eliseu Maciel. Como veremos no próximo capítulo, a escola construída em terreno da Intendência, havia sofrido uma série de percalços até sua instalação e, posteriormente a isso, era alvo da cobiça de outras instituições que queriam ocupar suas dependências, uma vez que ficava ao lado da Intendência Municipal e, logo, no centro da cidade. Destarte, em julho de 1887, as discussões que se travavam na Câmara, em uma sessão solene, diziam respeito a informar a presidência da província sobre a indicação feita pelo major delegado de polícia das dependências da escola para servir de quartel. Acerca desta sessão informa o jornal que:

Rompeu o debate o Sr. capitão Luiz Maurell, apresentando a indicação que vai publicada no resumo da sessão.

O Sr. Dr. Arthur Maciel historiou a doação do edifício, mostrou a razão pela qual a câmara abriu mão dele, as condições com que o fez e o que então se seguiu.

Profligou com a máscula energia o procedimento do governo em relação á essa escola e concluiu apoiando e sustentando a indicação que com o Sr. capitão Luiz Maurell assinou, juntamente com os vereadores Srs. Lucio Lopes, Marins e João Viana.

Outros Srs. Vereadores tomaram parte na discussão, tomando-se a sessão de hoje uma das mais soleníssimas que temos presenciado.

³⁴⁸ *Onze de Junho*. Pelotas, 02 de junho de 1888, n.52, p.02. Este jornal pertencente a Antonio da Silva Moncorvo Júnior foi fundado em Jaguarão em 1868, e esteve a serviço do Partido Conservador. Posteriormente Moncorvo Júnior dirigirá *O Rio-Grandense*, também órgão do Partido Conservador, e suspenderá a publicação do *Onze de Junho*. Contudo em março de 1888 Moncorvo termina o contrato com o Partido e deixa *O Rio-Grandense* voltando a publicar o *Onze de Junho*. LONER, Beatriz Ana. **Dicionário de História...** op. cit. p.186.

³⁴⁹ *Diário de Pelotas*. Pelotas, 11 de abril de 1887, n.231, p.02.

Folgamos em render nossas homenagens à maneira criteriosa e patriótica com que está procedendo nossa edilidade, sem distinção de cor política.³⁵⁰

Arthur, no que se refere a participação em instituições de caridade, a exemplo de seus primos antes citados, atuou no Asilo de Mendigos,

Na Biblioteca Publica Pelotense reuniu-se ontem o conselho administrativo deste projetado Asilo.

Depois de tratar-se de diversos assuntos, resolveu-se, por proposta do Sr. tenente Alves Guimarães, nomear uma comissão para dar parecer sobre as plantas já apresentadas

A comissão ficou composta dos Srs. Drs. Nicolau Pedemeiras, Arthur Maciel e Alberto de M. Moreira.³⁵¹

O Asilo de Mendigos teve sua fundação amplamente divulgada nas páginas do jornal *Correio Mercantil*, de Antônio Joaquim Dias, no ano de 1882. E, não por acaso, a Biblioteca Pública Pelotense, local da reunião acima mencionada, era uma instituição na qual Joaquim Dias também teve ampla participação na sua fundação. Entretanto, foi apenas em novembro de 1887 que começaram as obras de construção do prédio do asilo, motivo pelo qual analisavam-se as plantas naquele momento e também se dava a participação de Arthur que era engenheiro. Cabe lembrar que, no ano de 1887, conforme Eicholz, o Asilo trocava de mãos no que se refere à presidência, do primo de Arthur – Barão de Arroio Grande – para o cunhado, coronel Alfredo Gonçalves Moreira³⁵².

Retornando à imprensa, divulgadora importante das instituições e de seus benfeitores, após Ernesto Gerngross ter se retirado do Diário de Pelotas em março de 1889, o jornal durou apenas até julho daquele ano. O Partido Liberal passou a contar então com o jornal O Nacional sob a direção de Alfredo Rodrigues. Em 1891, ao noticiar que partiam em trem expresso para Rio Grande afim de seguir com destino a Porto Alegre Arthur e seu irmão Francisco, o jornal menciona ser este o “chefe de redação”³⁵³.

Por meio deste jornal, descobrimos que o filho de Arthur e Leonídia, Álvaro, era batizado em maio de 1891 e, para padrinhos, os pais haviam escolhido Miguel Ribas e a “jovem sra. D. Alice Moreira Chaves”, filha do primeiro casamento de Francisca de Castro Moreira Antunes Maciel³⁵⁴. Assim, os pais atualizavam o vínculo familiar mediante compadrio, escolhendo a sobrinha solteira como madrinha. A imprensa, desta forma é fornecedora de muitos dados acerca da família, dentre elas dos investimentos

³⁵⁰ Diário de Pelotas. Pelotas, 15 de julho de 1887, n.13, p.02.

³⁵¹ Rio-Grandense. Pelotas, 11 de fevereiro de 1888, n.848, p.02.

³⁵² EICHOLZ, 2017 p.72.

³⁵³ O Nacional. Pelotas, 16 de novembro de 1891, n.258, p.02.

³⁵⁴ O Nacional. Pelotas, 16 de maio de 1891. N.112, p.03.

feitos por Arthur na formação dos filhos, como é o caso de Eliseu Antunes Maciel, seu filho, que se forma em farmácia em 1902³⁵⁵.

A participação de Arthur no partido junto com a família também aparecia, como foi noticiada a “Reunião política” em que se anunciou a “fusão de partidos operada em Porto Alegre” para a fundação do Partido Republicano Federal. A matéria informava que:

Ontem realizou-se a segunda reunião dos nossos correligionários, mais numerosa do que a primeira, isto que era demorado e difícil percorrer todas as salas e dependências da redação do Nacional, rigorosamente cheias, desde as escadas do segundo pavimento do prédio em que ela funciona. [...]

Com vivo entusiasmo foram convidados pelo eleitorado a usarem da palavra os cidadãos conselheiro Maciel, Dr. Azevedo Souza, Dr. Arthur Maciel, Pedro Câmara e Araújo Góes, sendo aplaudidos e vitorizados todos os que ao eleitorado dirigiram as palavras comoventes que só a sinceridade patriótica sabe inspirar. [...]

Foi presidida a reunião pelo Sr. Barão de S. Luiz, que abriu-a com um esplêndido discurso, vivamente interrompido por aplausos e hosanas, dissolvendo-se o numeroso ajuntamento com vivas e demonstrações da maior confiança em nossa vitória.³⁵⁶

Desta forma, pode-se observar que Arthur se fará presente na política junto com seus irmãos. No que se refere as questões familiares que se colocavam naquele final de século, ele será o responsável por realizar o inventário e as disposições testamentárias de sua mãe Leopoldina, em 1896. Os bens de seu pai, Eliseu, falecido em 1881, haviam permanecido indivisos até a morte da matriarca. Arthur não era o primeiro, mas o quarto testamenteiro nomeado por sua mãe. Entretanto, os três primeiros testamenteiros (Leopoldo, Eliseu e Francisco) se achavam em Montevideu naquele momento. Sobre a sua atividade econômica, é possível afirmar que, pelo menos até o ano de 1891, Arthur permanece com a estância em Santa Isabel, uma vez que existem referências constantes a suas idas e vindas de vapor para esta localidade.

Em 1892, Arthur chegava ao Rio de Janeiro junto seu irmão Barão de São Luís e o filho deste, Francisco de Paula Maciel. É provável que entre os motivos da viagem estivessem as articulações políticas, ao passo que o filho do Barão de São Luís estivesse tratando dos estudos, pois a imprensa o chamava de “preparatoriano”³⁵⁷. Da mesma forma que o Barão, Arthur também encaminhava o filho homônimo para os estudos e, podemos ver que este era acompanhado pelo primo Francisco Júnior,

Resultado de exames, feitos em Porto Alegre:
Aprovado com distinção, Arthur Antunes Maciel Junior, em história; (...) plenamente, em inglês, Francisco Maciel Junior.

³⁵⁵ Opinião Pública. Pelotas, 01 de outubro de 1902. N.225, p.02.

³⁵⁶ O Nacional. Pelotas, 27 de abril de 1891. N.96, p.02.

³⁵⁷ Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 27 de julho de 1892, n.208, p.06.

São todos estudiosos alunos do Atheneu.³⁵⁸

O ano de 1897 movimentava a vida dos primos “Macieis” e podemos acompanhar a continuidade dos estudos de Arthur, que ora a imprensa chamava de “Júnior” ora de “Filho”: “Pelo trem de amanhã, seguem para o Rio Grande, afim de tomarem passagem, no Itaituba, para a capital federal, onde vão continuar os seus estudos, os jovens pelotenses Srs. (...) Alfredo da Silva Tavares, Elyseu Maciel e Arthur Maciel Filho”³⁵⁹.

Ainda conforme a imprensa de Porto Alegre, chegavam ao Rio de Janeiro, no ano seguinte, 1898, Dr. Arthur Maciel e um filho, Leopoldo Antunes Maciel Júnior e Francisco Maciel Júnior³⁶⁰. É provável que, para além dos estudos, motivo da viagem dos mais novos, Arthur tivesse se dirigido a capital para tratar de assuntos da família pois, em 1901 ia para a terceira discussão na Câmara dos Deputados o projeto n. 205 de 1898, autorizando o governo a mandar pagar a Francisco e Arthur a quantia de 385:500\$, importância do gado vacum e cavalari fornecido às tropas legais durante o período revolucionário de 1893 a 1895³⁶¹. Entretanto, esta não era a decisão final, pois o pagamento foi questionado por um deputado alegando que eles eram instigadores do conflito.

3.4 Leopoldo Antunes Maciel e Cândida Gonçalves Moreira

Dentre todos os Antunes Maciel que atuaram na política e dos quais a imprensa se ocupou com muita frequência está Leopoldo Antunes Maciel.

Nascido em 24 de novembro de 1849 o vigário batizava Leopoldo em abril de 1850 informando quem eram seus pais e avós paternos – Francisco e Maria Vicência já eram falecidos - e maternos, bem como a escolha dos padrinhos. Esta escolha recaiu sobre a irmã e cunhado de seu avô Francisco, como dito no capítulo anterior, D. Flora Gertrudes Maciel de Farias e o Comendador Francisco Xavier de Farias³⁶². A tia avó e madrinha de Leopoldo ao falecer, quando ele tinha três anos, já lhe garantia como herança 8:079\$297

³⁵⁸ A Opinião Pública. Pelotas, 29 de janeiro de 1897, n.24, p.02.

³⁵⁹ A Opinião Pública. Pelotas, 28 de maio de 1897, n.120, p.02.

³⁶⁰ Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 10 de junho de 1898, n.160, p.04.

³⁶¹ Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1901. N.289, p.03.

³⁶² Livro de Batismos número 6 – Catedral São Francisco de Paula, de 01 de janeiro de 1848 a 13 de maio de 1851, p.177v. Acervo da Arquidiocese de Pelotas.

réis, algo equivalente a oito escravos homens, crioulos, na faixa dos vinte anos de idade a julgar pelos valores da escravaria presentes no inventário de Flora Gertrudes.

Em 1864, os irmãos Leopoldo e Francisco partiam do Rio de Janeiro em direção ao Rio Grande³⁶³; provavelmente a viagem havia sido feita para tratar dos estudos que, como vimos, foi um investimento dos Antunes Maciel, assim como das famílias abastadas com condições de arcar com os gastos de manter os filhos durante anos em outras províncias para se formar. A partir de 1869 o irmão Arthur também os acompanhava no itinerário, o que significava que Eliseu, em dado momento, tinha metade dos filhos em São Paulo ou no Rio de Janeiro.

Leopoldo, no final da década de 1860, cursava direito em São Paulo e se formou na turma de 1870. Essa turma de 52 acadêmicos concentrou figuras que se tornariam importantes da política brasileira anos depois como Afonso Augusto Moreira Pena, Francisco de Paula Rodrigues Alves e Rui Barbosa³⁶⁴.

Sua formação como advogado, e o fato de ser o primeiro formado na área do direito dentro da família, deve ter sido um dos fatores que fez recair sobre ele as escolhas para testamenteiro. No testamento feito em 1870 e aberto em 1874, Leopoldo é escolhido pelo tio Coronel Aníbal Antunes Maciel.

Certamente Leopoldo se formou e regressou a Pelotas uma vez que o encontramos assumindo papéis importantes, tais como a validação dos comprovantes da Faculdade de Direito de São Paulo do irmão Francisco. Estes documentos em que ele assina como advogado em janeiro de 1872 destinavam-se, inicialmente, ao consulado da República Oriental do Uruguai sediado em Pelotas, e tinham como objetivo encaminhar a matrícula de Francisco na Universidade da República.

Dois anos depois, Leopoldo casa com Cândida Gonçalves Moreira em março de 1874. Em 1876, o pai de Cândida, Barão de Butuí, faleceu, tendo nomeando Leopoldo não só como seu testamenteiro e inventariante, como também tutor de seu filho menor, Francisco de Paula, visando enviar este para estudar na Europa a fim de se tornar “cientista”. Entretanto, não só o sogro, Barão de Butuí, seu tio, Coronel Aníbal, mas dona Leopoldina, mãe de Leopoldo, o nomeia como primeiro testamenteiro, muito embora, no momento em que deveria se proceder o inventário dela e de seu pai Eliseu, falecido em 1881, Leopoldo, Eliseu e Francisco se encontrassem em Montevideu. A partilha dos bens

³⁶³ Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 1864, n.334, p.01.

³⁶⁴ Correio Paulistano. São Paulo, 21 de maio de 1870, ano XVIII, n.4161, p.04.

existentes no “Estado Oriental”, de acordo com o inventário dos bens no Brasil, havia se processado naquele Estado, de forma que não temos informações do patrimônio da família em território uruguaio. Entretanto, sabemos que neste período e, também na época em que ocorreu o conflito de 1893, eles se encontravam além da fronteira e, portanto, o cotidiano familiar dos Antunes Maciel continuava se dando entre os dois países.

Leopoldo, ainda que não se tenha conseguido precisar seus passos iniciais na política, foi o primeiro Antunes Maciel a ocupar o cargo de presidente da Câmara Municipal de Pelotas em 1878³⁶⁵.

Posteriormente, ele será muito mencionado na imprensa, quer seja a simpática aos liberais ou a oposicionista, e deixa ver ainda que ele exercia uma posição importante de articulação na política partidária. A imprensa pelotense do final do século XIX era composta por um número significativo de jornais se considerarmos o porte da cidade. Seis jornais chegaram a circular de maneira concomitante, o que nos faz atentar não só para a existência de um público leitor, como também para o papel do jornal, sobretudo, no meio político em que as tipografias geralmente pertenciam a algum partido³⁶⁶. Os debates eram travados entre os jornais que respondiam entre si acusações, explicitavam notícias, publicavam discursos, desmentiam afirmações e acirravam discussões sobre temas polêmicos. Além dos jornais noticiosos que se utilizavam do texto, havia também os caricatos, em que o emprego das imagens e construção de diálogos com cenas renderiam um outro trabalho de análise³⁶⁷. Como vimos antes, excertos de notícias publicadas na imprensa pelotense chegavam até a Corte e ganhavam as páginas da imprensa fluminense, revelando que os vapores deslocavam não só as pessoas, mas faziam circular as informações entre as províncias.

³⁶⁵ Exerceu este cargo de 1878 a 1881. LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osório (Org.). **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010, p.40.

³⁶⁶ Loner expõe que, no início, os jornais diários tinham apenas quatro páginas em um formato variável e com uma diagramação pobre composta de seis a oito colunas nas duas primeiras páginas e os anúncios ocupavam as duas últimas folhas. Ainda que com anúncios, poucos eram os que conseguiam manter-se financeiramente necessitando do patrocínio de um partido ou grupo político para sobreviver. Apesar de alguns se autoproclamarem neutros, a imparcialidade nem sempre se efetivava quer fosse nas campanhas ou ao tratar de aspectos da vida cotidiana. Conforme a autora, boa parte deles estava comprometida com a defesa de ideias e concepções políticas o que foi uma característica do século XIX o “jornalismo de opinião e de ataque contra os rivais”. LONER, Beatriz Ana. Imprensa. In: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osório (Org.). **Dicionário de História...** op. cit., 144-148.

³⁶⁷ Me refiro aos jornais *O Cabrion* (1879-1880) e, principalmente, *A Ventarola* em função do tempo em que circulou (1887-1889). Esta imprensa ilustrada será melhor explorada em trabalho futuro.

A publicação de uma correspondência com pseudônimo no *Correio Mercantil* respondendo a uma coluna de Leopoldo no Diário de Pelotas era usada pelo *A Discussão*, dissidência liberal. *A Discussão* publicava um texto em que acusava Leopoldo de fazer vista grossa para irregularidades e acobertar correligionários, ao mesmo tempo que expunha:

Não desejava por forma alguma envolver-me em questões de tal ordem com qualquer membro da família Maciel, pela memória que respeito, venero e guardo do Tenente Coronel Elizeu Antunes Maciel, e pela amizade que tributo ao Sr. Elizeu Maciel Filho. Se ora faço esta breve exposição, fui a isso, provocada pelo Sr. Dr. Leopoldo que, sem necessidade alguma, veio envolver-me nas suas questões puramente particulares com o Dr. Tavares, chamando-me protector d'este, cousa que tomo por um insulto, porque nunca tive habilidade para fazer fortuna e tomar-me caso de dar protecção.³⁶⁸

Como esta passagem deixa ver, o autor do texto havia sido “provocado” por Leopoldo, mas a sua resposta não dizia respeito a somente este político, mas sim era colocada dentro de uma referência mais ampla “qualquer membro da família Maciel”. Na sequência em que explicita alguns nomes, é possível perceber que a família era mencionada não só para se referir aos vivos como Eliseu Filho, mas acionando uma memória por ele “respeitada” e até “venerada” do Tenente Coronel Eliseu falecido há um ano. Havia uma herança imaterial transmitida de uma geração a outra e que era acionada no argumento de forma que, ao mesmo tempo em que respondia o que considerava ser um “insulto”, também lembrava Leopoldo acerca da construção de seu sobrenome, que o antecedia. A matéria do jornal, que tenta responder a um texto de Leopoldo publicado no *Diário de Pelotas* naquele mês, também evidencia que ele situava-se entre aqueles que eram capazes de “dar protecção”, recurso importante na política local.

Leopoldo, neste ano de 1882, continuava atuando na Câmara Municipal uma vez que a coluna “Correio do Dia” informava que

(...) com assistência dos vereadores Dr. Abreu, presidente, Drs. Leopoldo, Arruda, capitães Vizeu e Maurell, teve lugar uma sessão extraordinária da câmara municipal. (...)

³⁶⁸ *A Discussão*. Pelotas, 24 de abril de 1882. N.91, p.01. Parte da notícia referia que: “É que n’esse tempo que o correspondente do patriótico *Diário de Pelotas* denunciava abusos, o Sr. Dr. Leopoldo Antunes Maciel, e toda sua família, eram de Bagé, correligionários do Srs. Tavares, e nas eleições que se fizeram de 1868 a 1872, sempre lhe mandavam os votantes qualificados que estavam em sua fazenda de S. Luiz e Hospital dos quais ainda recorde de alguns nomes, como os Frutuoso dos Santos, José da Roza e outros, e por essa razão é provável que achasse bom tudo quanto então se praticava, e é mais uma razão também para que eu diga que hoje S.S. não pode, nem deve fazer reviver factos passados, ferindo com eles os seus desafetos, já que em tempo próprio não teve coragem cívica de denuncial-os ao país.” Grifo do jornal.

O vereador Sr. Dr. Leopoldo, indicou as bases para o ensino na Escola Elizeu Maciel, pedindo para que fossem remetidas á assembleia legislativa provincial, afim de aprova-las. (...)³⁶⁹

Leopoldo chegou a vice-presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Em 09 de setembro de 1882, assumia a administração até a data de 28 de outubro do mesmo ano. Neste período, apesar de curto, entre as questões das quais tratou estava a inauguração da obra de desobstrução da foz do São Gonçalo, obra essa que havia sido realizada unicamente às expensas de seus capitais sem auxílio dos cofres públicos³⁷⁰.

A abertura da barra do Rio São Gonçalo foi informada no Relatório, expondo que ele havia aceitado, em nome da província, as obras feitas, e acrescentava que tendo sido por alguns anos o presidente da diretoria daquela companhia, entendia que não era o mais competente para “tomar-lhe contas”, motivo pelo qual nomeou uma comissão³⁷¹.

Entretanto, a atuação de Leopoldo à frente da Província não passou despercebida da dissidência liberal anti-gasparista favorável a Fernando Osorio. Esta centrou fogo em suas ações via *A Discussão* que dedicava sua primeira página em 23 de setembro de 1882 para falar da circular emitida por Leopoldo aos juizes de direito e municipais. Pedia o então presidente de província maior celeridade nos processos afim de evitar impunidade e conseqüentemente punir os “criminosos”. O jornal após se colocar ao lado dos juizes, ordenava “Desça da presidência, e faça-se capuchinho; vá doutrinar as massas, ou multiplique a escola Maciel por toda parte.”³⁷². Acusava Leopoldo de fazer “figura” às custas dos juizes, afinal a “intenção do Sr. Maciel... S. S. fez e assinou a sua circularzinha, para três fins: 1º para provar que sabe ler e escrever; 2º para mostrar que tem súbditos e 3º que entrou em palácio.”³⁷³. Desta forma, o jornal utiliza-se de quase quatro colunas para atacar a Leopoldo que “de um momento para outro saltará fora do palácio, onde acha-se interinamente *aboletado* por falta de *gente*, isto é, enquanto não chega o presidente nomeado”³⁷⁴.

³⁶⁹ *A Discussão*. Pelotas, 03 de maio de 1882, n.99, p.02.

³⁷⁰ Matéria intitulada “Para S. M. o Imperador ler”. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1882, n.289, p.02.

³⁷¹ Relatório apresentado por Dr. Leopoldo Antunes Maciel 1º vice-presidente ao entregar a administração da província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao conselheiro José Antônio de Souza Lima no dia 28 de outubro de 1882. Porto Alegre. Tip. do *Jornal do Comércio*. 1883, p.15. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/relatorios-presidentes-provincias-brasileiras>.

³⁷² *A Discussão*. Pelotas, 23 de setembro de 1882, n.214, p.01. Abordaremos essa referência à escola Maciel no próximo capítulo.

³⁷³ *Ibid.*

³⁷⁴ *A Discussão*. Pelotas, 23 de setembro de 1882, n.214, p.01.

Neste momento em que Leopoldo e os demais Maciel atuam no Partido Liberal, compunham o Diretório do Partido Conservador o Visconde da Graça como presidente, Miguel Rodrigues Barcellos como vice-presidente, Antonio Caetano Seve Navarro e Major Joaquim Alves de Macedo como secretários e Major Francisco Nunes de Souza como tesoureiro³⁷⁵. Porém, neste período, não temos exemplares dos jornais vinculados ao partido disponíveis para consulta³⁷⁶.

Dois anos após o cargo de presidente da Província, Leopoldo, como observamos ao tratar do Barão de Arroio Grande, alcança seu título de nobreza: Barão de São Luís. O nome escolhido para seu baronato, assim como para o título de seus primos, provavelmente tomou como base as propriedades. Sendo assim, o nome do título “São Luís” possivelmente tem a ver com a localização da propriedade de sua tia-avó e madrinha - Flora Gertrudes – legou a Leopoldo, quando ele tinha apenas três anos de idade. Tratava-se de uma parte na estância do lugar denominado Hospital em Tacuarembó e que ia até as “pontas” do arroio São Luiz. Este arroio era um afluente do Rio Negro que partia da província do Rio Grande de São Pedro em Bagé e dividia o Estado Oriental do Uruguai em norte e sul³⁷⁷.

Mas, retornando a nota da imprensa fluminense que fazia menção ao despacho do Ministério do Império, tem-se que os títulos haviam sido concedidos em “atenção aos relevantes serviços prestados ao Estado e a humanidade, concedendo liberdades gratuitas (...)”³⁷⁸. No que diz respeito a estas “liberdades”, temos que Leopoldo em seis de maio de 1884 havia concedido liberdade ao escravo Galdino, pardo, cocheiro, 30 anos de idade; Idalino, pardo, 37 anos, cozinheiro, filho de Guilhermina, escravo comprado de Jose Felisbino Povoas; a preta Lydia, lavadeira, 28 anos, filha de Laurentina e comprada de Manoel Faustino Barbosa e ao preto Gregório, 31 anos, filho da liberta Antônia e ex-escravo dos herdeiros do Capitão Francisco Anibal Antunes Maciel. No mesmo dia também recebia sua alforria a preta Francisca, 28 anos, filha da costureira Regina pelos bons serviços prestados e sem ônus algum “cumprindo ainda o dever de louval-a pelo

³⁷⁵ A Discussão, Pelotas, 05 de abril de 1882, n.77, p.02.

³⁷⁶ Os exemplares dos jornais existentes na Biblioteca Pública Pelotense desta década se encontram em boa parte fechados para consulta, de forma que não conseguimos acompanhar a circulação das notícias e, portanto, o diálogo que se estabelecia entre os jornais.

³⁷⁷ Comparando os inventários de Flora Gertrudes e do Barão de Butuí foi possível perceber que algumas vezes o nome dos arroios acabava por denominar também as propriedades tal como as estâncias.

³⁷⁸ Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 08 de julho de 1884, n.188, p.2.

zelo e dedicação do que deu constantes provas³⁷⁹. Temos portanto que Leopoldo alforriara cinco escravos dois meses antes da concessão do título. Exceto Gregório, que era ex-escravo de seu falecido primo Francisco Aníbal, os demais apresentam a profissão doméstica ou provavelmente desempenhavam esta, como é possível inferir de Francisca, que recebe algumas linhas a mais no seu registro.

Leopoldo, naquele mesmo ano, se engajará na constituição de um Centro Abolicionista em Pelotas. Informa Monti que

Ao meio dia de 31 de agosto, grande número de pessoas acorreu ao chamamento, reunindo-se na Biblioteca Pública da cidade, onde tomando a palavra, Luiz Carlos Massot conclamou o povo e anunciou os nomes daqueles que passariam a compor o Centro Abolicionista, cuja presidência foi delegada a Leopoldo Maciel, Barão de São Luiz.³⁸⁰

Zubaran menciona que, em 1883, Silveira Martins, liderança do Partido Liberal passou a defender a abolição da escravidão por meio de contratos de prestação de serviço entre os senhores e os seus ex-escravos³⁸¹. Desta forma, o Barão de São Luís participava de forma ativa de um Centro que estava em consonância com o discurso vigente à época, o abolicionismo. Além disso, em outra reunião realizada em outubro de 1884 o presidente

(...) insistiu na libertação por meio da locação de serviços e no aceleração do trabalho porta a porta, ficando igualmente determinado na mesma reunião que o Centro mandaria imprimir cartas de liberdade. Tal foi o ritmo de trabalho e entusiasmo desempenhado pelo Centro e Comissões que, já na reunião de 18 de setembro, puderam anunciar 2.500 cartas de liberdade.³⁸²

Ainda conforme Monti, o surgimento do Centro não decretou o final do Clube Abolicionista, do qual falamos antes, mas atuou ao lado deste pelo mesmo ideal. De acordo com Piccolo, citada por Zubaran³⁸³, aos três partidos – Liberal, Conservador e Republicano – interessava manter organizada a produção e garantir o controle social sobre o trabalhador, motivo pelo qual os discursos abolicionistas irão silenciar a participação de afrodescendentes e suas sociedades no processo, ao mesmo tempo em que buscarão

³⁷⁹ Tabelionato do município de Pelotas, Livro, p.92 e 92v. HD 07, Pasta 079. Documento disponível no site do Arquivo. APERS

³⁸⁰ MONTI, Verônica A. **O Abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul – 1884**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

³⁸¹ ZUBARAN, Maria Angélica. **A invenção branca da liberdade...** op. cit. p.07. Em Porto Alegre já havia sido fundado o Centro Abolicionista em setembro de 1883 pelos liberais Joaquim de Salles Torres Homem e Júlio César Leal.

³⁸² MONTI, op. cit., p.125.

³⁸³ PICCOLO, Helga *apud* ZUBARAN, op. cit., p.03.

elaborar um discurso em que legitimarão a solução abolicionista “fortalecendo a autoridade simbólica das elites políticas regionais”³⁸⁴.

A participação nesta entidade, sobretudo na presidência, conferia prestígio e reconhecimento social, pois as atividades algumas vezes eram realizadas em espaço público como por exemplo a que teve lugar no dia 16 de outubro de 1884, em que uma

(...) sessão solene marcou o grande acontecimento, realizado na Praça Municipal, presidida pelo Barão de São Luiz; achavam-se presentes na ocasião o Presidente da Província, Conselheiro José Júlio Albuquerque Barros (que pronunciou importante discurso), o bispo diocesano, D. Sebastião Dias Laranjeira, altas autoridades civis, militares, eclesiásticas, corpo consular, representantes da imprensa e elementos sociais de destaque. Para festejar a redenção no município, grandes festas foram promovidas pelo Clube Abolicionista e Centro.³⁸⁵

O presidente da província, provavelmente repetia parte de seu discurso pronunciado há pouco mais de um mês, em Porto Alegre, para o presidente do Centro Abolicionista. Neste, exaltava o patriotismo rio-grandense, mascarando aspectos coercitivos da emancipação através do contrato de serviços. O “grande acontecimento”, como refere a matéria, pode ser pensado a partir de James Scott “(...) um teatro coletivo, em que a conduta da elite dominante frequentemente toma parte na sua própria auto-definição”³⁸⁶. Como se pode ler, o relato da festa da redenção no município era hierarquicamente estruturado, e não chega a mencionar populares e/ou ex-escravos, a exemplo da imprensa porto-alegrense que falava em multidão.

Leopoldo é mencionado de forma constante na imprensa, e seu engajamento no Partido Liberal era bastante intenso a julgar pelas reuniões em sua residência, nas quais se tomavam decisões importantes, como a compra do jornal *Diário de Pelotas* pelo partido: “Órgão liberal. – Ante-ontem, na residência do Sr. barão de S. Luiz, efetuou-se uma reunião do partido liberal. Consta-nos que foi resolvido fazer aquisição do *Diário de Pelotas* para órgão do partido, (...)”³⁸⁷.

Quando os ventos republicanos sopraram com mais força no Rio Grande do Sul, a reação veio por meio da coligação de liberais, conservadores e dissidentes republicanos.

³⁸⁴ ZUBARAN, op. cit., p. 16. Neste texto, a autora explora, inspirada em Sandra Pesavento, a ideia de “invenção de uma abolição branca da liberdade negra” ou seja, como as elites políticas, em Porto Alegre, construíram uma memória social da abolição e se apropriaram da narrativa de um passado de “tradições libertárias rio-grandenses” para legitimar as emancipações condicionais.

³⁸⁵ Ibid, p.126. Infelizmente no que se refere à imprensa pelotense deste período (1884), os jornais existentes na Biblioteca Pública Pelotense se encontram fechados para consulta.

³⁸⁶ JAMES SCOTT apud ZUBARAN, op. cit., p.12.

³⁸⁷ Onze de Junho. Pelotas, 2 de junho de 1888, n.52, p.02.

Sendo assim, constituía-se a União Nacional e a família Maciel, por sua vez, tomava parte:

União Nacional

O diretório da União Nacional, nesta cidade ficou composto do seguinte modo:

Barão de S. Luiz

Visconde da Graça

Barão de Santa Tecla (...)

O diretório funciona no *Club Nacional*, a rua Imperador n.116.³⁸⁸

As redações dos jornais eram pontos de encontro e debate, locais para onde se dirigiam aqueles que queriam buscar, levar ou saber notícias tornando-se também “polos nucleadores” de simpatizantes³⁸⁹. Ao atentarmos para a redação do jornal O Nacional, na Rua do Imperador número 116, observamos que era também a sede do Club Nacional e, além disso, o consultório do “médico e operador” Tancredo de Sá. O médico que atendia de “1 ás 3 da tarde”, no mesmo endereço e também no Parque Aníbal – antiga residência dos Barões de Três Serros – era genro destes barões. A Rua do Imperador, com a mudança para o regime republicano, passou a chamar-se Félix da Cunha e, tanto a tipografia do jornal quanto o consultório médico, atendiam no mesmo telefone número 183³⁹⁰. Desta maneira, entrelaçavam-se diferentes funções num mesmo espaço, mas todas de alguma forma vinculadas à família que, aliás, havia escolhido esta rua para erguer seus palacetes.

³⁸⁸ O Nacional. Pelotas, 19 de junho de 1890, ano I, n.241, p.02.

³⁸⁹ LONER, Beatriz Ana. Imprensa. In: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osório (Org.). **Dicionário de História...** p.146.

³⁹⁰ O Nacional. Pelotas, 21 de maio de 1892, n.116, p.02.

Figura 7 – Imagem dos palacetes da família Maciel



Fonte: Diário de Pelotas. Pelotas, 18 de setembro de 1886, n. 66, p.01.

A fotografia acima que “ornava” a primeira página no *Diário de Pelotas* mostrava os palacetes de José Maria Moreira e “a quadra de palacetes do conselheiro Maciel, barão de S. Luiz, e Alfredo Moreira.”³⁹¹. Ainda que se tratasse de uma propaganda do artista Luiz Terragno, interessado em clientes para seu estabelecimento que era “o único da província”, chama a atenção a escolha desta quadra como primeira fotografia para demonstrar a qualidade dos serviços oferecidos³⁹².

Retomando a discussão acerca da União Nacional, o manifesto desta coligação havia sido lançado poucos dias antes, 08 de junho. Sem ser um partido político tratava-se de uma aliança entre inconformados e descontentes. A coligação teve como presidente do diretório o Visconde de Pelotas – presidente provisório do Estado após a Proclamação da República. Entretanto, a União não apresentou candidatos na eleição para o Congresso Constituinte de setembro de 1890³⁹³. Já para as eleições da Assembleia Constituinte do Estado, de maio de 1891, a oposição se articulou para enfrentar nas urnas o Partido Republicano, mediante a constituição do Partido Republicano Federal. Esse, conforme

³⁹¹ Diário de Pelotas. Pelotas, 18 de setembro de 1886, n. 66, p.01.

³⁹² Conforme o anúncio, a Fotografia da Casa Imperial Terragno Filhos & C. se encarregava de impressões “pelo novo processo fotográfico” como retratos, paisagens, reprodução de desenhos, gravuras etc.

³⁹³ FRANCO, Sérgio da Costa. O Partido Federalista. In: GOLIN, Tao; BOEIRA, Nelson (Coord.) **República Velha (1889-1930)**. V.3, t.1. Passo Fundo: Méritos, 2007. p.131.

Franco, foi erguido a duras penas com a fusão da União Nacional e os dissidentes republicanos da corrente de Demétrio Ribeiro e Barros Cassal e respeitando a predominância de elementos da União. Como vimos anteriormente, as notícias vindas de Porto Alegre haviam sido tratadas na reunião com correligionários na sede do *O Nacional* e havia contado com a participação de três Macieis, dentre eles o presidente da reunião, Barão de São Luiz. Conforme Franco, este pleito, mesmo com fraudes e coerção por parte do governo do Estado e do Partido Republicano, contou com um desempenho expressivo por parte da oposição que alcançou 18.214 votos, enquanto que a chapa oficial tinha cerca de 29 mil sufrágios³⁹⁴. Entretanto, o Partido Republicano Federal não havia vencido em Pelotas, mas em “Alegrete, Bagé, Cacimbinhas (Pinheiro Machado), Dom Pedrito, Lavras do Sul, São Lourenço do Sul, Taquara e Viamão”³⁹⁵.

O Barão de São Luiz, que também era comandante superior da Guarda Nacional, dividia-se entre Pelotas e sua estância de Ponche Verde em Bagé. Esta propriedade fazia parte do legado de sua esposa Cândida e consta no inventário de Leonídia Gonçalves Moreira em 1867, avaliada em 125:000\$000 de réis. Este valor não incluía as benfeitorias, escravos e animais ali existentes que foram discriminados separadamente. Além disso, havia, anexa a esta, uma outra propriedade denominada Nova Ponche Verde, também descrita no inventário. Ainda que não se saiba exatamente como se deu a administração desta propriedade logo após a morte do Barão de Butuí, sabemos que aproximadamente 92 contos de réis entre campos, benfeitorias e animais couberam a Cândida como herança.

Desta forma *O Nacional* noticiava com frequência:

Barão de S. Luiz

Pelo trem da manhã seguiu hoje para Bagé, com destino ao Ponche Verde, onde vai visitar sua Exma. família, o nosso prezado chefe Exmo. Sr. Barão de S. Luiz, coronel comandante superior da guarda nacional deste município. S. Exa. foi acompanhado até a estação Southern pela oficialidade do seu estado maior e por numerosos amigos.³⁹⁶

Assim, o Barão exercia sua influência política em mais de um município, locais onde certamente contava com agregados e correligionários. Em sua ausência, o comando superior da Guarda Nacional em Pelotas continuava na família, pois passava para o seu irmão, tenente coronel Eliseu Antunes Maciel.

³⁹⁴ FRANCO, op. cit., p.133.

³⁹⁵ Ibid.

³⁹⁶ O Nacional. Pelotas, 24 de fevereiro de 1892, ano IV, n.44, p.02.

A participação de tantos Antunes Maciel na vida pública nos remete aos agregados e indivíduos que viviam sob a proteção dos mesmos. Tal é a referência ao incidente ocorrido em março de 1892,

Os sucessos da noite de 12

Muitos cidadãos pacíficos foram presos na noite de sábado para domingo pela oficialidade do 13º.

Um destes, o cidadão Dyonisio Barbosa foi arrancado de sua casa, que ficou abandonada, e conduzido para o quartel porque diziam, era **gente dos Macieis**. Dyonisio Barbosa, sendo parente do chefe *castilhistas*, em Jaguarão, Dr. Carlos Barbosa Gonçalves a ele telegrafou pedindo providências, este telegrafou ao Dr. Piratinino Epaminondas d'Almeida que conseguiu a liberdade de Dyonisio.³⁹⁷

O período era tenso na política, e Silveira Martins havia regressado do exílio há poucos meses, apesar da revogação de seu desterro ter ocorrido por decreto em novembro de 1890. Em que pese as denúncias e possíveis exageros de um jornal que fazia oposição a Júlio de Castilhos, a matéria faz referência a “gente dos Macieis”. Esta expressão grifada pelo *O Nacional* nos leva a pensar acerca de correligionários e simpatizantes dos liberais, mas, sobretudo, vinculados a família Antunes Maciel. Farinatti ao refletir acerca das diferentes fontes instituidoras de relações verticais de reciprocidade destaca que a propriedade da terra era uma delas, mas que estas fontes eram disputadas pelas famílias que tinham condições de se colocar em posição de distribuir benesses³⁹⁸. Por outro lado, os subalternos não agiam de forma passiva, mas sim investiam nesta ligação com as famílias de camadas superiores afim de acessar recursos indisponíveis a indivíduos de sua mesma condição social. Neste sentido, os Antunes Maciel não eram apenas grandes proprietários de terra, mas reuniam patentes militares e intensa participação na vida política para além do âmbito local e regional. Sendo assim, como resume Farinatti, o “preço pago era a reprodução de uma hierarquia social desigual e da posição privilegiada dos que conseguiam reiterar-se no topo.”³⁹⁹.

Em 1895, a imprensa do Rio de Janeiro reproduzia notícia da imprensa pelotense acerca da mãe do Barão de São Luís: “Hoje, via Jaguarão, seguirão a toda a pressa o Barão de S. Luiz, Dr. Arthur Maciel e Alfredo Moreira, há pouco chegado, visto haverem recebido telegrama de Montevideu noticiando achar-se gravemente enferma ali D.

³⁹⁷ O Nacional. Pelotas, 14 de março de 1892, ano IV, n.59, p.02. Grifo do jornal.

³⁹⁸ FARINATTI, 2010, p.452.

³⁹⁹ Ibid.

Leopoldina Maciel, mãe do primeiro e sogra do último.”⁴⁰⁰. Mas é a notícia publicada ainda no final daquele mês que será mais esclarecedora acerca disso:

Sepultou-se a mãe do Conselheiro Maciel. Barão de S. Luiz, engenheiro Arthur Maciel e coronel Eliseu Maciel. O acompanhamento foi numeroso, tendo comparecido muitos brasileiros, senadores, deputados, advogados e jornalistas orientais, ministros e cônsules estrangeiros. Era crescido o número de coroas. No cemitério falou sobre as virtudes da falecida o emigrado Dr. Batinga, em cujas eloquentes palavras não houve a menor alusão política. A veneranda mãe dos Srs. Macieis acompanhava seus filhos desde que emigrarão do Rio Grande.⁴⁰¹

A nota publicada pelo *Jornal do Comércio* ao mesmo tempo em que nos fornece detalhes acerca da “qualidade” das pessoas que compareceram ao funeral, também refere a ausência de menção à Federalista, bem como nos informa que a família havia se dirigido ao Uruguai⁴⁰².

3.5 Alfredo Gonçalves Moreira e Flora Mercedes Antunes Maciel

Alfredo Gonçalves Moreira era o segundo filho homem da prole de 9 filhos do Barão de Butuí⁴⁰³. Herdeiro do segundo casamento de José Antônio Moreira com Leonídia Gonçalves Moreira, provavelmente ele havia nascido em 1855, pois tinha 22 anos em fevereiro de 1877, durante o andamento do inventário de seu pai. Em novembro de 1876 ele se tornou tutor dos irmãos Arthur e Leonídia, sendo o responsável por administrar as legítimas materna e paterna dos irmãos. Quanto a sua profissão, constava que era proprietário e que residia na Rua do Imperador. Dois anos depois, 1878, aos 23 anos, ele se casa com Flora Mercedes Antunes Maciel, tratava-se do terceiro casamento realizado com esta família. Cabe destacar que quando o matrimônio se realiza, ele já havia recebido como legado de seu pai a quantia de 138:637\$113 réis.

No momento do inventário do Barão de Butuí, Alfredo tinha que trazer a colação 729 mil réis de “entradas na Companhia Popular Fluminense”, afora isso, não sabemos

⁴⁰⁰ Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1895, n.295, p.02.

⁴⁰¹ Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1895, n.303, p.02.

⁴⁰² Ângelo Dourado em algumas passagens da obra *Voluntários do Martírio* faz referência ao “B. São Luís”. DOURADO, Ângelo. **Voluntários do Martírio**: narrativa da revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro – Editor/1977. O jornal *Cidade do Rio* noticiava em sua primeira página que havia falecido naquela capital o Dr. Francisco de Paula Antunes Maciel, filho do Barão de São Luis. Cidade do Rio. Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1896. N.42, p.01.

⁴⁰³ No ano de 1877 se encontravam na Europa Maria Moreira de Paiva, o marido Domingos Soares de Paiva e José Antônio Moreira Júnior, solteiro, negociante. Ambos se encontravam no Hotel Matta em Lisboa.

exatamente quais eram seus negócios, mas podemos imaginar que estivesse envolvido na administração dos bens da família junto com o irmão mais velho. Como abordamos no capítulo 1, este adiantamento da herança não era a única forma de cessão do uso de bens por parte dos pais havendo a gestão conjunta do patrimônio, administração de terras, sem mencionar o fato que o pertencimento a uma família poderia ser um facilitador de negócios, relações comerciais e crédito⁴⁰⁴.

As notícias acerca de Alfredo e Mercedes na imprensa são mais escassas se comparadas aos demais Maciel. *A Discussão* de março de 1882, entretanto, nos traz uma informação que pode revelar-se interessante ainda que não se consiga levantar mais dados. O jornal noticiava que havia falecido o “distinto cidadão oriental” coronel Ernesto Courtin que há poucos dias tinha chegado em Pelotas acompanhado de sua esposa. O jornal informava que “Seu enterramento, que foi assaz concorrido, teve lugar hoje às 10 horas da manhã, saindo o féretro da casa do Sr. Alfredo Gonçalves Moreira para igreja matriz, e dali para o cemitério”⁴⁰⁵. Esta notícia nos faz refletir acerca dos contatos de Alfredo na República Oriental, pois mesmo que seu pai não tivesse legado bens no país vizinho, seus sogros mantinham contato intenso por meio dos negócios. É desta forma que podemos entender a notícia da partida, relatando a ausência dele por alguns dias: “Para sua estância do Hospital seguem amanhã nossos amigos Srs. Alfredo Gonçalves Moreira e Elyseu Antunes Maciel”⁴⁰⁶.

Esta notícia nos aponta para continuidade dos negócios envolvendo de forma conjunta a família, neste caso os cunhados. Esta propriedade “Hospital” era referida no inventário do Coronel Aníbal como pertencente ao departamento de Tacuarembó e contendo três e meia sortes de campo, segundo as medidas daquele país, e no período do inventário, 1875, era avaliada por 77 contos de réis. Outra referência à estância pertencente à Alfredo é feita no final do século: “De sua estância no Liscano, após uma permanência de alguns meses, regressou hoje a esta cidade o nosso ilustre amigo Sr. Alfredo Gonçalves Moreira, acompanhado de sua Exma. família.”⁴⁰⁷.

Mas Alfredo também toma parte na política conforme se pode observar a partir do jornal *A Discussão*, órgão da dissidência do Partido Liberal. A crítica do jornal osorista expressava:

⁴⁰⁴ FARINATTI, 2010, p.316.

⁴⁰⁵ *A Discussão*. Pelotas, 30 de março de 1882, n.72, p.02.

⁴⁰⁶ *Diário de Pelotas*, Pelotas, 05 de novembro de 1886, n.106, p.02.

⁴⁰⁷ *O Nacional*. Pelotas, 30 de abril de 1891, n.99, p.02.

Decididamente o membro d'assembleia provincial Sr. Alfredo Moreira não nasceu para as glórias da tribuna, e sempre que n'aquela casa abre á boca para proferir algumas palavras, faz fiasco... (...) Não censuramos o Sr. Alfredo Moreira, que não tem culpa de taes fiascos, a responsabilidade é de quem conhecendo perfeitamente ao S.S. o fez elleger deputado. Ah! Sr. Silveira Martins, V. Ex. tem lembranças e caprichos que... Não se comentam⁴⁰⁸

Embora expondo com pormenores os dois momentos em que Alfredo tinha usado a palavra, a folha terminava por colocar a “culpa” em Gaspar Silveira Martins, seu desafeto. Desta forma, se considerarmos Alfredo como pertencente à família Antunes Maciel pode-se afirmar que no biênio de 1881/1882 os Antunes Maciel ocupavam três cadeiras das 30 disponíveis na Assembleia Legislativa provincial, uma vez que atuavam Alfredo, Francisco Antunes Gomes da Costa e Francisco Antunes Maciel⁴⁰⁹.

Em seu palacete, a exemplo da residência de Leopoldo, também aconteciam as reuniões com os correligionários,

Reunião liberal

São convidados os Srs. eleitores liberais, para uma reunião hoje, as 7 horas da noite no palacete do Sr. Alfredo Moreira, a praça Pedro II.⁴¹⁰

O convite para as reuniões nos finais de tarde de domingo acabam por nos informar também que Alfredo assumiu a função de secretário do Partido Liberal em Pelotas⁴¹¹. Em junho de 1886, o diretório do partido apresentava aos sufrágios dos seus correligionários as chapas para vereadores e juizes de paz do 1º e 2º distritos. Assim eram apresentados os nomes:

VEREADORES

Dr. Arthur Antunes Maciel, engenheiro.

João Dias Vianna, proprietário.

Tenente-coronel Lucio Lopes dos Santos, Xarqueador.

Capitão Luiz Maurell, negociante.

Numa Pompilio Martins, negociante.

JUIZES DE PAZ

1º districto

Capitão Antonio José Rodrigues de Araújo, proprietário.

Capitão José Maria Vizeu, proprietário.

Tenente José Ferreira Alves Guimarães, negociante.

Alferes Pedro José Rodrigues de Araújo, comércio.

2º districto

Capitão Antonio Francisco Ribeiro, proprietário.

Bernardino Braulio Almeida, negociante.

Boaventura Ignacio da Silva Barcellos, proprietário.

Dr. Francisco Carvalho Prates, proprietário.

.....

Barão de S. Luiz

⁴⁰⁸ A Discussão. Pelotas, 24 de abril de 1882, n.91, p.01.

⁴⁰⁹ MAGALHÃES, Mario Osorio. Deputados provinciais. In: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES. Mario Osório (Org.). **Dicionário de História de Pelotas...** Op. Cit. p.94.

⁴¹⁰ Diário de Pelotas. Pelotas, 12 de janeiro de 1886, n.8, p.01. O endereço era Praça Pedro II, n.86.

⁴¹¹ Diário de Pelotas. Pelotas, 25 de junho de 1886, n.140, p.01.

Dr. João Chaves Campello
Alfredo Gonçalves Moreira
Dr. Antonio F. dos Santos Abreu
Joaquim José Affonso Alves
Antonio Soares da Silva
Bernardo José de Souza.⁴¹²

Assim, temos Alfredo e os cunhados Antunes Maciel enquanto candidatos do partido para o pleito daquele ano. Mas estes não eram os únicos da família envolvidos na eleição, já que o major Elizeu Antunes Maciel aparecia como mesário. Junto a eles estavam outros nomes que já encontramos presentes na Câmara Municipal, quando abordamos a participação de Leopoldo e a indicação das bases para o ensino na Escola Eliseu Maciel.

Na residência de Alfredo aconteciam, conforme a imprensa, “grandes reuniões” de eleitores para deliberar sobre assuntos tais como os impostos provinciais:

(...) foi unanimemente deliberado não pagar-se impostos provinciais enquanto não houvesse lei que autorizasse essa cobrança.

Ontem mesmo foi enviado ao conselheiro Silveira Martins, ao representante da província Dr. Joaquim Pedro Soares e ao conselheiro Candido de Oliveira que hoje ia interpelar o governo em relação aos negócios da província, o seguinte telegrama:

Partido Liberal de Pelotas, em reunião de hoje, deliberou não pagar impostos provinciais, enquanto não houvesse lei que autorizasse essa cobrança.(...)⁴¹³

E era também espaço de recepção para a liderança do partido quando este passava por Pelotas:

Silveira Martins

Esteve hoje algumas horas entre nós, de passagem para a capital da província, S. Ex., o Sr. conselheiro Gaspar Silveira Martins.

Apesar de se saber já tarde a vinda de S. Ex., foi ao porto aguarda-lo regular numero de amigos, que o acompanharam até ao palacete de nosso amigo Sr. Alfredo Moreira, onde S. Ex. almoçou, seguindo para bordo do Rio Pardo, alguns minutos antes das duas horas.

O conselheiro Silveira Martins vem demorar-se na província até Maio próximo, devendo dentro empouco tempo achar-se nesta cidade afim de seguir para Bagé.⁴¹⁴

O Conselheiro, ao chegar da Corte, costumava visitar Alfredo que, certamente ficava sabendo das notícias políticas em primeira mão, antes de Silveira Martins rumar para o interior da província, ou mesmo seguir em direção à capital. Sua chegada de trem tornava-se um evento: “S. Ex. foi esperado na gare por grande número de amigos e

⁴¹² Diário de Pelotas. Pelotas, 22 de junho de 1886, n.138, p.01.

⁴¹³ Diário de Pelotas. Pelotas, 28 de junho de 1886, n.142, p.0.

⁴¹⁴ Diário de Pelotas. Pelotas, 23 de outubro de 1886, n.96, p.02.

correligionários que, precedidos de uma banda musical, acompanharam-no até a residência do Sr. Alfredo Moreira.”⁴¹⁵ A organização desta recepção ao Conselheiro Silveira Martins certamente tinha como intenção causar alarde na cidade, reforçando os vínculos com a liderança do partido. Cabe lembrar que, além de Alfredo, Leopoldo e Francisco eram os proprietários dos palacetes que formam uma quadra inteira ao redor da praça principal da cidade, conferindo maior visibilidade às reuniões políticas, jantares e almoços com mediadores políticos na Corte. Desta maneira, seguia-se um itinerário durante a estada de Gaspar:

Á noite, o *Club Liberal*, precedido de uma banda de música e grande multidão, dirigiu-se ao palacete do cidadão Sr. Alfredo Moreira, acompanhando o ilustre tribuno ao referido club, de cujo sacado dirigiu ele a palavra ao público, em breve e importante discurso.

S. Ex. afiançou que, em breve, a autonomia das províncias, que é uma aspiração nacional, há de converter-se em realidade, declarando que é esse o meio único de conservar a integridade do império. (...) ⁴¹⁶

Como se pode ver, o Conselheiro Silveira Martins tinha na casa de Alfredo um ponto de apoio para de lá se dirigir ao Clube Liberal que, aliás, ficava na mesma rua.

Alfredo vinculou-se fortemente a algumas instituições da cidade, dentre elas de assistência, como o Asilo de Mendigos, instituição em que ocupou a presidência entre 1887 e 1892⁴¹⁷, sucedendo ao primo de sua esposa, Barão de Arroio Grande que havia sido presidente entre 1886 e 1887. Como expõe Eicholz, até as primeiras décadas do século XX, os governos ou eram ausentes ou pouco efetivos na distribuição de recursos para a criação ou manutenção de instituições de assistência, papel que era desempenhado na maioria das vezes pelas elites locais, como a de Pelotas⁴¹⁸.

Neste mesmo ano de 1887 ele havia assumido a presidência da Biblioteca Pública Pelotense, e era auxiliado por outro primo de sua esposa, desta vez o Barão de Três Serros, que ocupou a vice-presidência e, também, por seu irmão, Arthur Gonçalves Moreira, que atuou na função de tesoureiro⁴¹⁹. Entretanto, pouco tempo depois, o Barão de Três Serros faleceu e a eleição de um novo vice-presidente recaiu sobre Ulisses Segismundo de Araújo Batinga, “ilustrado e integro juiz municipal” ⁴²⁰. Nesta mesma reunião,

⁴¹⁵ A Ventarola. Pelotas, 16 de dezembro de 1888, n.90, p.06.

⁴¹⁶ A Ventarola. Pelotas, 16 de dezembro de 1888, n.90, p.06.

⁴¹⁷ EICHOLZ, 2017, p.72.

⁴¹⁸ Ibid, p.14

⁴¹⁹ Diário de Pelotas. Pelotas, 08 de março de 1887, n.203, p.02.

⁴²⁰ Diário de Pelotas. Pelotas, 25 de abril de 1887, n.243, p.02.

Pelo Sr. Alfredo Rodrigues foi proposto um voto de louvor aos Srs. Presidente Alfredo G. Moreira e tesoureiro Arthur G. Moreira pelos relevantes serviços prestados de longa data á instituição.

Aqueles srs. agradeceram, propondo para que esse voto de louvor fosse extensivo a todos os seus companheiros de diretoria.⁴²¹

A participação na direção desta instituição como presidente era um cargo de prestígio, além do que a participação em espaços como estes acabava por envolver mais membros da família, sobretudo as mulheres. Tal como abordamos ao tratar do Barão de Três Serros, a arrecadação de donativos contava com a participação delas, sobretudo das esposas dos sócios. Desta forma, a irmã do presidente oferta uma “Soirée” a todas as participantes de uma quermesse em benefício da Biblioteca,

Na noite de sábado a Exma. esposa do Sr. conselheiro Francisco Antunes Maciel, ofertou ás Exmas. jovens que tomaram parte na quermesse, um esplêndido soirée, em seu palacete.

A reunião foi extraordinária, achando-se presente tudo que de mais seletto contém a sociedade pelotense.

As distintas quermessistas foram por diversas vezes brindadas, assim como o Sr. conselheiro Maciel, sua Exma. esposa, o Sr. Alfredo Moreira e sua Exma. esposa, o Sr. barão de s. Luiz e diversas outras pessoas.⁴²²

Como podemos perceber na matéria, embora a festa estivesse com “tudo que de mais seletto contém a sociedade” e a festa homenageasse as “quermessistas”, a descrição mais parece a de uma festa de família, no caso os Antunes Maciel. Como sabemos, em notícia seguinte, outras senhoras haviam auxiliado na atividade, entretanto, dentre as funções que couberam as mulheres, a esposa do presidente da Biblioteca teve uma incumbência “A Exma Sra. D. Mercedes Antunes Maciel Moreira, a quem coube na rifa dos objetos restantes da kermesse a História do Brasil, por Southey, ofereceu-a a Biblioteca Publica”⁴²³. A participação de outros membros da instituição como João Dias Viana e Lucio Lopes dos Santos - que eram diretores - também é destacada pela imprensa: “Também pelo Sr. João Dias Viana foi oferecida a instituição um rico tinteiro que lhe coube na mesma rifa e havia sido ofertado a kermesse pela Exma. Sra. D. Joaquina Coelho Brasil, virtuosa esposa do Sr. tenente-coronel Lucio Lopes dos Santos”⁴²⁴. Cabe informar que, na segunda metade do século XIX, a Biblioteca Pública Pelotense seguramente estava entre as instituições da cidade que mais ganhavam destaque na imprensa, sobretudo no jornal *Correio Mercantil*. Parte da ênfase devia-se ao proprietário deste jornal,

⁴²¹ Diário de Pelotas. Pelotas, 25 de abril de 1887, n.243, p.02.

⁴²² Diário de Pelotas. Pelotas, 31 de outubro de 1887, n.102, p.02.

⁴²³ Diário de Pelotas. Pelotas, 03 de novembro de 1887, n.103, p.02.

⁴²⁴ Diário de Pelotas. Pelotas, 03 de novembro de 1887, n.103, p.02.

Joaquim Dias, um dos idealizadores da Biblioteca e que promoveu ampla divulgação das notícias referentes a ela, bem como de doações de livros para compor seu acervo. Dias contou com o apoio de boa parte da elite que se engajou nesta proposta, assim como de outros jornais de ampla circulação na cidade. Ainda no que se refere a esta quermesse, há a menção ao quadro pintado por Sinhá Aníbal e que, como vimos anteriormente, recebeu destaque especial entre os donativos ofertados a Biblioteca. A confecção do quadro, sua venda e sua doação envolveram um círculo familiar até chegar às paredes da instituição:

A importante tela que pela interessante jovem a Exma. Sra. Sinhá Annibal foi pintada e oferecida á kermesse, tendo sido comprada pelo estimável cavalheiro Sr. Lourival Antunes Maciel, foi oferecida a Exma. Sra. Baronesa de Três Serros, digna progenitora daquela talentosa moça.

A Exma. Sra. Baronesa de Três Serros, tendo em vista que aquela tela representa uma alegoria à Biblioteca Pública, fez donativo da mesma aquela instituição.

Sabemos que a diretoria da Biblioteca deliberou conservar aquele lindo quadro em seu salão de honra.⁴²⁵

Desta forma, a quermesse resultou em mais um dos acontecimentos que envolviam as famílias da elite em sua prática de se vincular a instituições por meio da caridade e da filantropia, reforçando com isso, seu pertencimento ao grupo. Conforme Loner⁴²⁶, na Biblioteca, nesta época, realizavam-se bailes, concertos, bem como reuniões de partidos políticos, ou seja, tratava-se de um espaço de sociabilidade importante para a elite local. Além desta instituição, conforme o jornal *A Ventarola*, no Teatro Sete de Abril também havia ocorrido a eleição para a diretoria do Club Liberal em julho de 1888. Informava a matéria que:

É, pois, presidente do club o benemérito cidadão Sr. barão de S. Luiz e vice-presidente o Sr. tenente-coronel Lucio Lopes dos Santos, um dos caracteres que mais se recomendam na nossa sociedade pelas acrisoladas virtudes que ornamentam a sua frente de cidadão.

Os doze diretores eleitos são doze garantias a recomendar a importância da novel associação.

Dentre eles recorde de momento os nomes dos Srs. Alfredo Gonçalves Moreira, Dr. Maia, Dr. Canabarro, João Dias Vianna e Urbano Garcia. Sinto não poder citá-los todos, certo de que a escolha dos Srs. eleitores foi acertadíssima.

São secretários do club os Srs. major João Pedro Caminha e o colega do Diarrio Ernesto Gernsgross.

Para seu tesoureiro foi eleito o simpático e popular Sr. tenente José Ferreira Alves Guimarães. (...)⁴²⁷

⁴²⁵ Diário de Pelotas. Pelotas, 03 de novembro de 1887, n.103, p.02.

⁴²⁶ LONER, Beatriz Ana. Bibliotheca Pública. In: LONER Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES. Mario Osório (Org.). **Dicionário de História de Pelotas...** p.33.

⁴²⁷ A ventarola. Pelotas, 29 de julho de 1888, n.70, p.03.

Como se pode observar, alguns dos nomes que aparecem compondo o Clube Liberal já constavam no ano anterior integrando a diretoria da Biblioteca. São exemplos João Dias Viana e Lucio Lopes dos Santos. Desta maneira é possível inferir não só que as decisões envolvendo o âmbito da política se davam em outros espaços como da Biblioteca e o Teatro, mas também que instituições como esta estavam permeadas pela política praticada por estes sujeitos.

Mercedes foi homenageada pelo jornal caricato *A Ventarola*, de 13 de novembro de 1887, que lhe dedicou a capa com a reprodução de sua imagem e também um texto na página seguinte. Escrevia o jornal que,

(...) Descendente de uma honrada e importante família desta cidade – a família Maciel -, desde os mais tenros anos demonstrou aquela Exma. Sra. a bondade de seu coração, a par de um talento vigoroso e esplendido. Nascida na opulência e cercada de auríferas riquezas, só servia-lhe essa circunstância para um fim utilíssimo e grandioso: ilustrar o espírito, enriquecendo-o de saber.⁴²⁸

O reforço quanto ao pertencimento a uma família “importante” era acompanhado da reiteração de sua riqueza e o investimento correto desta fortuna em instrução “(...) ao contrário da maioria daquelas que dispõem dos bens da fortuna(...)”⁴²⁹. A imprensa destacava a atuação de Mercedes “em favor da instrução pública e da caridade”. O texto seguia, após considerar sua origem e instrução, a tratar de seu matrimônio e filhas, não se esquecendo de reforçar, ao final, o seu envolvimento com a caridade. Sobre o casamento, a nota dizia que ela “Índa muito jovem contraiu S. Ex. matrimonio com o prestativo cavalheiro e distinto patriota Sr. Alfredo Gonçalves Moreira”⁴³⁰.

A publicação do Diário de Pelotas em homenagem aos onze anos de falecimento do Barão de Butuí explicitam a ligação das famílias Maciel Moreira:

Existem do finado Barão de Butuhy, os seguintes filhos:
Francisca Moreira de Castro Maciel esposa do conselheiro Francisco Antunes Maciel
Maria Moreira de Castro Paiva casada com o tenente coronel Domingos Soares de Paiva
Maria Angelica Moreira Ribas esposa do comendador Francisco Alves Ribas Baronesa de São Luiz, esposa do Barão de São Luiz
Leonídia Moreira Maciel esposa do Dr. Arthur Antunes Maciel
Alfredo Gonçalves Moreira casado com Mercedes Antunes Maciel Moreira
Arthur Gonçalves Moreira e dr. Francisco de Paula Gonçalves Moreira solteiros.⁴³¹

⁴²⁸ A Ventarola. Pelotas, 13 de novembro de 1887, n.32, p.02.

⁴²⁹ A Ventarola. Pelotas, 13 de novembro de 1887, n.32, p.02.

⁴³⁰ A Ventarola. Pelotas, 13 de novembro de 1887, n.32, p.02.

⁴³¹ Diário de Pelotas. Pelotas, 20 de outubro de 1887, n.93, p.01.

Em 1897, passados dezenove anos de casamento de Flora Mercedes e Alfredo, ela recebia sua herança. A mãe, dona Leopoldina, em seu testamento ampara a filha que recebe 3000 reses de criar, 25 ações da Companhia Foz de São Gonçalo e todos os móveis, joias, pratas, roupas de uso e cama, o usufruto da casa situada na rua da Igreja e o terreno e cocheira edificado junto a esta, a chácara existente nas Três Vendas e as benfeitorias. Entre suas últimas vontades, dona Leopoldina expressa que estes bens legados a Flora Mercedes em usufruto “passarão por sua morte às suas filhas minhas netas”⁴³². O casal tinha três filhas as quais ganharam os nomes das avós e também da mãe: Leopoldina, Leonídia e Mercedes.

Flora Mercedes já havia recebido em “plena propriedade” móveis e ações no valor de 4:230\$000 e recebia agora em usufruto os imóveis no valor de 21:800\$000, que passariam a suas filhas. Como é possível perceber, dona Leopoldina reproduz a mesma prática que o Barão de Butuí⁴³³, o Capitão Francisco Aníbal, o Barão de Três Serros e o Coronel Aníbal utilizaram, qual seja a de transferir os bens ou parte do dinheiro a geração dos netos. Para se ter uma ideia de como ficou a divisão deste espólio e de como a decisão privilegiou Flora, basta informar que o restante do patrimônio a ser dividido entre os demais filhos perfazia um total de apenas 7:250\$000, ou seja, 1:208\$333 a cada um. Além disso, Eliseu, Lourival e barão de São Luiz cederam a sua parte em benefício da irmã.

No ano seguinte ao falecimento de dona Leopoldina, encontramos o casal se deslocando para o Uruguai, “Para Montevideu, seguiu, hoje, acompanhado de sua Exma. esposa, o Sr. Alfredo Moreira, capitalista aqui residente.”⁴³⁴. Entretanto, embora se possa aventar a possibilidade de que esta viagem fosse tratar de inventariar bens que se encontravam além da fronteira, a exemplo dos bens que existiam na ocasião em que Eliseu havia falecido, desta vez não há qualquer menção. Por outro lado, como vimos, a

⁴³² Inventário de Eliseu Antunes Maciel e sua esposa Leopoldina da Rosa Antunes Maciel, n. 1349, m.73, 1896. Comarca de Pelotas. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria. APERS

⁴³³ Em junho de 1879 Leopoldo inventariante e testamentário do Barão de Butuí pede autorização ao juiz para “entregar aos filhos do dito finado as quotas que a cada um pertencem deixadas por ele para serem aplicadas em apólices da dívida pública cujos juros pertencerão ao netos e propriedade aos bisnetos do mesmo testador.” Após uma longa explicação de Leopoldo sobre a impossibilidade de cumprir as disposições testamentárias no tempo previsto pelo testador de três anos para a execução e observando as últimas vontades do Barão, ele decide entregar aos filhos deste os remanescentes da terça afim de criar “grupos de herdeiros”. A terça legada por ele para netos e bisnetos somava 4666:421\$069 réis a ser dividido em oito partes. Desta forma, coube a cada um dos filhos 58:302\$633 réis a serem aplicados conforme o testamento. Inventário de Leonídia Gonçalves Moreira, n. 647, m. 41, 1867. Comarca de Pelotas. 1º Cartório de Órfãos. APERS. O inventário do Barão de Butuí se encontra anexado nestes processo.

⁴³⁴ A Opinião Pública. Pelotas, 29 de janeiro de 1897, n.24, p.02.

imprensa noticiava que parte dos Antunes Maciel haviam se mudado para o Uruguai, em função da Revolução Federalista.

A partir da reconstituição deste mosaico que envolve os Antunes Maciel na segunda metade do século XIX, podemos observar sua atuação em conjunto, enquanto família. Os “Macieis”, como algumas vezes refere a imprensa, geriram os negócios, as relações sociais e a política de forma articulada. Os matrimônios endogâmicos e exogâmicos visaram assegurar a administração e ampliação do patrimônio material recebido como herança. As fortunas, especialmente aquelas legadas às filhas, foram resguardadas mediante testamentos que tinham como objetivo evitar a dilapidação do patrimônio pelos genros que seriam incorporados. A escolha de tutores, curadores, testamenteiros, padrinhos e testemunhas nos mostra o reforço dos laços internos entre a parentela. Homens e mulheres atuaram junto às instituições públicas da cidade de Pelotas e também fora dela, de maneira a reforçar o prestígio da família. À imprensa, da qual participaram tão ativamente, cabia o papel de conferir visibilidade a esta atuação, ao destacar que, a fortuna era bem investida no “conhecimento”, na “instrução” e na caridade. A militância nas fileiras liberais permeou a trajetória destes homens que participaram da política em diferentes níveis.

CAPÍTULO IV - Francisco Antunes Maciel: Um Conselheiro do Império

4.1 A formação acadêmica e o início da carreira política

Francisco Antunes Maciel nasceu em 29 de outubro de 1847. Em carta enviada pela Faculdade de Direito de São Paulo solicitando ao vigário de Pelotas a certidão de batismo de Francisco, sabemos que este ocorreu na Matriz de São Francisco de Paula no dia 01 de janeiro de 1848, e que Leopoldina e Eliseu haviam escolhido como padrinhos para seu filho, o casal Domingos Antônio Félix da Costa e D. Maria Francisca Antunes da Costa, irmã de Eliseu. Eliseu, por sua vez, havia sido testemunha do primeiro casamento de Maria Francisca com Matheus Gomes Viana. Passados mais de dez anos entre os dois eventos, reatualizava-se o vínculo entre os irmãos mediante compadrio. Entretanto, não sabemos se, neste período do batizado do pequeno Francisco, o português Domingos Antônio já havia se tornado comendador.

Acerca da infância de Francisco, e de seus primeiros passos escolares, não foi possível encontrar muitas informações, mas temos a partir da imprensa que “(...) aqui [Pelotas] recebeu os seus primeiros conhecimentos, revelando nos colégios Vasconcellos e Pereira uma inteligência de escol (...)”⁴³⁵. E que, em “S. Paulo para onde foi com 15 anos de idade, completou os seus estudos preparatórios (...)”⁴³⁶.

Ao primogênito do casal Eliseu e Leopoldina que nasceu em 1845 foi colocado o nome de Eliseu e, posteriormente, em 1847, o filho que nasceu recebeu o nome do avô paterno, Francisco. A prole pode ter sido mais numerosa havendo outros filhos que morreram ainda pequenos. Desta forma, em 1849 nasceu Leopoldo, e em seguida Flora Mercedes (1851), em 1854 Arthur e o caçula Lourival em 1857. A infância e adolescência de Francisco deve ter se dado em parte na República Oriental, onde, como vimos, a família tinha casa e negócios.

⁴³⁵ Álbum de recortes de jornais sobre a vida do Conselheiro Maciel. Acervo particular de Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler. Este recorte provavelmente se trata do jornal A Opinião Pública, mas está no Álbum sem qualquer referência.

⁴³⁶ Diário de Pelotas. Pelotas, 30 de setembro de 1886. Álbum de recortes de jornais sobre a vida do Conselheiro Maciel. Acervo particular de Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler. Conforme Stockler, Francisco havia dedicado uma poesia ao Rio Grande do Sul quando estava em São Paulo por ocasião de seu aniversário em 1864. STOCKLER, Beth. **Chiquinha & Eu: Reinventando o passado**. Barbacena: Gráfica e Editora Cidade de Barbacena, 2012, p.28.

As informações acerca de Francisco começam a se tornar mais frequentes a partir do momento em que este vai para São Paulo e ingressa no Curso de Direito⁴³⁷. Em seu prontuário na Faculdade de Direito de São Paulo, constam os comprovantes de aprovação em exames preparatórios em inglês, francês e retórica no ano de 1863, portanto aos 16 anos de idade. Do ano de 1864 data a sua aprovação em geometria; em 1866 aprovação em história e filosofia e, em março de 1867, sua aprovação em latim. Neste ano de 1867, Francisco cursa o primeiro ano de direito e, junto às duas matrículas que eram feitas sempre nos meses de março e setembro, havia o comprovante de pagamento de 51\$200 réis, além do “Comprovante de que foi plenamente aprovado nas matérias do 1º ano”⁴³⁸.

Eliseu, todavia, não tinha mandado apenas um dos filhos para São Paulo afim de se formar advogado em uma das duas faculdades de direito existentes no Império⁴³⁹. Como mencionamos antes ao tratar dos inventários do Barão de Butuí e do Coronel Anibal, Leopoldo já aparecia como advogado ou “doutor”. Ele havia ingressado no curso de direito um ano antes do irmão, e pertencia a turma que se formou em 1870. Desta maneira, ao final da década de 1860, os dois cursavam direito em São Paulo, junto a inúmeros outros acadêmicos de famílias “distintas” provenientes das mais distantes províncias do Império.

A discussão para a criação de duas Universidades data da Assembleia Constituinte de 1823 e, após este período, o Imperador Dom Pedro I chega a rubricar um decreto para a criação de um curso jurídico na Corte que não se efetivará, ficará apenas no projeto. O debate é retomado em 1826 na Câmara e, no ano seguinte, no Senado, sendo criados os dois cursos de direito e os exames para eles preparatórios – em São Paulo e Olinda – com diferença de poucos meses⁴⁴⁰. Cabe destacar que a preocupação, desde 1823, era de

⁴³⁷ O arquivo da Faculdade de Direito sofreu um incêndio no ano de 1880 e o prontuário do Francisco apresenta marcas de queimado em várias páginas. Seção de Arquivo e Museu da Universidade de São Paulo. Ainda sobre este incêndio que atingiu o prédio da escola queimando boa parte dos documentos, Grijo afirma que o professor e memorialista Vampre alegava que havia se tratado de um crime e que corriam boatos acerca de sua autoria. Esta teria sido de dois estudantes – um filho de conceituada família paulista e o outro filho de um político - insatisfeitos com as suas notas. Ver Vampre, 1977 *apud* GRIJÓ, Luiz Alberto. **Ensino jurídico e política partidária no Brasil: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

⁴³⁸ Seção de Arquivo e Museu da Universidade de São Paulo. Agradeço ao pesquisador e amigo Alisson Droppa pela ajuda com estes documentos.

⁴³⁹ Além da faculdade de direito de São Paulo havia também a Faculdade de direito do Recife. Criadas pelo mesmo decreto em 11 de agosto de 1827, as faculdades passaram a formar bacharéis em direito, juristas e advogados anteriormente formados em Portugal.

⁴⁴⁰ GRIJÓ, 2005.

formar não só advogados e magistrados, mas também políticos como deixa ver os discursos dos constituintes da época. Desta maneira, como expõe Grijó:

O que fica claro na leitura da transcrição dos debates então travados a respeito da conveniência do estabelecimento de cursos jurídicos é que as preocupações relativas à carência de pessoal habilitado a assumir posições na estrutura estatal em formação eram uma das principais justificativas a favor de sua criação.⁴⁴¹

Ainda conforme este autor, citando a fala de um dos constituintes, também ficavam evidentes os grupos entre os quais deveriam ser recrutados os futuros alunos destes cursos que seriam criados: “sem dúvida, todos os proprietários, e homens ricos devem tomar suas tinturas de Jurisprudência”⁴⁴². Assim, a discussão acerca da localização dos cursos tomou a maior parte do tempo nos debates do que as discussões envolvendo um “plano de educação” ou “método de ensino”. Neste sentido, a criação ou não de uma ou mais cadeiras de direito romano foi característico das posições político-partidárias em jogo naquele momento, e que “simplificando, seriam as posições realistas e centralistas, mesmo absolutistas, contra as autonomistas/federalistas e descentralizadoras que, no limite, eram até mesmo anti-monárquicas”⁴⁴³. A proposta implantada foi a que não inseria esta cadeira e, em 1831, o decreto regulamentando os cursos de ciências jurídicas e sociais do Império também não previa a cadeira de direito romano. Entretanto, em 1851 ela passa a ser introduzida e ratificada via reformas realizadas nos cursos nos anos seguintes. Grijó chama a atenção para as conjunturas distintas dos períodos de 1820/1830 – primeiro reinado e período regencial conturbados e marcados por agitações - e 1840/1850 sendo que neste último os gabinetes conservadores assumiram o poder. Neste sentido, as academias de direito enquanto instituições controladas pelo governo e a ele submetidas, estavam sujeitas as disputas político-partidárias e as oscilações das conjunturas, como veremos posteriormente na década de 1870⁴⁴⁴.

Na década de 1860, Leopoldo e Francisco se traduziam em apostas de Eliseu e, porque não dizer, da família Antunes Maciel, para a inserção desta família em outros espaços, bem como na formação acadêmica de seus membros. Este investimento na formação dos filhos demandava o deslocamento destes para fora da província, bem como arcar com os custos de moradia e de faculdade por cinco anos em São Paulo, uma vez que

⁴⁴¹ GRIJÓ, 2005, p.21.

⁴⁴² Apud Antônio Carlos Andrada Machado e Silva. Sessão de 27/10/1823 da Assembleia Constituinte. In GRIJÓ, 2005, p.21.

⁴⁴³ GRIJÓ, 2005 p.23.

⁴⁴⁴ Ibid, p.25.

a província de Rio Grande São Pedro não contava com tal possibilidade de formação⁴⁴⁵. Tratava-se, por assim dizer, de reconverter recursos econômicos em recursos acadêmicos e em outros recursos igualmente importante, de relações sociais.

No que se refere ao deslocamento para a província de São Paulo cabe refletir que,

é importante considerar que as cidades nas quais se localizavam as faculdades cursadas eram centros estaduais ou nacionais onde se localizavam as sedes das instituições públicas, bem como as grandes casas comerciais, bancárias, livrarias, sendo os pontos de convergência das pessoas da “boa sociedade” (...). A inserção neste “mundo” se dava pela via do adequado gerenciamento do capital de relações sociais, recurso fundamental para a “abertura de portas”, ou seja, para as possibilidades de atingir posições importantes nas malhas das redes de relações, o que poderia se materializar em termos de cargos, de espaços na imprensa, da obtenção de informações privilegiadas, de oportunidades de destaque em termos de liderança político-partidária, empresarial ou militar.⁴⁴⁶

A inserção de Francisco “neste mundo”, como veremos adiante, será feita de diferentes maneiras, durante o tempo em que permanece em São Paulo. Francisco havia cursado o segundo e terceiro ano, bem como o quarto, uma vez que a 28 de fevereiro de 1871 solicitava a matrícula no 5º ano - documento este que era pedido toda vez que concluído o ano anterior. Consta ainda o pagamento dos 51\$200 réis pelas primeira e segunda matrículas daquele ano em que deveria se formar.

A vida dos acadêmicos do curso ganhava as páginas da imprensa paulista e é por meio dela que sabemos, inclusive, se os alunos faltavam às aulas, “Lista das faltas dos Estudantes da Faculdade de Direito dadas até o fim de abril de 1870”⁴⁴⁷. O *Correio Paulistano* publicava ao menos uma vez no mês, em sua última página, os nomes de todos os alunos das turmas de primeiro ao quinto ano da faculdade e, respectivamente, o número de faltas de cada um. Desta forma é possível saber que, nos corredores da instituição, circulavam no ano de 1870, no terceiro ano do curso, os conterrâneos Fernando Luís Osório e Joaquim Augusto de Assumpção⁴⁴⁸, enquanto Francisco Antunes Maciel estava no 4º ano e seu irmão Leopoldo no 5º ano do curso. A turma deste, por sua vez, será uma turma singular, uma vez que Leopoldo tinha como colega o conterrâneo Epaminondas

⁴⁴⁵ A Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre seria criada somente em 1900. Sobre a constituição desta e a formação da elite político-partidária, intelectual, do funcionalismo público e da área jurídica no estado do Rio Grande do Sul consultar o trabalho já referido: GRIJÓ, 2005.

⁴⁴⁶ GRIJÓ, 1998, p.96.

⁴⁴⁷ Correio Paulistano. São Paulo, 21 de maio de 1870, ano XVIII, n.4161, p.04.

⁴⁴⁸ Filho dos barões de Jarau, se tornaria vereador pelo partido conservador na Câmara Municipal de Pelotas e juiz municipal em Rio Grande. Posteriormente, com a República, se filiará ao PRR e se tornaria senador. Conforme Osório, Joaquim teria atuado na criação do Banco Pelotense e na Companhia Fiação e Tecidos, além de também participar de inúmeras outras instituições pias pelotenses. OSÓRIO, Fernando. **A cidade de Pelotas**, volume 1. Pelotas: Armazém Literário, 3ª ed. 1997, p. 260.

Piratinino de Almeida⁴⁴⁹ e figuras que, futuramente, estariam na proa da política brasileira.

Como já referido por Carvalho em clássico estudo acerca da elite política brasileira, era de extrema importância a formação jurídica para se alcançar posições de destaque na sociedade oitocentista. Para o autor, as implicações desta formação chegaram a configurar o que denominou de "unificação ideológica da elite política" no período imperial, fator que juntamente com outros, tornou viável a estruturação de um Estado unificado nas antigas ex-possessões portuguesas em terras americanas⁴⁵⁰. Esta espécie de "código de acesso" deveria ser de conhecimento das elites provinciais do período que investiam também nas suas relações sociais.

Entretanto, diferentemente da esmagadora maioria de bacharéis em direito que se formara em São Paulo desde a fundação da academia, Francisco não cumpriria esta etapa.

No ano de 1871 houve a publicação do decreto n.4806 em 22 de outubro que modificava os exames dos estudantes das faculdades de direito e medicina. O ministro e secretário de estado dos negócios do império, João Alfredo Corrêa de Oliveira, pedia o cumprimento deste decreto tão logo se publicasse⁴⁵¹. Este decreto e sua repercussão mudariam os rumos da formação de Francisco.

O jornal *Correio Paulistano* concedeu destaque ao publicar em sua primeira página uma matéria intitulada "O arrocho acadêmico" em que detalhava as modificações nos exames escritos e orais a serem realizados pelos acadêmicos. A matéria se fazia acompanhar, na sequência, de uma outra intitulada "Grande balburdia na academia" e iniciava expondo que, devido ao "novo decreto *alfredino*" sobre os exames na Academia, o diretor conselheiro "deliberou suspender os atos que ontem deviam principiar, convocando para esse mesmo dia congregação dos lentes, pra decidir-se o que cumpria fazer ante o novíssimo monstrengo do governo"⁴⁵². Segundo o jornal, o corpo docente

⁴⁴⁹ Epaminondas era filho do farroupilha "ministro da Fazenda da república de 35" Domingos José de Almeida.

⁴⁵⁰ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial, Teatro de sombras: a política imperial.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

⁴⁵¹ *Correio Paulistano*. São Paulo, 29 de outubro de 1871, ano XVIII, n. 4568, p.01.

⁴⁵² *Correio Paulistano*, Domingo 29 de outubro de 1871, ano XVIII, n. 4568, p.02. Conforme verbete da Fundação Getúlio Vargas o *Correio Paulistano* havia sido fundado em 1854, por Joaquim Roberto de Azevedo Marques, proprietário da Tipografia Imparcial. Nascido liberal, tornou-se conservador e, em fins da década de 1860, rompida a conciliação entre liberais e conservadores, a linha editorial havia optado por aqueles. Desta forma, frente ao gabinete conservador do Visconde do Rio Branco, o jornal tecia suas críticas. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/correio-paulistano>. Acesso em 07 fev. 2018.

havia se reunido no dia 28 e a maioria havia deliberado que julgava “*aceitável e exequível* o imbróglio” decidindo por maioria de um ou dois votos que se aplicasse “*desde já o arrocho*”. Desta forma,

Os estudantes de S. Paulo achavam-se em sua quase totalidade no recinto da Academia; logo que tiveram conhecimento da triste decisão dada à sorte, apoderou-se deles ardente indignação, prorrompendo em estrondosa vozeria e vaias contra os *lentes subservientes*, que em poucos momentos degenerou em atos de alterado desatino.

A sala destinada aos atos foi invadida pela turba multa, sendo quebradas as mesas, bancos e cadeiras que a guarneciam, não ficando ali pedra sobre pedra como se diz.⁴⁵³

O jornal não aplaudia as ações dos estudantes, mas considerava que os verdadeiros culpados eram primeiramente o governo, duramente criticado pelo jornal, e depois a congregação que havia deliberado por cumprir o decreto de imediato. Neste mesmo dia havia ainda a publicação na coluna “A pedido” da matéria intitulada “A academia de S. de Paulo ao público”, na qual os acadêmicos se manifestavam acerca do procedimento e, entre outras questões, expunham que o “direito pátrio” ordenava que as leis poderiam se efetivar nas províncias somente após decorridos três meses de sua promulgação. Esta matéria fazia referência as assinaturas de todos os acadêmicos que apoiavam a decisão de rechaçar tal decreto, mas não publicava o nome dos mesmos como prometido no corpo do texto. Assim como as duas páginas anteriores, na terceira, antes de se publicarem os costumeiros classificados do jornal, novamente se tratava do caso. Desta vez com o título “O dr. Eloy Ottoni e seu filho” este escrevia ao redator em formato e carta pedindo que se publicasse a declaração do filho e informando que se responsabilizava pela mesma. E que “se essa declaração ofender as suscetibilidades de alguns colegas seus, toda a odiosidade deve recair sobre mim, por não ter consentido que ele tomasse a responsabilidade de atos que não praticou”. Apesar de entender que o decreto era “inconveniente” e que a Faculdade ao se sujeitar à medidas extemporaneamente impostas “não procedeu com toda a imparcialidade e justiça que era para desejar da parte de tão distinta corporação. S. Paulo, 29 de Outubro de 1871. Dr. Eloy Ottoni”⁴⁵⁴. Na sequência vem a carta de Eloy David Benedicto Ottoni explicando que o seu nome não estava no protesto que naquele dia o jornal publicava porque não queria e nem devia responsabilizar-se por atos que não havia praticado. Informava ainda que “Acompanho, porém a maioria de meus colegas nas suas justas queixas contra os decretos do sr. João

⁴⁵³ Correio Paulistano, Domingo 29 de outubro de 1871, ano XVIII, n. 4568, p.02.

⁴⁵⁴ Correio Paulistano. São Paulo, 29 de outubro de 1871, ano XVIII, n. 4568, p.03.

Alfredo e contra o modo porque a congregação subscreveu a todos eles”. A maioria dos colegas a que Eloy David se referia poderia ser a turma do quarto ano da qual ele e Francisco faziam parte. Mas é a segunda parte de sua carta enviada ao jornal que nos chama atenção. Dizia ele que: “Censurando abertamente os atos do ministro e da congregação, e tendo já assinado a representação contra o primeiro decreto, sujeito-me a perder o ano ou a deixar de fazer ato se essa sentença for lavrada contra a maioria de meus colegas, mesmo que me julguem excetuado”⁴⁵⁵. Perder o ano era uma das maiores ou talvez a maior preocupação dos acadêmicos e será exatamente isto que Francisco evitará ao tomar sua decisão.

O episódio, de fato, teve inúmeros desdobramentos: “Alguns se colocaram a favor da Congregação e foram acusados pelos demais de “infames”, sendo excluídos pelos colegas de alguns clubes estudantis e redações de periódicos. Os revoltosos foram punidos pela Congregação e pelo governo com medidas disciplinares”⁴⁵⁶. No ano seguinte, os alunos que receberam punições disciplinares foram indultados pelo Imperador.

Mas voltemos ainda nesta página do jornal *Correio Paulistano* que, como se pode observar, deu ampla notoriedade ao decreto e sua repercussão dentro da Faculdade de Direito. Havia ainda uma última coluna com o título “Decreto novo!” e nesta, usava de humor para tratar do assunto abordando na forma de artigos as deliberações: “6ª O estudante que rir perderá o ano, o que chorar idem, o que olhar para o teto idem, o que molhar a pena três vezes por minuto idem, o que falar idem”⁴⁵⁷.

O número seguinte do jornal, publicado dia 31 de outubro, continuava divulgando as notícias relativas ao caso informando que a congregação consultaria o governo sobre a questão e que, posteriormente, deliberaria sobre o que fazer com relação a “processar-se (academicamente) os estudantes *revoltados*”⁴⁵⁸. Dava conta ainda da reunião realizada pelos acadêmicos e que deliberava sobre: “Não há cabeças da *sedição*; o corpo acadêmico é responsável coletivamente, sendo a sua divisa – Um por todos e todos por um. A *Imprensa Acadêmica*, cuja publicação já estava interrompida com o fim do ano letivo, reaparecerá de novo, e será mantida enquanto o exigir a causa acadêmica”⁴⁵⁹. O jornal

⁴⁵⁵ Correio Paulistano. São Paulo, 29 de outubro de 1871, ano XVIII, n. 4568, p.03.

⁴⁵⁶ GRIJÓ, Luiz Alberto. **Ensino Jurídico e política partidária...**Op. Cit. p. 69.

⁴⁵⁷ Correio Paulistano. São Paulo, 29 de outubro de 1871, ano XVIII, n. 4568, p.03.

⁴⁵⁸ Correio Paulistano. São Paulo, 29 de outubro de 1871, ano XVIII, n. 4569, p.01.

⁴⁵⁹ Correio Paulistano. São Paulo, 31 de outubro de 1871, ano XVIII, n. 4569, p.02.

publicava neste dia uma matéria com o título “A Academia de S. Paulo ao público” e nela se informava que, por falta de espaço nas colunas do jornal do dia 29 do corrente, não haviam sido expostas as assinaturas dos acadêmicos o que se procedia naquele momento: “Nós abaixo assinados nos denunciámos como autores e cabeças da manifestação enérgica e independente do dia 28. Se algum processo, quer acadêmico, quer geral se tiver de instaurar, nós todos havemos de ser considerados –réus.” E em uma lista contendo 168 nomes estavam Francisco, Fernando Osório⁴⁶⁰ e Joaquim Assumpção.

Entretanto, ao virar a página do jornal neste mesmo dia encontramos uma publicação denominada “Ao público:

Retirando-me de S. Paulo cumpre-me deixar bem patentes minhas intenções. Depois do que se tem aqui passado, temo que, se conseguisse uma aprovação, pudessem os que me não conhecem suspeita-la como um prêmio de suposta abstenção do que tem praticado meus colegas, ou como esmola da generosidade e misericórdia dos meus juizes.

Para evitar ambas as hipóteses, igualmente repugnantes aos meus brios, declaro que renuncio do direito de apresentar-me à disputar um pergaminho pelo qual trabalhei sinceramente durante longos anos.

Se os destino, porém me não forem contrários, virei talvez um dia propor-me á outro título com cuja aquisição poderei honrar-me sem escrúpulos, sem temores da injustiça dos mais rigorosos maldizentes ou ingênuos.

S. Paulo, 29 de Outubro de 1871. O quint’annista

F. Antunes Maciel⁴⁶¹

O texto de Francisco assinalava sua decisão de buscar uma alternativa longe de São Paulo a fim de assegurar sua diplomação. Esta, retirava Francisco da situação de confronto ao mesmo tempo que visava preservar as relações tecidas, talvez com muito esmero durante os anos que lá permaneceu. Decorre disto a preocupação em explicitar e divulgar sua postura na imprensa.

⁴⁶⁰ Conforme Osorio, “Acompanhando o movimento acadêmico de 1871, foi processado e condenado à perda de dois anos de estudos, e como altiva resposta embarcou-se para Pernambuco, onde bacharelou-se em direito em 1873.”. Ainda conforme este autor, Fernando havia se dedicado, ao retornar bacharel para Pelotas, na defesa do partido liberal via imprensa. Atuou no *Diário de Pelotas, País e Jornal do Comércio* sendo que este último foi por ele adquirido e redatado assim como o *Diário de Pelotas*. Consta ainda que “Em 1881 fundou, nesta cidade, *A Discussão*, o primeiro jornal no Rio Grande a inscrever no seu programa (...) a ideia da abolição do cativo, não aceitando em suas colunas publicações sobre venda, fuga, locação ou pagamento da taxa de escravos.” OSORIO, Fernando. **A cidade de Pelotas...** Op. Cit. p.202. Conforme Vianna, em 07 de junho de 1868 saía o número inicial de *O Acadêmico*, “jornal jurídico, literário e noticioso” tendo como redatores Carlos Leônico de Carvalho, José Francisco Diana e Fernando Osório. Entretanto, conforme este autor, o jornal extinguiu-se no 15º número, em 19 de novembro de 1868. VIANNA, Hélio. *Estudantes de São Paulo no arquivo de Ubaldino do Amaral. Contribuição para as memórias acadêmicas.* p.265. Disponível em: www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/66611/69221 Acesso em: 30 de maio de 2018.

⁴⁶¹ Correio Paulistano. São Paulo, 31 de outubro de 1871, ano XVIII, n. 4569, p.03.

Entretanto, está longe de ser esta a última notícia deste acadêmico em terras paulistas, pois é no mês seguinte que o jornal nos revela uma informação importante⁴⁶²,

Loja America

A comissão nomeada pela off* para ir amanhã 5, à estação da Luz, às 9 ½ da manhã, despedir-se do distintíssimo Ir. Francisco Antunes Maciel, convida a todos os Ir. da off*, que o poderem fazer, a acompanhá-la nesta manifestação de justo apreço e consideração ao ilustre acadêmico, ao estimável e prestimoso operário da *América*, vítima como tantos outros do feroz despotismo com que o governo está oprimindo e tentando escravizar as academias do país.⁴⁶³

Conforme Grijó, os ambientes privilegiados de socialização dos estudantes eram “os jornais e revistas que os alunos organizavam, redigiam e editavam, os clubes e sociedades mais ou menos secretos aos quais se filiavam, eram as pensões e “repúblicas” nas quais moravam, os cafês que frequentavam”⁴⁶⁴. Entre estas sociedades mais ou menos secretas estava a maçonaria e essa loja, em especial, reunia tanto liberais antigos da província paulista, quanto reforçava laços de co-provincianos, como no caso de Francisco e Fernando Osorio⁴⁶⁵.

Algum tempo depois, a Loja América novamente emitia nota para desejar boa viagem aos acadêmicos - seus “distintos operários” - que viajariam para o Rio de Janeiro, assinalando a importância dela como espaço de sociabilidade para o estreitamento de laços entre os acadêmicos de diferentes locais⁴⁶⁶.

⁴⁶² Correio Paulistano. São Paulo, 04 de novembro de 1871, ano XVIII, n.4571, p.02

⁴⁶³ Correio Paulistano. São Paulo, 09 de novembro de 1871, ano XVIII, n. 4575, p.02. Optou-se por manter a grafia mais próxima da original.

⁴⁶⁴ GRIJÓ, 2005, p.33.

⁴⁶⁵ Em relatório da Loja feito ao presidente da província e publicado no *Correio Paulistano* constava que esta tinha como presidente Américo Brasiliense de Almeida Mello e que havia sido instalada em novembro de 1868 com o objetivo de propagar a instrução primária e a emancipação dos escravos pelos trâmites legais. Para isso havia fundado uma sociedade Redentora em 1869 e também uma Biblioteca Popular que funcionava na sala da casa número 32 da Rua do Rosário. Assinavam o referido relatório: Américo de Campos (1º Vig.), Luiz Gama (2º Vig.), J. Ferreira de Menezes (Orad.), Vicente R. da Silva (Adj. Ao Orad.), Carlos Ferreira (Secret.), Fernando Luiz Ozorio (adj a comm.), Olympio da Paixão (adj. A comm.). Correio Paulistano. São Paulo, 10 de novembro de 1871, ano XVIII, n. 4576, p.02. Conforme Vianna, Américo era filho de um influente político liberal em Sorocaba que havia sido deputado provincial em várias legislaturas. Formado em Direito desde 1855 Américo era “membro do Partido Liberal, foi nomeado Presidente da Província da Paraíba em 1866; mas, eleito Deputado Geral por São Paulo, em 1868 teve a Presidência da mais importante Província do Rio de Janeiro. Ocorrida a mutação política desse ano, com a subida ao poder dos conservadores, voltou a advogar em São Paulo, onde organizou a maçônica Loja América, foco de abolicionismo e republicanismo, que figura na biografia de muitos paulistas e moradores de São Paulo, inclusive estudantes oriundos de outras Províncias, desse tempo.” VIANNA, Hélio. Estudantes de São Paulo no arquivo de Ubaldino do Amaral. Contribuição para as memórias acadêmicas. p.287. Disponível em: www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/66611/69221 Acesso em: 30 de maio de 2018.

⁴⁶⁶ Correio Paulistano. São Paulo, 09 de novembro de 1871, ano XVIII, n. 4575, p.02

Neste momento não nos deteremos no teor do decreto e suas alterações, de forma que nos interessa aqui a repercussão do mesmo que, haja vista o destaque que ganhou no jornal, deve ter causado alvoroço, o que podemos corroborar ao verificar seus desdobramentos para a vida acadêmica de Francisco.

O decreto, sua repercussão e a publicação do posicionamento de Francisco na imprensa não deixam dúvidas de que sua permanência na faculdade de direito, bem como em São Paulo, estavam com os dias contados. Nos dias que se seguiram, encaminhou os pedidos de comprovantes e demais documentos que julgava necessários para buscar sua diplomação em outra instituição. Uma semana depois, ele recebia as despedidas de seus companheiros da loja maçônica e seguia, provavelmente, para Pelotas. Neste período, havia a possibilidade de Francisco se dirigir para o norte, como faria seu colega Fernando Luiz Osorio. Mas, a alternativa encontrada para dar continuidade a sua formação, e alcançar o pergaminho, foi um caminho por ele já certamente percorrido inúmeras vezes e que, aliás, era comum a sua família, ou seja, atravessar a fronteira como seu pai em função dos negócios, ou como seus antepassados ao participarem das disputas que envolveram as coroas ibéricas.

Em 14 de fevereiro de 1872 ele encaminhava seu processo para admissão na Universidad de la Republica em Montevideú afim de fazer os exames que o habilitassem a receber o título. Em seu processo expunha em itens a estrutura de funcionamento do curso de direito das Academias Jurídicas do Império do Brasil e, ao final, cada uma das cadeiras cursadas em cada semestre, e solicitava que o Comendador Antônio José Duarte de Araújo Gondim, Ministro residente do Brasil na República Oriental do Uruguai, ratificasse as afirmações⁴⁶⁷. Provavelmente, quando saiu de São Paulo no início de novembro de 1871, Francisco já tinha planos de ir para Montevideú, pois encontramos um certificado da secretaria da faculdade de direito datado de 31 de outubro de 1871 comprovando que ele havia sido plenamente aprovado no “acto que fez das matérias do quinto ano”. Este documento é interessante uma vez que, quem aparece reconhecendo a firma do Exmo. Conselheiro José Maria de Avellar Brotero, “Secretário da Academia de S. Paulo, e decano da mesma Faculdade”, é o advogado, recém formado, Leopoldo Antunes Maciel. Este documento datado de 22 de janeiro de 1872 aparece assinado por várias autoridades, entre elas Benito Maurell y Lamas, vice consul da República Oriental do Uruguai na cidade de Pelotas. Desta forma, ele escreve ao Reitor:

⁴⁶⁷ Archivo General de la Nación. 1124, 1872, febrero 20. Montevideo. C.20 c.4.

Que habiendo cursado en la Academia jurídica de San Pablo, Imperio del Brasil, los cinco años que en dicha Academia se requieren para poder ejercer la abogacia ante los Tribunales del Imperio, segun se acredita por los certificados que traduciolos acompaña; por causas ajenas á su voluntad no le fué posible recibir el grado de doctor. Para obtnerlo solo le faltaba rendir el exámen del último año sobre las materias siguientes: Economia política, Derecho administrativo y práctica forense, puesto que segun el Reglamento general de estúdios del Imperio, habiendo merecida la aprobacion en los exámenes parciales de cada año, no se exige el exámen general á la conclusion para poder optar al grado.⁴⁶⁸

Ao cumprir o regulamento da universidade, pedia que se realizassem os trâmites e requisitos afim de fazer as provas necessárias para obter “grado de doctor”. A tramitação deste ocorreu de forma que o conselho universitário veio a esclarecer que, para obter o título, ele deveria se submeter a exames tal qual os aplicados a licenciados “y ademas la lectura de una disertacion sobre alguna tesis importante que dura al menos media hora”. Em meados de março, Francisco era notificado dos procedimentos e, em seguida, encaminhava documento solicitando a marcação do exame em que de pronto foi atendido, pois foi marcada para dia 23 daquele mês uma banca avaliadora sendo a mesa presidida pelo vice reitor. Na sequência, ele solicitava que, para cumprir com os requisitos para obter o grau de doutor, fosse marcada uma data para a leitura da tese⁴⁶⁹. Em 16 de abril de 1872 estava aprovado e, portanto, podendo exercer a advocacia. Ainda que, com contratempos, Francisco alcançava seu o diploma em direito. Mesmo sem ter cumprido a etapa final em São Paulo, os cinco anos na faculdade faziam parte de sua trajetória e a instituição havia formado o elo,

Entre o interior e o centro, entre as possibilidades de atuação e obtenção de sustento material e de inserção em redes de relações no plano local e nacional, se colocavam as escolas superiores e, para o caso da elite política, as de direito, principalmente. As escolas exerciam a função de mediação entre o mundo do interior e os grandes mundos ocidental em geral e da Corte em particular. No caso das academias de direito, tal função era fundamentalmente exercida no sentido da capacitação intelectual e socialização que habilitavam em termos de recursos culturais (oratória, jornalismo, "publicística", eloquência, literatura jurídico-filosófica e geral, etc.) e de relações sociais (laços estabelecidos com os colegas e professores, participação em "clubes acadêmicos", (...)) para o exercício da política partidária e de cargos afins, como a magistratura e a diplomacia.⁴⁷⁰

Estes vínculos que haviam sido construídos em São Paulo, via academia, se evidenciam no aparecimento nas páginas do *Correio Paulistano* de 1872. Francisco

⁴⁶⁸ Archivo General de la Nación. 1124, 1872, febrero 20. Montevideo. C.20 c.4. Cabe destacar que praticamente todos os documentos encaminhados por Francisco e seu irmão Leopoldo são ou foram traduzidos do português para o espanhol, constando na caixa as duas versões.

⁴⁶⁹ Archivo General de la Nación. Documento datado de 13 de abril de 1872.

⁴⁷⁰ GRIJÓ, 2005, p.53

oferecia sua mobília à Biblioteca Popular como “sinal de lembrança” a seus “irmãos” e amigos fundadores da mesma⁴⁷¹. Desta maneira, corroboramos a afirmação de que “a vivência acadêmica permitia-lhes ampliar e diversificar os contatos, estender e qualificar a rede de relações sociais, na medida em que se tornavam conhecidos e reconhecidos por professores e colegas (...)”⁴⁷².

Neste mesmo ano, cerca de um mês depois da doação dos móveis, o jornal informava ter retirado do *Antonina* do Paraná a seguinte informação:

Formatura – no *Diário de Pelotas* de 3 de abril lê-se o seguinte sobre a epigrafe acima: ‘Acaba o sr. Francisco Antunes Maciel, distinto mancebo, filho deste lugar, de fazer exame na universidade de Montevidéu, para obter o grau de doutor.

Teve um êxito muito favorável.

Felicitemos por isso sua ilustre família.’

É o distinto, inteligente e independente dr. Maciel, aquele estudante, que sem ter tomado parte nos acontecimentos acadêmicos em S. Paulo, vendo as misérias que se passava na Academia, e prepotência do governo, que a força de baionetas impunha um decreto tão absurdo quanto ilegal, fez pelo *Correio Paulistano* de 31 de outubro de 1871 a seguinte declaração (...)”⁴⁷³.

Em seguida, o jornal expõe novamente todo texto publicado por Maciel no período e, na sequência de elogios a sua atitude, informa que “só temos conhecimento por informações, e leitura de seus artigos publicados na *Tribuna Acadêmica*, que tão habilmente dirigiu, como acadêmico, em S. Paulo, associando-nos aos justos presores de sua família e amigos, aos quais felicitamos”⁴⁷⁴.

A matéria vai além de informar acerca de mais um “doutor” que se formava, ela localizava o leitor que por ventura houvesse esquecido, de qual tinha sido a postura do aluno Francisco frente ao ocorrido em fins do ano de 1871 na academia. Francisco havia reunido recursos em sua trajetória acadêmica em São Paulo e, neste sentido, corroboramos a assertiva de que ao retornar para sua paróquia de origem, mesmo chegando de Montevidéu, ele assumiria os negócios e/ou a política-partidária de seu grupo familiar. Logo, como expõe Grijó acerca dos jovens bacharéis, Francisco também

carregava consigo tais recursos que poderia utilizar na obtenção de vantagens do governo, de posições dele dependentes, como títulos e honrarias, de créditos financeiros, e/ou lograr assumir cargos eletivos ou outros quaisquer. Sua relação como Estado, ou melhor, com seus agentes burocráticos ou de governo seria mais direta, pois, ao longo do tempo, com certeza contaria com vários de seus ex-contemporâneos de escola nele ocupando posições-chave para os quais poderia dirigir queixas e solicitações na forma de demandas pessoais, diretamente dirigidas ao “ex-colega” ou “amigo” por uma carta ou numa

⁴⁷¹ Correio Paulistano. São Paulo, 20 de abril de 1872, ano XIX, n.4703, p.02.

⁴⁷² GRIJÓ, 2005, p.54.

⁴⁷³ Correio Paulistano. São Paulo, 24 de maio de 1872, ano XIX, n.4731, p.02.

⁴⁷⁴ Ibid.

audiência privativa, sem necessitar passar por funcionários subalternos para conseguir algo que por ventura necessitasse para si ou para alguém de suas relações.⁴⁷⁵

Assim, a academia havia operado como “espécies de meio do caminho que se tornaram entre as paróquias e províncias um tanto dispersas e o centro da unidade estatal”⁴⁷⁶. De acordo com Grijó, Vampré afirma que na década de 1870 a maioria dos acadêmicos de Direito da faculdade de São Paulo era liberal e republicana⁴⁷⁷. No que se refere à política, ao menos metade dos professores das academias – aí incluída também a de Pernambuco – tiveram vínculos com a política partidária no que eram acompanhados pelos seus alunos⁴⁷⁸. É possível que o engajamento político de Francisco tenha vindo “de casa”, numa militância discreta de seu pai e seu tio, mas não é possível comprovar.

Conforme Vargas, na década de 1860, quando Leopoldo e Francisco partiam para São Paulo para estudar, ocorriam mudanças no cenário político gaúcho

Na década de 1860, portanto, até 1868, os dois principais partidos rio-grandenses passaram a ser o Partido Liberal Histórico – liderado por Osório e Félix da Cunha, e que depois recebeu o apoio dos bacharéis em direito, formados em São Paulo, Silveira Martins, Henrique d’Ávila, Timótheo da Rosa, Florêncio Abreu, Egídio Itaqui, Felisberto Pereira, entre outros; e o Partido Progressista, que reuniam o Barão de Porto Alegre, o médico Luís da Silva Flores, o militar Lopes Teixeira, o também médico Caldre e Fião, o advogado Francisco Brusque o jornalista Felipe Nery, todos com enorme prestígio político na Província. Apesar de contar com muitas adesões, o Partido Conservador apresentava-se como o mais fraco, recuperando-se, ainda, das derrotas impostas pela antiga Contra-liga. Permaneciam como seus líderes Pedro Chaves e Israel Barcelos. Foi somente após 1868 que uma nova geração iria ingressar com maior vigor nessa facção, dando maior dinâmica à agremiação. (...).

Os Liberais Históricos só conquistaram a maioria na Assembleia Provincial nas eleições de 1865. Neste ano, falecia de tuberculose, com 32 anos, Félix da Cunha. Com a ida de Osório para o Paraguai, Gaspar Silveira Martins viu o seu caminho aberto e, desde então, passou a liderar a bancada liberal na Assembleia Legislativa⁴⁷⁹.

Ainda conforme este autor “O ano de 1868, portanto, viu nascer dois ‘novos’ partidos: o Liberal (que unia progressistas e liberais históricos) e o Conservador (que unia antigos ligueiros, progressistas e novos conservadores)”⁴⁸⁰.

⁴⁷⁵ GRIJÓ, 2005, p.54.

⁴⁷⁶ Ibid, p.27.

⁴⁷⁷ Ibid, p.38.

⁴⁷⁸ Ibid, p.34.

⁴⁷⁹ VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010, p.66.

⁴⁸⁰ Ibid, p.66.

Desta forma, quando retorna já com o diploma do curso de direito, Francisco ingressa no Partido Liberal, “Eleito nesse mesmo ano [1872] deputado a Assembleia legislativa provincial, ele pôs ao serviço da ideia liberal cuja causa esposara desde os tempos acadêmicos, os recursos de sua dialética vigorosa e de sua palavra viva e eloquente”⁴⁸¹. Cabe reforçar aqui algumas questões que se complementam na trajetória de Francisco. Se não conseguimos verificar o início de sua participação na maçonaria, convém atentar para o fato de que entre 1846 e 1857 haviam lojas maçônicas em Pelotas⁴⁸². Dentre elas a Comércio e Indústria fundada em 1848, a União e Concórdia fundada em 1853 e a Honra e Humanidade de 1855⁴⁸³. Conforme Colussi, “Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande foram as únicas cidades nesse período que contaram com a presença de mais de uma oficina em funcionamento, característica que se manteve durante todo o século XIX e nas primeiras décadas do século XX”⁴⁸⁴. Temos aqui alguns elementos para refletir uma vez que, ainda segundo Colussi, o “Partido Liberal foi o maior foco de atuação maçônica até o final do período imperial”⁴⁸⁵. A predominância do partido na província a partir da década de 1870, foi um dos motivos pelos quais a adesão ao republicanismo no meio maçônico não foi tão visível, e a instituição maçônica ganhou impulso e se expandiu juntamente com a consolidação desse partido e de suas principais lideranças. Outro aspecto que cabe mencionar, e que merece ser aprofundado, diz respeito a participação de brasileiros nas lojas maçônicas uruguaias. Conforme Colussi, todas as cidades brasileiras que faziam fronteira com o Uruguai se mantiveram fiéis a Grande Oriente do Brasil e, além disso, a autora afirma que o Grande Oriente do Uruguai foi fundado por iniciativa do Grande Oriente do Brasil, na década de 1850⁴⁸⁶. Ainda que não tenha sido possível verificar a participação dos Antunes Maciel em lojas maçônicas uruguaias, esta possibilidade existia, uma vez que parte das lojas existentes em Pelotas era vinculada à Grande Oriente do Brasil.

⁴⁸¹ Diário de Pelotas. Pelotas, 30 de setembro de 1886. Álbum de recortes de jornais sobre a vida do Conselheiro Maciel. Acervo particular de Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler.

⁴⁸² Conforme Colussi, em 1873, o Rio grande do Sul era a segunda província em número de lojas maçônicas existentes, perdendo apenas para o Rio de Janeiro. De acordo com ela, haviam no município do Rio de Janeiro 25 lojas e mais 8 no restante da província. O Rio Grande do Sul contava com 17 lojas e São Paulo com 16 lojas. COLUSSI, Eliane Lucia. **A maçonaria gaúcha no século XIX**. 4ª ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011, p. 189.

⁴⁸³ Ibid, p.179.

⁴⁸⁴ Ibid, p.182.

⁴⁸⁵ Ibid, p.177.

⁴⁸⁶ Ibid, p.214.

Mas retornando a trajetória de Francisco, conforme a imprensa, ele havia sido eleito a assembleia provincial em 1872, 1874 e também em 1876⁴⁸⁷. Desta forma, quando se casa em novembro de 1877 com a viúva Dona Francisca de Castro Moreira Chaves, filha de um dos mais antigos barões de Pelotas, ele já havia alcançado expressão na política regional.

Francisca, por sua vez, era uma mulher que, ao que tudo indica, circulava bem pela Corte antes mesmo do seu segundo casamento. O primeiro marido dela, o pelotense José Maria Chaves, era doutor em medicina pela faculdade da Corte, e bacharel em ciências físicas e naturais pela academia de Paris. Conforme Blake, José Maria havia sido “nomeado depois do respectivo concurso, em 1856, opositor da secção de ciências acessórias, em 1857 substituto da secção de ciências cirúrgicas, e mais tarde catedrático de anatomia topográfica, medicina operatória e aparelhos”⁴⁸⁸. Francisca, conforme inventário de sua mãe, tinha 15 anos quando foi aberto o processo, em 1851, logo, ela provavelmente nasceu em 1836. O mesmo processo de inventário nos informa ainda que no ano de 1858 seu pai, Barão de Butuí, solicitava licença para contratar o casamento da filha com o Dr. Chaves⁴⁸⁹. O pedido foi deferido e Francisca, com cerca de 22 anos de idade, casou-se em 25 de outubro de 1858⁴⁹⁰. Cinco anos mais velho que Francisca, José Maria já havia se estabelecido no Rio de Janeiro quando se casa com ela. Entretanto, exatos seis anos após seu casamento, falece prematuramente aos 33 anos de idade no Rio de Janeiro em outubro de 1864. Parte deste tempo, Francisca deve ter permanecido na Corte, uma vez que pelo menos uma de suas filhas nasceu lá. O casal José Maria e Francisca tiveram três filhos: Antônio, Alice e Maria José, todos falecidos solteiros⁴⁹¹.

⁴⁸⁷ Comédia Social, Porto Alegre, 1º de dezembro de 1889. Álbum de recortes de jornais sobre a vida do Conselheiro Maciel. Acervo particular de Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler.

⁴⁸⁸ BLAKE, Augusto V. A. S. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. 5º Vol. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1970, p. 40.

⁴⁸⁹ Inventário de Maria Josefa de Castro Moreira, n. 331, m.23. 1851, Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria. APERS.

⁴⁹⁰ Acervo da Arquidiocese de Pelotas Livro 3 – Catedral São Francisco de Paula, janeiro de 1855 a fevereiro de 1863.

⁴⁹¹ BLAKE, Augusto V. A. S. **Dicionário Bibliográfico...** Op. cit. p. 40. Alice, teve seu inventário realizado por Francisco Antunes Maciel em 1907, no qual consta que ela faleceu com 45 anos, na rua Felix da Cunha, número 102, em Pelotas. O documento também afirma que Alice era natural do Rio de Janeiro o que reforça a nossa hipótese de que Francisca tenha morado por algum tempo no Rio de Janeiro depois de se casar. O monte-mor da fortuna que estava concentrada em sua maioria em apólices e ações perfazia o total de 49.698:896 réis. Inventário de Alice Moreira Chaves, n.376, m. 10, 1907. Comarca de Pelotas. 2º Cartório do Cível. APERS.

Não foi possível precisar se, além de Alice, os outros dois filhos do casal estavam vivos na ocasião do segundo casamento de Francisca, treze anos depois dela ter ficado viúva. Em 1876, encontramos Francisca em Pelotas concedendo alforria a uma escrava de nome Clemência com a condição de que esta permanecesse em sua companhia por mais dois anos⁴⁹². Chama a atenção que, neste momento, serviram como testemunhas da concessão desta carta de alforria o irmão Alfredo Gonçalves Moreira e Francisco Antunes Maciel. Este ano era de transformações no que se refere ao patrimônio do Barão de Butuí, pois no final deste mesmo ano falecia o patriarca.

O casamento de Francisco e Francisca, que ocorreu as nove horas da noite do dia 24 de novembro de 1877, foi realizado “nas casas de moradia de D. Francisca de Castro Moreira Chaves”⁴⁹³. Dona Francisca contava já com cerca de 41 anos de idade e Francisco com 30 anos, ou seja aproximadamente 11 anos mais novo.

A cerimônia teve como testemunhas quatro pessoas: Leopoldo e Aníbal Antunes Maciel, respectivamente irmão e primo de Francisco, João Maria Chaves e doutor Joaquim Vieira da Cunha. Este último, cabe destacar, era nascido em Piratini e se estabeleceu em Pelotas após ter se formado em Direito em Coimbra. Joaquim possuía vasta experiência na política, pois havia ocupado a presidência da Assembleia Legislativa em pelo menos cinco oportunidades, dentre as quais algumas na mesma época que Francisco⁴⁹⁴. Também havia sido presidente da Câmara Municipal de Pelotas em 1865⁴⁹⁵.

Francisco e Francisca tiveram três filhos: Dora, Georgina e Francisco Júnior. Este havia nascido em 1881, um ano depois de Francisco ter sido eleito deputado geral pela primeira vez. Posteriormente, foi reeleito em 1881, 1884 e 1886 e este ano com a Câmara dissolvida⁴⁹⁶. Em 1881, foi também o ano em que o pai de Francisco faleceu e, no sétimo

⁴⁹² Tabelionato de Notas do Município de Pelotas. Registro carta de alforria. Livro n. 11, p. 8 verso. Pelotas. APERS.

⁴⁹³ Acervo da Arquidiocese de Pelotas. Catedral São Francisco de Paula. Casamentos. Livro 6 (jun. de 1873 – fev. 1878). Casamento de Francisco Antunes Maciel e Francisca de Castro Moreira Chaves, em 24 nov. 1877, p. 96.

⁴⁹⁴ Conforme o site da Assembleia Legislativa, Joaquim era juiz em Piratini e havia ocupado o cargo de presidente da Assembleia de 15/09/1862 a 16/10/1862; 16/03/1863 a 28/05/1863; 07/11/1866 a 11/01/1867; 16/09/1867 a 06/12/1867; 02/03/1873 a 29/04/1873. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Informa%C3%A7%C3%B5esParlamentares/Presidentes/tabid/3458/Default.aspx>. Acesso em: 18 jan. 2018.

⁴⁹⁵ OSORIO, Fernando. **A cidade de Pelotas**, volume 1, 3ª ed, Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997, p.150.

⁴⁹⁶ Comédia Social. Porto Alegre, 1º de dezembro de 1889. Álbum de recortes de jornais sobre a vida do Conselheiro Maciel. Acervo particular de Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler.

dia d. Leopoldina, os filhos e o genro pediram permissão a Câmara de Pelotas para construir, em terreno pertencente a esta, uma escola municipal para homenagear Eliseu.

Ainda no ano de 1881, em dezembro, a *Gazeta de Notícias* noticiava que “O Dr. Francisco Antunes Maciel, em regozijo de sua eleição, libertou, sem ônus algum, seis escravos, recusando 400\$ que um deles tinha de pecúlio”⁴⁹⁷. Mas Francisco e Francisca em dezembro de 1881 libertaram de uma só vez mais escravos, oito no total. As cartas de alforria nos informam que o casal possuía charqueada neste momento, pois no registro da liberdade do “preto” Afonso consta que este era “de nossa propriedade digo, de nossa charqueada, em atenção a sua exemplar conduta e excelentes serviços”⁴⁹⁸. Entretanto, ao contrário do que se poderia pensar, não se trata da libertação de todos os escravos ou mesmo do fim da charqueada. Posteriormente, encontramos o casal libertando mais três escravos em 20 de janeiro de 1883: Zeferino, pedreiro e carneador; Tomé, preto e carneador, e também Albino, preto e carneador “residente em nossa charqueada a margem esquerda de Pelotas”⁴⁹⁹. Mas estes não eram os últimos escravos, em 06 de setembro de 1884 registrava-se no Rio de Janeiro a liberdade sem ônus do marinheiro Joaquim⁵⁰⁰.

Para além da escravaria que é exposta na documentação, chama a atenção a manutenção dos negócios do casal. Neste sentido concordamos com Vargas quando expõe que,

(...) a ocupação dos cargos de deputado, senador e ministro era, sobretudo, um adendo às práticas sociais e econômicas de famílias da elite, que eram muito mais amplas do que o mundo dos parlamentos e que envolvia diversos grupos sociais. (...) a presença de um filho, sobrinho ou genro no círculo de relações que levava ao parlamento provincial ou geral aumentava, mas não garantia, uma maior segurança para a realização dos seus investimentos econômicos, da manutenção de seu status e prestígio locais e da sua sobrevivência enquanto setor da elite.⁵⁰¹

Sobre os negócios de Francisco não se restringirem a política ou a advocacia, Gutierrez afirma que em 1824, Antônio José de Oliveira Castro, avô de Francisca, havia comprado quatrocentas braças (880m²) de terreno em quadro compreendendo dentro do

⁴⁹⁷ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1881, n.354, p.02. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acessado em: 30 de maio de 2018.

⁴⁹⁸ Tabelação do município de Pelotas. Livro 10, p.42 Junto com Afonso constavam os libertos José Felício, preto, carneador; Antônio Mina, preto, servente; José, servente; Rafael, preto servente; Tomás, preto, carneador; Tito, preto, servente e João, mulato e descamador. Estes escravos aparecem listados em sequência nas páginas 42 e 43.

⁴⁹⁹ Tabelação do município de Pelotas. Livro 04, p.01. APERS.

⁵⁰⁰ Tabelação do município de Pelotas. Livro 15, p.51. APERS. Em Pelotas o registro foi feito em 11 de agosto de 1885. Ao todo encontramos o registro de 12 cartas de liberdade concedidas pelo casal.

⁵⁰¹ VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010, p.29.

mesmo lugar o passo Real e esta propriedade havia passado a herdeiros “vindo a pertencer, depois, ao conselheiro Francisco Antunes Maciel”⁵⁰². Simões Lopes Neto informava que, “Nesta [propriedade] houve também um estaleiro, que além de barcos pequenos construiu um de – barra-fora -, o brigue ‘São Bartolomeu da Esperança’⁵⁰³. Conforme Gutierrez, em 1898, havia a menção no inventário do barão do Jarau a delimitação da propriedade deste com “o terreno do conselheiro Francisco Antunes Maciel (comprador da charqueada do Castro) (...)”⁵⁰⁴. Desta forma, é possível que Francisco e Francisca tenham mantido charqueada durante algum tempo, sobretudo se levarmos em consideração que o casamento deles ocorreu não só após a morte do pai de Francisca - José Antônio faleceu em 1876 – mas também era recente a morte do primeiro sogro de José Antônio – Comendador Antônio José de Oliveira Castro em 1874 – e, portanto, este, sendo avô de Francisca provavelmente legou bens à neta. Cabe destacar que o Comendador era um dos homens economicamente mais bem sucedidos da primeira metade dos oitocentos em Pelotas⁵⁰⁵.

4.2 Conselheiro Maciel: o ministro dos negócios do Império

O ano de 1883 foi de grande projeção para Francisco que assumiu como ministro do Império. O Gabinete de 24 de Maio de 1883 era divulgado pelo *Jornal do Comércio* em sua primeira página:

O ministério
O novo gabinete ficou assim organizado:
Presidente do conselho e ministro da fazenda, senador Lafayette Rodrigues Pereira.
Ministro do Império, deputado Francisco Antunes Maciel.
Ministro da Justiça, deputado Francisco Prisco de Souza Paraizo.
Ministro de estrangeiros, senador Francisco de Carvalho Soares Brandão.
Ministro da marinha, deputado Antonio de Almeida Oliveira.
Ministro da guerra, deputado Antonio Joaquim Rodrigues Júnior.
Ministro da agricultura, deputado Afonso Augusto Moreira Penna.

⁵⁰² GUTIERREZ, Ester, J. B. **Negros, charqueadas & olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. 3ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011, p.131.

⁵⁰³ LOPES NETO, 1911, p.114 *apud* GUTIERREZ, op. cit., p.131.

⁵⁰⁴ GUTIERREZ, op. cit., p.128.

⁵⁰⁵ De acordo com Vargas, o Comendador Antônio José de Oliveira Castro estava matriculado na praça do Rio de Janeiro como negociante de grosso trato desde 1816. Na avaliação de seus bens, em 1848, apresentava o maior patrimônio e plantel de escravos de Pelotas na primeira metade do século XIX. VARGAS, Jonas M. “Os barões do charque e suas fortunas”. Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016, p.47.

Esta pasta ocupada por Francisco tem sua origem no reinado de d. João V que, por meio de alvará de 1736, reorganizava a administração lusa e criava entre as secretarias a dos Negócios Interiores do Reino⁵⁰⁷. Esta antiguidade, para Sá Netto, já revela a importância desta Secretaria e até mesmo sua primazia frente as demais pastas. Entretanto, ela teve suas funções alteradas ao longo do tempo, mas é possível afirmar que, dela, se originaram as principais atribuições da administração. Sua nomenclatura também passou por mudanças até que, no Brasil, após 1823, vai se chamar Secretaria de Estado dos Negócios do Império, e a parte de “Estrangeiros” será separada para compor outro ministério.

O papel desta Secretaria na construção do Estado imperial chegou a compreender ações como “o levantamento da população, através da organização do registro civil, dos recenseamentos e da regulamentação dos direitos dos estrangeiros; a saúde pública; a educação; a regulamentação das profissões; a organização das eleições; o fomento das atividades econômicas; a catequese dos índios e a colonização [esta foi retirada em 1861]”⁵⁰⁸. Este Ministério também foi responsável pela criação do primeiro Arquivo Público do Império (1838) que depois viria a ser o Arquivo Nacional e mantinha vigilância estrita das atividades do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro “conservando suas competências sobre esta matéria durante todo o período imperial”⁵⁰⁹.

Sá Netto expõe ainda que “(...) no papel de agente civilizador, a Secretaria de Estado dos Negócios do Império teve na educação um campo privilegiado para a atuação, sendo esta uma preocupação recorrente entre os titulares da pasta”⁵¹⁰. Nos relatórios ministeriais, a instrução é tratada com requisito primordial para o sucesso da civilização do Brasil, e esta é a tônica do relatório do Conselheiro Maciel.

⁵⁰⁶ Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 25 de maio de 1883, n.144, p.01. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 22 de jun. 2018.

⁵⁰⁷ Com a transferência da monarquia para o Brasil em 1808 passou a chamar-se Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e, posteriormente, Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros. Com a Independência recebeu o nome de Secretaria de Estado dos Negócios do Império e Estrangeiros. SÁ NETTO, Rodrigo de. A Secretaria de Estado dos Negócios do Império (1823-1891). **Cadernos Mapa**; 5 Memória da Administração Pública Brasileira. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

⁵⁰⁸ SÁ NETTO, op. cit., p.13.

⁵⁰⁹ Ibid, p.16.

⁵¹⁰ SÁ NETTO,op. cit., p.15.

O relatório do ano de 1883, elaborado pelo Ministro Francisco e apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 4ª sessão da 18ª legislatura, foi publicado em 1884⁵¹¹. Como os relatórios anteriores, seguia uma estrutura fixa e tinha pouco mais de uma centena de páginas, as quais se somavam tabelas e anexos. O Conselheiro tratava de uma série de tópicos que iniciavam pela família imperial, conselho de estado, assembleias provinciais e passavam a se deter na instrução pública nos diferentes níveis, institutos, negócios eclesiásticos, saúde pública, estabelecimentos de caridade, etc. Dentre estes, os itens que mais receberam “subitens” foram a instrução superior e a saúde pública em que as condições sanitárias ganharam destaque. A respeito das instituições de ensino superior havia uma regulação não só quanto ao funcionamento, mas acerca do número de estudantes, gastos e observações comparando a instrução no Brasil e na Europa.

As páginas do *Jornal do Comércio* noticiam com frequência as ações do Conselheiro. Tratava-se de questões referentes ao ensino, normas regulando o funcionamento das faculdades, escolas, questões sanitárias do Rio de Janeiro e dentre estas últimas, o combate a varíola. Em maio de 1885, Francisco colocava em pauta um projeto composto de 31 artigos que instituía o Casamento Civil facultativo⁵¹².

Entretanto, o assunto mais polêmico no qual se envolveu o Conselheiro Maciel dizia respeito a desapropriação de bens das ordens religiosas. O decreto punha em execução a lei de 28 de junho de 1870 e foi debatido com assiduidade pela imprensa. Críticas e elogios a posição do Conselheiro dividiam as páginas dos jornais cariocas. Publicava a *Gazeta de Notícias* que,

O Sr. Maciel neste momento não está sentado precisamente sobre uma macia poltrona de doces molas.

De fato, o Sr. bispo Lacerda e mais o Sr. D. Abade de S. Bento e mais outro dignos representantes dos frades e freiras, proprietários dos terrenos por desapropriar, fazem neste momento preces religiosas e citações forenses, cada qual prece e cada qual citação mais fervorosa e mais jurídica.⁵¹³

⁵¹¹ Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 4ª Sessão da 18ª Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Francisco Antunes Maciel. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1884. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1750/000001.html>. Acesso em: 10 ago. 2018. Agradeço ao prof. Adhemar Lourenço Júnior pela referência.

⁵¹² *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 07 de junho 1885, n.158, p.02. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 30 mai. 2018.

⁵¹³ *Gazeta de Notícias*, 24 de fevereiro de 1884. Álbum de recortes de jornais sobre a vida do Conselheiro Maciel. Acervo particular de Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler.

Ainda que sem maiores referências a participação de Francisco junto às lojas maçônicas, o seu contato com a maçonaria em São Paulo ficou bastante evidenciado. Com relação a atuação política de Francisco neste assunto, retomamos Colussi quando expõe que entre as pautas comuns aos maçons na Assembleia Provincial estava a defesa intransigente da secularização da sociedade brasileira e a defesa do voto dos acatólicos. Conforme a autora, a repercussão da questão dos bispos, que teve início em 1872, constituiu-se em momento decisivo na opção dos maçons pelo partido liberal, “(...) somente quando as questões político-partidárias envolviam o tema Igreja Católica é que se percebem posicionamentos maçônicos mais visíveis e uniformes”⁵¹⁴. Neste mesmo ano, 1884, conforme a *Gazeta de Notícias* “S. M. o Imperador concedeu permissão ao Sr. Conselheiro Maciel, ministro do império, para usar das insígnias de oficial da Legião de Honra, com que foi agraciado pelo presidente da república francesa”⁵¹⁵. De acordo com o *Diário de Pelotas*, este grau de oficial havia sido concedido em função do “projeto de conversão dos bens das ordens religiosas”, luta que durou até a queda do gabinete⁵¹⁶.

No que diz respeito à vida na Corte, em fevereiro de 1884, Francisca e Francisco se encontravam em Petrópolis prestigiando o baile de inauguração do Palácio de Cristal⁵¹⁷ e, em maio de 1884, o conselheiro participava ao lado da família real e demais autoridades administrativas e eclesiásticas da cerimônia de colocação da pedra fundamental onde seria erguida a Igreja Matriz de Petrópolis⁵¹⁸. Provavelmente a família passava uma temporada na região serrana, assim como a família Bragança, já que o Conselheiro era sócio da Sociedade de Concertos Clássicos de Petrópolis no ano de 1884⁵¹⁹.

O casal participava de quermesses, sociedades e também se revezava nas visitas que tinham como objetivo cumprimentar D. Pedro II. Francisco nesta época se deslocava

⁵¹⁴ COLUSSI, op. cit., p.199. Conforme a autora, se no nível nacional a maçonaria em sua vertente mais radical acabou por assumir e conduzir o movimento republicano, o mesmo não ocorreu no Rio Grande do Sul, pois aqui a organização republicana aconteceu após 1880 em clubes e partido.

⁵¹⁵ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro de 11 de fevereiro de 1884, n.2, p.01 Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acessado em: 30 de maio de 2018.

⁵¹⁶ *Diário de Pelotas*, 30 de setembro de 1886. Álbum de recortes de jornais sobre a vida do Conselheiro Maciel. Acervo particular de Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler.

⁵¹⁷ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 1884, n.36, p. 01. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acessado em março de 2018.

⁵¹⁸ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 19 de maio de 1884, n.139, p.01. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acessado em março de 2018.

⁵¹⁹ STOCKLER, Beth. **Chiquinha & Eu**: Reinventando o passado. Barbacena: Gráfica e Editora Cidade de Barbacena, 2012.

até a Praça da Constituição número 63, local onde funcionava Secretaria de Estado dos Negócios do Império⁵²⁰.

As chegadas de Francisco em Pelotas, bem como os resultados das eleições no Rio Grande do Sul, eram informados no Rio de Janeiro uma vez que havia uma intensa circulação de notícias de Pelotas nos jornais cariocas como *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Comércio* que, com relativa frequência, citavam o jornal *Diário de Pelotas* e vice versa. Assim, a *Gazeta de Notícias* tratava, inclusive que “O Dr. Fernando Osorio dirigiu uma circular aos dissidentes liberais, pedindo-lhes que votassem no Dr. Silva Tavares, para derrotar o Sr. Conselheiro Maciel”⁵²¹.

Além das matérias referentes à política nas quais é possível encontrar o Conselheiro, também o “Movimento do Porto”, coluna do jornal, informava acerca da circulação de Francisco e dos demais liberais que viajavam com ele, como o próprio Silveira Martins. Assim, em outubro de 1884, Francisco embarcava no paquete Rio Pardo em direção a Porto Alegre. É provável que Francisca já estivesse em Pelotas, uma vez que não há menção a sua presença na notícia.

Nas eleições realizadas no dia 12 de setembro daquele ano Francisco havia sido eleito pelo quarto círculo e o jornal *Correio Mercantil* de Pelotas trazia em sua coluna “Assuntos do dia” o telegrama enviado pelo conselheiro a seu irmão Leopoldo.

Do Ministro do Império ao Dr. Leopoldo Maciel.

Rogo-lhe de assegurar aos que me honraram com seus esforços e votos que minha gratidão pessoal será igual ao empenho com que me manterei no dever que me tenho imposto de inspirar-me nas justas aspirações sociais colhendo dele as recompensas incomparáveis de vitórias como a que ontem elevou-me.
– F. A. Maciel.⁵²²

Este telegrama deixa a mostra as articulações locais que eram tecidas na base da própria família com vistas a alcançar a vitória nos pleitos eleitorais. Francisco poderia ter enviado telegrama ao partido ou diretamente à seus eleitores, mas ele opta por Leopoldo, seu irmão, como o seu “encarregado” para intermediar seu agradecimento. Além disso, na

⁵²⁰ Conforme Sá Netto, a Secretaria após ter passado por diferentes lugares como a rua do Passeio e a rua da Guarda Velha (atual rua Primeiro de Março), em 1877 havia mudado para a Praça da Constituição onde permaneceu até 1889. SÁ NETTO, op cit., p.13.

⁵²¹ *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1884, n.356, p.01. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acessado em: 30 de maio de 2018.

⁵²² *Jornal Correio Mercantil*. Pelotas, 14 de setembro de 1884. Álbum de recortes de jornais sobre a vida do Conselheiro Maciel. Acervo particular de Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler.

sequência do telegrama recebido por Leopoldo vinham as referências à telegramas enviados ao Rio pelas diretorias da Praça do Comércio⁵²³ e da Beneficência Portuguesa felicitando o conselheiro e, por fim, o telegrama do ministro Afonso Pena: “Do Ministério da Agricultura ao Dr. Leopoldo Maciel. Parabéns pelo esplendido triunfo de 12 de setembro. Afonso Pena”. Afonso Pena era qualificado pelo jornal como aquele “que em todos seus atos tem se revelado um verdadeiro amigo dos direitos e do progresso desta localidade, enviou [...] telegrama de felicitações a ilustre família Maciel”⁵²⁴. Novamente Leopoldo era o destinatário, e parecia centralizar a um só tempo a relação com os eleitores do partido – atribuição de seu irmão – e também a chefia de sua família – atribuída desde fora. Como tratamos no capítulo anterior, em 1884, Leopoldo se envolvia com a criação do Centro Abolicionista e saudava os “Pelotenses pela maneira sensata e criteriosa pela qual resolveram, pacificamente, a incandescente e difícil questão da emancipação dos escravos”⁵²⁵. O Barão de São Luiz não era o único a deixar um pequeno texto acerca daquele momento, Francisco também escrevia que

O malfadado domínio do homem sobre o homem, foi um direito que a população pelotense extinguiu em seu município.
Os frutos da liberdade de seis mil personalidades resgatadas aos martírios da escravidão, hão de compensar fartamente os sacrifícios hoje realizados para extirpa-la.
*Conselheiro F. Maciel.*⁵²⁶

Nos primeiros dias do ano de 1885, os jornais *Correio Mercantil* e *Diário de Pelotas* levavam a seus leitores considerações acerca da atuação de Francisco nos anos anteriores. Desculpavam sua falta de êxito na “criação de uma estação fiscal na altura dos créditos do lugar e das exigências de seu comércio” afinal “neste país tudo depende das influências políticas e tudo se resolve pelas paixões individuais”⁵²⁷. Já o *Diário de Pelotas* com uma coluna intitulada “Um olhar ao passado”, embora negasse já na primeira linha fazer um retrospecto, era exatamente isso que fazia. Destacava que o sul da província “Viu iniciada a questão do elemento servil, no município de Pelotas levada a cabo a

⁵²³ Assinavam Heleodoro de Azevedo Souza Filho, presidente - Benito Maurel Filho, vice-presidente - Antonio Francisco da Rocha, secretário, - Lucio Lopes dos Santos, tesoureiro e, em seguida os diretores.

⁵²⁴ Jornal *Correio Mercantil*. Pelotas, 14 de setembro de 1884. Álbum de recortes de jornais sobre a vida do Conselheiro Maciel. Acervo particular de Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler.

⁵²⁵ Jornal *Dezesseis de Outubro*. Pelotas, 16 de outubro de 1884. p.02 Este jornal era uma edição especial destinado a solenizar a libertação do município de Pelotas pelo Centro Abolicionista. Seu conteúdo constituía-se de textos assinados por homens ilustres da cidade. Centro de Documentação e Obras Raras da Biblioteca Pública Pelotense. Fundo: Escravidão ESC-002, Série: Club Abolicionista.

⁵²⁶ Jornal *Dezesseis de Outubro*. Pelotas, 16 de outubro de 1884. p.03.

⁵²⁷ Jornal *Correio Mercantil*. Pelotas, 09 de janeiro de 1885. Álbum de recortes de jornais sobre a vida do Conselheiro Maciel. Acervo particular de Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler.

esforços de todos sob a direção do patriótico cidadão o Exmo. Sr. barão de S. Luiz”, também presenciou o início da desobstrução da barra da província, a conclusão da estrada de ferro de Rio Grande a Bagé, a conclusão da linha telegráfica de Dom Pedrito e a descriminação das terras devolutas da Serra dos Tapes, a fim de colonizar as terras. E ainda, “Viu os trabalhos iniciados da Imperial Escola Agrônômica e Veterinária, única em seu gênero, em todo o Sul da América, e que dentro em pouco tempo principiará a funcionar”⁵²⁸.

Porém, o Álbum de recortes de jornais que pertencia à família trazia apenas a imprensa simpatizante aos liberais e, particularmente à atuação do Conselheiro, deixando de fora a imprensa conservadora ou a que pertencia aos liberais dissidentes. Os conservadores, por meio do jornal *A Nação*, expressavam crítica ao jornal *Diário de Pelotas* acusando-o de cobrir “a candidatura Maciel com a bandeira do alfandegamento”. De acordo com eles, ainda que o Conselheiro tivesse a pretensão de lutar pela alfândega não conseguiria obter porque a isso se oporia Lafayette e, Maciel não se arriscaria a perder o apoio dos “mais notáveis chefes do partido liberal” e que eram “adversos abertamente as pretensões de Pelotas”. Questionavam ainda o que o Conselheiro havia feito pelo 4º círculo e pela Província em 14 meses de governo. A eleição anterior, de acordo com *A Nação*, havia sido manipulada pela intriga e pela mentira:

Vieram telegramas falsos dando á como decretada a alfandega; os íntimos do ex-ministro propalaram que o decreto havia dias e que estava na algibeira do Sr. Conselheiro Maciel (...); em Bagé deportava-se a oficialidade que não votava no ministro; a pressão por toda a parte, mudança de autoridades policiais, promessas de postos na guarda nacional de empregos, tudo foi utilizado em favor da candidatura oficial.⁵²⁹

Assim, o jornal tentava convencer seus leitores de que, se Francisco não havia feito enquanto “tinha a faca e o queijo na mão, muito menos o poderá agora, que voltou a antiga condição de cidadão Antunes, como ironicamente dizia o Sr. Ferreira Vianna.” Referia-se ao cargo de Ministro que Francisco havia ocupado anteriormente, além disso dizia que, o que ele queria era “uma coroa de visconde para ornar a frente do seu palacete”. A

⁵²⁸ Diário de Pelotas. Pelotas, 01 de janeiro de 1885. Álbum de recortes de jornais sobre a vida do Conselheiro Maciel. Acervo particular de Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler.

⁵²⁹ *A Nação*. Pelotas, 07 de janeiro de 1885, n.225, p.01. O jornal expunha ainda que: “(...) o Sr. Dr. Diana, representante dos interesses do Rio Grande, que no desempenho do seu mandato lançou do parlamento a acusação de contrabandista ao comercio de Pelotas; e o Sr. Salcedo, que abandonou o seu jornal, que abandonou a sua cadeira na deputação provincial, que abandonou todos os seus interesses, para ir a corte escrever contra o comercio de Pelotas e contra a nossa pretensão a uma alfandega, - porque, dizia ele, esta cidade era habitada por contrabandistas; que em ambas as margens do S. Gonçalo faz-se o contrabando as escacaras, atravessando os navios no rio e descarregando pela popa e pela proa, etc.”

referência aos títulos de nobreza apareceria novamente no dia seguinte: “Pois que tem a legitimidade das aspirações desta praça com os interesses particulares do Sr. Conselheiro Maciel e dos barões da nova fornada?”⁵³⁰. Desta forma, utilizando como argumento a ausência da alfândega *A Nação* pedia votos para seu candidato Francisco da Silva Tavares nas eleições para deputado a assembleia geral que ocorreriam no dia 09 de janeiro.

O ano de 1885 iniciava-se com certo alvoroço na cidade de Pelotas, uma vez que a Princesa Isabel chegava com filhos e comitiva para passar alguns dias na cidade. Noticiava o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro por meio de seu correspondente que:

Desde 8 horas da manhã era difícil o trânsito pela praça Domingos Rodrigues, próxima ao trapiche de desembarque, tal era a aglomeração de carros, nos quais se viam senhoras que esperavam a chegada do vapor. O mesmo acontecia no trapiche, onde se achavam 45 meninas do colégio Acácia e de outro colégio, grande número de senhoras, a cuja frente se sai a Sra. D. Francisca Maciel, esposa do conselheiro Maciel, representantes de várias classes, vereadores e outros cidadãos importantes desta cidade (...) ⁵³¹

O destaque dado ao nome Francisca era acompanhado apenas do nonagenário Visconde de Piratini que, mais uma vez, hospedava a família imperial em suas visitas a Pelotas. Essa referência a ela sugere o reconhecimento por parte do correspondente, bem como a proximidade de Francisca com a Corte. Esta visita da Princesa Isabel à “Princesa do Sul”⁵³² foi minuciosamente descrita na imprensa tanto local e também na imprensa da Corte. Desta forma, é possível saber que a Princesa, dentre seus passeios, esteve duas vezes na residência dos Antunes Maciel, na chácara dos Barões de Três Serros.

Francisca e os demais Antunes Maciel se revezaram no acompanhamento da Princesa em sua visita uma vez que Francisco chegava no Rio de Janeiro no dia nove de fevereiro juntamente com o senador e conselheiro Gaspar Silveira Martins, Dr. Eleutério Camargo, coronel Joaquim Pedro Salgado, Dr. Joaquim Pedro Soares, Dr. Francisco da Silva Tavares e Dr. José Francisco Diana⁵³³:

Às 5 ½ acompanhada pelo seu veador, o conselheiro Sr. Andrade Pinto, BARoneza de Suruhy e suas filhas, o distinto cavalheiro Dr. Ramiz Galvão, preceptor dos augustos príncipes D. Pero e D. Luiz, Mr. Stoll, professor de esgrima, Domingos e Miguel Ribas, bem como pela Exma. Sra. D. Francisca

⁵³⁰ *A Nação*. Pelotas, 08 de janeiro de 1885, n.226, p.01.

⁵³¹ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1885, n.47, p.01. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acessado em junho de 2018.

⁵³² Princesa do Sul era a denominação dada a Pelotas.

⁵³³ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1885, n.41, p.01. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acessado em março de 2018.

Moreira Maciel, esposa do Sr. Conselheiro Maciel, dirigiu-se ao Parque Pelotense⁵³⁴.

No dia 24 de fevereiro, com a chegada do Conde d'Eu, era oferecido um baile nos salões do paço municipal. A imprensa informava que a “concurrência era numerosa, tanto de senhoras como de cavalheiros, havendo toiletts de um gosto admirável. Estava representada a sociedade pelotense em tudo quanto possui de mais grado e respeitável”⁵³⁵. Entre “os mais respeitáveis” estavam a Baronesa e o Barão de Arroio Grande e Francisca Moreira Maciel que dançou com Dr. Pessoa de Mello – juiz de direito da comarca – e também o Dr. Campello. Desta maneira, Francisca representava o marido, participando ativamente das atividades comemorativas à passagem da Princesa pela cidade.

Mas o clima não era apenas de festa, pois os horizontes políticos estavam carregados no ano de 1885 e Francisco chamava para uma reunião

Reuniram-se ontem 42 deputados liberais na residência do Sr. Conselheiro Maciel, para deliberarem acerca do procedimento a seguir em face dos últimos acontecimentos políticos. Aclamado presidente, disse o Sr. Conselheiro Maciel que, estando unido o partido e patente a grande maioria adversa ao governo, convinha tomar-se na reunião uma decisão comum⁵³⁶.

Neste mesmo ano encontramos Francisco se desfazendo de seu palacete no Rio de Janeiro e colocando seus bens em leilão:

M. S. Pinto
Autorizado pelo Exm. Sr. conselheiro Francisco Antunes Maciel
Fará
Leilão
Dos seus belos e excelentes
Móveis
Existentes no lindo
Palacete
Em que residiu o mesmo cavalheiro
159 Largo do Valdetaro 159
Quinta-feira, 15 do corrente
As 4 horas da tarde⁵³⁷

⁵³⁴ ABUCHAIM, Vera R.; BETEMPS, Leandro R. (Orgs.). A visita da Princesa 1885. **Cadernos do IGHP**. 2ª ed. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária da UFPel, 2011, p.16. De acordo com o Caderno esta notícia havia sido publicada pelo jornal Correio Mercantil de 10 de fevereiro de 1885.

⁵³⁵ Ibid, p.37. Notícia do Correio Mercantil de 24 de fevereiro de 1885.

⁵³⁶ Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1885, n. 238, p.01. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acessado em junho de 2018.

⁵³⁷ Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1885, n.283, p.05. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acessado em junho de 2018.

O anúncio informava que o leilão era composto por “objetos escolhidos com gosto e tato, está convidando concorrentes de toda a pretensão, oferecendo uma bela vista e risonho passeio no referido palacete, onde verão além dos belos móveis, livros, finíssimos cristais, belas porcelanas, alfaias, ornatos, piano, landau, arreios, prata de lei, vinhos capitais”⁵³⁸. Entre os móveis havia uma mobília para salão, duas ditas de fantasia para gabinete, uma dita austríaca, uma dita de carvalho para sala de jantar, uma dita de érable para quarto, móveis para boudour, cadeiras e mesas. Dentre os ornatos e alfaias haviam cortinas, espelhos, tapetes, quadros, etc. “Os vinhos são do quanto há de melhor” “O carro está muito bem conservado com seus arreios”. “Em suma, o que não é ótimo, é bom, nada é desprezível”⁵³⁹. Entretanto, Francisco e Francisca não aguardam a realização do leilão para se retirarem da Corte e os encontramos embarcando segunda-feira, dia 12, no Pacote Rio Grande que fazia “Montevidéo e escalas” juntamente com os “5 filhos e 4 criados”⁵⁴⁰.

No dia do leilão, duas colunas do jornal eram ocupadas pelo leiloeiro com a descrição de 240 itens do palacete do Conselheiro. Este número era nada menos do que duas vezes o número de itens de outro leiloeiro - A. Costa - que também fazia propaganda dos bens de uma “importante família” que se retirava da Corte. Francisco e Francisca vendiam tudo, inclusive uma biblioteca bastante considerável a julgar pelo número de títulos. Desta forma, é possível ter uma ideia de como morava e mesmo do que havia na biblioteca de um Conselheiro do Império no final do século XIX. Em seu gabinete era possível encontrar obras de direito financeiro brasileiro, apontamentos jurídicos, código comercial, livros sobre a Guerra do Paraguai, história de Napoleão, política indiana, história do México, história do Brasil, geografia geral, medicina doméstica, obras de Cervantes, Molière e Rousseau dentre mais de cem itens listados pelo leiloeiro.

Entretanto, passados pouco mais de um mês, a imprensa catarinense publicava um telegrama do Diretório central do partido informando que Francisco seria candidato da

⁵³⁸ Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1885, n.283, p.05. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acessado em junho de 2018.

⁵³⁹ Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1885, n.283, p.05. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acessado em junho de 2018.

⁵⁴⁰ Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1885, n.285, p.04. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acessado em junho de 2018.

província para deputado geral. Junto ao telegrama que ganhava destaque em letras maiores, o texto expunha que:

O Sr. conselheiro Maciel não disputa a nenhum catarinense a cadeira de representante pelo 1º distrito, esta lhe foi oferecida espontaneamente depois de terem desistido os eminentes catarinenses conselheiro Silveira de Souza e Dr. Paranhos Schutel. S. Ex. é tão legítimo candidato atualmente como qualquer desses nossos patrícios, havendo perfeita identidade de interesses entre esta província e a de S. Pedro do Sul, quer considerada quanto á viação férrea, quer quanto a imigração e outros serviços⁵⁴¹.

Francisco escreve aos eleitores do quarto distrito com a intenção de afiançar que, caso fosse vitorioso nos dois distritos, não deixar de se empenhar na luta por ambos⁵⁴².

Ao analisar a trajetória política do grupo de 169 deputados provinciais do Rio Grande do Sul entre os anos de 1868 e 1889, Vargas aponta que mais da metade, 90, tiveram apenas um mandato e, apenas 10 políticos passaram de cinco mandatos cada um. Destes 10 políticos, 6 eram também deputados-gerais e, alguns do Grupo dos 12 como Francisco. Desta forma, o autor evidencia que a Assembleia Provincial era composta por homens que acumulavam mandatos na Corte, ou seja, o poder se concentrava nas mãos de poucos⁵⁴³, dentre estas mãos estavam os Antunes Maciel que como se pode observar acabaram por ganhar projeção também em outras províncias.

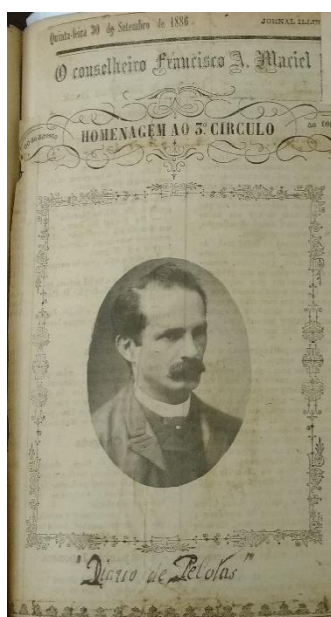
A imprensa simpatizante aos liberais, todos os anos, por ocasião do aniversário de Francisco em outubro, costumava fazer algum tipo de homenagem publicando sua trajetória que poderia vir acompanhada de uma fotografia ou desenho do conselheiro, como se pode ver na próxima figura:

⁵⁴¹ Jornal Regeneração. Desterro, 1º de dezembro de 1885. Álbum de recortes de jornais sobre a vida do Conselheiro Maciel. Acervo particular de Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler.

⁵⁴² Diário de Pelotas. Pelotas, 01 de janeiro de 1886, n.01, p.01. Francisco era candidato naquele pleito pelo 4º distrito do Rio Grande do Sul, como dito anteriormente, e pelo 1º distrito de Santa Catarina.

⁵⁴³ VARGAS, Jonas M. **Entre a Paróquia e a Corte...** Op. Cit. p.95

Figura 8 – Fotografia do Conselheiro Maciel



Fonte: Diário de Pelotas. Pelotas, 30 de setembro de 1886. Acervo particular de Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler.

Em geral reproduzia sua ascendência – pertencimento familiar -, formação inicial, estudos em São Paulo e o incidente que havia feito com que se dirigisse a Montevideu para obter diploma, e, em seguida, aponta seus cargos políticos. No ano de 1886 Francisco não vencerá o pleito e as notícias acusarão fraude, mas a imprensa continuará a falar na família, mas desta vez ocupam as páginas a Escola Eliseu Maciel.

O Nacional, no dia do aniversário do Conselheiro em 29 de outubro de 1889 mencionava que, em homenagem ao aniversariante, o Club Liberal havia “içado o seu pavilhão” durante todo o dia. A nota informava ainda que Francisco era, neste momento, o “digno presidente” da Escola Eliseu Maciel⁵⁴⁴. No dia seguinte, o mesmo jornal informava que o Conselheiro Maciel embarcaria dia 31 no paquete Rio Pardo para a Corte a fim de tomar parte nos trabalhos da câmara temporária⁵⁴⁵. Esta informação nos remete aos instantes finais do regime monárquico brasileiro e onde estaria Francisco durante a Proclamação da República. A “nota” escrita em letra caprichada - provavelmente a bico de pena- e português antigo ao lado deste recorte do jornal existente no Álbum da família esclarecia que “Estava o Conselheiro F. A. Maciel, em viagem, quando foi proclamada a

⁵⁴⁴ *O Nacional*. Pelotas, 29 de outubro de 1889. Álbum de recortes de jornais sobre a vida do Conselheiro Maciel. Acervo particular de Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler.

⁵⁴⁵ *O Nacional*. Pelotas, 30 de outubro de 1889. Álbum de recortes de jornais sobre a vida do Conselheiro Maciel. Acervo particular de Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler.

República. Não prosseguiu até o Rio, voltando para Pelotas⁵⁴⁶. Desta forma, as anotações feitas no Álbum por sua filha Dora, tal como está exposta acima, visavam suprir lacunas acerca da vida de Francisco. Mas a vida contada, narrada no Álbum quase que exclusivamente por meio da imprensa, se referia a trajetória política apoiada com anotações somente quando os jornais não concediam coerência ou inteligibilidade à ela⁵⁴⁷.

As informações sobre Francisco neste período são escassas, sabe-se que em 1890 *O Nacional* informava em um texto sobre o Conselheiro que ele era o chefe de redação do jornal⁵⁴⁸ que por sua vez refere-se a instalação da República no ano anterior como “A revolta de 15 de Novembro trouxe um bem consigo: foi uma grande provação imposta ao país. A ela sucumbiu quase toda a nação; muitos, porém, souberam resistir-lhe e conservaram-se tão fortes e ativos como dantes⁵⁴⁹. Obviamente que, para o jornal este era o caso do Conselheiro: “Poucas são ainda hoje o que foram ontem, havendo-as a calma e a retidão preservado da ruína geral. Deste número, e das mais nobres, é o conselheiro Francisco Antunes Maciel⁵⁵⁰.”

Em 1892, Francisco aparecia com Silveira Martins constituindo chapa da convenção do Partido Republicano Federal⁵⁵¹ mas, em maio, uma transcrição do *Diário do Rio Grande* expunha que o conselheiro havia se aliado à facção cassalista, porém que, tendo ouvido seus amigos, Francisco tinha decidido se retirar “a vida privada, abandonando a vida política⁵⁵².”

O presidente Floriano Peixoto havia passado o governo do Estado ao Visconde de Pelotas e as decisões políticas deste tanto visavam manter os cargos dos funcionários que não haviam pedido demissão quanto tratava das substituições. O “partido cassalista” para “deputados a convecção” indicava o nome de Arthur Antunes Maciel e conforme o *Jornal*

⁵⁴⁶ Álbum de recortes de jornais sobre a vida do Conselheiro Maciel. Acervo particular de Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler.

⁵⁴⁷ Para as discussões acerca da escrita de si, álbuns, diários, cartas e demais documentos e arquivos pessoais, sobretudo como de políticos como o Francisco ver GOMES, Ângela de Castro. (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

⁵⁴⁸ *O Nacional*. Pelotas, 29 de outubro de 1890. Álbum de recortes de jornais sobre a vida do Conselheiro Maciel. Acervo particular de Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler.

⁵⁴⁹ *O Nacional*. Pelotas, 29 de outubro de 1890. Álbum de recortes de jornais sobre a vida do Conselheiro Maciel. Acervo particular de Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler.

⁵⁵⁰ *O Nacional*. Pelotas, 29 de outubro de 1890. Álbum de recortes de jornais sobre a vida do Conselheiro Maciel. Acervo particular de Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler.

⁵⁵¹ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 26 de abril de 1892, n.115, p.01. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acessado em junho de 2018.

⁵⁵² *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 21 de maio de 1892, n.141, p.01. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acessado em junho de 2018.

do *Comércio*, havia ocorrido uma reunião do Partido Federal, em Pelotas, no dia cinco, e sobre a qual o jornal copiava as informações do *Nacional*. Entre o que foi divulgado no Rio de Janeiro estava que no edifício daquela folha (*O Nacional*) havia se dado a reunião e que o Barão de São Luiz havia apontado a necessidade de um acordo entre os grupos revolucionários. O conselheiro Maciel declarava que não aceitaria ser candidato e que “estava resolvido a retrair a sua atividade política aos limites rigorosos, em que a exercem todos os cidadãos, sem pretensões a cargos de eleição popular”⁵⁵³.

A imprensa fluminense, como era de costume, publicava em sua primeira página nas notas relativas às províncias do Império. Dentre estas, o *Jornal do Comércio* noticiava que havia chegado do Rio Grande do Sul o sr. Barão de Santos Abreu “umas das muitas vítimas da atual situação daquele Estado. Trouxe unicamente a roupa que vestia, é tudo quanto basta para que se avalie o modo porque foi obrigado o sr. Barão de Santos Abreu a deixar sua terra, que parece hoje ter por lei o arbítrio e prepotência.”⁵⁵⁴. A notícia seguia expondo que o Barão de idade bastante avançada e “alheio as lutas políticas” era pessoa de muito prestígio, bastante considerada no Estado, e que se tratava de irmão do contra-almirante Abreu, ex-deputado pelo Rio Grande, e “amigo íntimo do Sr. Conselheiro Maciel, um dos chefes do partido contrário ao que atualmente domina o Estado”⁵⁵⁵. Segundo o jornal “Esta simples amizade é o móvel de todas as perseguições que sofreu, talvez porque não pudessem ser dirigidas diretamente contra o Sr. conselheiro Maciel que se acha atualmente na sua estância no Estado Oriental”⁵⁵⁶. Em seguida, o jornal passa a narrar com todos os detalhes e em longa coluna a fuga do Barão de Pelotas a Rio Grande e de lá até o Rio de Janeiro. Conforme a narrativa do Barão, reproduzida no jornal, a emigração do Estado estava se fazendo em “grandes massas” de maneira que não havia lugar nos vapores que de lá partiam: “Em Santa Catarina é quase impossível encontrar-se cômodos nos hotéis; para São Paulo, para esta Capital e para o Estado Oriental, tem-se formado ultimamente uma verdadeira corrente emigratória (...)”⁵⁵⁷.

⁵⁵³ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 22 de junho de 1892, n.173, p.01. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acessado em junho de 2018.

⁵⁵⁴ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1892, n.326, p.01. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acessado em junho de 2018.

⁵⁵⁵ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1892, n.326, p.01. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acessado em junho de 2018.

⁵⁵⁶ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1892, n.326, p.01. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acessado em junho de 2018.

⁵⁵⁷ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1892, n.326, p.01. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acessado em junho de 2018.

Neste período em que o Estado está convulsionado pela Revolução Federalista, Francisco muito provavelmente está residindo no Estado Oriental, de forma que a imprensa carioca trata apenas em 1896 sobre a partida dele de Pelotas em 2 de setembro, seguindo no paquete Santos para a Capital, juntamente com Silveira Martins, Dr. Seabra e o Coronel Joaquim Pedro Salgado. O Conselheiro Maciel, conforme o jornal, trataria de negócios particulares e iria se demorar na capital⁵⁵⁸.

Anunciava-se neste mesmo ano, no *Jornal do Comércio*, a obra “Notas de um repórter”, na Livraria Moderna, na Rua do Ouvidor, conforme o anúncio, em quatro dias 1.065 exemplares haviam sido vendidos. Este livro continha “curiosos casos e fatos passados durante a Monarquia, República” e destacava entre os capítulos mais importantes um sobre D. Pedro de Alcântara, Barão de Cotegipe, Conselheiro Maciel entre outros⁵⁵⁹.

Se a imprensa do Rio de Janeiro divulgava a publicação de um livro que incluía o Conselheiro como uma das personalidades do Império, o jornal *Opinião Publica* de Pelotas, em 1902, nos traz uma informação importante acerca de sua atividade profissional:

ADVOGADO
Conselheiro Dr. F. A. Maciel
Escriptorio
Rua Felix da Cunha n. 134
(Consultas, contractos, liquidações particulares e forenses de negócios civis e commerciaes neste Estado e na – Republica do Uruguay-)⁵⁶⁰

Entretanto, não é possível afirmar que Francisco tivesse permanecido com escritório em Pelotas durante todo o período em que estava exercendo cargos políticos, algo que é apontado por Vargas ao referir que do Grupo dos 12 políticos (ministros e senadores), 4 mantiveram-se vinculados ao local onde nasceram, no caso exercendo a advocacia⁵⁶¹. Encontramos ainda no jornal *Opinião Publica* que, cabe destacar faz ampla cobertura de tudo que se refere aos Antunes Maciel, a seguinte nota na página 2,

Conselheiro Maciel

⁵⁵⁸ Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 02 de setembro de 1896. N. 246, p.01. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acessado em junho de 2018.

⁵⁵⁹ Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1896, n.14, p.14. Abordarei no próximo capítulo algumas informações acerca da obra.

⁵⁶⁰ A Opinião Publica. Pelotas, 09 de abril de 1902, n.81, p.01, coluna 8.

⁵⁶¹ VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a Paróquia e a Corte...** Op. Cit. p.76.

- O nosso ilustre conterrâneo conselheiro Francisco Antunes Maciel acaba de abrir nesta cidade banca de advocacia, conforme consta no anuncio inserto na 1ª página.

S. Exa. É um provectoro jurisconsulto, com renome em todo o paiz.

É com prazer que o vemos voltar á atividade.⁵⁶²

Este ano, 1902, parece sinalizar não só um retorno de Maciel à atividade como também um retorno da família à cidade. Dois meses depois, é possível encontrar nas páginas deste jornal a referência de que participariam da diretoria do Asilo de órfãs Nossa Senhora da Conceição as cunhadas Francisca de Castro Moreira Maciel e Mercedes Antunes Maciel Moreira⁵⁶³. Esta participação na direção da instituição requeria a realização de atividades igualmente divulgadas pela imprensa:

Grande festival. – Está definitivamente determinado que será a 14 do corrente o grande festival de que são iniciadoras as Exmas. Sras. D. Francisca de Castro Moreira Maciel e D. Mercedes Maciel Moreira, que com a maior delicadeza se entregam á obra piedosa implorada pelo Asylo de Orphãs.⁵⁶⁴

Da mesma forma, as irmãs Castro Moreira continuavam o legado do pai que havia sido tesoureiro da Santa Casa e faziam doações: “Donativos. – As Exmas. Sras. DD. Francisca de Castro Moreira Maciel e Maria de Castro Moreira Paiva doaram hontem 50\$, cada uma, á Santa Casa de Misericordia. (...)”⁵⁶⁵.

4.2.1 A Escola Maciel

Em 1881, ano em que faleceu Eliseu, pai de Francisco, a família pediu permissão à Câmara de Pelotas para construir no terreno desta, uma escola municipal. A escola teria o projeto arquitetônico aprovado pela mesma Câmara e, após a conclusão, pertenceria ao município. A proposta foi aceita pelo presidente e vereadores, bem como decidiram que esta deveria se chamar Eliseu Maciel em homenagem ao tenente-coronel da Guarda Nacional. Assim, aberta a concorrência “a obra foi contratada pelos srs. Pineau & Villar” e o regulamento e os fins a que se destinavam a escola foram estabelecidos em sessão da

⁵⁶² A Opinião Publica. Pelotas, 09 de abril de 1902, n.81, p.02, coluna 4.

⁵⁶³ A Opinião Publica. Pelotas, 07 de junho de 1902, n. 128, p.02.

⁵⁶⁴ A Opinião Publica. Pelotas, 08 de julho de 1902, n.154, p.02.

⁵⁶⁵ A Opinião Publica. Pelotas, 10 de junho de 1902, n.130, p.02.

Câmara no ano seguinte e pelo vereador Leopoldo Antunes Maciel⁵⁶⁶. Conforme Magalhães, o objetivo era

instituir nesta cidade, onde o progresso material tão exuberante se manifesta, uma espécie de liceu no qual ricos e pobres, principalmente estes, pudessem alargar os horizontes de suas inteligências, fecundando-as com conhecimentos úteis, e atualmente necessários a todos os homens.⁵⁶⁷

O que significava, ainda conforme este autor, “ensino primário, público e gratuito, com aulas mistas”⁵⁶⁸. Embora a cidade registrasse aulas públicas e particulares desde o início do século, é no final deste que o número de colégios se tornará expressivo⁵⁶⁹.

O custeio da escola ficaria a cargo do município e ao governo da Província caberia o pagamento do ordenado dos professores. A estrutura do prédio estava sendo construída de forma a suportar sua ampliação pois intencionava-se agregar mais um ou dois pavimentos com vistas a instalar uma faculdade de ciências físicas e naturais o que, de acordo com Magalhães, seria facilitado com a “reforma da instrução superior do Império”⁵⁷⁰. A construção estimada em sessenta contos de réis tinha sua planta e perspectiva exposta na vitrine da Livraria Americana enquanto mesas, bancos, escrivaninhas, mapas, globos e demais materiais iam chegando dos Estados Unidos⁵⁷¹. Conforme Magalhães, em 22 de abril de 1883, os “Antunes Maciel poderiam se orgulhar de entregar ao povo de Pelotas o edifício de uma escola moderna totalmente equipado”⁵⁷². Porém, os rumos da Escola se mostraram diferentes e resultaram de uma confluência de fatores, dentre eles, a preocupação do Império com o ensino agrícola.

No segundo relatório produzido no ano de 1881, o ministro principiava o documento tratando do “Ensino Agrícola” e, iniciava seu texto constatando ser este o ramo de ensino mais atrasado no Brasil, expondo que era injustificável tamanho despreço⁵⁷³. Relatava ele que, salvo alguns estabelecimentos cafeeiros do sul, os demais

⁵⁶⁶ MAGALHÃES, Mario Osório. **Faculdade de agronomia Eliseu Maciel 1883-1883**. Pelotas: UFPel/Ed. da Universidade, 1983, p.13.

⁵⁶⁷ Ibid., p.14.

⁵⁶⁸ Ibid., p.14.

⁵⁶⁹ No final do século XIX haviam aulas noturnas para meninos pobres na escola do Parque Souza, no Clube Abolicionista, na Biblioteca Pública Pelotense e na sociedade italiana união e filantropia. PERES, Eliane. Educação. LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osório (Org.). **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010, p.103.

⁵⁷⁰ MAGALHÃES, 1983, p.14.

⁵⁷¹ MAGALHÃES, 1983, p.14.

⁵⁷² Ibid., p.14.

⁵⁷³ Relatório apresentado a Assembleia Geral na segunda sessão da décima oitava legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Manoel Alves de Araújo. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1882, p.03-04.

eram rudimentares em sua quase totalidade e que “Em geral cultivamos hoje a terra como há um ou dois séculos, e o regime do trabalho escravo é a única explicação plausível para este retardamento da principal das nossas indústrias em acompanhar o movimento das ideias”⁵⁷⁴. Esta questão teria desdobramentos e, no ano seguinte, 1882, no Relatório do Ministro da Agricultura Henrique d’Ávila, ele informava que havia se dirigido aos presidentes das províncias do Piauí, Ceará e Pernambuco para se informar acerca de uma localidade apropriada em cada província para instalar uma “Escola-Prática de Agricultura”. Henrique estudava ainda a possibilidade de alocar uma “Escola-Modelo de agricultura prática” na localidade onde havia o entroncamento da ferrovia dom Pedro II, a fim de contemplar as províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Outra informação dava conta de que o Ministro havia recomendado à Legação do Brasil na Itália e Alemanha para encontrar, naqueles países, um profissional a ser contratado com a finalidade de dirigir um curso teórico e prático de agricultura. Da mesma forma, havia autorizado a Legação Imperial em Paris a contratar o professor Rebourgeon para organizar e dirigir, na província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, uma “Escola Veterinária e Agrícola, prática e elementar”. O ensino agrícola, para o Ministro, viria a satisfazer a necessidade da lavoura. “A transformação, que tanto convém ativar, do trabalho escravo para o trabalho livre, dá ao ensino agrícola todo o valor de um agente eficaz (...)”⁵⁷⁵.

No ano de 1883, enquanto Maciel assumia como Ministro no Gabinete 24 de Maio, o Ministro da Agricultura relatava que havia chegado da França e já havia se

⁵⁷⁴ Relatório apresentado a Assembleia Geral na segunda sessão da décima oitava legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Manoel Alves de Araújo. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1882, p.03-04. No relatório anterior, da primeira sessão da 18ª legislatura, o ministro interino José Antônio Saraiva já havia colocado a necessidade da construção de instituições de ensino, o que também é comentado no Relatório do ano de 1879 de Manuel Buarque de Macedo.

⁵⁷⁵ Relatório apresentado a Assembleia Geral na terceira sessão da décima oitava legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Henrique d’Ávila. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883, p.174-175. O jaguarense Henrique d’Ávila era membro do Partido Liberal com vários cargos políticos em sua trajetória, dentre eles o de presidente da província do Rio Grande do Sul. Both expõe que, neste período em que ocupou a presidência, Henrique buscava resolver a lentidão na desobstrução do sangradouro do rio Jaguarão iniciada há algum tempo. Por esse motivo, ele escreve ao Ministro da Guerra, Visconde Pelotas, pedindo que este intercedesse junto ao Ministro da Agricultura e, uma das duas propostas apresentadas para resolver, estava nomear para fazer a inspeção da obra o engenheiro e também liberal, Arthur Antunes Maciel, que gratuitamente faria essa fiscalização. Sobre Henrique d’Ávila ver o trabalho de BOTH, Amanda Chiamenti. **A trama que sustentava o Império: mediação entre as elites locais e o Estado Imperial Brasileiro (Jaguarão, segunda metade do século XIX)**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016. Dissertação de Mestrado em História.

dirigido para a província do Rio Grande do Sul o Dr. Rebourgeon, a fim de fundar uma escola de veterinária e de agricultura prática⁵⁷⁶. Após seu exame, o professor indicou como local para sediar a escola a cidade de Pelotas. O Relatório do Ministro Afonso Pena da pasta da Agricultura informava no item “Escola de Veterinária e Agricultura” que Pelotas,

(...) cuja câmara municipal ofereceu para tal fim, não só o excelente edifício denominado *Escola Maciel*, mas um terreno adjacente ao edifício e outro situado na praça Henrique d’Avila. Aceita a indicação foi resolvida a criação em Pelotas da *Imperial Escola de Medicina Veterinária e de Agricultura Prática*, sendo aprovados os planos organizados pelo Dr. Rebourgeon para a construção dos edifícios complementares e contratado o engenheiro Estevam Blackayre para acompanhar a mesma construção.⁵⁷⁷

Como mencionamos ao tratar de Aníbal Antunes Maciel Júnior, no capítulo anterior, ele havia ocupado o cargo de presidente da Câmara em 16 de março de 1883, portanto, se o primo Leopoldo concorreu para a cedência do terreno a fim de edificar a escola, Aníbal muito provavelmente havia colaborado para a escolha da instalação da Imperial Escola em Pelotas⁵⁷⁸. Além disso, os ventos sopravam favoráveis à Pelotas e aos Antunes Maciel, uma vez que o Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas neste momento era o antigo colega do curso de direito de Leopoldo, Afonso Pena. O Relatório deste Ministro fazia referência ainda ao irmão de Leopoldo, Francisco que, “Pela sua parte o Ministério dos Negócios do Império deliberou anexa á Imperial Escola um Instituto Vacínico que, sob a direção do ilustrado professor, se destina a cultivar a vacina original em quantidade suficiente ao serviço da vacinação em todo o Império”⁵⁷⁹. Afonso Pena aproveitava para informar em seguida que o Império aguardaria a experiência da Imperial Escola de Pelotas a fim de prosseguir com a fundação de outros estabelecimentos de ensino agrícolas, até porque a Legação do Brasil na Alemanha e na Itália não havia

⁵⁷⁶ O Ministro Afonso Pena havia solicitado ao Dr. Rebourgeon que, antes de seguir para o sul, fosse até Itabira, e uma vez que lá, assim como em outros pontos da província de Minas, era lamentável o estado da “indústria da criação” onde uma “epizootia de caráter infeccioso dizima anualmente 50% das boiadas”. p.69

⁵⁷⁷ Relatório apresentado a Assembleia Geral na quarta sessão da décima oitava legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Afonso Augusto Moreira Penna. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1884, p.63-64. Grifo do Relatório. Além da Imperial Escola que seria implantada haviam os Imperiais Institutos: Fluminense, Bahiano, Sergipano e Pernambucano de Agricultura, a Escola agrícola de Piracicaba e o Estabelecimento rural de S. Pedro de Alcantara.

⁵⁷⁸ Neste momento não foi possível verificar a documentação da Câmara Municipal sob a guarda da Biblioteca Pública Pelotense.

⁵⁷⁹ Relatório apresentado a Assembleia Geral na quarta sessão da décima oitava legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Afonso Augusto Moreira Penna. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1884, p.63-64.

conseguido contratar profissionais para ministrar cursos teóricos e práticos de agricultura. Reforçava que o “ensino agrícola é agente eficaz da transformação econômica da lavoura”, mas que o ministério deveria atuar com a “mais severa economia”.

Por sua vez, o Relatório do Conselheiro Maciel dizia que desejando aproveitar os conhecimentos profissionais do Dr. C. Rebourgeon, com relação à cultura da vacina animal, que com grande vantagem e economia para o serviço público, “se poderia obter no país em quantidade suficiente para a vacinação em todo o Império, dispensando-se assim a importação mensal de *cow-pox*, vindo de Londres por avultado preço, resolveu o Governo ensaiar o respectivo processo (...)”⁵⁸⁰. Mediante Aviso, em Janeiro, havia não só mandado anexar de forma provisória à referida Escola um “Instituto Vacínico” sob a direção do mencionado doutor, mas que este também deveria observar as instruções anexadas naquele relatório.

Francisco estava entusiasmado ao relatar que “E tão feliz e pronto tem sido os resultados” que, em menos de dois meses de trabalho, já haviam conseguido enviar para a Corte mais de 2.000 tubos com “linfa vacínica” obtida por meio do processo adotado pelo Dr. Rebourgeon, a qual tinha sido distribuída pelo Instituto Vacínico e pelas comissões vacínico-sanitárias para serem empregadas. O Anexo do Relatório do conselheiro Maciel produzido pelo primeiro diretor interino Eugênio Monteiro de Barros informava que uma vez anexado a Imperial Escola Veterinária de Pelotas o Instituto Vacínico para cultivar a vacina original em quantidade suficiente para o serviço de vacinação em todo o Império resolvia incumbir o professor de ensaiar o referido processo observando no desempenho de sua comissão as instruções contidas naquele documento. E, em seguida, passava a tratar dessas bases para a criação do Instituto que seria composto por um diretor – único nomeado pelo Ministro do Império -, um inspetor chefe do serviço e mais cinco empregados. Ao longo de treze itens discorria sobre os deveres de cada um dos funcionários e os procedimentos cotidianos no trato de animais e extração das vacinas.

O Relatório do ano seguinte já apresentava que a “linfa remetida pelo Instituto Vacínico de Pelotas” no último mês de novembro continuava não sendo boa e que eram

⁵⁸⁰ Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Quarta Sessão da Décima Oitava Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Francisco Antunes Maciel. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1884, p.94.

importados de Londres 100 tubos de “línfa vacínica inglesa”⁵⁸¹. No item relativo ao Instituto Vacínico informava que continuavam as experiências e tentativas para se obter vacina animal de boa qualidade e quantidade suficiente para o serviço de vacinação no Império. Apesar de ter sido grande o número de tubos cheios remetidos para a Corte, o “pus não produziu em geral resultado satisfatório, chegando mesmo parte em estado de putrefação”⁵⁸². Conforme o ministro, o diretor do estabelecimento, Dr. Rebourgeon, buscava justificar em seu último relatório à má direção do serviço durante o tempo em que o doutor esteve na Europa, em comissão do Ministério da Agricultura. Sabemos ainda que novos aparelhos, mais aperfeiçoados, haviam sido adquiridos para coletar e conservar a vacina. O ministro informava ainda que “Montado o serviço com caráter provisório, foi o Instituto anexado a escola de Veterinária de Pelotas, até que possa ter organização definitiva. O orçamento da despesa respectiva é de 9:000\$000”⁵⁸³.

O Ministro da Agricultura naquele ano de 1884 informava que as obras complementares ao edifício da escola estavam em andamento e que o Dr. Rebourgeon havia voltado da Europa em dezembro passado trazendo quatorze animais reprodutores e porções de sementes escolhidas dentre elas trigo, centeio, cereais e alguns legumes. Intencionava-se aparelhar um gabinete de física, outro de química e outro de fisiologia, uma farmácia, sala de clínica e anatomia, a sala dos cursos e a biblioteca. Havia trazido “maquinas modernas e usadas na agricultura europeia”⁵⁸⁴. O relatório apresentava os fins da instituição “ensino da medicina veterinária, melhoramento das raças, ensino das ciências naturais (botânica, física, química, mineralogia e geologia), das ciências agrônômicas, culturas e práticas agrícolas, agricultura, zoologia e zootecnia, contabilidade rural, higiene e economia agrícola, e ensino profissional”⁵⁸⁵.

O ano de 1885 iniciava-se com uma visita ilustre à Escola, “SS.AA. Imperiaes D. Izabel e Conde d’Eu, visitaram hontem a Sociedade Portuguesa de Beneficência, Camara Municipal, Biblioteca Pública Pelotense, Escola Veterinária e Santa Casa de

⁵⁸¹ Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Nona Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império João Florentino Meira de Vasconcellos. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1885, p.83-84.

⁵⁸² Ibid.

⁵⁸³ Ibid., p.84. Os relatórios seguintes da pasta dos Negócios do Império, como o de 1886 relativo ao ano anterior, já não apresentam mais o item “Instituto Vacínico”.

⁵⁸⁴ Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Nona Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas João Ferreira de Moura. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1885, p.344.

⁵⁸⁵ Ibid., p.344.

Misericórdia⁵⁸⁶. Entretanto, ao final deste ano, mais precisamente em novembro, o contrato celebrado em maio de 1883 era interrompido. O Ministro conservador Antônio da Silva Prado expunha que:

mandando o Governo sobrestar na execução das obras planejadas e algumas em execução, arrecadar os instrumentos e outros objetos, que foram confiados a guarda de pessoa perfeitamente idônea, o Sr. Visconde da Graça, e finalmente vender em hasta pública os 14 animais adquiridos na Europa pelo Sr. Rebourgeon por 8.500 francos e que produziram apenas a quantia de 2:400\$000⁵⁸⁷

Entre as “causas diversas” apontadas pelo Ministro para proceder desta forma estava a falta de estudos necessários e que portanto levariam o governo a não empenhar novos sacrifícios. De acordo com ele, a Assembleia Geral havia consignado a quantia de 50:000\$000 para a escola e o dr. Rebourgeon tinha a sua disposição em Londres um crédito de 80.000 francos que tinha sido insuficiente para adquirir 15 animais (2 touros, 1 cavalo e 12 carneiros), livros, instrumentos e despesas pessoais. Além disso, o dr. Rebourgeon havia justificado suas despesas com “documentos que não podiam merecer plena fé”. De volta a província, o diretor da escola tinha um crédito de mais 5:000\$000 para despesas de instalação que também se mostrou insuficiente. Somava-se a esses, gastos em maio de 1884 com a contratação das obras complementares ao edifício e que perfaziam o montante de 35:933\$591. Assim, para o Ministro, a escola “ia se tornando sorvedouro de dinheiros públicos” e o dr. Rebourgeon não “se mostrara preparado para assumir a direção de tão vasto estabelecimento (...)”⁵⁸⁸.

Por sua vez, o presidente da província do Rio Grande Sul José Júlio de Albuquerque Barros informava em seu relatório que “Não tendo, infelizmente, as experiências feitas com a vacina fornecida pelo Instituto Vacínico de Pelotas dado resultados satisfatórios, continua a ser remetida pelo Instituto Vacínico da Corte a linfa com que o delegado nesta capital tem atendido às requisições de diversos pontos da Província”⁵⁸⁹.

⁵⁸⁶ Onze de junho. Pelotas, 28 de fevereiro de 1885 apud SANTOS, Maria Roselaine; Bittencourt, Marisa Cedrez; ABUCHAIM, Vera Rheigantz (Orgs.) **Cadernos do IGHPEL**. Pelotas: Editora e Gráfica Gráfica Universitária da UFPel, 2011.

⁵⁸⁷ Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Antônio da Silva Prado. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1886, p.11.

⁵⁸⁸ *Ibid.*, p.11.

⁵⁸⁹ Relatório apresentado a S. Ex. O Sr. Dr. Miguel Rodrigues Barcellos 2º vice-presidente da Província do Rio Grande do Sul pelo Exm. Sr. Conselheiro José Júlio de Albuquerque Barros o passar a Presidência da mesma Província no dia 19 de setembro de 1885. Porto Alegre: Oficinas tipográficas do Conservador, 1886,

No ano de 1886 não há qualquer referência no Relatório do Ministério da Agricultura e, no ano seguinte, consta a última nota com o título “Escola de Veterinária de Pelotas”. Referia o parágrafo que: “Nos termos do §7º, art. 8º da lei n.3348, de 20 de outubro último, mandei entregar à câmara de Pelotas o material daquela extinta escola, e bem assim restituir-lhe o edifício e terrenos em que esta fora estabelecida, por doação da mesma câmara.”⁵⁹⁰.

Tal como Antonio da Silva Prado havia determinado, o Visconde da Graça deveria leiloar no dia 28 de dezembro o material e os animais pertencentes à Escola. Neste dia, conforme Magalhães, se reuniram no pátio da instituição cerca de 200 pessoas dentre elas o diretor do jornal *Diário de Pelotas*, Ernesto Gerngross, que declarou estar autorizado pela família Maciel a adquirir o primeiro animal com a finalidade de doar ao município e recebeu “bravos e palmas da pequena multidão”⁵⁹¹. O segundo animal seria adquirido pelo mesmo comprador quando um lance maior foi dado por Artur Guilherme da Costa, empregado da escola, “estipendiado do governo e portanto suspeito, incompetente para lançar” este ato desencadeou, conforme o autor, reclamações, trocas de palavras e, por fim, uma confusão a ponto de o leiloeiro declarar que não continuaria com o leilão. Conforme Magalhães, ele havia dito: “Senhores, eu pertenço a esta terra; meus filhos são também pelotenses. Respeito e admiro as manifestações populares. E, ainda que desse leilão proviesse a fortuna para minha família, não continuaria. Desisto da missão que me foi confiada.”⁵⁹². Na descrição do episódio feita por Magalhães⁵⁹³ a multidão havia aplaudido e inclusive chegado a quebrar o martelo do leiloeiro em dois pedaços. Joaquim Dias, proprietário do jornal *Correio Mercantil*, havia pedido a palavra e iniciado a subscrição para, em poucos minutos, arrecadar 352 mil réis. Sendo assim, os desdobramentos do leilão resultaram na venda dos animais pelo Visconde da Graça, mas o material adquirido permaneceu na Escola, encaixotado e sob sua guarda. A Câmara Municipal não abriu mão do destino inicial da Escola rejeitando as diligências do “doutor chefe de polícia” que pretendia instalar a delegacia nos “contrafeitos da Escola Maciel”.

p.120. Cabe lembrar que, como dito antes, neste momento José Júlio já estava casado há três meses com Maria Francisca Antunes da Costa, filha dos Barões do Arroio Grande.

⁵⁹⁰ Relatório apresentado a Assembleia Geral na Terceira Sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Rodrigo Augusto da Silva. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888, p.22.

⁵⁹¹ MAGALHÃES, 1983, p.21

⁵⁹² MAGALHÃES,1983, p. 22.

⁵⁹³ Esta informação não pude confirmar na imprensa devido ao jornal *Correio Mercantil* deste ano se encontrar fechado para consulta na Biblioteca Pública Pelotense.

Os rumos da Escola eram questionados pelo *Jornal do Comércio* da Corte em 1889:

Terá a municipalidade de Pelotas meios suficientes para organizar e custear uma verdadeira Escola Veterinária que sirva na realidade para aperfeiçoar no Rio Grande do Sul as raças animais? Não será á custa de subvenções do governo geral que a Escola poderá manter-se? Neste caso, não seria racional tomarem a si os poderes públicos a organização e a direção do estabelecimento?⁵⁹⁴

O *Correio Mercantil* teria respondido ao *Jornal do Comércio* informando que os cofres provinciais contribuiriam com uma regular quantia e que nem só para escola agrícola e veterinária se destinava a instituição. Fundava-se no ano de 1887 o Lyceu de Agronomia, Artes e Ofícios. Assim, quando ocupava a presidência da Câmara Artur Antunes Maciel “Foi nomeado presidente do Liceu, à frente de uma delegação de nove membros, o Conselheiro Francisco Antunes Maciel. Na escola de Eliseu Antunes Maciel, as aulas iniciaram a 14 de março de 1888, com vinte e cinco alunos.”⁵⁹⁵

Neste ano e no seguinte, em que a matrícula subiu para 88 alunos, a Escola teve aula de francês, alemão, português, matemática, geografia comercial, escrituração mercantil, desenho e ginástica⁵⁹⁶. No que refere às aulas de agronomia e veterinária, o Conselheiro Maciel estava autorizado a contratar professores, porém mesmo correspondendo-se com especialistas estrangeiros, não obteve êxito e no ano de 1890 foi nomeada nova delegação para administrar o Liceu que implantaria o curso superior de agronomia e veterinária suprimido em 1885 pelo gabinete conservador. A primeira turma de engenheiros agrônomos só se formaria em 1895 e eram dois alunos, bem como a instituição já não estava mais sob a coordenação de uma delegação, mas do diretor João Py Crespo.

O Liceu passou por várias denominações, dentre elas: Liceu Rio-Grandense de Agronomia e Veterinária, depois em 1909 passou a se chamar Escola de Agronomia e Veterinária e, em 1926, o Intendente Augusto Simões Lopes em “reconhecimento público ao ato de benemerência da família Maciel” modificava o nome da Escola que passava a se chamar Escola de Agronomia e Veterinária Eliseu Maciel. Após o seu cinquentenário,

⁵⁹⁴ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 04 de março de 1889, n.63, p.01.

⁵⁹⁵ MAGALHÃES, 1983, p.24.

⁵⁹⁶ O *Jornal do Comércio* ao tratar da instalação da estação agrônômica de Campinas elogia o Rio Grande do Sul dizendo que “mediante auxílio dos cofres gerais, e por inteligente resolução da municipalidade de Pelotas, tão digna de ser apontada para modelo, restaura-se e entra em execução definitiva o plano da criação de uma escola de veterinária e de agricultura prática”. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1889, n. 297, p.01.

comemorado com congresso de âmbito estadual em 8 de dezembro de 1933, a Escola passaria a se chamar somente Escola de Agronomia Eliseu Maciel, em função da reforma do ensino em 1934, que separou os cursos de agronomia e veterinária.

A Escola Eliseu Maciel, homenagem da família à memória do tenente-coronel da Guarda Nacional falecido no início da década de 1880, é um dos vestígios materiais da projeção política dos Antunes Maciel. Nos anos oitenta, Francisco, Leopoldo e Aníbal, dentre outros Antunes Maciel, assumirão cargos importantes na política em diferentes níveis.

Francisco, como outros irmãos e primos de sua geração, foi enviado a São Paulo para estudar. A sociabilidade acadêmica que reunia estudantes de longínquas províncias, e também conterrâneos, reapareceu anos depois na trajetória política dos irmãos Francisco e Leopoldo. A formação em direito em Montevideu, suas eleições pelo partido liberal, bem como o casamento com Francisca de Castro Moreira são alguns dos elementos que nos permitem entender sua trajetória até chegar ao cargo de Ministro dos negócios do Império.

CAPÍTULO V – Francisco e as cartas familiares

5.1 As cartas na Revolução Federalista e o Conselheiro nas Notas de um Repórter

*Sabe ser chefe e o é muito acatado
Das maragatas hostes destemido:
Traz um renome das lutas do passado,
Conquistado em campanhas mui renhidas.*⁵⁹⁷

A busca por analisar Francisco e a família Antunes Maciel deixando em suspenso a ideia inicial de que a relação é dada de antemão pelo compartilhamento do sobrenome é um dos focos desta parte do trabalho. A documentação privada permite adentrar com primazia os laços de reciprocidade, convivência e solidariedade tecidos muitas vezes com esmero e mantidos ao longo dos anos entre a parentela e também pessoas mais próximas a ela. A documentação epistolar, ao se constituir a partir da ausência e da distância, possibilita que se pergunte acerca da natureza do vínculo revelando os sujeitos que estão mais próximos de quem escreve e de quem lê⁵⁹⁸. Há, para além disso, os “outros sujeitos” presentes nas cartas. Assim, é possível visualizar que Amélia Hartley de Brito Antunes Maciel, esposa de Aníbal Antunes Maciel, Baronesa de Três Serros, escrevia no ano de 1885 para a “Prezadíssima Prima”. A prima com que Amélia irá se corresponder por décadas é Francisca de Castro Moreira Maciel e que deveria ter recebido esta referência de “prima” por ser casada em segundas núpcias com Francisco que, como vimos, é primo de Aníbal. Esta carta, uma das mais antigas existentes no acervo do Museu Municipal Parque da Baronesa em Pelotas refere-se a proximidade entre os familiares, bem como narra acerca de um casamento na família. Nesta ocasião em que envia a carta de Pelotas para o Rio de Janeiro, a Baronesa tinha como objetivo agradecer o envio de sapatos e “tudo o mais que teve a bondade de enviar-me”⁵⁹⁹, dava notícias de outros familiares e dizia que: “O meu vestido, foi considerado, segundo me disse a Mercedes, o mais bonito, no casamento da Costinha, e já teve a honra de comparecer a um segundo casamento, em que também fui testemunha”. Segue ainda:

Soube pelo Elizeu das bonitas recepções que tem dado, pelo que a felicito, e desejo que continue, com todos os seus, a gozar saúde, para poder também

⁵⁹⁷ Primeira estrofe do soneto *Perfis* assinado por De Wet. Álbum de recortes de jornais sobre a vida do Conselheiro Maciel. Acervo particular de Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler.

⁵⁹⁸ GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo*. In: GOMES, A. de C. (Org.). *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 7-24.

⁵⁹⁹ Carta da Baronesa. Pelotas, 04 de julho de 1885.

gozar com satisfação, das muitas distrações que aí se oferecem. (...) Todos os nossos, paixão sem novidade, exceto a Candoca, que logo que chegou da Estância, teve um forte ataque de asma, do qual felizmente já está quase boa. Ontem estiveram aqui, ela, Mercedes e Sinhá pequena. (...) faço ponto, pedindo-lhe que aceite com o Francisco, Alice, Zezé e mais filhinhos, os cumprimentos do Anibal saudades das meninas, e em particular um saudoso e apertado abraço da Prima e am^a.mt^o. grata Amélia⁶⁰⁰.

Mercedes, Elizeu, Candoca (Cândida) e Sinhá pequena (provavelmente Leonídia) eram todas cunhadas e cunhado de Chiquinha e, portanto, nos demonstra que Amélia tinha uma relação bastante estreita com os primos e primas de seu marido. Além disso, como ela mesma informa havia sido testemunha no casamento de Costinha. Esta era Maria Francisca Antunes Gomes da Costa, filha dos barões de Arroio Grande, ou seja Costinha era prima em segundo grau e também sobrinha de Anibal. Este casamento deve ter provocado alvoroço na cidade pois “Sinhá Costinha” já era conhecida na imprensa por cantar, tocar piano e pintar⁶⁰¹. Além disso, casava-se com o cearense José Júlio de Albuquerque Barros que havia sido presidente da província do Rio Grande do Sul em 1883.

A correspondência, que tinha como destinatária Chiquinha, é uma das mais caprichadas, com letra desenhada, sem rasuras, e em papel ornamentado por flores destinado a este fim⁶⁰². A preservação desta carta, dentre tantas outras que devem ter sido escritas, bem como sua forma já nos faz pensar sobre a proximidade existente entre duas escreventes. A escrita epistolar foi largamente utilizada por esta família de elite como forma de comunicação entre a parentela. Por meio dela é possível identificar, como refere Venâncio, “os atos relacionais e as práticas cotidianas que permitem vislumbrar traços de relações pessoais”⁶⁰³. Assim, ao adentrar estes registros escritos, para além de quem escreve e de quem lê, observamos os “terceiros” presentes nas cartas.

⁶⁰⁰ Carta da Baronesa. Pelotas, 04 de julho de 1885.

⁶⁰¹ Onze de Junho, 18 de outubro de 1882 *apud* MAGALHÃES, Mario Osorio. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: EdUFPe/ Co-edição Livraria Mundial, 1993, p.192. Além disso, conforme Magalhães a Revista Azul, folha literária de Lisboa havia escrito: “É uma das mais notáveis figuras da sociedade aristocrática pelotense. Uma das mais notáveis artistas amadoras do Brasil. [...] a baronesa do Sobral evidencia os mais súbitos dotes naturais, assim como a paixão aprimorada pela arte, realçados com uma não vulgar e superior beleza [...]. Desde muito jovem consagrou-se ao culto da arte, e goza justamente os créditos de exímia pianista e cantora de muito merecimento, possuindo uma das vozes mais deliciosamente timbradas, aprimorada por esmerado estudo”. OSORIO, Fernando. *Apud* MAGALHÃES, 1993.

⁶⁰² GALVÃO, Walnice Nogueira e GOTLIB, Nádia Battella. **Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁶⁰³ VENANCIO, Giselle Martins. **Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna**. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.28, 2001.

Como a documentação deixa ver, as crianças ao se alfabetizarem já eram estimuladas a adentrar o universo epistolar e Francisco foi o destinatário de uma cartinha do filho Francisco Júnior quando este ainda era menino. Ele escrevia ao pai dizendo:

Vovó e todos os tios e tias passam bem. Escreva e mande notícias. Adeus querido papai aceite um saudoso abraço do seu filho e amigo que lhe pede a benção. F. A. Maciel J. N.B. quanto vier me traga um coldre para o meu revolver. Não se esqueça. Bem bonitinho.⁶⁰⁴

Esta carta, publicada no livro de Stockler ainda que não refira a data, nos informa que foi remetida para Francisco no “Hotel Paris. Montevideú”⁶⁰⁵. Como se pode inferir, a família Antunes Maciel permaneceu, ao longo do tempo, atravessando a fronteira e se dirigindo ao Uruguai. Aliás, as cartas circularam constantemente na fronteira e foram também uma importante forma de comunicação em momentos de conflito, como ocorreu em 1893. Durante a Federalista, conforme o livro de Stockler, Francisco havia passado boa parte do tempo no Uruguai, o que também é corroborado pela imprensa ao noticiar a morte de dona Leopoldina, mãe de Francisco, como abordamos anteriormente.

Reckziegel expõe que, cerca de dez mil pessoas tinham se direcionado ao país vizinho entre junho de 1892 e fevereiro de 1893 devido a perseguição republicana⁶⁰⁶. No Uruguai, de acordo com ela, os federalistas mantinham boa relação tanto com o partido blanco quanto com o colorado, além disso muitos deles possuíam propriedades naquele país, a exemplo dos Antunes Maciel. Foi do norte do Uruguai que Silveira Martins comandou a invasão do Rio Grande do Sul e a autora aponta que os federalistas recebiam apoio no departamento de Cerro Largo e também de sul-rio-grandenses que tinham propriedades nestes locais como Silveira Martins e Leopoldo Maciel ou que na região estavam instalados como o caso do médico Ângelo Dourado⁶⁰⁷.

Conforme Franco, no final de março de 1892, na ocasião em que haviam se reunido lideranças oposicionistas a Júlio de Castilhos, em Bagé, a fim de formar uma base de sustentação para um novo partido, bem como a adoção de um programa para a

⁶⁰⁴ STOCKLER, Beth. **Chiquinha & Eu**: Reinventando o passado. Barbacena: Gráfica e Editora Cidade de Barbacena, 2012, p.33. Carta sem data.

⁶⁰⁵ Ibid., p. 34. Ao informar acerca da “vovó”, podemos afirmar que Francisco Júnior escrevia ao pai antes de 29 de outubro de 1895, data do falecimento de dona Leopoldina.

⁶⁰⁶ Conforme o jornal *Cidade do Rio* que havia “colhido” informações do jornal *Guanabara* publicado no departamento de Rivera, “Seguiram para Montevideú o ilustre chefe federalista Sr. conselheiro Francisco Antunes Maciel e nosso distinto correligionário Sr. Alfredo Moreira.”. Cidade do Rio. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1893, n. 249, p.01. Disponível em: www.memoria.bn.br. Acessado em dezembro de 2018.

⁶⁰⁷ RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. 1893: a Revolução além da fronteira. In: GOLIN, Tao; BOEIRA, Nelson (Coord.) **República Velha (1889-1930)**. V.3, t.1. Passo Fundo: Méritos, 2007, p.23-56.

conjuntura do estado do Rio Grande do Sul, se encontravam dentre estas lideranças a predominância de elementos da Fronteira sobretudo Bagé e Santana do Livramento. O novo partido tinha representantes de Porto Alegre, Passo Fundo, São Gabriel, Caçapava do Sul e de Pelotas, desta localidade haviam Leopoldo e Eliseu Antunes Maciel⁶⁰⁸.

A guerra civil que assolou o Rio Grande do Sul e se alastrou para outros estados contou com a participação da família Antunes Maciel. Ainda que não seja possível precisar de que maneira cada um dos Macieis se integrou ao conflito, as cartas nos fornecem pistas acerca dos mesmos. Assim, em extensa carta remetida por Gumercindo Saraiva em 28 de agosto de 1893, ele noticiava que tinha falecido em combate o Capitão Anibal Antunes Maciel Sobrinho⁶⁰⁹. O combate, que havia ocorrido no dia anterior, apesar de ter feito vítimas entre os federalistas, era considerado um sucesso por estes que haviam vencido os castilhistas.

A carta seguinte também descrevia o combate narrado na missiva de Gumercindo, e se dirigia a Francisco e Alfredo. Era remetida da Ilha de S. Luis em 03 de setembro de 1893⁶¹⁰ e dizia o remetente, Leopoldo, que tinha ficado sabendo por um “próprio vindo do exército” que havia ocorrido um “mortífero combate que, em 27, se travou entre as forças de Gumercindo e as de Portugal. Este, ao que corre, foi morto”⁶¹¹. Também menciona a carta enviada por Arthur dando notícias de combate e, reafirma com os destinatários da carta que “Congratulo-me com v. pela fortuna que teve o Arthur no seu batismo de fogo e pelos relevantíssimos serviços que está prestando á causa

⁶⁰⁸ FRANCO, Sérgio da Costa. O Partido Federalista. In: GOLIN, Tao; BOEIRA, Nelson (Coord.) **República Velha (1889-1930)**. V.3, t.1. Passo Fundo: Méritos, 2007, p.129-170.

⁶⁰⁹ A carta dirigida a “Exmos. Srs.” tinha cinco páginas e narrava os combates de dias anteriores com minúcias, bem como a quantidade de objetos arrecadados no campo de combate como estandartes, combalains, cartuchos, barracas, ponchos, espadas, lanças, carretas, etc. A última parte da carta informava as baixas iniciando pelo inimigo “Calculo as perdas do inimigo em cerca de trezentos homens, pois só no campo de combate, propriamente dito, foram contados cento e vinte e sete cadáveres (...) O 1º corpo do exército sofreu 45 baixas: 12 mortos e 33 feridos.”. STOCKLER, Beth. **Chiquinha & Eu**: Reinventando o passado. Barbacena: Gráfica e Editora Cidade de Barbacena, 2012, p.151-156.

⁶¹⁰ Há referências na obra de Ângelo Dourado a este local e ao Barão de São Luis como por exemplo: “Fomos acampar no lugar denominado Ilha de S. Luiz donde eu passei ao Estado Oriental para dormir na casa do B. de S. Luiz sobre a linha, afim de abraçar alguns amigos residentes, ou emigrados ali.” DOURADO, Ângelo. **Voluntários do Martírio**: narrativa da revolução de 1893. Ed. fac-similada de 1896. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1977, p.368.

⁶¹¹ Essa informação parece ser corroborada por Dourado ao mencionar “Conversando com Gumercindo sobre os sucessos do dia anterior, procuramos adivinhar qual seria a causa de não ter a guarnição de linha de S. Gabriel auxiliado os castilhistas que lhe deveriam ter implorado proteção conforme as cartas que havíamos encontrado no bolso da blusa do Coronel Portugal, comandante da coluna derrotada, juntamente com cartas da esposa dele, escritas na véspera em que almejava-lhe mais uma vitória. O tratante mentia á mulher provavelmente até em contar-lhe vitórias que nunca obtivera.” DOURADO, op. cit., p.31.

revolucionária.”⁶¹². A atuação de Arthur é mencionada inúmeras vezes por Dourado e, em uma das primeiras referências, ele relata: “Creio porém, que os chefes combinam alguma coisa importante, porque, os Drs. Carvalho e Arthur Maciel, cruzam de um lado para o outro a toda hora”⁶¹³.

A carta de Leopoldo aproveita para informar que “Junto encontrarão cartas da Chiquinha e Mercedes, [esposas dos destinatários]. Todos os nossos estão bem, exceção do meu Nenê que tem passado mal com uma nevralgia no rosto.”⁶¹⁴. Como se pode observar as correspondências eram importante forma de comunicação entre os combatentes e os familiares. Além disso, nos permite observar os apoios e reforço de laços entre a parentela que se envolvia fortemente no conflito. É por meio das correspondências que podemos perceber que os Antunes Maciel tinham frustradas algumas expectativas como deixa ver Leopoldo: “Não posso acreditar que o Ministro, depois de saber que são proprietários confirme a estúpida intervenção.”⁶¹⁵.

Em dezembro de 1894, a carta escrita por Saldanha da Gama em Buenos Aires tinha como destinatário Francisco. Lamentava ele o ano “desgraçado, tão cheio de desditas” que se encerrava não sem contrariedades e informava de uma “resolução das quarentenas” que haviam chegado tão de improviso que ele não tinha conseguido se prevenir. Além disso, tencionava “fazer a minha escapada” o que acarretaria dificuldades. Na sequência relata a Francisco: “As nossas cousas marcham entretanto como deve saber. Guerreiro já entrou e também saiu com 250... Está seguindo daqui a ferramenta para Aparício. Tenho cartas de Prestes: a gente deste tem ferramenta e está reunida (...)”⁶¹⁶. Ele menciona também que havia telegrafado a Francisco perguntando se “podia contar com algo quais e quanto?”. Informava que Carlos Ramos em sua excursão por Cerro Largo havia trazido mil e trezentos pesos, de Paris ele havia recebido “cinco mil francos”.

⁶¹² Carta de Leopoldo Antunes Maciel. Ilha de São Luis, 03 de setembro de 1893. Reproduzida em STOCKLER, Beth. **Chiquinha & Eu**: Reinventando o passado. Barbacena: Gráfica e Editora Cidade de Barbacena, 2012, p.157-161.

⁶¹³ DOURADO, op. cit., p.33. O autor relata em outra passagem acerca de Arthur que os generais Salgado e Gumercindo haviam decidido enviar uma embaixada ao Desterro. Salgado enviaria o Dr. Carvalho e Gumercindo o Dr. Arthur Maciel. Dourado menciona que, em conversa com Gumercindo acerca da indicação de Arthur havia dito: “Que a ida do dr. Arthur Maciel também não oferecia vantagem, porque na coluna do general Salgado era ele tido como positivista, com quanto seja um companheiro digno em todo o sentido, desde que não obtenha tudo que precisamos, se dirá que não o fez porque é do grupo cassalista.”. DOURADO, op. cit., p.65.

⁶¹⁴ Ibid.

⁶¹⁵ Ibid.

⁶¹⁶ Carta de Luiz Saldanha da Gama. Buenos Aires, 24 de dezembro de 1894. Reproduzida em STOCKLER, op. cit., p.146-150. Os grifos são do autor.

De acordo com ele, o custo maior dizia respeito as cavalhadas para o exército de Aparício. Saldanha pedia, mais de uma vez que Francisco o ajudasse “Ainda com esforço: ajude-me”. Em outra passagem ele informa: “Antes da escapada é possível que me deixe entrevistar, como que cedendo a doce violência. Queria poder mostrar-lhe antes o que pretendo dar-lhes a público. Mas as quarentenas...”⁶¹⁷. Entretanto, não temos maiores informações acerca da participação de Francisco neste conflito apenas encontramos, como já trabalhado anteriormente, que ele e o irmão Arthur reivindicam indenizações pelas perdas sofridas durante a guerra. Estas passagens extraídas das cartas nos permitem observar uma consulta de Saldanha da Gama à Francisco, bem como o envolvimento de irmãos e cunhados que se articulam em torno da causa revolucionária.

O ano de 1895, que marca o término da Federalista, também foi o ano em que Francisco ganhou algumas linhas na obra de um repórter do Império. O jornalista Ernesto Senna, como mencionamos no capítulo anterior, escreve “Notas de um Repórter”, livro publicado no Rio de Janeiro pela tipografia do *Jornal do Comércio*, no qual ele também atuava como repórter, e que tinha como objetivo apresentar aos leitores algumas das anotações recolhidas no exercício de sua atividade. O livro está dividido em itens sobre os quais o autor dedica em torno de cinco ou seis laudas, sendo os primeiros “Casa de Detenção”, “Asilo de Mendicidade”, “Casa de correção”, “Hospício Nacional de Alienados” e segue com igrejas, Real Gabinete, estrada de ferro, escolas, lazareto etc. Estes temas ganham aproximadamente 160 páginas do livro e são seguidas a partir daí pela escolha de algumas personalidades sobre as quais ele contará episódios. Longe de tecer alguma espécie de biografia, o jornalista trata de momentos em que estes, geralmente políticos, falavam a imprensa, chega até mesmo a expor diálogos que teriam ocorrido e os quais presenciou. Os primeiros são o Conselheiro Ferreira Viana, Joaquim Serra, Barão de Cotegipe, D. Pedro de Alcântara, Conselheiro Rodrigo Silva, entre outros. Entre estes, “Conselheiro Maciel” ao qual o repórter inicia dizendo que devia os mais “inovidáveis obséquios, e a sua estima e profunda simpatia por minha pessoa, boa parte do nome que acaso pude adquirir no exercício da minha profissão”⁶¹⁸. Isso porque

Logo que terminavam os despachos que então se faziam á noite no Palácio de S. Cristóvão, S. Ex. se recolhia ao Grande Hotel na rua do Marques de Abrantes, onde residia. Ali recebia quase que diariamente todos os repórteres a quem fornecia notícias. A mim, porém sempre me cabiam umas tantas

⁶¹⁷ Carta de Luiz Saldanha da Gama. Buenos Aires, 24 de dezembro de 1894. Reproduzida em STOCKLER, op. cit., p.146-150. Os grifos são do autor.

⁶¹⁸ SENNA, Ernesto. **Notas de um Repórter**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1895, p.177.

notícias especiais. E quando sucedia não poder recebê-las por estarem presentes outros repórteres deixava-me sair com os colegas e pelo telefone falava-me para a Folha Nova e então era uma messe abundante...⁶¹⁹

Exemplificando esse tratamento diferenciado de Francisco, ele narra que certa feita em que se dirigia a casa do Conselheiro às 7 horas da noite, este estava em companhia do Conselheiro Alves de Araújo e que ambos apesar de prometerem revelar uma “boa notícia” haviam combinado “apreciar a ansiedade que deve ter um repórter”. A combinação implicou em prender o repórter até as onze horas da noite revelando a notícia apenas em uma carta. Diante do desespero do repórter pra chegar a tempo na redação, Francisco já havia chamado um tálburi que o esperava a porta, e ele encerra essa nota:

Não me contive!
Rasgo o envelope e dentro se achava a notícia completa do decreto que revertia para o Estado os bens das Ordens Religiosas.
Fui o único a dar esta notícia no dia seguinte com geral sucesso.⁶²⁰

Como abordamos no capítulo anterior, a questão dos bens das Ordens Religiosas foi um dos assuntos mais polêmicos em que se envolveu Francisco. A outra passagem que Senna dedica ao Conselheiro trata da sua facilidade de acesso à secretaria. Conforme sua nota, Senna era acostumado a adentrar o gabinete sem ser parado por ninguém e, em um dia em que fez isso acompanhado de seu colega Afonso Montauray, ambos viram sobre a mesa do Ministro um diploma “que lhe dava o governo francês, agraciando-o com o grande oficialato da Legião da Honra”. Eles haviam felicitado o Conselheiro e pedido para publicar a notícia. Mas o repórter continua seu texto falando dos desdobramentos do fato:

O sr. Conselheiro disse-nos então que um repórter perspicaz, ativo e inteligente, quando era recebido por qualquer funcionário em sua própria mesa de trabalho, o funcionário devia ter a precaução de não deixar exposto sobre a mesa papeis reservados e que muitas vezes o próprio ministro evitava dar uma notícia como aquela da graça que recebera do governo francês, mas que a deixara sobre a mesa para um repórter esperto.
A lição foi boa.⁶²¹

Em que pese as intenções do repórter de ter sua obra comercializada e, portanto, despertar o interesse do grande público com notas pitorescas, não deixa de ser interessante essa narrativa que coloca Francisco bastante próximo da imprensa, algo que, como vimos, está presente desde que cursava Direito em São Paulo.

⁶¹⁹ SENNA, op. cit., p.177.

⁶²⁰ Ibid., p.178.

⁶²¹ Ibid.

Francisco, após seu cargo de maior relevância no Gabinete 24 de Maio, como vimos, continuou dedicando-se à política e ao partido, quer seja disputando eleições ou atuando como redator do jornal *O Nacional*. De acordo com Franco, Silveira Martins, ao falecer em 1901, havia deixado um “testamento político” para ser um novo projeto do Partido Federalista firmado por Rafael Cabeda, Pedro Moacyr, Barros Cassal e Alcides de Mendonça Lima, porém o programa “não recebeu o aval de alguns setores do partido, especialmente por parte do conselheiro Antunes Maciel, poderosa liderança de Pelotas, só muitos anos mais tarde seria adotado, em parte, num congresso partidário.”⁶²². Em 1905, o jornal *Correio da Manhã* informava que, no discurso proferido por Francisco na inauguração do Clube Silveira Martins em Porto Alegre, este havia destacado a solicitude de Rodrigues Alves quanto aos interesses materiais do Rio Grande, quais sejam: a abertura da barra, a unificação e integração de sua via férrea. Exaltava o jornal “Eis aí o sr. Maciel irmanado com o sr. Pinheiro Machado nos elogios ao sr. Rodrigues Alves, Maragato e Pica-Pau comungam nos mesmos conceitos elogiosos ao atual presidente da República”⁶²³. Por fim, o *Correio* salientava que, quanto ao próximo presidente, Francisco dizia: “Estou certo que, se for eleito o sr. Afonso Pena, meu velho amigo, este continuará no empenho do sr. Rodrigues Alves, a despeito de qualquer coligação de outros interesses (...)”⁶²⁴.

Em 1906, o Partido Federalista disputou as eleições parlamentares federais e elegeu três de seus correligionários: Wenceslau Escobar no primeiro distrito, Francisco no segundo e Pedro Moacyr no terceiro⁶²⁵. O “Conselheiro Maciel”, antes das eleições, segundo a imprensa, havia pedido e obteve licença da polícia de Pelotas para andar armado⁶²⁶. De 1906 a 1911 Francisco havia sido deputado pelo 3º distrito em duas legislaturas sucessivas, os jornais cariocas, como *O Paiz*, noticiavam com regularidade as suas reuniões no Palácio do Catete com o presidente Afonso Pena a partir de 1906. Mas Francisco também dedicou-se a advocacia e a direção da Escola Eliseu Maciel, e

⁶²² FRANCO, 2007, p.145.

⁶²³ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1905. n.1474, p.01. Disponível em: <http://bndigital.bn.br>. Acessado em: 15 de maio de 2018.

⁶²⁴ *Ibid.*

⁶²⁵ FRANCO, 2007, p.152.

⁶²⁶ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1906. n. 1653, p.02. O jornal, na coluna dedicada ao Rio Grande do Sul, dizia ainda que a dissensão no partido federalista continuava, e que a chapa da facção tavarista incluía como candidatos Wenceslau Escobar pelo primeiro distrito, Aureliano Barbosa pelo segundo e Pedro Moacyr pelo terceiro, ao passo que o “conselheiro Francisco Maciel assegura que a sua chapa será vitoriosa nos 2º e 3º distritos.” Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br>. Acessado em: 15 de maio de 2018.

suas viagens para o Uruguai permaneceram ao longo do tempo. Assim como permaneceu circulando entre Pelotas e o Rio de Janeiro, local onde foi estudar o filho Francisco Maciel Júnior e que podemos encontrar nas colunas dos jornais referentes aos “movimentos do porto”, ainda no final do século XIX.

5.2 As cartas do cotidiano familiar

A documentação privada de que nos ocupamos neste capítulo afim de demonstrar as relações sociais, políticas e familiares dos Antunes Maciel, como mencionado anteriormente, foi produzida pela Baronesa de Três Serros. Esta, foi uma escrevente assídua, sobretudo após a sua viuvez quando passou a residir a maior parte do tempo na capital da República, sua terra natal⁶²⁷. São as cartas remetidas por ela a filha em Pelotas que nos permitem ver que Francisco transitava com frequência do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro. Desta forma, a Baronesa recebia e enviava cartas e encomendas às filhas e demais pessoas da família tendo Francisco como portador. A chegada dele ao Rio de Janeiro era constantemente comentada e fazia-se acompanhar de informações “A noite, ele [Francisco] aqui esteve, e deu-me confirmação das boas notícias que mandastes do bom passar de todos aí”⁶²⁸. Cabe lembrar que Lourival, marido da filha Amélia para quem a Baronesa escrevia as cartas que analisamos, também era irmão de Francisco e que, portanto, a relação entre estes dentro da parentela era bastante estreita.

A “prima Chiquinha, Francisco e filhos; Candoca, e filhas, Sinhá e Arthur”⁶²⁹ enviava abraços e recomendações, assim como a “tia Flora”, fazendo circular entre a parentela não só as informações, mas também o reforço de laços afetivos. Com frequência as cartas eram acompanhadas de docinhos, biscoitos e linguiças que a Baronesa compartilhava com Francisco e demais parentes que se encontravam hospedados no mesmo hotel que ela. Neste sentido, a correspondência ao ser uma forma singular de sociabilidade, pode revelar de que maneira as relações afetivas eram mantidas no cotidiano.

Ao escrever para a filha sobre a dificuldade de alugar casas no ano de 1906 ela se valia do testemunho do Conselheiro “Sei que Francisco também não encontrou casa, mas

⁶²⁷ Como mencionamos anteriormente, no capítulo 3, o Barão de Três Serros havia falecido aos 48 anos em decorrência de ferimentos que teve durante a Guerra do Paraguai.

⁶²⁸ Carta da Baronesa. Rio de Janeiro, 23 de abril de 1909.

⁶²⁹ Carta da Baronesa. Rio de Janeiro, 02 de Dezembro de 1899.

dizem que um amigo ofereceu-lhe uma na praia de Botafogo; não sei se é real. O testemunho dele, da falta de casa, é o melhor atestado a meu favor”⁶³⁰. Naquele ano de 1906, Francisco havia sido eleito com 22 mil votos e, entre seus discursos, se ocupava da discussão do projeto de criação da Caixa de Conversão⁶³¹. Sobre este assunto, o *Correio da Manhã* noticiava que “Sabemos que o dr. Francisco Maciel, deputado pelo Rio Grande do Sul, falará na Camara, por toda a semana entrante, atacando a Caixa de Conversão”⁶³². A imprensa, na mesma medida que se ocupava de informar que Francisco viria a Pelotas buscar a família para ir para o Rio, informava que não era correto que esta se mudaria por completo, informando que lá permaneceria apenas durante os trabalhos no Congresso⁶³³. Essa busca por casa era uma constante para a filha da Baronesa. Lourival e Sinhá, assim como outras famílias sul-riograndenses, costumavam passar o inverno no Rio de Janeiro, motivo pelo qual a Baronesa se punha a buscar casa e “trastes” para esperar a filha, o genro e os netos pequenos. Além disso, é possível que outros Antunes Maciel fizessem a mesma viagem que a Baronesa e o Conselheiro com seus familiares.

No que se refere a Francisco, ele nem sempre se fazia acompanhar de Francisca em suas viagens ao Rio de Janeiro, pois a Baronesa informava ao final de uma carta que “Francisco diz que vai convencer a Chiquinha a (...) para o Hotel, pela dificuldade de casas”⁶³⁴. A vida em hotel, embora mais cara, conforme a Baronesa, era uma prática bastante usual e é possível encontrar referências nas cartas a convivência de muitos sul-riograndeses, dentre estes políticos entre os hóspedes. Vargas também menciona a importância dos espaços de convivência que, inclusive, eram os próprios hotéis e a

⁶³⁰ Carta da Baronesa. Rio de Janeiro, 19 de junho de 1906.

⁶³¹ A Reforma. Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1906. Álbum de recortes de jornais sobre a vida do Conselheiro Maciel. Acervo particular de Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler. A proposta da instalação da Caixa de Conversão teve como redator David Campista e foi aprovada e transformada em lei n.1.575, em 6 de dezembro de 1906, quando ele já havia assumido a pasta da Fazenda no governo Afonso Pena. Almejava-se a estabilização cambial, o que significava adotar o padrão-ouro. Inicialmente, a proposta de valorização do café e de estabilização da moeda foi enviada conjuntamente pela elite paulista. Depois, houve a separação desta sendo aprovado primeiro a valorização do café e, em segunda etapa, a Caixa de Conversão que, para os opositores, em que pese a diferença na argumentação, era um projeto “regionalista”, pois ao atender os interesses cafeeiros, subordinava todo o resto a vontade desta camada. TORELLI, Leandro Salman. Os interesses da elite paulista na criação da Caixa de Conversão: os debates parlamentares (1898-1914). **Leituras de Economia Política**. Campinas, (12): 1-23, jan. 2006/dez.2007. Disponível em: <http://www.revistalep.com.br/index.php/lep/article/viewFile/35/32>. Acessado em 07 nov. 2018.

⁶³² Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1906. n.1905, p.01. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br>. Acessado em: 15 de maio de 2018.

⁶³³ Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1906. n. 1768, p.03. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br>. Acessado em: 15 de maio de 2018.

⁶³⁴ Carta da Baronesa. Rio de Janeiro, 23 de abril de 1909. Carta está rasgada afetando esta linha do texto.

afluência de sul-rio-grandenses a estes no Rio de Janeiro. Na documentação trabalhada por este autor, o Visconde de Pelotas informava a esposa que no hotel em que ele estava era tranquilo com poucos hóspedes dentre estes “2 deputados, o Maciel, [...] o Diana [...]”⁶³⁵.

No ano de 1909 devido à dificuldade de casas para alugar é onde teremos algumas das informações mais interessantes acerca da rede de auxílio mútuo formada pela família e, inclusive, possível observar a atuação das mulheres dentro desta rede. Naquele ano, a Baronesa relata que andou muito atrás de casa para alugar nas condições demandadas pela família. De acordo com ela, havia poucas edificações que serviriam bem, sobretudo por causa das crianças e, parte da dificuldade, ela atribuía aos “deputados do Norte” que chegavam no Rio e alugavam sem olhar o preço, o que teria atizado a cobiça dos proprietários. Ela havia se encantado com uma casa e se dirigido à Gávea, onde morava o proprietário com a intenção de alugar. Este chamava-se Camilo Valdetaro e perguntando para quem era a casa, Valdetaro havia inquerido: “Não pertencerá essa Senhora, á família Maciel, de Pelotas?” Ao que o encarregado da Baronesa havia confirmado dizendo: “é aparentada com essa família, e o genro, para quem é também a casa, e é quem dá fiador, é irmão do Conselheiro Maciel.”. Narra a Baronesa que: “Ao ouvir tal nome, o homem mostrou um contentamento enorme, lembrando-se do tempo em que ambos eram deputados, e só dizia: sou mtº., mtº. amigo do Maciel!”. Entretanto, ainda não havia alugado apenas conseguido a “preferencia, por se tratar de pessoa da família do Conselheiro Maciel (referia-se a Lourival).”⁶³⁶. Amélia se viu em sérios problemas e, para resolver, foi em busca de Francisco que se hospedava no Hotel Cândido. O Conselheiro mandou cartão ao proprietário da casa e, no dia seguinte, foi pessoalmente, chegando a propor contrato de três anos, mas não demoveu o proprietário de sua decisão. Depreende-se do relato extenso na missiva o esforço de Francisco para ajudar o irmão e a cunhada e a valorização deste esforço por parte da escrevente.

A Baronesa, que vivia em hotéis junto com outros netos que iam para o Rio de Janeiro estudar, fazia planos de alugar uma casa nas condições desejadas e se lamentava de não ter conseguido comprar a sua. Viúva já há algum tempo, escrevia ela naquela longa carta que “Agora mesmo, si eu tivesse dinhº. Comprava uma na rua S. Clemente, pela qual pedem, 88:000f., mas isso é o primeiro preço. É pena que Lourival não queira fazer

⁶³⁵ VARGAS, Jonas M. **Entre a Paróquia e a Corte...** p.114.

⁶³⁶ Carta da Baronesa de Três Serros. Rio de Janeiro, 04 de maio de 1909.

isso, porque os preços de venda, não estão em relação com os alugueis.”⁶³⁷. Alguns dias depois a Baronesa torna a escrever a filha inconformada com a decisão do genro de não viajar para o Rio de Janeiro naquele ano. Lourival, seu genro, era também o administrador dos bens da Baronesa recebidos por ocasião do inventário do Barão de Três Serros. Desta forma, alegando estar atribulada pelo fato da filha não viajar, ela conta que foi ao Ginásio Santo Inácio:

lembrei-me que talvez pudesse conseguir dos padres, mais algum tempo de demóra para o Rubens, sem prejuizo para elle; (...) falei com o proprio director. “ É difficil isso, minha Snr^a., disse-me elle, porque não depende de nós, mas sim do fiscal do governo. Os meninos fôram matriculados, quando recebi a carta do Dr. Maciel, que creio ter sido em Fevereiro, já vê que faz mt^o. tempo, e não podemos ocultar isso, porque o fiscal confére a matricula, e as nótas do aluno. Se si tratasse unicamente da direcção interna do estabelecimento, não havia duvida, porque eu fêchava os olhos, e... prompto!” Mas, disse-lhe eu, si pudessemos obter um cartãosinho do Ministro,... elle não me deixou acabar, dizendo: Ah! minha Sr^a. Isso é tudo! Com um cartão do Ministro, tudo está sanado, e o Rubens póde vir quando quizer, porque só do seu estudo, dependerá o perder, ou não o ano.⁶³⁸

O padre ainda aproveitava para informar a Baronesa que o Tavares de Lira poderia atender logo uma vez que não se tratava de dinheiro, empregos ou privilégios. Assim, ela se anima e escreve indicando a possibilidade de pedir ajuda a Chiquinha:

Já vês, minha filha, que isto não custa tanto, e que por intermédio de pessoa amiga, póde-se obter o tal cartão. A propria prima Chiquinha, poderá facilmente conseguil-o por intermédio da Sr^a. do Affonso Penna, Eu mesmo, si vocês quisérem, procurarei meios de obter esse cartão, apezar de não ter conhecimento, com pêssoa, que se dêem com o Ministro: mas... procura-se.⁶³⁹

Desta forma, sabemos que Francisca era uma mulher bem relacionada, uma vez que seu nome foi cogitado como solução para o empasse das aulas do neto da Baronesa. Parte destas relações sociais deveriam ser construídas e reforçadas justamente mediante a troca de cartas, como se pode perceber a partir da carta remetida de Cannes pela Princesa Isabel em 16 de março de 1890:

Minha querida Chiquinha
Muito lhe agradecemos a expressão de seus sentimentos pelas grandes dores por que temos passado. Que Deus nos dê resignação necessária e a nosso país a felicidade que lhe desejamos.
Creia-me sempre, querida D. Chiquinha, sua muito amiga⁶⁴⁰

⁶³⁷ Carta da Baronesa de Três Serros. Rio de Janeiro, 04 de maio de 1909.

⁶³⁸ Carta da Baronesa de Três Serros. Rio de Janeiro, 06 de maio de 1909.

⁶³⁹ Carta da Baronesa de Três Serros. Rio de Janeiro, 06 de maio de 1909.

⁶⁴⁰ STOCKLER, op. cit., p.238-239.

A escrevente ainda complementa: “Receba para si e os seus minhas saudades novas que sempre tenho na lembrança do bom tempo de Pelotas.”⁶⁴¹. Como vimos anteriormente, a Condessa não só tinha passado alguns dias em Pelotas fazendo inúmeras visitas e passeios como também havia sido acompanhada por Chiquinha em muitos destes.

A “Sra do Afonso Pena”, assim como Isabel, provavelmente se mantinha no círculo de relações de Francisca, pois Afonso Pena não havia sido apenas companheiro de Partido Liberal e de Gabinete de Francisco no século anterior, como também, após um período longo em Minas Gerais, havia retornado ao Rio de Janeiro como vice-presidente em 1903, e em 1906, havia sido eleito para substituir Rodrigues Alves. Ao ocupar o cargo de presidente entre 1906 e 1910, de acordo com nota escrita a pena no álbum de recortes “O Conselheiro F. A. Maciel, foi nessa época, convidado pelo Cons. A. Penna, para Ministro da Justiça, não tendo aceito o cargo, por suas ideias políticas.”⁶⁴². Desta forma, ao aventar a possibilidade de conseguir o “cartãozinho”, a Baronesa está cogitando, neste momento, pedir a Chiquinha que fale com a esposa do presidente.

O ano de 1909 foi movimentado e a Baronesa escrevia a filha “Francisco disse-me que não podia sahir d’aqui, em um momento critico como este. Parece que os horizontes politicos, estão m^o. ennuviados...”⁶⁴³. Em outra carta enviada no mesmo mês ela diz:

Francisco esteve hontem a noite aqui, e disse-me que não ia já; (...)
As cousas politicas, estão tão embrulhadas, que m^a. gente anda assustada sendo eu uma d’ellas, lembrando-me que póde haver qualquer movimento de revolta aqui, em ocasião em que o Edgard esteja no collegio, e venha sem saber; podendo ficar envolvido com o povo, e perder-se, quando mais não seja.⁶⁴⁴

⁶⁴¹ Ibid.

⁶⁴² Álbum de recortes de jornais sobre a vida do Conselheiro Maciel. Acervo particular de Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler.

⁶⁴³ Carta da Baronesa de Três Serros. Rio de Janeiro, 20 de Maio de 1909. Provavelmente o momento crítico se referia aos desdobramentos da indicação de Afonso Pena feita no ano anterior para a sua sucessão na disputa eleitoral de 1910. O candidato indicado por ele não havia encontrado respaldo e as facções políticas entravam em choque dividindo-se entre os dois maiores partidos – o Partido Republicano Paulista e o Partido Republicano Mineiro. Além disso, haviam os “líderes até certo ponto independentes, como o senador gaúcho Pinheiro Machado”. Assim, após meses de incerteza, foi lançada a candidatura do marechal Hermes da Fonseca apoiado pelos republicanos mineiros e os paulistas, descontentes, referendavam o nome de Rui Barbosa. JUNQUEIRA, Eduardo. Campanha civilista. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAMPANHA%20CIVILISTA.pdf>. Acessado em: 25 de outubro de 2018.

⁶⁴⁴ Carta da Baronesa de Três Serros. Rio de Janeiro, 26 de Maio de 1909.

A Baronesa era a responsável por acompanhar os netos nos estudos no Rio de Janeiro, tratava-se de uma estratégia como ela mesma dizia à filha: “Vocês aqui tem um campo mais vasto, para educar, formar ou colocar os filhos”⁶⁴⁵. Desta forma, os filhos de Lourival e Sinhá conviviam com o filho do Conselheiro em terras cariocas. A Baronesa, por sua vez, se encarregava de enviar encomendas feitas pela família em Pelotas, tais como o jogo para lavatório de porcelana encomendado pelo Alfredo, dentre outros objetos demandados pela parentela que se encontrava no sul. A residência em hotéis na maior parte do tempo fazia com que ela apreciasse, e também compartilhasse, os mimos enviados pela filha de Pelotas: “Os casadinhos, balas e biscoitos d’agua, reparti com o Francisco. Este vem a miúdo vêr-me, pelo que lhe estou mtº. grata. Isto mesmo dirás a prima Chiquinha, porque creio ser recomendação d’ella”⁶⁴⁶. Como se percebe, Chiquinha e a Baronesa eram bastante próximas, e as cartas revelam o laço estabelecido e mantido apesar da distância. Francisco, ao visitar a Baronesa e seus sobrinhos, provavelmente acaba por comentar com ela acerca da situação política, o que nos leva a crer que é uma das maneiras pelas quais a Baronesa acessa as informações, mostrando-se sempre inteirada do que acontecia no país, ainda que, como vimos acima, não se detenha a descrever com maior minúcia sobre o que ocorre no Rio de Janeiro, possivelmente para não avolumar as cartas. Entretanto, as dezenas de missivas enviadas por ela no ano de 1909 se devem ao fato da filha e do genro Lourival não se dirigirem ao Rio de Janeiro para passar a estação invernososa. Escreve ela em julho: “É verdade, que por qualquer pretexto, não ha aulas, tendo havido 8 dias de férias, pela mórte de Affonso Penna. Esta mórte, foi realmente contristadora, pelas circunstancias que a cercaram: Abalou a Cidade em pêso!”⁶⁴⁷. Passado um mês ela escrevia novamente a filha:

Não vi ainda o Baláu. Não costumo ir ao Hotel, visitar o Francisco, porq. receio sempre encommoal-o, e por isso não fui agóra vêr o Baláo; até porque, elles a andam atrapalhados com a ‘Convenção’ e não quero ser importuna: Mando sempre o Diogo, e Edgard. Francisco esteve uma d’estas noites aqui, mas eu não estava.⁶⁴⁸

A correspondência privada, dada a sua natureza de se constituir entre duas pessoas com grau de intimidade, apresenta algumas dificuldades ao pesquisador⁶⁴⁹. Dentre estas, a identificação dos terceiros presentes nas cartas. Sendo assim, torna-se necessário, além

⁶⁴⁵ Carta da Baronesa de Três Serros. Rio de Janeiro, 8 de Junho de 1909.

⁶⁴⁶ Carta da Baronesa de Três Serros. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1909.

⁶⁴⁷ Carta da Baronesa de Três Serros. Rio de Janeiro, 1º de Julho de 1909.

⁶⁴⁸ Carta da Baronesa de Três Serros. Rio de Janeiro, 23 de Agosto de 1909.

⁶⁴⁹ Acerca do tratamento metodológico destas fontes ver: GOMES, Ângela de Castro. (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

de identificar os demais familiares e suas idades, também realizar o cruzamento dos dados com informações presentes na imprensa, por exemplo. Desta maneira, foi possível identificar entre os apelidos utilizados pela Baronesa que “Baláu” era Francisco Maciel Júnior, filho de Chiquinha e Francisco. Por esta época, Francisco Júnior já está bastante envolvido na campanha anti-hermista, pois o *Correio da Manhã* noticia que, em uma conferência entre Francisco Maciel e Assis Brasil, havia sido resolvida a organização de uma comissão encarregada da propaganda contra Hermes da Fonseca. A comissão era composta de “Antero Leivas, Maciel Júnior e Emílio Nunes, pertencentes respectivamente aos democratas e macielistas.”⁶⁵⁰. Além disso, a nota continuava expondo o papel de Maciel Júnior “Em Bagé, reuniu-se hoje o diretório, deliberando denominar-se Junta Rio-grandense. Maciel Júnior será a o delegado em Pelotas.”⁶⁵¹.

A Convenção, que a Baronesa de Três Serros menciona, era matéria no jornal *O Paiz* no início daquele mês:

Está publicada a relação completa dos delegados da oposição rio-grandense á Convenção de 22 do corrente, que são os seguintes: conselheiro Francisco Maciel, Drs. Assis Brasil, Pedro Moacyr, Fernando Abbott, Aureliano Barbosa, Maciel Júnior, José Tavares, Favorino Pereira, Pinto da Rocha, Tiburcio de Azevedo, Plínio Casado e Raphael Escobar, coronéis Antero Cunha, Domingos Ribas, Lauro Prates e Zeca Netto, comendador Candido Azambuja, Haroldo Farinha e Leopoldo Soares, representando alguns diversos municípios, pois, que estes são no Estado sessenta e sete.⁶⁵²

Como se observa, Francisco não só encabeçava a lista como Delegado da Junta Rio-Grandense, como era acompanhado de seu filho Maciel Júnior⁶⁵³. Esta Convenção de Agosto lançou as candidaturas de Rui Barbosa e Alfredo Ellis à presidência e vice-

⁶⁵⁰ Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 22 de julho de 1909. n.2927, p.03. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br>. Acesso em out. 2018.

⁶⁵¹ Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 22 de julho de 1909. n.2927, p.03. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br>. Acesso em out. 2018.

⁶⁵² O Paiz. Rio de Janeiro, 09 de agosto de 1909, n.9074, p.05.

⁶⁵³ Conforme o verbete disponível no site da Fundação Getúlio Vargas, Maciel Júnior havia iniciado seus estudos em Pelotas, mas com a mudança forçada da família para Montevidéu, ele passou a frequentar o curso secundário em uma escola anexa à universidade. Em 1896, com o término da Federalista regresso u à Pelotas e no ano seguinte se transferiu para São Paulo onde concluiu os exames preparatórios e ingressou em 1899 na Faculdade de Direito. Após frequentar por três anos se mudou para o Rio de Janeiro onde se bacharelou em 1902. Colaborou em diversos jornais no Rio Grande do Sul dentre eles *A Opinião Publica* de Pelotas para o qual escrevia quando ainda era acadêmico. Formado, advogou em Pelotas até 1906 quando passou a dirigir o jornal *A Reforma*, órgão do Partido Federalista, fundado por Silveira Martins. Maciel Júnior dirigiu o jornal por seis anos, residindo os dois últimos em Porto Alegre. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MACIEL,%20Antunes.pdf>. Conforme a imprensa, em reunião da Junta Rio-Grandense em Pelotas, o conselheiro havia sido escolhido como delegado para participar da Convenção de agosto. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 27 de julho de 1909. n.2932, p.01.

presidência da República, respectivamente⁶⁵⁴. Neste ano, Francisco e Pedro Moacyr eram deputados pelo partido, mas havia uma baixa, pois Rafael Cabeda não havia sido eleito. De acordo com o Álbum de recortes de jornais organizado pela família, constava na data de 10 de outubro de 1909 que Francisco havia feito uma manifestação a Rui Barbosa no Teatro Lírico. Na carta que envia a filha no início de outubro, a Baronesa comenta que: “Francisco, e Balaú, bons. A manifestação que fizeram ao Ruy Barbosa foi importantíssima!”⁶⁵⁵. Neste momento, os ânimos na Capital Federal estavam exaltadíssimos. A disputa entre militaristas e civelistas havia ganhado novos contornos em setembro com

(...) os acadêmicos cariocas [que] organizaram uma passeata que ganhou colorido diferente com o enterro político do general Antonio Geraldo de Souza Aguiar, comandante da Força Policial do Distrito Federal. A manifestação terminou com o saldo de duas vítimas fatais, daí a alusão ao sangue, com o qual o episódio ficou consagrado, isto é, Primavera de Sangue.⁶⁵⁶

Este episódio seria denunciado por vários políticos, como Rui Barbosa no Senado, afirmando que “em um país constitucional, a farda não eximia de críticas uma categoria e muito menos isentava de suas responsabilidades legais para qualquer um dos cidadãos do país”⁶⁵⁷. Pedro Moacyr ao discursar na Câmara sobre as demonstrações de pesar público manifestadas pela população pelas ruas da Capital, também referia que esta queria dar uma prova de sua repulsa “contra o espírito da força, contra a teoria da brutalidade, contra o instinto da violência, que está procurando sistematicamente, por vias diretas e indiretas, aqui e ali, no norte, no centro, no sul, fazer recuar de muitos anos toda a cultura liberal deste país...(...)”⁶⁵⁸. Todas estas manifestações colocavam a Baronesa preocupada, pois segundo ela corria “pela boca pequena” que poderia haver algum movimento no mês de novembro.

⁶⁵⁴ BORGES, Vera Lúcia Bogéa. A campanha presidencial de 1909-1910 na correspondência de Rui Barbosa e de Hermes da Fonseca. Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/culturaepolitica/anais/veraluciaborges.pdf>. Acessado em: 07 de outubro de 2018.

⁶⁵⁵ Carta da Baronesa de Três Serros. Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1909. Conforme o Correio da Manhã, Francisco Maciel Júnior e Andrade Neves Neto participariam, no início de julho, em Santa Maria, de um *meeting* contrário a candidatura do marechal Hermes. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 21 de junho de 1909. N.2896, p.02

⁶⁵⁶ BORGES, Vera Lúcia Bogéa. A Primavera de Sangue: a cidade do Rio de Janeiro na batalha eleitoral de 1910. **Dimensões**. Vol.27, 2011, p.117. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/2586/2082>. Acessado em 07 de outubro de 2018.

⁶⁵⁷ *Ibid.*, p.119.

⁶⁵⁸ Anais da Câmara dos Deputados, 1909, v. VIII, p.520 *apud* Borges, Vera Lúcia Bogéa. A Primavera de Sangue:... op. cit. p.120.

O Álbum de recortes sobre o Conselheiro, trazia uma matéria da *Gazeta do Comércio* que vinha com anotação feita a bico de pena de que a data de publicação da notícia era 28 de outubro de 1909. Nela, com o subtítulo “Porto Alegre, 28” se publicava que Francisco havia sido escolhido como líder da minoria. Outro recorte, colado na mesma página do Álbum, destaca o *Diário de Notícias* que trazia a matéria intitulada “Movimento Civilista” no dia 16 de dezembro de 1909 e a reportagem inseria uma foto do Conselheiro exaltando a biografia daqueles que batalhavam pelo regime civil⁶⁵⁹.

Em janeiro de 1910, a Baronesa novamente comentava com a filha que havia requisitado a prima Chiquinha, mas sem sucesso,

Tenho sentido mtº., o que diz a prima Chiquinha, sobre o Dr. Honorio de Barros, pois eu tinha esperança que o pobre do Diogo melhorasse um pouco de sorte. Elle ficou abatidissimo, com a refórma do Correio, pois vio alguns companheiros, da Tribuna, serem nomeados. Elle n’esse dia, qdo. chegou, apenas me disse: “Veja Memélia, o que é ter proteção; os meus companheiros, F, F, e F. fôram todos nomeados para o correio, e com bons vencimentos!” Procurei animal-o, mas ficou surumbatico, que não disse mais uma palavra.⁶⁶⁰

Com esta passagem da carta não é possível inferir se a Baronesa especulava alguma informação, ou se havia pedido algum tipo de indicação para colocar Diogo. Por outro lado, ao prosseguir no assunto sabemos que este estava auxiliando o Conselheiro “Só agora andava elle mais animado, com pequenas incumbencias que lhe deu o Francisco, antes de embarcar, porque, elle tem paixão pela politica, e grande admiração pelo Francisco, d’esde que este foi Ministro.”⁶⁶¹. Dois dias depois, a Baronesa volta a falar diretamente de Francisco, para além dos comentários sobre perguntar notícias ou mandar lembranças, ela escrevia ao genro e irmão do Conselheiro, Lourival. Nesta carta, e talvez por se tratar de uma carta para o genro, que tinha como objetivo agradecer a remessa de dinheiro, ela dedica menos linhas, porém se detém mais na situação política. Informava ela sobre a situação no Rio que:

Quanto á penna, póde mandal-a ao Hermes, porque talvez isso o anime a escrever um manifésto, desistindo da sua tão antipathisada candidatura! Aqui o entusiasmo pelo Ruy, toca ao delirio! Os animos estão exaltadissimos! Só se houve dizer por toda parte: ‘A revolução está á ‘porta’ constantemente há ‘rolo’ porque qualquer um garôto lembra-se de dar um viva, (se razão de ser) ao Ruy, e já se pegam,... é um horror.⁶⁶²

⁶⁵⁹ Busquei junto ao site da Biblioteca Nacional o jornal Diário de Notícias, mas não há exemplares para o período.

⁶⁶⁰ Carta da Baronesa de Três Serros. Rio de Janeiro 12 de janeiro de 1910.

⁶⁶¹ Carta da Baronesa de Três Serros. Rio de Janeiro, 12 de Janeiro de 1910.

⁶⁶² Carta da Baronesa de Três Serros. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1910.

Mais da metade da carta da Baronesa é sobre a política e ela prossegue compartilhando o que lhe chegava aos ouvidos: “Dizem que o Ruy vai dizistir, e que o escolhido será o Francisco. Parece que este boato, partio mesmo dos Hermistas. Que assim seja! Li hoje um telegramma, dando a chegada do Francisco ahi, e a bonita recepção que teve. Peço-lhe dar-lhe os meus parabens.”⁶⁶³. Como se pode inferir, o presidente do Diretório Central Federalista, Francisco, estava em Pelotas. E ela prossegue narrando ao genro a situação na capital, “Há dias, em uma loja, um sujeito conversando, ou antes gritando, dizia: “si o Hermes fôr eleito, garanto que não subirá as escadas do Cattête”. Imagine, como está isto! Este pobre com certeza é preso antes da eleição, sobre qualquer pretexto.”⁶⁶⁴. Hermes da Fonseca derrotou Rui Barbosa e Francisco permaneceu como líder da minoria na Câmara. Mas convém que se interrompa a narrativa envolvendo o Conselheiro e seu irmão Lourival a fim de que se exponha acerca das amizades de um dos filhos de Lourival, Rubens Antunes Maciel durante sua formação no curso de Direito.

A Baronesa de Três Serros, como dito anteriormente, aconselhava a filha e o genro a irem para o Rio de Janeiro afim de “educar, formar ou colocar os filhos” e, desta forma, os netos chegavam para morar com ela no Rio de Janeiro. Rubens, era um dos filhos mais velhos de Lourival, para quem a Baronesa buscava o cartãozinho do ministro. Ele fez parte de seus estudos no Colégio Santo Inácio e, posteriormente, ingressou no curso de Direito. Conforme Lago, foi durante a faculdade que Rubens e Oswaldo Aranha se conheceram⁶⁶⁵. Aranha tinha iniciado o curso de direito em 1912 e, ao longo da trajetória acadêmica, se tornou amigo de Rubens, de maneira que, em fins de janeiro de 1914, os dois partiram em viagem para a Europa. A viagem que deveria durar um ano foi interrompida em função do início da Primeira Guerra Mundial⁶⁶⁶. O autor, ao construir a biografia de Oswaldo, expõe que, embora a família Aranha fosse do Partido Republicano, durante a faculdade Oswaldo havia se aproximado de colegas que, na política gaúcha, se ligavam às oposições. Além disso, neste período, Oswaldo havia mantido intensa atividade política contra o governo federal, especialmente o presidente Hermes da Fonseca, que era apoiado pelo PRR. Era também contrário ao presidente do Rio Grande do Sul - Antônio Borges de Medeiros - e contra o líder situacionista José Gomes Pinheiro

⁶⁶³ Carta da Baronesa de Três Serros. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1910.

⁶⁶⁴ Carta da Baronesa de Três Serros. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1910.

⁶⁶⁵ LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. **Oswaldo Aranha: o Rio Grande e a Revolução de 30: um político gaúcho na República Velha**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996, p.35.

⁶⁶⁶ Ibid.

Machado, senador pelo Estado. Informa Lago que “Embora não fosse gasparista (...) passou a frequentar, provavelmente influenciado por Rubens Antunes Maciel e outros gaúchos que estudavam no Rio, o Grupo Gaspar Martins, formado por universitários”⁶⁶⁷. Tal apoio de Oswaldo havia resultado no pedido de Pinheiro Machado a Euclides Aranha, pai de Oswaldo, afim de que Euclides acalmasse o ânimo dos estudantes na oposição à Hermes da Fonseca, que já não era mais presidente no momento. Euclides chega a escrever ao filho em 1915, mas este continuou sua oposição e, diante de uma manifestação de estudantes em que um colega de Oswaldo foi ferido, este envia um telegrama ao general Pinheiro Machado no qual o critica. O mais interessante é que Lago aponta apenas Rubens enquanto influenciador na atuação política de Oswaldo, mas ao transcrever o telegrama se pode ter uma ideia de quanto Rubens estava entre parentes pois assinavam o telegrama: Breno Antunes Maciel, Rubens Antunes Maciel, Lauro Maciel de Sá, Álvaro Maciel e Edgard Maciel de Sá⁶⁶⁸. Alguns dos Maciel – Rubens e Edgard, por exemplo aparecem morando com a Baronesa durante o tempo em que estudam no Rio de Janeiro e, portanto, são constantemente referidos nas cartas. Mas, retornando ao telegrama de Oswaldo, bem como o seu posicionamento político contrário à Hermes da Fonseca, este teve desdobramentos na família Aranha. Nas palavras de Love, citado por Lago, a única eleição que criou algum interesse no Rio Grande do Sul, entre as eleições presidenciais situadas entre os anos de 1910 e 1922, foi a disputa pela vaga de senador em agosto de 1915 para a qual Pinheiro Machado havia indicado Hermes da Fonseca, contando com a concordância de Borges de Medeiros⁶⁶⁹. Assim, as atitudes dos estudantes no Rio de Janeiro, sobretudo as de Oswaldo levaram Euclides Aranha a redigir uma carta enviada de Itaquí, em 04 de agosto de 1915, em que ele expõe que era seu dever avisar ao filho de que estava seguindo o caminho errado, e que devido ao “fogo da mocidade” o filho havia sido levado a participar de maneira tão intensa. Entretanto, seus atos acarretariam responsabilidades enquanto que seus “promotores se puseram à socapa” e cita:

(...) senão vejamos: Conselheiro Maciel e Macielzinho [provavelmente Francisco Maciel Júnior] ficaram de fora na questão, o Maragato grita contra Maurício Lacerda que quer revolução e Maurício que vinha agitar o Rio Grande, revolvendo cochilhas, lá se mete na sua toca aconselhando depois que se acabem com os *meetings*? E assim todos eles! Todos a mesma coisa! (...) Cabeda, o tipo mais acabado do caudilho *oriental*, (um Aparício ou

⁶⁶⁷ LAGO, op. cit., p.50.

⁶⁶⁸ Ibid., p.50.

⁶⁶⁹ LOVE *apud* LAGO, op. cit., p.52.

Gumercindo aí vem falar em honra e desonra como se de consciência soubesse ele o que significam na sua vida prática essas palavras! (...) ⁶⁷⁰.

Como se pode observar, Euclides tece uma crítica bastante pesada aos federalistas, sobretudo aos Antunes Maciel, de quem certamente Aranha estava bastante próximo. É possível mesmo que, eventualmente se encontrassem no hotel ou residência que a Baronesa alugava no Rio de Janeiro, pois ela faz questão de presentear Oswaldo, no ano seguinte, “Como o Aranha e o Chico Sá, se fôrnam na mesma ocasião que o Rubens, peço-te que compres uma lembrança, para offereceres em meu nome a cada um d’elles. Acho que o mais apropriado, será um tinteiro, não achas? Como advogados, terão sempre de escrever” ⁶⁷¹. Sendo assim, ela pede a filha que está no Rio de Janeiro na ocasião que providencie o presente a Oswaldo. Mas não é só nesta passagem que podemos inferir a aproximação entre as famílias Antunes Maciel e Aranha. Na mesma carta, mais adiante, ela trata de correspondência enviada pela filha: “N’esta, tu dizes: segue o irmão do Aranha, depois de amanhã. Pois foi pena que a carta não viesse por elle, que há m^os dias esteve aqui. Não o hospedei, porque elle disse-me que não demorava, e que ficava á bórdo, e eu estava com a casa em desordem, com trabalhadores” ⁶⁷². Estes excertos das cartas da Baronesa nos permitem inferir que a ligação de Oswaldo e sua família com a Baronesa e Rubens era, não só bastante próxima, como se estendia aos demais Antunes Maciel. As cartas, portanto, são fontes privilegiadas para analisar as relações afetivas dentro da parentela, as solidariedades e estratégias de apoio, bem como a construção e manutenção das relações de amizade entre os membros das famílias Antunes Maciel e Aranha ⁶⁷³.

⁶⁷⁰ LAGO, op. cit., p.53. Grifos do autor. *O Maragato* a que ele se refere é provavelmente o jornal de Rafael Cabeda e Rodolfo Costa, fundado em 1896, na cidade de Rivera. André Fertig expõe que *O Maragato* era foco privilegiado de atuação da oposição federalista que possuía como base de apoio eleitoral grande parcela da elite agropecuária da região da campanha rio-grandense. FERTIG, André. A oposição federalista na Primeira República no Rio Grande do Sul através do jornal “O Maragato”. **Estudios Historicos**. CDHRP, n.1, mayo 2009. Disponível em: http://www.estudioshistoricos.org/edicion_1/andre-fertig.pdf. Acessado em 15 de novembro de 2018.

⁶⁷¹ Carta da Baronesa de Três Serros. Pelotas, 06 de dezembro de 1916.

⁶⁷² Carta da Baronesa de Três Serros. Pelotas, 06 de dezembro de 1916.

⁶⁷³ Posteriormente a irmã de Oswaldo, Eloah Aranha, casará com Aires Moreira Maciel, filho de Arthur e Leonídia.

5.3 A família e o “herdeiro e continuador da política”

Nos anos 1910, as referências à Francisco na imprensa, na maioria das vezes, são relativas a passagem de seu aniversário no dia 29 de outubro. Nesta data, diferentes jornais rendiam homenagem, como o *Diário de Notícias* e o *Maragato. A Reforma*, órgão do Partido, dedicava textos mais longos e também inseria uma imagem de Francisco junto com a matéria. Esta, quase que invariavelmente, retomava a trajetória do “Conselheiro Maciel” iniciando por seus estudos e enfatizando sua vida política. Em 1912, *O Federalista* de Santa Maria expunha que Francisco brilhou junto com políticos como Gaspar Martins, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa. Além disso, naquela ocasião em que publicava nota relativa a passagem de seu natalício retirada do jornal *A Reação* informava que “Imerso ainda na terrível dor da ausência eterna de sua virtuosa esposa, vê hoje passar mais um ano de útil existência o nosso benemérito amigo e preclaro chefe d. Francisco Antunes Maciel, presidente do diretório central do Partido Federalista”⁶⁷⁴. Trata-se do único recorte de jornal que faz referência a morte de Chiquinha, não havendo outras menções na imprensa a este fato, pelo menos no que foi preservado no Álbum da família.

Em 1913, o jornal *A Reação* informava que o Conselheiro estava com a saúde abalada, mas havia, por ocasião de seu aniversário, recebido no Hotel Continental, onde morava, os cumprimentos de Bernardino de Campos e Rodrigues Alves. Do Estado, o conselheiro havia recebido 186 telegramas de congratulações⁶⁷⁵. Francisco por esta época, já havia feito seu sucessor e o pleito parlamentar federal de 1915 contava com a recuperação de uma cadeira para os federalistas, tratava-se da chegada do filho do conselheiro, Francisco Antunes Maciel Júnior, que era eleito pelo segundo distrito. Ele agora passava a atuar junto com Rafael Cabeda eleito pelo terceiro distrito. Em janeiro do ano seguinte, Francisco Júnior chegava a São Paulo para visitar o conselheiro Rodrigues Alves no palácio do governo⁶⁷⁶.

O Congresso Federalista realizado em 1917 em Porto Alegre aprovou um programa que, conforme Franco, de alguma forma reproduz o “testamento político” de

⁶⁷⁴ *O Federalista*. Santa Maria, 31 de outubro de 1912. Álbum de recortes de jornais sobre a vida do Conselheiro Maciel. Acervo particular de Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler.

⁶⁷⁵ *A Reação*. Pelotas, 29 de outubro de 1913. Álbum de recortes de jornais sobre a vida do Conselheiro Maciel. Acervo particular de Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler.

⁶⁷⁶ *Correio Paulistano*. São Paulo, 09 de janeiro de 1916. n.18854, p.03. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br>. Acesso em out. 2018.

Silveira Martins. O *Correio da Manhã* noticiava o encerramento do congresso do partido federalista que tinha seu diretório central assim constituído:

(...) presidente, conselheiro Francisco Maciel; diretores, coronel Rafael Cabeda, dr. Pedro Moacyr, dr. Wenceslau Escobar, Theobaldo Fleck, general Felipe Portinho, coronel Antero Cunha, coronel Vasco Alves, dr. Candido Bastos e coronel Rodolfo Costa. (...) Depois da posse do diretório, o congressista Olimpio Duarte fez uma entusiástica saudação, historiando a vida do conselheiro Francisco Maciel. Esse discurso foi muito aplaudido. O coronel Alfredo Gonçalves Moreira apresentou uma moção pedindo um voto de profunda saudade e gratidão as memórias do conselheiro Gaspar Silveira Martins, general Joca Tavares, general Gumercindo Saraiva e outros chefes federalistas falecidos. (...)⁶⁷⁷.

Francisco, antes do final da sessão, fez uso da palavra agradecendo o partido por tê-lo reconduzido à presidência do diretório e destacando a harmonia na deliberação. Disse que ela “contrastava com os maos presságios que diariamente vinha formulando o órgão do partido governista, que chegou a chamar a reunião de congresso de fósseis”⁶⁷⁸. Ele provavelmente se demorou no sul, pois a Baronesa em junho perguntava a filha: “Francisco quando vem? Só vi, digo, estive com a Olga e Alayde, no dia de minha chegada, mas sei que vão bem. Não pude ainda ir vê-las, porque cada vez me sinto pior das penas. Não vi ainda o Baláu, nem o Oscar.”⁶⁷⁹. Francisco Maciel Júnior já estava bastante envolvido com a política e, além dele, também seu tio Alfredo Gonçalves Moreira constava na chapa de dez nomes apresentada pelo partido nas eleições estaduais para a 8ª legislatura da Assembleia dos Representantes⁶⁸⁰.

No dia 14 de agosto de 1917, os jornais cariocas noticiavam: “O Sr. Conselheiro Francisco Antunes Maciel, que a morte acaba de colher, foi uma das figuras de destaque da política nacional, quer no antigo, quer no atual regime.”⁶⁸¹. Francisco falecia aos 70 anos de idade e o jornal refazia sua trajetória iniciando pelos estudos em São Paulo e depois passando a sua atuação política no Império e na República. No conflito de 1893 o jornal expõe que ele havia “Passado para Montevideu, dali, onde se achava internado, chefiou a revolução contra Júlio de Castilhos e Floriano Peixoto.”. O jornal destaca que, além do título de Conselheiro de Estado, Francisco também possuía o oficialato da Legião

⁶⁷⁷ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30 de março de 1917. N.6609, p.4. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br>. Acesso em out. 2018.

⁶⁷⁸ *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30 de março de 1917. N.6609, p.4.

⁶⁷⁹ Carta da Baronesa de Três Serros. Rio de Janeiro, 6 de Junho de 1917. Olga, Alayde e Oscar eram filhos dos Barões de São Luís.

⁶⁸⁰ FRANCO, 2007, p.158. Entretanto, Alfredo não havia conseguido se eleger.

⁶⁸¹ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1917. Álbum de recortes de jornais sobre a vida do Conselheiro Maciel. Acervo particular de Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler.

de Honra da França. Informava também que o Conselheiro havia escrito artigos sobre política e questões sociais, que havia publicado na imprensa da Capital e também no Rio Grande do Sul e, ainda estava incompleta a sua obra sobre a história do Rio Grande do Sul, cujos capítulos ele havia publicado em formato de artigo na imprensa. A nota informava que o falecido deixava duas filhas e um filho, este, naquele momento era Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul. Conforme a nota, ele havia falecido no dia anterior no Grande Hotel, no largo da Lapa às 4 horas e 15 minutos da tarde em consequência de um enfisema pulmonar, mal que o acometia há algum tempo. Novamente, o clima do sul com seus invernos eram apontados como prejudiciais à saúde e motivo pelo qual o Conselheiro não permanecia por tanto tempo fora da Capital. A nota em seus pormenores trata do médico que acompanhava o Conselheiro e, no momento de seu “desenlace”, informa que estavam no hotel os seus filhos, o Dr. Costa Leite e Capitão Alípio di Primio, suas sobrinhas⁶⁸², e os drs. Gomes Freire e Oscar Maciel. A descrição da imprensa carioca era detalhista:

O corpo do sr. Conselheiro Maciel, vestido de casaca, tendo esta na botoneira a Legião de Honra, foi encerrando em caixão de primeira classe e colocado sobre uma eça, ladeada por tocheiros.

O corpo ficará no Grande Hotel até as 4 horas da tarde de hoje quando sairá o enterro para o cemitério de São João Batista.⁶⁸³

A descrição pormenorizada de nomes e sobrenomes de familiares, amigos e políticos era imensa e como noticiava o jornal “para o saimento fúnebre, o Grande Hotel estava repleto de pessoas de representação social”⁶⁸⁴. As condolências apresentadas pela imprensa a toda família encontravam como referência o filho: “Á sua exma. Família apresentamos as nossas mais sinceras condolências, especialmente ao seu digno filho dr. Francisco Maciel Júnior, deputado federal, herdeiro e continuador da política de seu venerando e pranteado pai”⁶⁸⁵.

Francisco Maciel Júnior havia recebido inúmeros telegramas, cartas e notas de pesar, a iniciar pelo presidente Wenceslau Brás. Outro jornal expunha: “Era filho do coronel Eliseu Maciel, que tomou parte distinta na revolução rio-grandense de 1835 a 45, continuou, também, a administrar com seus irmãos srs. Leopoldo Maciel, barão de S.

⁶⁸² Provavelmente as sobrinhas referidas na notícia eram as filhas de Leopoldo Olga e Alayde. A primeira casou com Joaquim Teixeira da Costa Leite e a segunda com Alípio di Primio.

⁶⁸³ Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1917. Álbum de recortes de jornais sobre a vida do Conselheiro Maciel. Acervo particular de Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler.

⁶⁸⁴ Ibid.

⁶⁸⁵ O Paiz. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1917. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br>. Acesso em out. 2018.

Luiz, Anníbal, Arthur Maciel e sra. D. Mercedes M. Moreira as estâncias que lhe couberam em herança.”⁶⁸⁶. As notas relativas ao falecimento de Francisco nos informam sobre a situação da parentela naquele momento. Assim, os irmãos Barão de São Luiz e Mercedes Maciel Moreira já haviam falecido e Lourival e Arthur continuavam residindo em Pelotas. Quanto aos cunhados,

d. Maria Moreira de Paiva, viúva do coronel Domingos Soares de Paiva, d. Candida Moreira Maciel, viúva do Barão de S. Luiz, e d. Celia Botelho Moreira, viúva do sr. Arthur Gonçalves Moreira, e do sr. coronel Alfredo Gonçalves Moreira, presidente da “União dos Criadores”, e dr. Francisco de Paula Gonçalves Moreira, da falecida d. Maria Angelica Moreira Ribas, do comendador Francisco Alves Ribas e do sr. Arthur Gonçalves Moreira, também já falecido⁶⁸⁷

A família havia se transformado e entrava num novo ciclo, vários cunhados e também os irmãos já haviam falecido. Entretanto, longe de se reduzir, os Antunes Maciel e os Moreira haviam se multiplicado, ou como dizia a imprensa eram “inúmeros” e, entre estes, não estavam os sobrinhos, que eram os netos da Baronesa de Três Serros, filhos de Lourival. Entre a multiplicação de sobrinhos constavam:

os srs. Dr. Antonio Soares de Paiva, colaborador desta folha, e Domingos Soares de Paiva, residente em Paris, d. Clara de Paiva Galvão; srs. José e Domingos Moreira Ribas, sras. Noemia Ribas Velho, esposa do dr. Leonel Gomes Velho, inspetor do porto e membro da comissão executiva do partido republicano do Rio Grande, d. Adelina Ribas de Almeida, senhora do dr. Francisco Piratinino de Almeida, auditor da Marinha no Rio, Mariana Ribas Fagundes esposa do sr. Francisco de Paula Fagundes, fazendeiro no Rosário, srs. Leopoldo e Godofredo Maciel, d. Olga Maciel Leite, esposa do sr. dr. Joaquim da Costa Leite, inspetor geral dos institutos profissionais, no Rio, d. Alayde Maciel di Primo, casada com o capitão de estado maior, dr. Alípio di Primo, residente no Rio, d. Othilia Maciel de Barros, esposa do dr. José Julio de Albuquerque Barros, diretor da ‘Opinião Publica’, actualmente em Buenos Aires; dr. Arthur Maciel Filho, diretor do frigorífico de Barretos em São Paulo, dr. Oscar Maciel colaborador desta folha, dr. Aires Maciel, dr. Breno Maciel, srs. José, Eliseu e Alvaro Maciel, este actualmente em Uruguaiana, d. Leopoldina Moreira dos Santos, esposa do dr. Eurico dos Santos, secretário da ‘União dos Criadores’ em Porto Alegre, d. Leonídia Moreira Osorio, esposa do sr. dr. Manoel Luis Osorio, presidente da ‘Federação Rural’, dr. Alfredo Alvaro Maciel Moreira, colaborador desta folha, srs. Dr. José Antonio e Manoel de Oliveira Moreira.⁶⁸⁸

A matéria cobrindo a morte do Conselheiro é riquíssima, não só porque nos permite observar um vínculo dos Antunes Maciel com o jornal - já constituído há mais de uma década - como também por demonstrar o quanto este vínculo havia se estreitado

⁶⁸⁶ A anotação no Álbum de Beth Stockler menciona se tratar do jornal *Diario Popular* de São Paulo, mas não encontrei referência para este jornal.

⁶⁸⁷ A Opinião Publica. Pelotas. Álbum de recortes de jornais sobre a vida do Conselheiro Maciel. Acervo particular de Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler.

⁶⁸⁸ A Opinião Publica. Pelotas. Álbum de recortes de jornais sobre a vida do Conselheiro Maciel. Acervo particular de Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler.

– colaboradores e diretor da folha estavam entre os familiares enlutados. Mas não é só isso. E talvez também por isso, os detalhes acerca de com quem haviam casado, fazendo desfilar uma série de sobrenomes que deixam ver famílias reconhecidas. Reconhecidos também são os nomes escolhidos para colocar nos sobrinhos – Leopoldo, Leopoldina, José, Eliseu, Arthur – e sabemos que haviam nesta geração Francisco e Aníbal. Entre as funções ou cargos exercidos pelos homens estavam capitão, político, inspetor de instituto profissional, inspetor do porto, auditor da marinha, fazendeiro, diretor de frigorífico e, destaca-se o vínculo estreitíssimo com entidades ligadas a agropecuária como a Federação Rural e a União dos Criadores presidida e secretariada por eles. Outra informação relevante diz respeito à onde estavam os Antunes Maciel e Moreira. Aparecem Paris, Rio Grande, Rosário, Uruguaiana, Buenos Aires, São Paulo, Porto Alegre, mas sobretudo o Rio de Janeiro. Mais uma vez os Antunes Maciel “migravam” e os três herdeiros do Conselheiro são exemplos deste deslocamento em direção à capital federal. Afinal, como alertava a Baronesa a filha e ao genro no início daquele século, no Rio de Janeiro havia um campo mais vasto para educar, formar e “colocar” os filhos aumentando assim as chances de reprodução social de seu grupo. Desta forma, os Antunes Maciel estavam em busca da conservação de seu status o que significava sua transmissão a outra geração.

Por fim, se as homenagens póstumas são carregadas de frases lapidares, algumas delas lidam diretamente com essa tentativa de eternizar a existência do Conselheiro “(...) para a vida da História a história de uma grande vida!”⁶⁸⁹. Em uma das homenagens o colonista João Henrique lança mão do que seria, de acordo com ele o “último discurso do conselheiro A. Maciel, discurso esse que valerá bem uma profécia” e cita a passagem em itálico: “Os velhos que a morte impiedosamente tem levado serão substituídos por moços ardorosos que espontaneamente vem fazer guarda às tradições dos que se foram e o partido rejuvenesce sempre.”⁶⁹⁰. Rejuvenescer talvez fosse a palavra encontrada pelo Conselheiro para responder às críticas da oposição que haviam tratado uma das últimas reuniões dos federalistas como um “congresso de fósseis”. Entretanto, o Partido Federalista mergulharia numa crise profunda nos anos seguintes, e os maragatos haviam se dividido. Mas em parte Francisco estava certo, moços iam fazer guarda às tradições

⁶⁸⁹ A Ideia de Rio Grande. Álbum de recortes de jornais sobre a vida do Conselheiro Maciel. Acervo particular de Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler.

⁶⁹⁰ O Parlamentarista de Cachoeira. Álbum de recortes de jornais sobre a vida do Conselheiro Maciel. Acervo particular de Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler.

dos que a morte ceifava. A esta altura, 1917, ele já não tinha mais dúvida de que o filho Francisco Antunes Maciel Júnior escrevia seu nome e seu sobrenome na política brasileira, assim como o pai.

A estrofe do soneto utilizado como epígrafe neste capítulo e que foi escrito em homenagem ao Conselheiro Maciel remete a sua condição de chefe maragato e sua reputação construída em campanhas disputadas. Entretanto, este “renome” se construiu em função de um sobrenome, de uma família. Os Antunes Maciel, como as correspondências exploradas neste capítulo deixam ver, atuaram de maneira conjunta na Federalista articulando alianças e combates de ambos os lados da fronteira. Em jogo estavam a manutenção dos negócios e a participação política. O cotidiano que se apresenta em cartas da família permite observar a construção de uma coesão interna que se efetiva por meio do atendimento de favores, pedidos, ajudas, envio de presentes, recomendações ou mesmo o relato de ações que denotam o esforço em atender as demandas. As notas na imprensa acerca do falecimento do Conselheiro Maciel em 1917 retomam sua biografia alicerçada em sua origem familiar, trajetória acadêmica e atuação política. Replicadas em diferentes jornais do país, estas notas evidenciam um herdeiro político.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A família, a guerra, a fronteira, os negócios e a política permearam este trabalho sobre os Antunes Maciel. Essa família, que em sua migração em direção ao sul, desde Sorocaba, remonta os setecentos, teceu inúmeras estratégias a fim de sobreviver, construir e conservar seu status social transmitindo de uma geração a outra. Seu deslocamento pode ser desenhado num mapa e acompanha a expansão lusitana em território hispânico: de Sorocaba até Laguna, descendo até Rio Pardo, chegando a Pelotas, depois até Rio Grande para em seguida rumar em direção ao Estado Oriental. Porém, diferente das fronteiras geopolíticas portuguesas que recuam com a independência da Cisplatina, os Antunes Maciel permanecem com propriedades, escravos e negócios nos departamentos orientais, por gerações. Mas como expõe Levi:

Todas as estratégias pessoais e familiares talvez tendam a parecer atenuadas em meio a um resultado comum de relativo equilíbrio. Todavia, a participação de cada um na história geral e na formação e modificação das estruturas essenciais da realidade social não pode ser avaliada somente com base nos resultados perceptíveis: durante a vida de cada um aparecem, ciclicamente, problemas, incertezas, escolhas, enfim, uma política da vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica das normas sociais.⁶⁹¹

Sendo assim, este trabalho analisou a trajetória familiar dos Antunes Maciel buscando apontar os recursos e estratégias empregados pela família na construção e transmissão de seu patrimônio material e imaterial.

Como lembra Érico Veríssimo em sua trilogia, não se passava uma geração em que não houvesse uma “peleia” por estas bandas, e o sobrenome Antunes Maciel se constituiu num patrimônio legado aos descendentes, construído e reafirmado com base nas disputas fronteiriças, nas defesas do território, nos serviços prestados ao império, a república e a defesa de seus próprios interesses. A narrativa de serviços prestados ao Estado atravessa é a atravessada por uma narrativa regional sul-riograndense de “sentinelas” das fronteiras sulinas que é evocada em diferentes momentos, e que faz parte da herança a ser transmitida.

A fronteira permaneceu em movimento para os Antunes Maciel que a manejaram como recurso em épocas de guerra, mas também em momentos de paz para tocar negócios e mesmo lograr um título acadêmico. Se não conseguimos precisar o patrimônio constituído no Estado Oriental, sabemos que era nos diferentes departamentos situados mais ao norte, que eles estiveram presentes administrando negócios relativos a compra e

⁶⁹¹ LEVI, 2000, p.45.

venda de gado. No Estado Oriental, os documentos deixam ver a presença constante dos Antunes Maciel, mas sobretudo parecem indicar que havia sempre pelo menos um homem solteiro que estava lá, um indício de como administrar tantas propriedades e conciliar negócios e política.

Ao longo de um tempo em que as guerras se fizeram quase que em ciclos de pouco mais de vinte anos de intervalo, os homens da família eram leais súditos e obtiveram patentes - capitães, coronel, major, tenente-coronel - do mesmo modo que ampliaram seu patrimônio material. A fortuna, por vezes comparável à de famílias abastadas do centro do país vinculadas a economia exportadora, levou o coronel Aníbal, assim como outros parentes também charqueadores e estancieiros, a integrar a elite econômica sul-riograndense na metade do século XIX.

A descendência foi crescendo ao longo do tempo e os arranjos matrimoniais continuaram sendo tecidos com famílias importantes. A extensa parentela reforçava laços intergeracionalmente via compadrio, escolha de testemunhas de casamento, tutela e casamentos endogâmicos, que por vezes envolviam o recebimento de heranças de tias avós e outras vezes apontavam para uma forma de melhor gerir os negócios. Aliás, as heranças materiais mostraram estratégias de manutenção, transmissão e proteção do patrimônio, principalmente contra o risco de sua divisão com a chegada de novos genros. A morte prematura de membros da família, sobretudo dos homens, evidenciaram uma articulação entre a parentela para tutelar os sobrinhos e gerir o patrimônio dos mesmos até a maioridade.

As patentes militares e recursos econômicos foram reconvertidos em títulos acadêmicos e nobiliárquicos ao lado de estratégias matrimoniais igualmente bem sucedidas⁶⁹².

Os Antunes Maciel, como outras famílias, investiram na formação dos filhos que se deslocaram para a Corte e para São Paulo para continuar seus estudos e obter diplomas. A sociabilidade acadêmica foi importante para aproximar uma família do extremo sul às demais famílias das dispersas províncias do Império e trouxe novos recursos à parentela. Quanto aos títulos nobiliárquicos, apesar de não serem mais concedidos com o advento da República, eram ainda bastante utilizados para identificar os indivíduos e relacioná-

⁶⁹² Embora Mario Teixeira de Carvalho aborde que o Conselheiro Maciel recebeu o título de barão de Cacequi, o que ampliaria o número de barões na família, não achei qualquer referência a este título no Arquivo Nacional, nas impressas do Rio de Janeiro e de Pelotas ou álbum de recortes de jornal da família. CARVALHO, 1937.

los ao passado. A vinculação com o centro do poder, algo reiterado constantemente pela imprensa, era uma forma de reafirmar um lugar social em um contexto de instabilidade ao qual os Antunes Maciel já estavam acostumados.

Ao reforçar algo que a bibliografia já apontava sobre a forte ligação dos liberais com São Paulo, foi possível analisar o intenso investimento no envio dos filhos para a academia. Como esperamos ter demonstrado, estes estudantes não haviam só “desembarcado” no Rio Grande do Sul para fortalecer as fileiras liberais, eles transitavam constantemente entre São Paulo, Rio de Janeiro e o Rio Grande, ora sozinhos, ora carregando seus filhos e sobrinhos que por sua vez manteriam rejuvenescido o partido e os interesses familiares.

Leopoldo, o primeiro diplomado em direito daquela geração dos Antunes Maciel reforça a tese da importância assumida pelo advogado ao ser o epicentro de duas famílias nos trâmites inventariais e também políticos⁶⁹³. Dentre a documentação levantada, Leopoldo se converte num ponto de referência, escolhido para testamenteiro, inventariante e também suporte político local, além de ser também chefe da Guarda Nacional, Centro Abolicionista e Clube Liberal.

Os “macielistas” eram “liberais” e, seguindo Silveira Martins, Francisco Antunes Maciel o sucedeu na direção do Partido Federalista. O Partido e a família eram frequentes nas páginas da imprensa pelotense do período e, muitas vezes as notícias eram publicadas em jornais de outras localidades.

No século XIX, ao passo que instituições como a Biblioteca Publica, Santa Casa de Misericórdia e Asilo de Mendigos eram criadas na cidade, a presença da parentela nestas instituições era constante. Dedicar parte do tempo à elas, ou seja, à caridade e à filantropia, passava a ser um dos elementos que denotavam pertencimento elite.

Dentre os matrimônios, a escolha pelos herdeiros de um dos primeiros e mais afortunados barões de Pelotas, o Barão de Butuí se mostrou bastante proveitosa. Os quatro casamentos reunindo Antunes Maciel e Moreira entrelaçaram negócios e também a política. Assim, no final do século XIX eram ocupados cargos na vereança, presidência da câmara municipal, chefia da guarda nacional, deputados provinciais, vice presidência da província e, o mais alto: conselheiro do Império. Se não foi possível levantar maiores informações acerca das redes verticais que serviam como base de sustentação a esta

⁶⁹³ Vargas aponta para o status que a profissão conferia ao indivíduo bem como a possibilidade de avançar na carreira política, algo que não ocorria com o rábula. VARGAS, 2010, p.101

expressão política, a “gente dos Maciel”, sabemos que eles atuaram de forma conjunta para ampliar sua influência e expandir suas alianças. No que se refere as redes horizontais, ou seja, aquelas mantidas com outras famílias da elite foi possível verificar a importância assumida pela parentela. A documentação privada revelava nuances de relações tecidas cotidianamente quer fossem em sociabilidades ou em conflitos bélicos em que a articulação era extremamente necessária.

O Centro abolicionista, Clube Liberal e uma gama variada de instituições nas quais eles e elas tomavam parte auxiliavam na tessitura de relações políticas ao mesmo tempo em que reforçavam a presença do sobrenome. Dentre as instituições a Escola Maciel, posteriormente Liceu de Artes e Ofícios, se destaca. A iniciativa de homenagear um de seus membros se desdobrou, inicialmente, num contexto político favorável ao partido, mas, posteriormente, com a ascensão do gabinete conservador houve uma mudança nos rumos da instituição que passou a contar com o empenho local para seu funcionamento.

Francisco se constituiu num mediador sabendo administrar uma herança material e imaterial que o precedia. O seu nome e sobrenome haviam sido construídos ao longo de dezenas de anos e, sendo recebido dos pais, padrinhos e avós - embora seja difícil de mensurar-, sem dúvida havia se convertido numa herança a ser carregada, mas capaz de facilitar contatos, inserções e reconhecimentos. Ao ser uma construção apropriada pelo indivíduo, nela também ele se construía, pois como apontou Weimer⁶⁹⁴, os nomes carregam tradições, memórias, e experiências vividas, evidenciando uma forma de se relacionar com o passado. Assim se Francisco herdou um imenso capital social advindo de sua família, ele também soube cultivar e reverter no momento preciso e, partindo dele é possível visualizar uma teia de relações.

Assim, a biografia do Conselheiro Maciel recuperada na imprensa a cada ano na data de seu aniversário, não só selecionava excertos de sua vida a serem lembrados como também referia a importância de sua família. A sua vida política - no passado e no presente - era narrada acompanhada de algumas linhas sobre seu pai e seu avô e outros Antunes Maciel. Parte da trajetória política de Francisco se fez junto com o filho Francisco Maciel Júnior que permaneceu atrelado ao centro do poder no Rio de Janeiro.

Ao encerrarmos a análise acerca da família privilegiando o Conselheiro Maciel, entendemos que ele alcançou o ápice dos investimentos empreendidos pelos Antunes

⁶⁹⁴ WEIMER, 2013.

Maciel. O cargo de ministro e, posteriormente, a sua manutenção na política como deputado e alçado a presidência do Partido Federalista resultou de uma série de estratégias e recursos, sobretudo familiares que ele recebeu e soube gerir, bem como conseguiu conservar mediante a transmissão a outra geração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. **Insultos e insubordinações: o nascimento da polícia na cidade de Pelotas.** Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/ndh/files/2017/02/12.13.-caiuu_al_alam.pdf. Capturado em 22 de janeiro de 2018.

ANJOS, Marcos Hallal dos. **Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX.** Pelotas: Ed. Universitária, 2000.

BERUTE, Gabriel Santos. **Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850).** Tese (Doutorado em História), PPG História da UFRGS, 2011.

BLAKE, Augusto V. A. S. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro.** 5º Vol. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1970.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. A campanha presidencial de 1909-1910 na correspondência de Rui Barbosa e de Hermes da Fonseca. Disponível em: <http://www.uesc.br/eventos/culturaepolitica/anais/veraluciaborges.pdf>. Acessado em 07 de outubro de 2018.

BORGES, Vera Lúcia Bogéa. A Primavera de Sangue: a cidade do Rio de Janeiro na batalha eleitoral de 1910. **Dimensões.** Vol.27, 2011, p.115-128. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/2586/2082>. Acessado em 07 de outubro de 2018

BOTH, Amanda Chiamenti. **A trama que sustentava o Império: mediação entre as elites locais e o Estado Imperial Brasileiro (Jaguarão, segunda metade do século XIX).** Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016. Dissertação de Mestrado em História.

BRÜGGER, Silvia. **Minas Patriarcal: família e sociedade (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX)** São Paulo: Annablume, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial, Teatro de sombras: a política imperial.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, Mario Teixeira de. **Nobiliário Sul-Riograndense.** Porto Alegre: Of. Graf. da Livraria do Globo, 1937.

COLUSSI, Eliane Lucia. **A maçonaria gaúcha no século XIX.** 4ª ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011.

COSTA, Dora Isabel Paiva da. Formação de famílias proprietárias e redistribuição de riqueza em área de fronteira: Campinas, São Paulo, 1795-1850. In: **História Econômica & História de Empresas.** [S.l.], v. 7, n. 2, jul. 2012. Disponível em:

<<http://www.abphe.org.br/revista/index.php?journal=rabphe&page=article&op=view&path%5B%5D=173>>. Acesso em: 20 Nov. 2016.

DEMUTTI, Clayton do Nascimento. **Jaguarão, suas águas e o tratado de 1909**: uma reflexão a partir das charges da revista Careta. Trabalho de Conclusão de Curso. Jaguarão: Unipampa, 2015.

DOURADO, Ângelo. **Voluntários do Martírio**: narrativa da revolução de 1983. Ed. fac-similada de 1896. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1977.

EICHOLZ, Josué. **Elites locais e caridade**: estudo sobre os benfeitores do Asilo de Mendigos e do Asilo de Órfãos São Benedito em Pelotas – RS (1880-1920). Dissertação de Mestrado. Pelotas, 2017

FARIA, Sheila de Castro. História da Família e Demografia Histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da História**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

_____. **A Colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. **Confins meridionais**: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil (1825-1865). Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

FERTIG, André. A oposição federalista na Primeira República no Rio Grande do Sul através do jornal “O Maragato”. **Estudios Historicos**. CDHRP, n.1, mayo 2009. Disponível em: http://www.estudioshistoricos.org/edicion_1/andre-fertig.pdf. Acessado em 15 de novembro de 2018.

FRANCO, Sérgio da Costa. O Partido Federalista. In: GOLIN, Tao; BOEIRA, Nelson (Coord.) **República Velha (1889-1930)**. V.3, t.1. Passo Fundo: Méritos, 2007. P.129-170.

GALVÃO, Walnice Nogueira e GOTLIB, Nádia Battella. **Prezado senhor, prezada senhora**: estudos sobre cartas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GARCIA, Graciela. **O Domínio da terra**: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense Oitocentista. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre, PPGH/UFRGS, 2005.

GARCIA, Sonia Tavares; LONER, Beatriz Ana. Relação de jornais existentes na Biblioteca Pública Pelotense. **História em Revista**. Pelotas: NDH/UFPel/ Ed. da Universidade/UFPel, v.06, dezembro de 2000.

GIL, Tiago Luís. O contrabando na fronteira: uma produção social de mercadorias. In: **Anais do V Congresso Nacional de História Econômica**. Caxambu: ABPHE, 2003. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_tiago_gil_o-contrabando-na-fronteira-uma-producao-social-de-mercadorias.pdf. Acessado em: 29.08.2016.

_____. **Coisas do caminho.** Tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPHIS/UFRJ, 2009.

GILL, Lorena Almeida. Uma doença que não perdoa: a tuberculose e sua terapêutica no sul do Brasil e na Itália, em fins do século XIX e inícios do XX. **História** (São Paulo). V.31, n.1, p.266-287, jan/jun 2012.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo (Org.). **A micro-história e outros ensaios.** Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. (Org.). **Escrita de si, escrita da história.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, A. de C. (Org.). **Escrita de Si, Escrita da História.** Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 7-24.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada “Geração de 1907”.** Porto Alegre: UFRGS, 1998. Dissertação de mestrado.

_____. **Ensino jurídico e política partidária no Brasil:** a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937). Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

GRINBERG, Keila. Escravidão e relações diplomáticas Brasil e Uruguai, século 19. 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. De 13 a 15 de maio de 2009. Curitiba. Disponível em:

<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/keilagringer.pdf>.

Acessado em: 15 de janeiro de 2018.

GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. **Revista brasileira de ciências sociais**, n. 14, out. 1990.

GUAZZELLI, César Augusto. **O horizonte da província:** a República Rio-grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

GUTIERREZ, Ester, J. B. **Negros, charqueadas & olarias:** um estudo sobre o espaço pelotense. 3ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011.

HAMEISTER, Martha D. **Para dar calor à nova povoação:** estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763). Tese de Doutorado. PPGHIS/UFRJ, 2006.

HEINZ, Fávio M. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

JUNQUEIRA, Eduardo. Campanha civilista. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAMPANHA%20CIVILISTA.pdf>. Acessado em: 25 de outubro de 2018.

KLAFKE, Álvaro Antonio. A imprensa legalista na Guerra dos Farrapos. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo S. (Orgs.). **O Império e a Fronteira: a Província de São Pedro no oitocentos**. São Leopoldo: Oikos, 2014, p.141-167.

KÜHN, Fábio. A prática do Dom: família, dote e sucessão na fronteira da América Portuguesa. In: Anais da V Jornada Setecentista. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/A-pr%C3%A1tica-do-Dom-fam%C3%ADlia-dote-e-sucess%C3%A3o-na-fronteira-da-Am%C3%A9rica-Portuguesa-F%C3%A1bio-K%C3%BChn.pdf>. Acessado em: 05 de setembro de 2016.

_____. **Gente da fronteira: família e poder no continente do Rio Grande (Campos de Viamão, 1720-1800)**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

_____. Rivalidades ibéricas no sul da América Portuguesa (1762-1801). In: NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto (Orgs.). **Continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

_____. Um governador em apuros. A trajetória administrativa de José Marcelino de Figueiredo (Rio Grande de São Pedro, 1769-1780). Disponível em: www.humanas.ufpr.br/.../Um-governador-em-apuros-F%25C3%25A1bio-K%25C3%25... Acessado em: 01 de novembro de 2016.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. **Oswaldo Aranha: o Rio Grande e a Revolução de 30: um político gaúcho na República Velha**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LONER, Beatriz Ana. Jornais diários na República Velha. **Ecos Revista**. Pelotas: Ed. da Universidade/UCPel, v.2, n.1, abril/1998, p.5-34.

_____. **Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. E. Universitária: Unitrabalho, 2001.

_____; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osório (Org.). **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010.

LOPES NETO, João Simões. **Revista do 1º Centenário de Pelotas**. CD-Rom da Revista. Edição digital GPinto, 2012.

MAGALHÃES, Mario Osorio. **Faculdade de agronomia Eliseu Maciel 1883-1883**. Pelotas: UFPel/ Ed. da Universidade, 1983.

_____. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: EdUFPel/ Co-edição Livraria Mundial, 1993.

_____. **Pelotas**: toda a prosa – 1º volume (1809-1871). Pelotas: Armazém Literário, 2000.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar: o Conselho de Estado no Brasil Imperial. **Topói**, v.7, n.12, jan-jun. 2006.

MENEGAT, Carla. **“Transportando fortunas para povoar deserta e inculta campanha”**: atuação política e negócios dos brasileiros no norte do Estado Oriental do Uruguai (1845-11865). Tese de Doutorado. Programa de pós-graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

MONTI, Verônica A. **O Abolicionismo**: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul – 1884. Porto Alegre: Martins Livr.E., 1985.

MOREIRA, Heloi J. Fernandes; SANTOS, Nadja Paraense dos. Formar bacharéis ou engenheiros: um dilema da Escola Central. p.354-360. Disponível em: www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh4/.../Heloi%20Jos%20Fernandes%20Moreira.pdf. Acessado em 20 de julho de 2018.

MUAZE, Mariana. **As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

MUGGE, Miquéias Henrique. **Prontos a contribuir**: guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania (Rio Grande do Sul – século XIX). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2012.

NUNES, Dúnia dos Santos. **A Câmara Municipal de Pelotas e seus vereadores**: exercício do poder local e estratégias sociais (1832-1836). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

OGNIBENI, Denise. **Charqueadas pelotenses no século XIX**: cotidiano, estabilidade e movimento. Tese (doutorado em História), Porto Alegre, PUC-RS, 2005.

OSORIO, Fernando. **A cidade de Pelotas**, volume 1. Pelotas: Armazém Literário, 3ª ed. 1997.

OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América**: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

PAULA, Débora Clasen de. **“Da mãe e amiga Amélia”**: cartas de uma baronesa para sua filha (Rio de Janeiro – Pelotas, na virada do século XX). São Leopoldo: UNISINOS, 2008. Dissertação de Mestrado em História.

PERES, Eliane. Educação. LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osório (Org.). **Dicionário de História de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010.

PESSI, Bruno Stelmach. **Entre o fim do tráfico e a abolição**: a manutenção da escravidão em Pelotas, RS, na segunda metade do século XIX (1850 a 1884). São Paulo: USP, 2012.

PICCOLO, Helga I. L. A questão do federalismo no Rio Grande do Sul. In: HENZ, Flávio M.; HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo (Orgs.). **Histórias regionais do Cone Sul**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003

PINTO, Natália Garcia. A família de Luís e Maria, escravos do coronel Aníbal Antunes Maciel: hierarquia social, parentesco e liberdade nas últimas décadas da escravidão em Pelotas/ RS, século XIX. In: XII Encontro Estadual de História Anpuh/RS. Disponível em:http://www.eeh2014.anpuhrs.org.br/resources/anais/30/1405455160_ARQUIVO_A_FAMILIADELUISEMARIA.pdf.

_____. **A Benção Compadre**: experiências de parentesco, escravidão e liberdade em Pelotas, 1830/1850. São Leopoldo/RS: UNISINOS, 2012.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. 1893: a Revolução além da fronteira. In: GOLIN, Tao; BOEIRA, Nelson (Coord.) **República Velha (1889-1930)**. V.3, t.1. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 23-56.

SÁ NETTO, Rodrigo de. A Secretaria de Estado dos Negócios do Império (1823-1891). **Cadernos Mapa**; 5 Memória da Administração Pública Brasileira. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

SALABERRY, Jeferson Dutra; MENDONÇA, Cledenir Vergara; LÚCIO, Eliana Carvalho. Registro e inventário do patrimônio arquitetônico, histórico e natural em Santa Isabel do Sul – Arroio Grande-RS. **Revista Memória em Rede**. Pelotas, v.4, n.10, jan./jun.2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/viewFile/9428/6148>. Acessado em: 23 de junho de 2018.

SANTOS, José. F. de Assumpção. **Uma linhagem Sul Rio-Grandense**: os “Antunes Maciel”. [s.l.]: Instituto Genealógico Brasileiro, 1958.

SANTOS, Maria Roselaine; Bittencourt, Marisa Cedrez; ABUCHAIM, Vera Rheigantz (Orgs.) A visita da Princesa 1885. **Cadernos do IGHPEL**. 2ª ed. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária da UFPel, 2011.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. **História: Questões & Debates.** Curitiba: Editora UFPR. N.51, p.13-29, jul./dez.2009.

_____; SCHMACHTENBERG, Ricardo. Nas teias da administração local: redes de poder e relações familiares entre oficiais camarários no Brasil Meridional (Vila de Nossa Senhora do Rio Pardo – 1811/ c.1830). **Métis: história & cultura.** V.13, n.25, p.85-102, jan./jun.2014.

SELISTER, Michelle Raupp. “A viuvez é um bilhete premiado!”: notas iniciais de pesquisa sobre as viúvas no Rio Grande de São Pedro na segunda metade do século XVIII. In: **XI Encontro Estadual de História.** Disponível em: www.eeh2012.anpuhrs.org.br/.../1336012939_ARQUIVO_trabalhoanpuhrsmichelles. Acessado em: 18 de outubro de 2016.

SENNA, Ernesto. **Notas de um Repórter.** Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1895.

SETÚBAL, Paulo. **O ouro de Cuiabá.** Crônicas. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1950.

SILVERMAN, Sydel. El padronazgo como mito. In: GELLNER, Ernest et al. **Patronos y clientes en las sociedades mediterráneas.** Madri, Jucar, 1986.

STOCKLER, Beth. **Chiquinha & Eu: Reinventando o passado.** Barbacena: Gráfica e Editora Cidade de Barbacena, 2012.

THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. Entre sedas, farinhas e couros: o contrabando na fronteira do Rio Grande do Sul. In: NEUMANN, Eduardo S.; GRIJÓ, Luiz Alberto. (Orgs.). **O Império e a Fronteira: a Província de São Pedro no oitocentos.** São Leopoldo: Oikos, 2014. p.120-140.

_____. **Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889).** Porto Alegre: PUC, 2012. Tese de Doutorado.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas -RS (1847-1922).** 2007. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Dissertação de Mestrado em História.

_____. **Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: a distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, Brasil, c.1847-c.1891.** Porto Alegre: PUC, 2014. Tese de Doutorado em História. TORELLI, Leandro Salman. Os interesses da elite paulista na criação da Caixa de Conversão: os debates parlamentares (1898-1914). **Leituras de Economia Política.**

Campinas, (12): 1-23, já. 2006/dez.2007. Disponível em: <http://www.revistalep.com.br/index.php/lep/article/viewFile/35/32>.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.

_____. “Os barões do charque e suas fortunas”: Contração de riqueza e mobilidade social no topo da elite charqueadora de Pelotas (século XIX). In: NEUMANN, Eduardo S.; GRIJÓ, Luiz Alberto (Orgs.). **O Império e a Fronteira: a Província de São Pedro no oitocentos**. São Leopoldo: Oikos, 2014.p.95-119.

_____. **Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre as elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)**. Tese (Doutorado em História), Rio de Janeiro, PPGHIS/UFRJ, 2013.

_____. **“Os barões do charque e suas fortunas”**. Um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016.

VENANCIO, Giselle Martins. Presentes de papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n.28, 2001.

VIANNA, Hélio. Estudantes de São Paulo no arquivo de Ubaldino do Amaral. **Contribuição para as memórias acadêmicas**. p.287. Disponível em: www.revistas.usp.br/rfdusp/article/viewFile/66611/69221, Acessado em: 15 de março de 2018.

VIEIRA JÚNIOR, Antônio Otaviano. De Família, Charque e Inquisição se fez a trajetória dos Pinto Martins (1749-1824). In: **Revista Anos 90**. Porto Alegre, v.16. n. 30, dez 2009, p. 187.214.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente da Felisberta**. Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c.1847-tempo presente). Tese (Doutorado em História) UFF, 2013.

ZABIELA, Eliane. **A presença brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de Comércio e Navegação, de Extradição e de Limites**. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre:UFRGS, 2002.

ZUBARAN, Maria Angélica. A invenção branca da liberdade negra: memória social da abolição em Porto Alegre. **Revista Fênix**. Vol.6, Ano VI, n.3. Jul/ago/set de 2009.

FONTES

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Fundo Guarda Nacional. Caixa 31, Maço 76. Conselhos de Qualificação e Revisão de Pelotas e São Lourenço. 1854.

Fundo Guarda Nacional. Lista de Qualificação da Guarda Nacional de 20 de agosto de 1869, Maço 76, Caixa 31.

Fundo Eleições. Correspondência, atas e listas de votantes de 1865. Maço 02.

Fundo Autoridades Militares. Ordem do dia n.76, São Tomaz, 20/04/1866, p.185-187. Lata 185, Maço 1.

Fundo Autoridades Militares. Ordem do dia n.39, São Borja, 21/11/1865, p. 219-220. Maço 41. Ordens do Dia 1865/1867.

Fundo Autoridades Militares. Ordem do dia n.89, Curuzu, 30/10/1866 p.449-450. Maço 1.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

Inventário de Francisco Antunes Maciel, n. 159, m.12. 1832, Pelotas, 1º e 2º Cartório de Órfãos.

Inventário de Felisbina da Silva Antunes. 1871, N. 68, M.2, E.30. Pelotas. Cartório do Cível e Crime.

Inventário do Barão de Três Serros. N° 1071, Maço 60, Estante 25, Ano 1887. Pelotas 1º Cartório de Órfãos e Provedoria.

Inventário de José Aníbal Antunes Maciel. N.85, m.03. 1875 Pelotas, 1º Cartório Cível e Crime.

Inventário de Flora Gertrudes Maciel de Faria, n. 360, m.25. 1853, Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria.

Inventário de Eliseu Antunes Maciel e sua esposa Leopoldina da Rosa Antunes Maciel, n. 1349, m.73. 1896, Pelotas, 1º Cartório Órfãos e Provedoria.

Inventário de Alice Moreira Chaves, n.376, m. 10, 1907. Comarca de Pelotas. 2º Cartório do Cível.

Inventário de Maria Augusta de Resende Antunes e Francisco Aníbal Antunes Maciel. N.306385, m.108. Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Ausentes. 1877.

Inventário de Domingos Antônio Felix da Costa, N° 944, Maço 54, Estante 25 Ano 1881. Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria.

Inventário de Maria Josefa de Castro Moreira, n. 331, m.23. 1851, Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria.

Inventário de Leonídia Gonçalves Moreira, n.647, m.41, 1867, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria.

Testamento de Aníbal Antunes Maciel. 1875, N. 815, M 48, E 06. Pelotas. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria.

Testamento de Flora Gertrudes Maciel de Faria, n. 360, m.25. 1853, Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria.

Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Rio Grande. Livro 14. p.49 v.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 5, p.53v.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas, Livro 06, p.88.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas, Livro, p.92 e 92v.
Registro carta de alforria. Tabelionato do Município de Pelotas. Livro n. 11, p. 8
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 10.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 04, p.01.
Registro carta de alforria. Tabelionato do município de Pelotas. Livro 15, p.51.

Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional

Cidade do Rio. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 1893, n. 249, p.01.

Cidade do Rio. Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1896. n.42, p.01.

Correio Paulistano. São Paulo, 21 de maio de 1870, ano XVIII, n.4161, p.04.

Correio Paulistano. São Paulo, 29 de outubro de 1871, ano XVIII, n. 4568, p.01.

Correio Paulistano. São Paulo, 04 de novembro de 1871, ano XVIII, n.4571, p.02

Correio Paulistano. São Paulo, 09 de novembro de 1871, ano XVIII, n. 4575, p.02.

Correio Paulistano. São Paulo, 10 de novembro de 1871, ano XVIII, n. 4576, p.02.

Correio Paulistano. São Paulo, 20 de abril de 1872, ano XIX, n.4703, p.02

Correio Paulistano. São Paulo, 24 de maio de 1872, ano XIX, n.4731, p.02

Correio Paulistano. São Paulo, 09 de janeiro de 1916. n.18854, p.03.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1905. n.1474, p.01.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1906. n. 1653, p.02.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1906. n. 1768, p.03.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1906. n.1905, p.01.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 21 de junho de 1909. n.2896, p.02

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 22 de julho de 1909. n.2927, p.03.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 27 de julho de 1909. n. 2932, p.03.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 30 de março de 1917. n.6609, p.4.

Diário do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 1864, n.334, p.01.

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1860. n.315, p.01.

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1860. n.349, p.01.

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 13 de março de 1869. n.71, p.03.

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1871. n.348, p.03.

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 26 de maio de 1874. n.144, p.01

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1874, n. 262, p. 01.

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1877, n. 10, p. 01.

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 12 de março de 1877. n. 71, p.04.

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 12 de junho de 1877, n. 162 p.01.
Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1878, n.242, p.01.
Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1882. N. 230, p.06.
Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1882, n.289, p.02.
Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 25 de maio de 1883, n.144, p.01.
Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 1884, n.36, p. 01.
Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 19 de maio de 1884, n.139, p.01.
Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 08 de julho de 1884, n.188, p.2.
Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 28 de julho de 1884, n.208, p.02.
Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1885, n.41, p.01.
Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1885, n.47, p.01.
Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1885, n.58, p.01.
Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1885, n.283, p.05.
Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1885, n.285, p.04.
Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 24 de março de 1887, n.83, p.01.
Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 04 de março de 1889.n.63, p.01.
Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1889, n. 297, p.01.
Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 26 de abril de 1892, n.115, p.01.
Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 21 de maio de 1892, n.141, p.01.
Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 22 de junho de 1892, n.173, p.01.
Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 27 de julho de 1892, n.208, p.06.
Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1895, n.295, p.02.
Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1895, n.303, p.02.
Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1896, n.14, p.14.
Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 02 de setembro de 1896. n. 246, p.01.
Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 10 de junho de 1898, n.160, p.04.
Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1901. n.289, p.03.

O Paiz. Rio de Janeiro, 13 de março de 1894. n.2437, p.04.
O Paiz. Rio de Janeiro, 09 de agosto de 1909, n.9074, p.05.
O Paiz. Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1917.

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1881, n.354, p.02.
Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro de 11 de fevereiro de 1884, n2, p.01
Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1884, n.356, p.01.
Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 07 de junho 1885, n.158, p.02.
Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 27 de agosto de 1885, n. 238, p.01.

Site Center for Research Libraries

Relatório apresentado por Dr. Leopoldo Antunes Maciel 1º vice-presidente ao entregar a administração da província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao conselheiro José Antônio de Souza Lima no dia 28 de outubro de 1882. Porto Alegre. Tip. do Jornal do Comércio. 1883.

Relatório apresentado a Assembleia Geral na segunda sessão da décima oitava legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Publicas Manoel Alves de Araújo. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1882.

Relatório apresentado a Assembleia Geral na terceira sessão da décima oitava legislatura pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Publicas Henrique d'Ávila. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883.

Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Quarta Sessão da Décima Oitava Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Francisco Antunes Maciel. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1884.

Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Nona Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império João Florentino Meira de Vasconcellos. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1885.

Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Décima Nona Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas João Ferreira de Moura. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1885.

Relatório apresentado a Assembleia Geral Legislativa na Primeira Sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Antônio da Silva Prado. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1886.

Relatório apresentado a S. Ex. O Sr. Dr. Miguel Rodrigues Barcellos 2º vice-presidente da Província do Rio Grande do Sul pelo Exm. Sr. Conselheiro José Júlio de Albuquerque Barros o passar a Presidência da mesma Província no dia 19 de setembro de 1885. Porto Alegre: Oficinas tipográficas do Conservador, 1886.

Relatório apresentado a Assembleia Geral na Terceira Sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Rodrigo Augusto da Silva. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

Biblioteca Pública Pelotense

Centro de Documentação e Obras Raras

Fundo: Escravidão ESC-002, Série: Club Abolicionista.

Jornal Dezesesseis de Outubro. Pelotas, 16 de outubro de 1884. p.02

Hemeroteca

A Ventarola. Pelotas, 08 de maio de 1887, ano I, n.5, p.01.

A Ventarola. Pelotas, 13 de novembro de 1887, n.32, p.02.

A ventarola. Pelotas, 29 de julho de 1888, n.70, p.03.

A Ventarola. Pelotas, 16 de dezembro de 1888, n.90, p.06.

A Ventarola. Pelotas, 16 de dezembro de 1888, n.90, p.06.

A Nação. Pelotas, 07 de janeiro de 1885, n.225, p.01.

A Nação. Pelotas, 08 de janeiro de 1885, n.226, p.01.

Onze de Junho. Pelotas, 02 de junho de 1888, n.52, p.02.

Onze de Junho. Pelotas, 20 de junho de 1888, n.66, p.02.

Rio-Grandense. Pelotas, 19 de janeiro de 1888, n.630, p.02.

Rio-Grandense. Pelotas, 11 de fevereiro de 1888, n.848, p.02.

A Discussão. Pelotas, 20 de junho de 1882, n.138, p.02.

A Discussão. Pelotas, 26 de junho de 1882, n.142, p.02.

A Discussão. Pelotas, 30 de março de 1882, n.72, p.02.

A Discussão. Pelotas, 24 de abril de 1882, n.91, p.01.

A Discussão. Pelotas, 05 de abril de 1882, n.77, p.02.

A Discussão. Pelotas, 24 de abril de 1882. N.91, p.01.

A Discussão. Pelotas, 03 de maio de 1882, n.99, p.02.

A Discussão. Pelotas, 23 de setembro de 1882, n.214, p.01.

A Opinião Pública. Pelotas, 29 de janeiro de 1897, n.24, p.02.

A Opinião Pública. Pelotas, 28 de maio de 1897, n.120, p.02.

A Opinião Pública. Pelotas, 17 de março de 1902, n.62, p.02.

A Opinião Pública. Pelotas, 09 de abril de 1902, n.81, p.01.

A Opinião Pública. Pelotas, 09 de abril de 1902, n.81, p.02.

A Opinião Pública. Pelotas, 07 de junho de 1902, n. 128, p.02.

A Opinião Pública. Pelotas, 08 de julho de 1902, n.154, p.02.

A Opinião Pública. Pelotas, 10 de junho de 1902, n.130, p.02.

A Opinião Pública. Pelotas, 01 de outubro de 1902. n.225, p.02.

A Opinião Pública. Pelotas, 28 de agosto de 1917, n.192, p.01.

Diário de Pelotas. Pelotas, 01 de janeiro de 1886, n.01, p.01.

Diário de Pelotas. Pelotas, 12 de janeiro de 1886, n.8, p.01.

Diário de Pelotas. Pelotas, 25 de junho de 1886, n.140, p.01.

Diário de Pelotas. Pelotas, 22 de junho de 1886, n.138, p.01.

Diário de Pelotas. Pelotas, 28 de junho de 1886, n.142, p.01.

Diário de Pelotas. Pelotas, 20 e 21 de julho de 1886. n.18, p.01.

Diário de Pelotas. Pelotas, 18 de setembro de 1886, n. 66, p.01.

Diário de Pelotas. Pelotas, 29 de setembro de 1886, n.75, p.02.

Diário de Pelotas. Pelotas, 23 de outubro de 1886, n.96, p.02.

Diário de Pelotas. Pelotas, 05 de novembro de 1886, n.106, p.02.

Diário de Pelotas. Pelotas, 08 de março de 1887, n.203, p.02.

Diário de Pelotas. Pelotas, 11 de abril de 1887, n.231, p.02.

Diário de Pelotas. Pelotas, 25 de abril de 1887, n.243, p.02.

Diário de Pelotas. Pelotas, 15 de julho de 1887, n.13, p.02.

Diário de Pelotas. Pelotas, 26 de julho de 1887, n.22, p.02.

Diário de Pelotas. Pelotas, 12 de agosto de 1887, n.36, p.02.

Diário de Pelotas. Pelotas, 18 de agosto de 1887, n.40, p.02.
Diário de Pelotas. Pelotas, 02 de setembro de 1887, n.53, p.02.
Diário de Pelotas. Pelotas, 06 de setembro de 1887. n.56, p.02.
Diário de Pelotas. Pelotas, 22 de março de 1887. n.217, p.02.
Diário de Pelotas. Pelotas, 15 de março de 1887, n.211, p.02.
Diário de Pelotas. Pelotas, 23 de março de 1887, n.218, p.02.
Diário de Pelotas. Pelotas, 31 de outubro de 1887, n.102, p.02.
Diário de Pelotas. Pelotas, 03 de novembro de 1887, n.103, p.02.
Diário de Pelotas. Pelotas, 03 de novembro de 1887, n.103, p.02.
Diário de Pelotas. Pelotas, 03 de novembro de 1887, n.103, p.02.

O Nacional. Pelotas, 06 de junho de 1890, n.230, p.02.
O Nacional. Pelotas, 30 de abril de 1891, n.99, p.02.
O Nacional. Pelotas, 10 de dezembro de 1891, n.279, p.01.
O Nacional. Pelotas, 16 de novembro de 1891, n.258, p.02.
O Nacional. Pelotas, 16 de maio de 1891. N.112, p.03.
O Nacional. Pelotas, 27 de abril de 1891. N.96, p.02.
O Nacional. Pelotas, 19 de junho de 1890, ano I, n.241, p.02.
O Nacional. Pelotas, 21 de maio de 1892, n.116, p.02.
O Nacional. Pelotas, 24 de fevereiro de 1892, ano IV, n.44, p.02.
O Nacional. Pelotas, 14 de março de 1892, ano IV, n.59, p.02.

Museu Municipal Parque da Baronesa

Carta da Baronesa. Pelotas, 04 de julho de 1885.
Carta da Baronesa. Rio de Janeiro, 02 de Dezembro de 1899.
Carta da Baronesa. Rio de Janeiro, 19 de junho de 1906.
Carta da Baronesa. Rio de Janeiro, 23 de abril de 1909.
Carta da Baronesa. Rio de Janeiro, 23 de abril de 1909.
Carta da Baronesa de Três Serros. Rio de Janeiro, 04 de maio de 1909.
Carta da Baronesa de Três Serros. Rio de Janeiro, 04 de maio de 1909.
Carta da Baronesa de Três Serros. Rio de Janeiro, 06 de maio de 1909.
Carta da Baronesa de Três Serros. Rio de Janeiro, 20 de maio de 1909.
Carta da Baronesa de Três Serros. Rio de Janeiro, 26 de Maio de 1909
Carta da Baronesa de Três Serros. Rio de Janeiro, 8 de Junho de 1909.
Carta da Baronesa de Três Serros. Rio de Janeiro, 15 de junho de 1909.
Carta da Baronesa de Três Serros. Rio de Janeiro, 1º de Julho de 1909.
Carta da Baronesa de Três Serros. Rio de Janeiro, 23 de Agosto de 1909.
Carta da Baronesa de Três Serros. Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1909.
Carta da Baronesa de Três Serros. Rio de Janeiro, 12 de Janeiro de 1910.
Carta da Baronesa de Três Serros. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1910.
Carta da Baronesa de Três Serros. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 1910.
Carta da Baronesa de Três Serros. Pelotas, 06 de dezembro de 1916.
Carta da Baronesa de Três Serros. Rio de Janeiro, 6 de Junho de 1917.

Mitra Diocesana de Pelotas

Livro 1 – Catedral São Francisco de Paula, de novembro de 1812 a maio de 1844. Livro 01-B.

Livro 3 – Catedral São Francisco de Paula, janeiro de 1855 a fevereiro de 1863.

Livro 6 – Catedral São Francisco de Paula, de junho de 1873 a fevereiro de 1878.

Livro 7 – Catedral São Francisco de Paula, de março de 1878 a abril de 1883

Livro de Batismos número 6 – Catedral São Francisco de Paula, de 01 de janeiro de 1848 a 13 de maio de 1851, p.177v.

Archivo General de la Nación

Universidad de la Republica 1124, 1872, febrero 20. Montevideo. C.20 c.4.

Núcleo de Documentação Histórica Beatriz Ana Loner

MAGALHÃES, Mario Osorio. **Faculdade de agronomia Eliseu Maciel 1883-1883**. Pelotas: UFPel/ Ed. da Universidade, 1983.

Recortes de jornais, históricos e diversos documentos sobre a Escola Eliseu Maciel.

Seção de Arquivo e Museu da USP

Prontuário de Francisco Antunes Maciel contendo carta com solicitação de certidão de batismo, recibos, comprovantes de aprovação dentre outros documentos.

Bibliografia

CARVALHO, Mario Teixeira de. **Nobiliário Sul-Riograndense**. Porto Alegre: Of. Graf. da Livraria do Globo, 1937.

SANTOS, José. F. de Assumpção. **Uma linhagem Sul Rio-Grandense**: os “Antunes Maciel”. Instituto Genealógico Brasileiro, 1958.

SENNA, Ernesto. **Notas de um Repórter**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1895

STOCKLER, Beth. **Chiquinha & Eu**: Reinventando o passado. Barbacena: Gráfica e Editora Cidade de Barbacena, 2012.

Acervo familiar

Álbum de recortes de jornais sobre a vida do Conselheiro Maciel cedido pela senhora Maria Elizabeth Maciel Lafayette Stockler.